



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TESE DE DOUTORADO

**INFLEXÃO DAS ONGs AMBIENTALISTAS APÓS 1990:
Um estudo sobre a atuação das ONGs no caso da Usina Hidrelétrica Belo Monte**

Maria Terezinha Dalbem Stropper

ORIENTADORA: Prof. Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray

**Porto Alegre
2014**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Maria Terezinha Dalbem Stropper

INFLEXÃO DAS ONGs AMBIENTALISTAS APÓS 1990:
Um estudo sobre a atuação das ONGs no caso da Usina Hidrelétrica Belo Monte

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de Doutorado em Geografia.

Orientadora: Prof. Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray

Porto Alegre
2014

CIP - Catalogação na Publicação

Stropper, Maria Terezinha Dalbem

Inflexão das ONGs ambientalistas após 1990: um estudo sobre a atuação das ONGs no caso da Usina Hidrelétrica Belo Monte / Maria Terezinha Dalbem Stropper. -- 2014.
210 f.

Orientadora: Dirce Maria Antunes Suertegaray.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Ambientalismo. 2. Capitalismo. 3. Usina Hidrelétrica Belo Monte. 4. ONGs. 5. Terceiro Setor. I. Suertegaray, Dirce Maria Antunes, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARIA TEREZINHA DALBEM STROPPER

**INFLEXÃO DAS ONGs AMBIENTALISTAS APÓS 1990:
Um estudo sobre a atuação das ONGs no caso da Usina Hidrelétrica Belo Monte**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de Doutorado em Geografia.

Orientadora: Prof. Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray

Tese defendida e aprovada em: 17/ 12/ 2014.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Cláudia Luisa Zeferino Pires - UFRGS

Prof. Dr. Roberto Verdum - UFRGS

Prof. Dr. Lorena Cândido Fleury - UFRGS

Prof. Dr. Diego Pautasso - ESPM / Unisinos

Dedico este trabalho à minha mãe, Zulmira Dalbem Stropper
(*in memorian*), pelas muitas manifestações de incentivo e desejo,
no sentido de que eu conseguisse concluir a tese,
bem como pelo exemplo de coragem, dedicação e esforço na vida.

AGRADECIMENTOS

Esta tese resultou de um árduo esforço pessoal. Apesar de envolver, sobretudo, atividades solitárias, contou com apoio e ideias de várias pessoas, desde a concepção do projeto até o seu encerramento. A algumas pessoas e instituições, registro aqui a minha gratidão.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha orientadora, professora Dirce Suertegaray, exemplo de profissional dedicada e competente, que me acompanhou, inclusive durante o trabalho de campo em Altamira, no Pará, em julho de 2014.

Aos professores da banca de qualificação e defesa, assim como aos demais professores do Programa de Pós Graduação em Geografia, que contribuíram para a elaboração desta tese.

Agradeço aos profissionais, colegas e amigos do Colégio Militar de Porto Alegre, pelo apoio recebido. Em especial, a Diego Pautasso que esteve sempre disponível para ler e discutir os meus textos. Ainda, aos comentários e sugestões abrangentes de Adriana Des Essarts Trinidad e Ronaldo Queiroz de Moraes. Por fim, a Angela Schneider Albuquerque pelas traduções de textos.

Aos dirigentes e representantes da AGAPAN (RS), Aldeia Boa Vista do Km 17 (PA), Amazon Watch (RJ), Greenpeace (SP), Instituto Socioambiental (PA), Ministério Público Federal (PA), Movimento Xingu Vivo Para Sempre (PA), Norte Energia (PA) e Prefeitura de Altamira (PA), pela colaboração e acolhida.

A todos os amigos que entenderam a minha ausência e continuaram me procurando.

Um agradecimento especial à minha família. Fica a gratidão aos meus filhos, Luciano e Rodrigo, minhas noras Bettina e Joice, minha irmã Maria e cunhado Fernando, e à minha sobrinha Eduarda.

Por fim, agradeço às amigas Maria Luiza Cardinale Baptista e Jésura Chaves, pelo apoio e revisão dos meus textos.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

UM SONHO (Gilberto Gil)

Eu tive um sonho
Que eu estava certo dia
Num congresso mundial
Discutindo economia

Argumentava
Em favor de mais trabalho
Mais emprego, mais esforço
Mais controle, mais-valia

Falei de pólos
Industriais, de energia
Demonstrei de mil maneiras
Como que um país crescia

E me bati
Pela pujança econômica
Baseada na tônica
Da tecnologia

Apresentei
Estatísticas e gráficos
Demonstrando os maléficos
Efeitos da teoria

Principalmente
A do lazer, do descanso
Da ampliação do espaço
Cultural da poesia

Disse por fim
Para todos os presentes
Que um país só vai pra frente
Se trabalhar todo dia

Estava certo
De que tudo o que eu dizia
Representava a verdade
Pra todo mundo que ouvia

Foi quando um velho
Levantou-se da cadeira
E saiu assoviando
Uma triste melodia

Que parecia
Um prelúdio bachiano
Um frevo pernambucano
Um choro do Pixinguinha

E no salão
Todas as bocas sorriram
Todos os olhos me olharam
Todos os homens saíram

Um por um
Um por um
Um por um
Um por um

Fiquei ali
Naquele salão vazio
De repente senti frio
Reparei: estava nu

Me despertei
Assustado e ainda tonto
Me levantei e fui de pronto
Pra calçada ver o céu azul

Os estudantes
E operários que passavam
Davam risada e gritavam:
"Viva o índio do Xingu!"

"Viva o índio do Xingu!
Viva o índio do Xingu!
Viva o índio do Xingu!
Viva o índio do Xingu!"

RESUMO

Esta tese analisa a atuação das ONGs ambientalistas no Brasil, a partir do caso específico da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Pará, na Amazônia brasileira, tomando como referência a inserção do Brasil nas transformações do capitalismo internacional, a partir dos anos 1990. O problema de pesquisa envolve alguns elementos explicativos: políticas ambientais do Brasil; inclusão das ONGs no terceiro setor; correntes do ambientalismo. O referencial teórico é transdisciplinar, incitando a pensar a Geografia contemporânea e suas interligações com questões políticas, econômicas e sociais. Tem como base as correntes do ambientalismo, discutidas a partir da Economia e da Ecologia Política (MARTÍNEZ ALIER, 2007): Culto ao Silvestre, Credo da Ecoeficiência e Ecologismo Popular (ou Justiça Ambiental), que emerge dos conflitos ecológicos distributivos. Sustenta-se, ainda, na perspectiva do Novo Ambientalismo (McCORMICK, 1992) e na tradição da militância e denúncia. A reestruturação do capitalismo está centrada nos pressupostos críticos relacionados ao conceito de acumulação por espoliação (HARVEY, 2005, 2011). A metodologia tem orientação qualitativa, com revisão bibliográfica e coleta junto às ONGs: WWF, AGAPAN, Greenpeace, ISA e Amazon Watch, com base em dados veiculados em seus sites e blogues. Esses dados foram analisados pelo Método de Análise de Conteúdo. Dialogam com o referencial teórico e as entrevistas não estruturadas, realizadas durante um trabalho de campo em Altamira, em julho de 2014. Como resultados, percebeu-se que, em seu conjunto, as ONGs atuam nas três correntes do ambientalismo. Tiveram atuação limitada no caso Belo Monte, que corresponde a novas formas de negociações e parcerias, a partir da inclusão das mesmas no terceiro setor. À medida que avançou o processo de Licenciamento Ambiental da Usina de Belo Monte, as ONGs enfraqueceram as ações de enfrentamento (denúncia e militância), com a consolidação de práticas ligadas à corrente do Credo da Ecoeficiência e a emergência de aspectos relacionados à Justiça Ambiental. Essas atuações, no entanto, são coerentes com as transformações do capitalismo e as correntes do ambientalismo. A própria inserção das ONGs no terceiro setor surge em decorrência da lógica de funcionamento do sistema capitalista, para diminuir a força do enfrentamento. Estão, portanto, em sintonia com a funcionalidade do projeto neoliberal, no processo atual de reestruturação do capital.

Palavras-chave: ambientalismo; capitalismo; Usina Hidrelétrica Belo Monte; ONGs, terceiro setor.

ABSTRACT

This thesis examines the work of environmental NGOs in Brazil, looking at the specific case of the Belo Monte Hydroelectric Plant, in the state of Pará, in the Brazilian Amazon. Its reference is Brazil's place in the changes that global capitalism has underwent since the 1990s. The research problem involves some explanatory elements: environmental policies in Brazil; inclusion of NGOs in the third sector; environmentalism strains. The theoretical framework is interdisciplinary, encouraging thinking of contemporary geography and its interconnections with political, economic and social issues. It is based on the environmentalism strains discussed under Economics and Political Ecology (MARTÍNEZ ALIER, 2007): Cult of the Wild, Eco-efficiency Belief, and Popular Environmentalism (or Environmental Justice), which emerges from distributional ecologic conflicts. It is also based on New Environmentalism (McCORMICK, 1992) and on the tradition of activism and denunciation. Capitalism's restructuring is centered on the critical assumptions related to the concept of accumulation by dispossession (HARVEY, 2005, 2011). The methodology is qualitative, with literature review and data collection at NGOs: WWF, AGAPAN, Greenpeace, ISA, and Amazon Watch, based on data provided on their websites and blogs. These data were analyzed using Content Analysis. They dialogue with the theoretical framework and unstructured interviews conducted during fieldwork in Altamira, in July 2014. As a result, NGOs as a whole are found to work in the three strains of environmentalism. They played a limited role in the case of Belo Monte, which corresponds to new forms of negotiations and partnerships after their inclusion in the third sector. As the process of environmental licensing of the Belo Monte Dam progressed, NGOs weakened the struggle (denunciation and activism), and consolidated practices related to the current Eco-efficiency Belief and the emergence of issues related to Environmental Justice. These actions, however, are consistent with capitalism's changes of and environmentalism strains. The very inclusion of NGOs in the third sector emerges as a result of the capitalist system's operating logic, in order to reduce the strength of struggles. Therefore, they are in tune with the functionality of the neoliberal project in the current process of capital restructuring.

Keywords: environmentalism; capitalism; Belo Monte Hydroelectric Plant; NGOs, third sector.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AGU – Advocacia Geral da União
AHE – Aproveitamento Hidrelétrico
AID – Área de Influência Direta
AII – Área de Influência Indireta
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
APA – Área de Proteção Ambiental
BEN- Balanço Energético Nacional
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCBM – Consórcio Construtor Belo Monte
CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CHE – Complexo Hidrelétrico
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
Cimi – Conselho Indigenista Missionário
CMMAD – Comissão Mundial para o Meio Ambiente Desenvolvimento
CNEC – Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores
CNPE – Conselho Nacional de Política Energética
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
Fadesp – Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisas
FDL – Fundo de Desenvolvimento Limpo
FMI – Fundo Monetário Internacional
Funai – Fundação Nacional do Índio
FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar
GT – Grupo de Trabalho
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA – Instituto Socioambiental
IUCN – International Union For The Conservation of Nature
LI – Licença de Instalação
LO – Licença de Operação
LP – Licença Prévia
LPI – Licença Parcial de Instalação
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado
MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MDTX – Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MME – Ministério de Minas e Energia
MPF – Ministério Público Federal
MPST – Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica
MW – Megawatts
MXVPS – Movimento Xingu Vivo para Sempre
OCDE – Organização à Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA – Organização dos Estados Americanos
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PADs – Países Desenvolvidos
PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas
PDRS – Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PT – Partido dos Trabalhadores
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SIN – Sistema Interligado Nacional
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza
STF – Supremo Tribunal Federal

TI – Terra Indígena

TRF1 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região

TVR – Trecho de Vazão Reduzida

UCS – Unidades de Conservação

UFPA – Universidade Federal do Pará

UHE – Usina Hidrelétrica

VGX – Volta Grande do Xingu

WWF – World Wildlife Fund

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Custo anual para aquisição de algumas fontes de energia, considerando a Garantia Física de Belo Monte (4.571 MW).....	90
Tabela 2: Aproveitamento Hidrelétrico da Bacia do Xingu, Eletronorte, 1980.	94
Tabela 3: Índice do Custo-Benefício x Índice Ambiental.....	100
Tabela 4: Relação entre população e área das Terras Indígenas, nas áreas mais atingidas pela UHE.....	129
Tabela 5: Matriz-Síntese dos Principais Impactos Negativos, do Projeto Belo Monte, nas Terras Indígenas, sem a implementação efetiva das medidas de Prevenção, Mitigação e compensação previstas no EIA.....	134

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Usinas a fio d'água na Amazônia (2012 – 2020)	90
Figura 2: Perfil longitudinal do rio Xingu, no Pará (Dados do inventário hidroelétrico do Xingú, CNEC/Eletronorte, 1980 adaptado por O. Sevá, 2003).....	94
Figura 3: Alternativa 1 - Perfil longitudinal do rio Xingu com as quatro barragens projetadas (Revisão do Inventário)	99
Figura 4: Alternativa 2 - Perfil longitudinal do rio Xingu com as quatro barragens projetadas (Revisão do Inventário).	100
Figura 5: Alternativa 3 - Perfil longitudinal do rio Xingu com apenas a barragem de Belo Monte projetada (Revisão do Inventário do Xingu)	100
Figura 6: Conclusão da Revisão do Inventário do rio Xingu	101
Figura 7: Travessia da balsa no Rio Xingu em Belo Monte do Pontal (Anapu) e Belo Monte (Vitória do Xingu).	106
Figura 8: Usina de Belo de Monte e os onze municípios do entorno.....	108
Figura 9: Configuração da Usina Hidrelétrica Belo Monte.....	110
Figura 10: Usina Hidrelétrica, em construção, no Sítio Pimental (barragem principal e usina secundária), Altamira, julho/2014.	110
Figura 11: Canal de derivação em construção em Vitória do Xingu, julho/2014.....	111
Figura 12: Usina Hidrelétrica, em construção, no Sítio Belo Monte (usina principal), Vitória do Xingu, julho/2014.	111
Figura 13: Palafitas sobre o Igarapé Altamira, área que está sendo desapropriada pela Norte Energia, julho/2014.	114
Figura 14: Palafitas sobre o Igarapé Ambé nas proximidades da Transamazônica, Altamira, em processo de desapropriação, Julho/2014.	114
Figura 15: Reassentamento urbano no bairro Jatobá, Altamira, julho/2014.	115
Figura 16: Área Alagada – Sítio Pimental/PA	116
Figura 17: Ensecadeira no Sítio Belo Monte, Vitória do Xingu, julho/2014.	117
Figura 18: Redução da área alagada pela Usina de Belo Monte	118
Figura 19: Área alagada pela Usina de Belo Monte no projeto anterior.....	118
Figura 20: Transposição dos barcos no Sítio Pimental, Altamira, julho/2014.	120
Figura 21: Voadeira na Volta Grande do Xingu, Altamira, julho/2014.	121
Figura 22: Limite da Terra do Meio (Resex, Unidades de Conservação, Terras Indígenas)..	125

Figura 23: Usina de Belo Monte: Terras Indígenas e Unidades de Conservação no seu entorno	127
Figura 24: Sete Pecados – Nove Barragens.....	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Momentos históricos marcantes da UHE Belo Monte	92
Quadro 2: Direitos e benefícios previstos no Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Belo Monte.....	112
Quadro 3: Terras Indígenas impactadas pela usina de Belo Monte.....	128
Quadro 4: WWF	151
Quadro 5: AGAPAN	158
Quadro 6: GREENPEACE.....	163
Quadro 7: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL.....	172
Quadro 8: AMAZON WATCH.....	181

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 TEMA, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS.....	19
1.2 METODOLOGIA	26
2 A INSERÇÃO DO BRASIL PÓS-1990 NAS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO	35
2.1 REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO E EXPANSÃO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS.....	36
2.2 O BRASIL NO PÓS-GUERRA FRIA: ENTRE O NEOLIBERALISMO E O NOVO DESENVOLVIMENTISMO	46
2.3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL APÓS 1990.....	56
3 O AMBIENTALISMO COMO SUBSÍDIO PARA (RE)PENSAR A ATUAÇÃO DAS ONGs	63
3.1 AMBIENTALISMO: ORIGEM E TRANSFORMAÇÃO	64
3.2 ONGs E CORRENTES AMBIENTALISTAS	68
3.3 ONGs E TERCEIRO SETOR.....	82
4 A USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE E OS ATORES ENVOLVIDOS.....	88
4.1 A ENERGIA HIDRELÉTRICA NO CONTEXTO BRASILEIRO	88
4.2 HISTÓRICO DE CONCEPÇÃO E PLANEJAMENTO DA OBRA	93
4.3 CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.....	106
4.4 PRINCIPAIS ATORES IDENTIFICADOS COM O EMPREENDIMENTO.....	123
4.4.1 Atores internos	125
4.4.2 Atores externos.....	142
4.4.3 Atores de interface	146
5 ATUAÇÃO DAS ONGs EM RELAÇÃO À UHE BELO MONTE.....	149
5.1 WWF - BRASIL.....	150
5.1.1 Análise.....	154
5.2 AGAPAN	157
5.2.1 Análise.....	161
5.3 GREENPEACE.....	162
5.3.1 Análise.....	167

5.4. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	170
5.4.1 Análise.....	176
5.5 AMAZON WATCH.....	180
5.5.1 Análise.....	186
5.6 DISCUSSÃO SOBRE A INFLEXÃO DAS ONGs AMBIENTALISTAS A PARTIR DOS ANOS 1990	188
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	198

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Esta tese analisa a atuação das ONGs ambientalistas em relação ao projeto de construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, tomando como referência a inserção do Brasil nas transformações do capitalismo internacional, a partir dos anos 1990. Para tanto, recorre-se a outros elementos explicativos, como as políticas ambientais do Brasil, do neoliberalismo ao que vem sendo denominado como “novo-desenvolvimentismo” (BRESSER-PEREIRA, 2009); a inclusão das ONGs no chamado terceiro setor; as correntes do ambientalismo; e a integração de outros atores identificados com o caso Belo Monte.

Trata-se de um estudo que iniciou sua trajetória com a dissertação de mestrado sobre o contexto econômico-social em que emergiram as ONGs ambientalistas – no espaço mundial, no Brasil e no Rio Grande do Sul. A pesquisa envolveu, principalmente, a década de 1970, sendo apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no ano de 2002.

As ONGs ambientalistas são resultado de um longo processo histórico, com origem remota no século XIX – ainda que, nesse período, não tivessem a estruturação conhecida atualmente para essas entidades. Com essas características, esse tipo de organização foi surgir apenas no contexto de crise do Estado Moderno, na transição entre o enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social, assentado no modelo fordista/keynesiano, e a implementação de um novo regime de acumulação e produção mais flexível, iniciado nos anos 1960/1970¹. Inicialmente, as entidades sequer tinham a denominação de organizações não governamentais, o que ocorreu, pela primeira vez, na década de 1940, em documento da Organização das Nações Unidas (LANDIM, 1993).

Na década de 1970, no Brasil, o grupo de entidades no campo do ecologismo contestatório marcou o período. Diversificadas, complexas e contraditórias (RODRIGUES; LOUREIRO, 2012), as ONGs costumavam se manifestar no espaço público, fazendo

¹ David Harvey (1999) considera o segmento 1965-1973 como um período de profundas modificações no sistema de produção e hábitos de consumo no mundo capitalista baseado no sistema fordista-keynesiano. Ao mesmo tempo, considera este período como de transição para o surgimento de um novo sistema mais flexível, que denominou inicialmente de acumulação flexível. Mais recentemente, Harvey (2005, 2011) passa a denominar de acumulação por espoliação a fase do capitalismo iniciada em 1973.

denúncias variadas contra uma série de desastres e impactos ambientais, decorrentes de projetos de infraestrutura e de investimentos das atividades capitalistas. No plano internacional, iam além do conservacionismo, assumindo posições tanto reativas quanto de ações diretas (MCCORMICK, 1992). Esse período coincidia com o final de um ciclo de expansão econômica do capitalismo, nos países capitalistas industrializados, o que explica a ênfase do movimento pela ação direta e em busca de um novo foco para a política, conforme ressalta McCormick (1992).

Cabe destacar que a década de 1980 representa uma referência histórica das lutas socioambientais das populações tradicionais da Amazônia. Em 1988, após a morte de Chico Mendes, as ideias de “uso sustentável da natureza” e da “existência dos povos da floresta” se consolidaram. No entanto, nos anos seguintes, o discurso do desenvolvimento sustentável foi sendo deslocado daquele pretendido pelos seringueiros, ribeirinhos, indígenas e demais “povos da floresta” e dos ambientalistas, para adequá-lo ao modelo clássico de desenvolvimento. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2014)

Nesse sentido, no final da década de 1980, após a publicação do Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum”, no ano de 1987, a crítica ambiental à sociedade industrial foi sendo paulatinamente incorporada ao termo “desenvolvimento sustentável”, de forma a não obstaculizar a concepção hegemônica de “desenvolvimento” (ACSELRAD, 2004). Esse movimento surgiu a partir da proposta de adequar crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, por meio de soluções técnicas e de mercado, sem alterar, substancialmente, o modelo de desenvolvimento vigente. Ao que parece, já estava sinalizada uma tendência de substituição do movimento contestatório por uma tentativa de colaboração e de consenso.

Desde então, algumas ONGs foram convidadas a estabelecer parcerias com outros atores, como o Estado, as empresas e os organismos internacionais. Isso se verificou no contexto de institucionalização da questão ambiental, que vinha ocorrendo desde a década de 1980, na maior parte dos países², bem como da inclusão das ONGs no chamado terceiro setor. Defendido como um espaço de participação da sociedade, através das ações das ONGs, este setor cumpriu um papel ideológico importante para a implementação das políticas neoliberais no Brasil (COUTINHO, 2011) e, em diversos países, nos anos 1990. As ONGs alteraram seus procedimentos. Tiveram que realizar reengenharias internas e externas para sobreviver e buscaram a autossuficiência financeira (GOHN, 2008).

²Em junho de 1972, apenas 25 países haviam implementado ou reorganizado a sua legislação ambiental (11 no terceiro mundo), enquanto, em 1985, 140 países já contavam com organismos ambientais (McCORMICK, 1992).

Apesar das importantes divergências sobre a noção de desenvolvimento sustentável, essa noção se fortaleceu desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, e vem sendo propagada por organizações internacionais, empresários, políticos e ONGs, repercutindo nas políticas ambientais e na ordem ambiental internacional. No Brasil, com a constituição de 1988, as políticas ambientais avançaram relativamente, sobretudo em aspectos legais, institucionais e na construção da noção de desenvolvimento sustentável. Na prática, no entanto, muitas vezes, as resistências, geralmente provenientes do mercado ou mesmo do Estado, se expressam em mecanismos de adiamento e restrições à aplicação dessas políticas.

Tudo isso foi se desenvolvendo em um contexto mais amplo, que é o do capitalismo mundial. Desde as últimas décadas do século passado, o capitalismo paulatinamente vem aprimorando e aprofundando a tendência de espoliar novos territórios de acumulação (HARVEY, 2005, 2011), tornando os embates e os conflitos ambientais cada vez mais frequentes. Esses conflitos nas formas de apropriação da natureza são tratados por Martinez-Alier (2007) como conflitos ecológicos distributivos. A expressão vem da Ecologia e da Economia, e diz respeito à forma como está organizada a economia, provocando conflitos de distribuição. Trata-se de conflitos que resultam da ação de grandes empreendimentos, que se apropriam dos recursos de um lugar, anteriormente mais bem distribuídos pelas comunidades locais. Na atualidade, o caso Belo Monte pode ser considerado um dos exemplos emblemáticos desse processo.

A compreensão desses embates e conflitos ambientais pode ser feita a partir da consideração das correntes do ambientalismo. Tem-se, por exemplo, as três correntes do ambientalismo discutidas por Martinez-Alier (2007), denominadas Culto ao Silvestre, Credo ou Evangelho da Ecoeficiência e Ecologismo dos Pobres ou Justiça Ambiental. Segundo o autor, a corrente da Justiça Ambiental surgiu a partir dos conflitos ecológicos distributivos, permitindo investigar as questões ambientais para além do discurso do “desenvolvimento sustentável”, da “modernização tecnológica” e da “internalização das externalidades” (Credo da Ecoeficiência). Ele considera que esses princípios isolados não apresentam soluções para os atuais problemas ambientais, por não questionarem o atual modelo de crescimento urbano-industrial. Para esta tese, a noção de “Justiça Ambiental” (nascida dos conflitos ambientais) tem grande relevância, porque o meio ambiente é considerado em sua totalidade, incluindo suas diversas dimensões.

A tese foi produzida em um ‘lócus’ de verificação, que é a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, considerando suas implicações e vinculações com o posicionamento

das ONGs ambientalistas. Interessa, nesse sentido, o que o empreendimento suscita de movimentação e direcionamento da atuação dessas ONGs. A grandiosidade da problemática ambiental, expressa na construção da Usina, facilita a verificação e a descrição dos aspectos nodais da tese. Ela poderá vir a ser a quarta maior usina hidrelétrica do mundo, atrás apenas de Três Gargantas (China), Itaipu (Brasil/ Paraguai) e de Xiluodu³ (China).

A usina de Belo Monte está sendo construída no rio Xingu, afluente da margem direita do Rio Amazonas, cerca de 40 km a jusante da cidade de Altamira, na Amazônia brasileira, no estado do Pará. Trata-se de uma região de grande diversidade biológica, povoada por comunidades indígenas, ribeirinhos e agricultores, incluindo duas Terras Indígenas (TI), que serão diretamente afetadas pela redução da vazão do Xingu, a TI Paquiçamba e a TI Arara da Volta Grande ou Arara do Maia.

O governo federal, através da Eletrobrás, é o maior acionista do Consórcio Norte Energia S/A⁴, responsável pela administração da usina. Somadas às participações da Eletrobrás e de suas subsidiárias Chesf e Eletronorte, a companhia controlada pelo governo detém 49,98% da empresa que administrará a usina⁵. A construção da obra tem envolvido grandes empresas do setor, como a Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, que detêm, juntas, 50% do consórcio construtor de Belo Monte (CCBM), contratado pela Norte Energia S/A (Nesa). O início da operação da primeira turbina deveria ocorrer em fevereiro de 2015, mas uma série de atos do poder público, do poder judiciário, ocupações indígenas e greves dos trabalhadores paralisaram diversas vezes a obra e atrasaram cerca de um ano o cronograma previsto, segundo a Norte Energia.

A construção da usina de Belo Monte começou em 2011, mas desde o início dos estudos de inventário da bacia do Xingu, em 1975, já se passaram quase 40 anos e muitas pessoas, mudanças no projeto, controvérsias e embates estão envolvidos. Dessa forma, a construção da usina tem se destacado, no sentido de expressar as grandes questões ambientais contemporâneas, o que justifica a sua escolha como objeto empírico de tese. Na verdade, o projeto da UHE Belo Monte atravessou distintas fases da política nacional, e constava na lista de obras estratégicas dos governos José Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rouseff.

A proposição defendida nesta tese pressupõe a associação entre a atuação das ONGs ambientalistas e a inserção do Brasil nas transformações do capitalismo internacional, a partir

³ A usina de Xiluodu está sendo construída no rio Jinsha, afluente do Yang Tsé Kiang. Terá uma capacidade nominal de 13.860 MW quando todos os geradores estiverem conectados à rede. (HYDROWORD, 2014)

⁴ Ver o site oficial do Consórcio Norte Energia S/A. (NORTE ENERGIA, 2014)

⁵ A distribuição do percentual restante foi feita entre várias empresas, tanto nacionais quanto estrangeiras.

dos anos 1990. A atuação das ONGs ambientalistas, então, pode refletir tanto essas questões quanto aspectos inerentes à nova configuração de forças político-econômicas no cenário mundial. A ideia central consiste na noção de que algumas ONGs transformaram-se no contexto dessas mudanças, na medida em que, gradativamente, deixaram em segundo plano os fundamentos do pensamento ambientalista das décadas de 1970 e 1980, enquanto tradição da militância e da denúncia. Tais bases, por sua vez, estão sendo tensionadas pela perspectiva da Justiça Ambiental, aqui entendida como avanço na compreensão da intersecção entre pensamento ambientalista, economia e sociedade.

Nesse processo, a presente pesquisa busca contribuir para evidenciar outras questões fundamentais à agenda de pesquisa em Geografia. Dentre essas indagações, é possível pontuar: Como o agendamento das ONGs atuantes em relação ao empreendimento de Belo Monte articula-se com as políticas ambientais? Como se manifesta a tensão entre as ONGs que atuam na UHE de Belo Monte em relação à corrente de Justiça Ambiental?

Pode-se considerar, como justificativa da tese que está sendo proposta, a importância do estudo para a Geografia, devido a sua perspectiva ampla, pertinente à aproximação de saberes e, ao mesmo tempo, à marca de comprometimento social, em busca da compreensão da dimensão política do problema de pesquisa. Nessa perspectiva, Gonçalves (1990) ressalta que a questão ambiental convoca diversos campos do saber. Não pode ser reduzida a nenhuma área específica das Ciências da Natureza ou das Ciências Humanas, pois diz respeito às maneiras com que a sociedade se relaciona com o seu-outro, a natureza. “Estão aí implicadas, portanto, as relações sociais e as complexas relações entre o mundo físico-químico e o mundo orgânico.” (GONÇALVES, 1990, p. 139).

A presente pesquisa visa, igualmente, contribuir para ampliar a agenda de pesquisa em Geografia e demais Ciências Humanas, ainda carentes de estudos que abordam a atuação das ONGs ambientalistas e sua relação com os processos do capitalismo. Os escassos estudos sobre as ONGs, segundo Gohn (2008), em geral, são feitos de dentro dessas organizações e dificilmente um “ongueiro” (e “ex-ongueiro”) se liberta dos condicionamentos da forma de ser e agir do mundo das ONGs. Nesse sentido, esta investigação pode vir a elucidar os elementos subjacentes às transformações na atuação das ONGs ambientalistas e sua imbricação com os processos do capitalismo, a partir da década de 1990. Vale destacar que, no Brasil, há importantes estudos sobre as ONGs dedicadas aos temas de desenvolvimento, principalmente na Ciência Política e na Sociologia⁶.

⁶ Destaca-se a tese de Joana Aparecida Coutinho (2011), em Ciências Sociais, que aborda o papel das ONGs, no auge das políticas neoliberais no Brasil.

Para a sociedade, o Estado e o próprio movimento ambientalista, esta pesquisa tende a oferecer um material de reflexão mais complexo, com relação às forças que impulsionam os direcionamentos das ONGs. Essas forças, na proposição desta tese, parecem relacionar-se diretamente à lógica do capitalismo em sua fase atual, que vem aprofundando e criando novos mecanismos de acumulação por espoliação. (HARVEY, 2005, 2011) A grandiosidade do empreendimento em questão só reforça a relevância deste estudo.

OBJETIVOS - O objetivo geral da tese pode ser assim definido: analisar a atuação das ONGs ambientalistas em relação à UHE Belo Monte, tomando como referência a inserção do Brasil no processo de reestruturação do capitalismo internacional, nos anos 1990, e as correntes do ambientalismo.

Nesse sentido, apresentam-se os seguintes objetivos específicos: apresentar as políticas ambientais do Brasil na relação com a agenda das ONGs envolvidas no empreendimento de Belo Monte; reconhecer a matriz das correntes ambientalistas presentes nas ONGs atuantes no caso Belo Monte; analisar a tensão das ONGs que atuam na UHE Belo Monte pela corrente do ambientalismo reconhecida como Justiça Ambiental.

O referencial teórico é transdisciplinar, tendo como principais eixos de abordagem: reestruturação do capitalismo, ONGs, correntes do ambientalismo e terceiro setor. Esses eixos sinalizam para o referencial, envolvendo a Geografia, a Sociologia, a Ciência Política e a Ecologia Política, principalmente.

A base teórica para o entendimento do capitalismo e para as transformações contemporâneas ampara-se na noção de transição de um regime de acumulação fordista/Keynesiano, para um regime flexível/de acumulação por espoliação, conceito apresentado por Harvey (2005, 2011). Esse autor é importante, também, na discussão do conceito de Neoliberalismo, dos fatores responsáveis pela sua implantação abrangente, no Brasil e América Latina, o que ocorreu especialmente após a formulação do Consenso de Washington, em 1989 (HARVEY, 2012).

Em *O Novo Imperialismo* (2005), Harvey examina uma série de características que permanecem presentes no capitalismo contemporâneo, a partir de processos de longa duração do capitalismo (mudanças estruturais). Para esse autor, a dinâmica da acumulação do capital é uma condição natural para a sobrevivência do capitalismo; contudo, essa condição está sujeita a desencadear crises crônicas de sobreacumulação, que podem ser superadas (pelo menos por algum tempo) através da acumulação por espoliação. O autor constrói esse conceito, para se referir à fase atual do capitalismo, iniciada em 1973. Além disso, ressalta que o Estado exerce um papel decisivo na promoção desses processos, através do apoio às

políticas de privatização (como na abertura de novos territórios de acumulação) e de financeirização, aplicadas principalmente aos países periféricos e viabilizadas pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial (HARVEY, 2005).

Segundo o autor, a acumulação por espoliação acabou desencadeando a crise financeira em 2007 e 2008. Além disso, cita vários exemplos de mecanismos de acumulação por espoliação. Alguns são inteiramente novos, como a biopirataria, em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas. Na sua análise, o autor ressalta uma série de movimentos que rejeitam esses mecanismos, como o trabalho desempenhado pelas ONGs. Ele, no entanto, considera impossível uma mudança revolucionária a partir das ONGs, porque afirma que elas são muito limitadas pelas instâncias políticas e pelas políticas de seus mantenedores. (HARVEY, 2005; 2012).

A inserção do Brasil nas transformações do capitalismo, em termos teóricos, foi trabalhada, principalmente, a partir dos pressupostos de Bresser-Pereira (2006; 2009). Sua contribuição está particularmente sintetizada na expressão novo-desenvolvimentismo, que consiste na retomada de um projeto de desenvolvimento, que reconfigura a relação do Estado com a sociedade. Trata-se de um resgate da noção de Estado Nação, com o viés de conservação de Estado independente, ainda que preserve algumas orientações de políticas neoliberais.

Quanto aos estudos sobre as ONGs ambientalistas, pode-se destacar a tese de McCormick (1992), intitulada Rumo ao Paraíso, que salienta o fato de que o movimento ambientalista (preservacionista e conservacionista), destacadamente nos EUA e na Grã-Bretanha, gerou a maior revolução conceitual do século XX, e transformou-se no Novo Ambientalismo, entre 1962 e 1972. Na tentativa de resgatar aspectos históricos do surgimento e da transformação da atuação das ONGs, em contraponto às diferentes correntes do ambientalismo, recorre-se à abordagem das três principais correntes definidas por Martínez Alier (2007), mas também discutidas por outros autores contemporâneos: Culto ao Silvestre, Credo da Ecoeficiência⁷ e Ecologismo dos Pobres ou Justiça Ambiental. O autor destaca que as três correntes apresentam elementos comuns que as entrelaçam e, inclusive, algumas ONGs ambientalistas podem pertencer a mais de uma corrente.

Ressalta-se, ainda, que o terceiro setor será abordado a partir da discussão empreendida por Coutinho (2011), Gohn (2004, 2008) e Montañó (2010), que trazem o entendimento de coincidência entre a inclusão das ONGs no terceiro setor e a implementação

⁷Essa denominação é de Martínez Alier (2007). Outros autores denominam essa corrente ambientalista diferentemente, como Ignacy Sachs (2009) que usa o termo 'ecodesenvolvimento'.

das políticas neoliberais. Na sua análise, Montaño (2010) ressalta o fenômeno que se oculta por trás da leitura ideológica do terceiro setor e a sua funcionalidade para com o projeto neoliberal, inserido no processo atual de reestruturação do capital.

1.2 METODOLOGIA

A definição da estratégia metodológica segue a orientação da Ciência Contemporânea e suas implicações. Desde as últimas décadas do século XX, encontra-se em curso um processo de abertura e de interconexões entre as áreas de conhecimento, que ocorre em paralelo às grandes mutações do Capitalismo. Vários são os teóricos que ajudam a compreender o cenário contemporâneo e suas peculiaridades. Pode-se citar, entre eles, o sociólogo português Boaventura Souza Santos (2010), que apresenta algumas questões teórico-metodológicas que sustentaram o paradigma dominante da Ciência Moderna, consolidada nos últimos duzentos anos, cuja origem remonta ao século XVI. Vale ressaltar que ele discute as características dessa Ciência Moderna e, também, propõe um novo modelo de razão, que denomina de “razão cosmopolita”.

Para Santos (2007, 2010), o paradigma da Modernidade apoiou-se na distinção entre conhecimento científico e conhecimento do senso comum, bem como na separação radical entre natureza e sociedade. A ênfase na análise quantitativa (medições, classificações, divisões), realizada pelas disciplinas formais da Física e da Matemática, se impôs ao mundo, provocando uma extrema fragmentação do conhecimento e reduzindo a sua complexidade. No final do século XIX, esse modelo de racionalidade só admitia a busca do saber nas Ciências Naturais e nas Ciências Humanas, através do método científico experimental.

O contexto sócio-político em que este modelo de racionalidade se desenvolveu foi concomitante ao desenvolvimento das técnicas e da expansão capitalista. Segundo Santos (2010), corresponde à consolidação do Estado Liberal, na Europa e na América do Norte, às revoluções industriais e ao desenvolvimento capitalista, ao colonialismo e ao imperialismo. Esse autor denomina esse modelo de racionalidade como “razão indolente”⁸, que se manifesta na forma de razão metonímica (uma figura do discurso para significar a parte pelo todo) e de

⁸O autor explica que a expressão é utilizada a partir de Gottfried Leibniz (1985). No seu trabalho de reflexão teórica e epistemológica mais recente, Santos (2010) afirma que essa racionalidade se considera única e exclusiva. Também a denomina de indolente ou preguiçosa, porque ela se mostra restrita aos saberes consolidados (SANTOS, 2010).

razão proléptica (uma técnica narrativa para significar o conhecimento do futuro, no presente), principalmente.

A razão metonímica fundamenta-se no conceito restrito de totalidade, construída por partes homogêneas e por um conhecimento dicotômico (não consegue pensar o Sul sem o Norte, a mulher sem o homem). Incapaz de conceber que a totalidade é feita de heterogeneidades e que as partes têm uma vida própria fora da influência determinante da totalidade e das dicotomias, a razão metonímica provoca a contração e a diminuição do presente, bem como desperdiça muitas experiências sociais, que estão baseadas em conhecimentos populares, assim como atribui descrédito aos povos e aos grupos sociais que se organizam através desses conhecimentos.

A razão proléptica baseia-se na ideia da monocultura do saber e do tempo linear, evidenciando que a história tem a direção e o sentido desejados, conferidos pela noção de progresso e de crescimento econômico. Nessa perspectiva, os países mais desenvolvidos (suas instituições e formas de sociabilidade) estão sempre na dianteira no sistema internacional, e os demais são considerados atrasados ou residuais. “Do mesmo modo, a concepção linear do tempo e a planificação da história permitiram expandir o futuro indefinidamente. Quanto mais amplo o futuro, mais radiosas são as expectativas confrontadas com as experiências do presente” (SANTOS, 2010, p.95). Nessa perspectiva, o futuro não precisa de cuidado, uma vez que ele é infinito e ilimitado.

Com a intenção de seguir a trajetória inversa da monocultura dos saberes científicos, no sentido de saberes restritos à visão da Modernidade, o autor propõe uma racionalidade cosmopolita (sociologia das ausências, sociologia das emergências e trabalho de tradução). Trata-se do reconhecimento da incompletude dos saberes, gerando a possibilidade de diálogos entre saberes diversos. Para expandir o presente, sugere a sociologia das ausências, no sentido de que as experiências produzidas como ausentes sejam libertadas da relação de produção, para que, então, tornem-se presentes e também alternativas às experiências hegemônicas. Para conceber o futuro, ele propõe a sociologia das emergências, que consiste em substituir o tempo linear por um futuro de possibilidades plurais e concretas, que vai se construindo no presente. A ideia de determinação do futuro passa a ser substituída pelo cuidado com o futuro. O trabalho de tradução é assentado no pressuposto de que é impossível a formulação adequada de uma teoria geral, que consiga explicar a imensa diversidade de experiências sociais que estão em curso no mundo de hoje. Ao invés de uma monocultura de saberes ainda

dominante, apesar de desacreditada, esse autor propõe uma ecologia de saberes⁹.

Dessas considerações gerais, sobre a produção do conhecimento, avança-se com a compreensão de que produzir Ciência, no cenário da Geografia contemporânea, é se deparar com um mundo em mutação, com estruturas capitalistas em constante e acelerada transformação, interferindo também nos processos de conhecimento. O geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves (1990) destaca que a Geografia se depara com muitos desafios, em relação a essa maneira de ver o mundo, e que isso tem a ver com a razão técnica e as implicações políticas, que a sociedade europeia industrial estabeleceu para si e para o mundo afora. “A ciência, cada vez mais transformada em força produtiva, encontra-se com a necessidade de repensar seus fundamentos epistemológicos e metodológicos, enfim, sua relação com a filosofia” (GONÇALVES, 1990, p. 136). Trata-se, segundo esse autor, de construir outro conceito de natureza, que envolve também outra concepção de homem e, certamente, de sociedade. Na nova perspectiva da ciência, o autor entende que as técnicas precisam estar subordinadas à finalidade social da Ciência.

Para esse autor, a extrema fragmentação do conhecimento, ocorrida principalmente a partir do final do século XIX, consagrou a separação homem-natureza, e esta passou a ser considerada como um objeto a ser possuído e dominado. Essa distinção, homem-natureza, se reproduziu na Economia, na Sociologia, na Antropologia, por exemplo. Até mesmo a Geografia, que a princípio não apresentava essa dicotomia, acabou reproduzindo-a, através da separação entre a Geografia Física e a Geografia Humana. Na contemporaneidade, no entanto, essa divisão está sendo questionada, e há evidências de ampliação e complexificação da abordagem dos fenômenos da área.

Diante desse cenário de mutações, a proposta desta tese emerge com o viés da pluralidade de saberes e de metodologias, bem como segue a orientação qualitativa na investigação. Assim, o estudo proposto tem uma perspectiva qualitativa, de cunho exploratório, em que se buscam informações sobre a realidade investigada. Assim, o enfoque privilegia a qualidade dos dados, e não tanto sua dimensão quantitativa, compreendendo suas características processuais, orientadas pela própria busca, pela exploração. Nesse sentido, ressalta-se que o caráter exploratório combina-se com a orientação qualitativa, considerando que se parte da realidade para buscar explorar as informações e os contextos investigados.

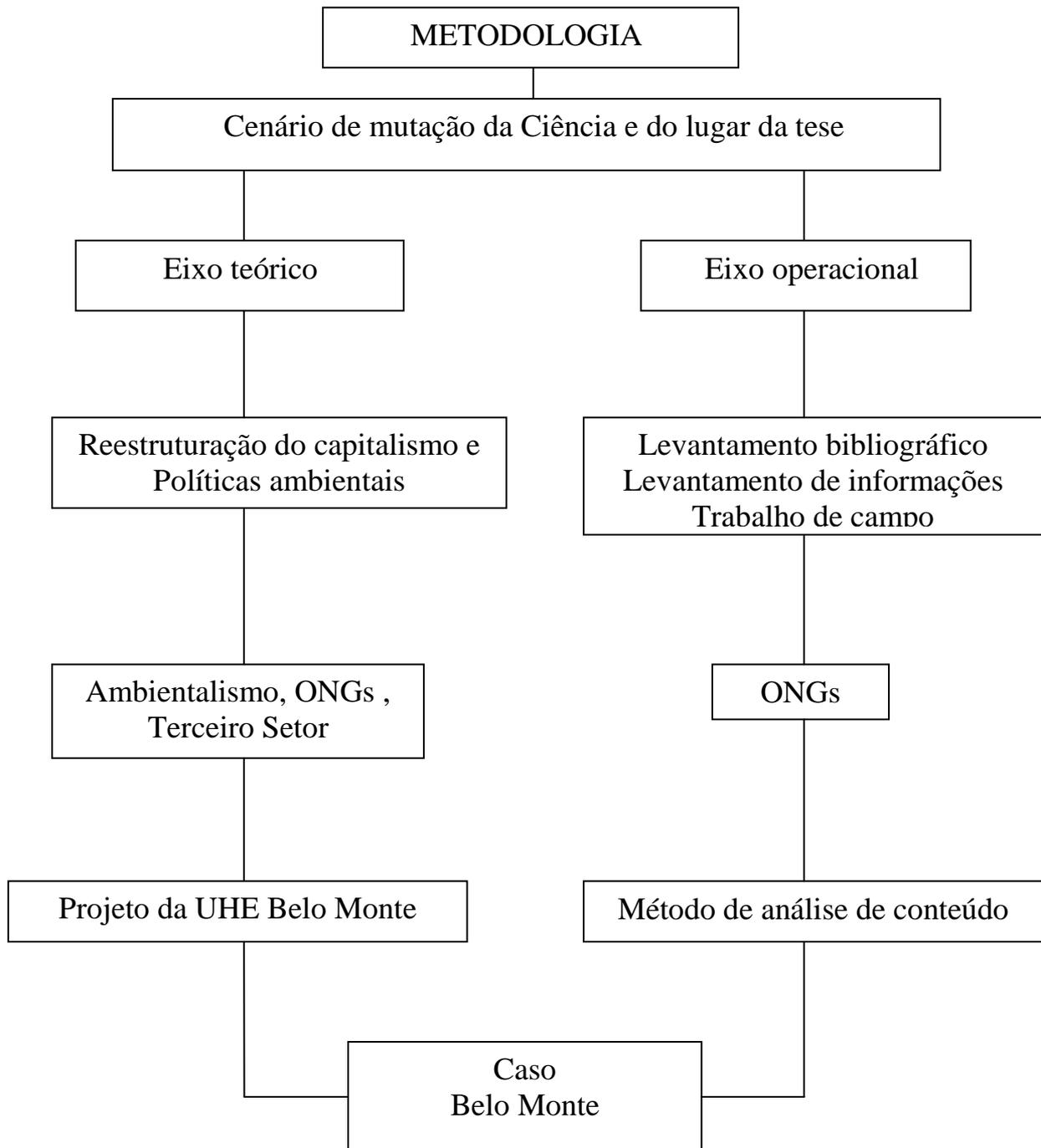
Segundo Demo (2006), a pesquisa qualitativa, por ele designada como intensa, deve

⁹A ecologia dos saberes trata-se de uma possibilidade de o saber científico dialogar com uma ecologia mais ampla de saberes, como o saber popular, dos indígenas, dos africanos, dos camponeses, das populações urbanas marginais (SANTOS, 2010).

ser priorizada sempre que tratar de temas que se voltam mais para a intensidade (qualidade) do que para a extensão dos fenômenos. Isto é, para o autor, as características que distinguem a intensidade (como profundidade, complexidade, processualidade) não se esgotam na pesquisa extensa ou quantitativa, que percebe somente a extensão dos fenômenos, sem aprofundar a análise para além do que é observável. Em outras palavras, na pesquisa qualitativa, há uma interação entre sujeito pesquisador e objeto pesquisado, que faz com que ela seja intensa, no sentido de buscar na profundidade do fenômeno explicações para o problema.

O autor não deixa de reconhecer que as pesquisas qualitativas e quantitativas precisam ser tomadas como complementares, uma vez que constituem perspectivas diferentes do mesmo fenômeno. Seria equivocado, portanto, não perceber que os dados qualitativos também apresentam, de alguma forma, referências como tamanho, escala e extensão, entendendo que não existe dicotomia entre os dois métodos (DEMO, 2006). Deve-se, ainda, ressaltar que a pesquisa qualitativa constitui-se em uma orientação que não busca generalizar os resultados alcançados no estudo, criando modelos que se pretendam universais. Segundo Triviños (2011), a pesquisa qualitativa pretende apenas obter generalidades, tendências ou definir ideias predominantes durante o processo.

A definição da estratégia metodológica considera duas grandes áreas de atuação: a teórica e a operacional, sendo que ambas estão intrinsecamente relacionadas. Apresenta-se, a seguir, o esquema geral da investigação:



O estudo parte de um amplo levantamento bibliográfico, sobre os principais eixos de significação definidos como sustentação para analisar uma dinâmica, cuja base de validação é empírica. Nesse sentido, podem ser considerados como eixos de abordagem: o processo de reestruturação do capitalismo, a partir dos anos de 1990, no mundo e no Brasil; as ONGs e as correntes do ambientalismo; as políticas ambientais e o fortalecimento do terceiro setor, nas últimas décadas; por último, a concepção e a evolução do projeto da usina de Belo Monte.

Foram utilizadas as seguintes fontes de pesquisa, listadas na bibliografia: o referencial teórico de livros, teses e artigos; documentos e notícias disponíveis em sites de agências governamentais (como o Ministério de Minas e Energia - MME, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, ELETROBRÁS, ELETRONORTE, Norte Energia, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - Ibama, Fundação Nacional do Índio - Funai, etc).

Para a parte empírica da investigação, propriamente dita, foram selecionadas algumas ONGs que realizam algumas ações em relação à construção da usina de Belo Monte, considerando, na escolha, ONGs nacionais e internacionais. Entre as ONGs selecionadas, há três internacionais e duas nacionais, cada qual correspondendo a algum dos seguintes critérios: pioneirismo nas décadas de 1960 e 1970; emergência de atuação na década de 1990; reconhecimento nacional ou internacional pelo trabalho; destaque de atuação na Amazônia ou diretamente ligada ao caso Belo Monte. As ONGs selecionadas, conforme o seu surgimento, são: *World Wildlife Fund* (WWF), Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), Greenpeace, Instituto Socioambiental (ISA) e *Amazon Watch*. Essas ONGs são instituições de reconhecimento público, pelas suas atuações e diversidade de ações e projetos com as quais se envolvem diretamente. No Brasil, atuam em diversos projetos, com ação marcante em algumas regiões.

Com efeito, a coleta específica, envolvendo a investigação das ONGs, propriamente dita, foi feita através de levantamento de informações nos sites, blogs, e alguns escritórios dessas agências, como o do Greenpeace (São Paulo), Instituto Socioambiental (Altamira), AGAPAN (Porto Alegre), *Amazon Watch* (São Francisco, na Califórnia, entrevista por *Skype*) e trabalhadas a partir do método de análise de conteúdo. O emprego desse método na tese proposta se apoia nos conceitos, princípios e técnicas apresentadas por Bardin (2011) e Triviños (2011), principalmente. Bardin (2011) define análise de conteúdo, como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

Para a autora, esse método desenvolve-se a partir de três procedimentos mais ou menos complexos: descrição, inferência e interpretação. “Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a

interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra” (BARDIN, 2011, p. 45).

Bardin ressalta os aspectos da pesquisa quantitativa, trabalhados pelo método de análise de conteúdo, enquanto outros autores, como Triviños (2011) e Moraes (1999) valorizam a pesquisa de campo para o viés qualitativo. Trata-se de método de grande aplicação, em tipos variados de pesquisa, o que é confirmado pelo posicionamento desses autores.

Segundo Moraes (1999), as fontes para a análise de conteúdo podem se originar de qualquer material proveniente da comunicação verbal ou não verbal, como jornais, revistas, entrevistas, fotografias, livros e outros. Ele salienta que, na vertente qualitativa, o trabalho do pesquisador pode ser influenciado por diversos fatores: a linguagem do entrevistado, bem como o contexto em que a comunicação se verifica, por exemplo. O autor lembra, nesse sentido, que a análise de conteúdo não permite uma leitura neutra, uma vez que o método se baseia na interpretação pessoal do pesquisador.

Triviños (2011) apoia-se nos princípios e nas técnicas do método de análise configurado por Bardin (2011). O autor enfatiza que os procedimentos indispensáveis para classificação dos conceitos, sua codificação e categorização, por exemplo, serão certamente inúteis no emprego do método, se o pesquisador não tiver amplo conhecimento teórico. “Isto é, não será possível a inferência se não dominarmos os conceitos básicos das teorias que, segundo nossas hipóteses, estariam alimentando o conteúdo das mensagens” (TRIVIÑOS, 2011, p.160-161).

Nesta pesquisa, o método de análise de conteúdo, conforme salientado anteriormente, foi aplicado no tratamento dos dados das informações e depoimentos obtidos sobre as ONGs e os dirigentes dessas organizações para verificar objetivos, processo de planejamento das atividades e atuação, com relação ao caso Belo Monte. Neste caso, a análise de conteúdo foi feita, a partir de notícias, documentos e livros e depoimentos que expressam a atuação dessas ONGs. Todos os “textos” selecionados passaram por uma transcrição e seleção de trechos significativos, conforme os focos definidos nos objetivos.

As categorias de análise que expressam a matriz das correntes ambientalistas elaboradas *a priori* emergiram dos principais objetivos da pesquisa. Entre as principais categorias de análise que expressam a primeira corrente do ambientalismo (a do Culto ao Silvestre) destacam-se: o preservacionismo e o conservacionismo. A segunda corrente (a do Evangelho da Ecoeficiência) ressalta as tecnologias verdes, valor monetário da natureza e

desenvolvimento sustentável. A terceira corrente (a da Justiça Ambiental ou Ecologismo Popular) emerge dos conflitos ambientais ou conflitos ecológicos distributivos. Por fim, a categoria de denúncia envolve a contestação/ação direta sobre os impactos provocados pelo modelo de desenvolvimento.

O procedimento de aplicação da análise de conteúdo foi desenvolvido em três etapas básicas, apresentadas por Bardin (2011) e por Triviños (2011): pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. Na pré-análise, ocorreu o primeiro contato com o material empírico. A pesquisadora, ao se deparar com os dados coletados no campo, iniciou a análise, por meio de uma organização preliminar, buscando mapear as linhas gerais que emergem. Essas linhas emergentes foram contrapostas às definições anteriores, referentes aos objetivos do projeto de investigação. Essa leitura geral corresponde ao que Bardin (2011) chama de leitura flutuante.

A seguir, na segunda fase do método, que corresponde à descrição analítica, empenha-se em um trabalho de descrição e cruzamento dos dados obtidos nos “textos”, visando a um aprofundamento da análise, até chegar ao ponto de se conseguir produzir interpretações e inferências. Essas inferências têm como base a presença ou ausência das categorias de análise, delimitadas conforme as questões norteadoras e o referencial teórico da pesquisa. Nesta pesquisa, algumas categorias não foram definidas *a priori*, elas emergiram do conteúdo dos “textos”, para, depois, serem interpretadas a partir das teorias que embasam este projeto de pesquisa. Em outras palavras, o conteúdo que emerge do discurso é comparado com algum tipo de teoria, que neste trabalho, ampara-se, principalmente, nas grandes correntes do ambientalismo classificadas por Martínez Alier (2007).

O tratamento mais aprofundado dos dados é feito na etapa denominada por Triviños (2011), com base em Bardin (2011), de interpretação inferencial. O autor ressalta a importância de realizar análises mais aprofundadas, avançando do conteúdo manifesto para o conteúdo latente, que é dinâmico, estrutural e histórico. Com base no autor, pode-se compreender esta fase como a responsável pela explicitação do sentido dos dados e de suas relações, na medida em que, ele propõe o cruzamento das informações emergentes do campo, que podem oferecer tendências e sinalizar diretrizes e princípios, muitas vezes obscuros.

Para além disso, optou-se por uma aproximação direta do lócus de pesquisa, com a realização de um trabalho de campo em Altamira e Vitória do Xingu, no Pará, em julho de 2014, acompanhada da orientadora, Professora Dra. Dirce Suertegaray. Na ocasião, foram ouvidos atores envolvidos com o empreendimento. São eles: coordenador regional do Instituto Socioambiental; índia Juruna da aldeia Boa Vista (ex-liderança); coordenadora e

militantes do Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS); Procuradora do Ministério Público Federal em Altamira; Secretário de Planejamento do Município de Altamira e Representantes da Norte Energia. A escolha dos entrevistados se deve a sua representatividade no caso Belo Monte.

A entrevista foi do tipo não estruturada e os principais temas referem-se às formas de atuação, dificuldades e êxitos dessas organizações. Destaca-se, aqui, o fato de que esses depoimentos dialogam com a revisão bibliográfica no que se refere ao papel dessas organizações neste empreendimento.

Nesse mesmo período, também foi realizado um trabalho de campo, com visita ao Sítio Belo Monte (onde fica a casa de força principal), no Sítio Pimental (onde fica a barragem principal e a usina secundária) e na região dos canais e diques. Esta atividade de visita aos canteiros da usina foi guiada por engenheiros e por uma equipe de monitores capacitados pela Norte Energia. Além disso, integra o Projeto Conheça Belo Monte, inaugurado nesta ocasião, voltado para estudantes, professores e moradores dos municípios de Altamira, Brasil Novo, Anapu, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu.

A estruturação da tese foi feita em seis capítulos. Na introdução, apresenta-se uma panorâmica da pesquisa, com a contextualização do tema, a justificativa e os objetivos, bem como a metodologia do trabalho. A seguir, no capítulo 2, discute-se a inserção do Brasil pós-1990 nas transformações do capitalismo, considerando a reestruturação do capitalismo e expansão das políticas neoliberais; o Brasil no pós-Guerra Fria: entre o neoliberalismo e o novo desenvolvimentismo; e a institucionalização das políticas ambientais no Brasil após 1990. No capítulo 3, apresenta-se o ambientalismo como subsídio para (re)pensar as práticas das ONGs, com a abordagem da origem e transformação, da relação entre as ONGs e as correntes ambientalistas e das ONGs e o terceiro setor. Já no capítulo 4, o texto avança em direção ao objeto empírico da tese, com a caracterização geral da Usina Hidrelétrica Belo Monte e dos atores envolvidos. Aborda-se, neste capítulo: a energia hidrelétrica no contexto brasileiro, o histórico de concepção e de planejamento da obra, a caracterização do empreendimento e os principais atores envolvidos. A parte de campo, propriamente dita, está apresentada no capítulo 5, com o detalhamento da atuação das ONGs em relação à UHE Belo Monte. Optou-se por fazer a apresentação de cada ONG, seguida do quadro, com exemplos de sua atuação no caso específico, e da análise. Por último, as considerações finais recuperam aspectos centrais do trabalho, procurando sintetizar a reflexão possível a partir do contraponto entre objetivos, dados de campo e referencial teórico, com vistas a algumas sinalizações inerentes à proposta de tese.

2 A INSERÇÃO DO BRASIL PÓS-1990 NAS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO

O Brasil conquistou, nos últimos anos, uma posição de destaque no cenário internacional, graças a uma série de ações que se mostraram diferenciais para a retomada de sua identidade como nação. Essa condição, no entanto, é resultado de um longo processo, com significativas transformações nos anos recentes. Nesse sentido, este estudo parte do pressuposto da existência de um novo desenvolvimentismo no Brasil, a partir do início do século XXI, considerando também o auge da implementação das políticas neoliberais no país, na década de 1990. De maneira específica, percebe-se, desde 2006, uma política econômica de natureza híbrida, iniciada no segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). Houve a retomada de um projeto de desenvolvimento, que faz do Estado um instrumento de ação coletiva da nação (BRESSER-PEREIRA, 2009), ainda que preserve algumas políticas macroeconômicas¹⁰ neoliberais. Trata-se de tendência que parece persistir no governo Dilma Rouseff.

Vale destacar que a inflexão nas políticas recentes do Brasil está relacionada ao processo de reestruturação do capitalismo, em termos gerais, ao transitar do modelo fordista-keynesiano para o neoliberalismo, nas últimas décadas. Para tanto, será abordada, neste capítulo, no primeiro momento, a origem do neoliberalismo, bem como os fatores responsáveis por sua implantação abrangente, que ocorreu, sobretudo, na América Latina e no Brasil, após a formulação do Consenso de Washington (1989), no período compreendido entre o final da Guerra Fria e o início do século XXI. A abordagem da história e das implicações do neoliberalismo está fundamentada em vários autores, com ênfase nos estudos de David Harvey (2005; 2012).

Posteriormente, será feita a discussão de aspectos do caso brasileiro, no que tange à Reforma do Estado, como a privatização e a liberalização do mercado, na década de 1990. Além disso, conforme já foi mencionado, considera-se a existência de uma política econômica híbrida no Brasil, desde o início do século XXI. Trata-se, aqui, de resgatar a continuidade das políticas neoliberais no país e de contrapor esses aspectos às propostas desenvolvimentistas aplicadas, de forma complementar, a partir do governo Luiz Inacio Lula da Silva. Verifica-se, desde então, que o Brasil procura retomar o seu projeto de desenvolvimento e a sua identidade

¹⁰ Mantém a valoração da estabilidade monetária acima do crescimento, juros altos, carga tributária excessiva e câmbio valorizado(CERVO, 2008, p. 88).

política de nação independente. (BRESSER-PEREIRA, 2006; 2009 / MORAIS; SAAD-FILHO, 2011)

No terceiro momento, procura-se compreender a influência desses modelos de desenvolvimento - do neoliberalismo e do novo desenvolvimentismo - sobre os avanços e os desdobramentos da institucionalização das políticas ambientais no Brasil. Trabalha-se com um recorte de tempo, que se inicia com os preparativos para a realização da II Conferência Mundial de Meio Ambiente, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992.

2.1 REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO E EXPANSÃO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

O neoliberalismo passou a conquistar espaço na academia e na política, desde os anos 1970, mas se tornou hegemônico nas práticas e no pensamento político após o final da Guerra Fria, cuja referência temporal é o final dos anos 1980 e início da década seguinte. Com efeito, quase todos os novos Estados originados após o colapso da URSS e Estados de Bem-Estar Social adotaram (de maneira voluntária ou de forma coercitiva) alguma versão da teoria neoliberal, adaptando-a aos seus termos. Também na África do Sul, pós *Apartheid*, e na América Latina, pós Consenso de Washington, o neoliberalismo foi rapidamente adotado, na década de 1990. Verifica-se, entretanto, uma tensão entre os princípios neoliberais e as práticas reais de neoliberalização, ou seja, “[...] a prática da neoliberalização evoluiu de tal modo que se afastou ponderavelmente do modelo que a teoria oferece” (HARVEY, 2012, p. 75).

Na sua origem, o neoliberalismo exalta a liberdade de iniciativa privada, propondo uma subordinação incondicional ao mercado e ao livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional para garantir essas práticas. Por um lado, o Estado tem que ser forte no controle do dinheiro e nas funções voltadas aos aspectos legais, para garantir o funcionamento apropriado dos mercados e os direitos de propriedades individuais. Por outro lado, as intervenções do Estado nos mercados devem ser mantidas em nível mínimo, pois, conforme a teoria, o Estado não dispõe de informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços). Nesse modelo, os grandes grupos econômicos vão inverter e viciar as intervenções do Estado, visando a atender seus interesses (HARVEY, 2012). Supostamente, a retirada do poder de decisão econômica, das mãos do Estado, garantiria a

eficácia das instituições públicas desgastadas pela intervenção estatal.

O neoliberalismo, como doutrina político-econômica, trata-se de uma reinterpretação do liberalismo econômico de Adam Smith à luz da realidade contemporânea. Foi moldado na década de 1940, por pensadores como Friedrich Hayek, economista austríaco, autor de *O Caminho da Servidão*, de 1944¹¹; Milton Friedman; Ludwig von Mises; e Karl Popper, entre outros. Surgiu como oposição crítica a todas as formas de intervenção e regulação do Estado na economia, como o marxismo, o socialismo, o planejamento estatal e o keynesianismo. No ano de 1947, Hayek reuniu esses e outros intelectuais na Suíça, e eles fundaram a Sociedade de Mont Pelerin¹². Essa sociedade era uma “[...] espécie de franco-maçonaria neoliberal altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos” (ANDERSON, 1995, p.09). Esse grupo visava combater principalmente o keynesianismo e as políticas do Estado de Bem-Estar Social, que avançavam desde a Grande Depressão, na década de 1930. Os membros do grupo consideravam as teorias de Keynes como cerceadoras da liberdade individual e se declaravam como liberais (no sentido europeu tradicional), porque consideravam fundamental o seu compromisso com os ideais políticos de dignidade humana e de liberdade pessoal (HARVEY, 2012).

O movimento neoliberal permaneceu latente durante as décadas de 1950 e 1960, período em que os países capitalistas mais avançados, que, na maioria, adotavam a orientação keynesiana, produziram elevadas taxas de crescimento econômico. Também a América Latina, segundo Kuczynsky (2004), com exceção da Argentina¹³, cresceu como nunca após a Segunda Guerra Mundial, entre 1940 e 1980. Para esse autor, isso se deve ao rápido crescimento mundial e à elevação dos preços das *commodities*, bem como às agressivas políticas desenvolvimentistas de substituição das importações adotadas em toda a região. Além disso, os indicadores sociais na América Latina melhoraram rapidamente, apesar de manterem a distribuição altamente desigual dos rendimentos. Ainda cabe mencionar que, no final da década de 1980, essas políticas sinalizavam o seu esgotamento “[...] à medida que cresciam os déficits orçamentários, a inflação se acelerava, explodiam os empréstimos estrangeiros e, conseqüentemente, as dívidas se acumulavam mais depressa que a capacidade de pagar seus juros”. (KUCZYNSKY, 2004, p.18).

Somente nos anos 1970, o neoliberalismo passou a ganhar espaço, tanto na academia

¹¹ Nesta obra, o autor expôs os princípios mais gerais do neoliberalismo, enfatizando a ideia de que o crescente controle do Estado na economia levaria à completa perda dos ideais de liberdade pessoal. O alvo imediato de Hayek era o Partido Trabalhista Inglês, às vésperas das eleições na Inglaterra, em 1945 (ANDERSON, 1995).

¹² A declaração de fundação da Sociedade de Mont Pelerin pode ser verificada no texto *O Neoliberalismo história e Implicações*, de David Harvey (2012, p.29).

¹³ A Argentina teve a sua idade do ouro nas décadas anteriores a 1914 (KUCZYNSKY, 2004).

como na política, especialmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, mediante a crescente influência da *Mont Pelerin Society*; do *Institute of Economic Affairs*, de Londres; da *Heritage Foundation*, de Washington; bem como da Universidade de Chicago, sob a liderança de Milton Friedman. Inclusive, foi nesse contexto que os pensadores Friedrich Hayek (1974) e Milton Friedman (1976) receberam o Prêmio Nobel da Economia. Cabe mencionar que a primeira experiência de neoliberalismo, ocorreu no Chile, sob o regime militar de Augusto Pinochet, no ano de 1974. Posteriormente ocorreu na Grã-Bretanha, no governo de Margaret Thatcher (1979) e nos EUA, durante o governo Reagan (1980). A versão pura do neoliberalismo, defendida pela Mont Pelérin, no entanto, não chegou a ser implementada em nenhum país, nem mesmo no Chile, pois o Estado manteve um controle importante no setor do cobre. Na Inglaterra e nos EUA, essa versão também não foi plenamente aplicada (HARVEY, 2012; ANDERSON, 1995).

A consolidação das bases para o neoliberalismo teve como momento marcante o início dos anos 1970, quando começou o enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social, formado no período pós Segunda Guerra e assentado no modelo fordista-keynesiano da Segunda Revolução Industrial. Desde então, a rigidez dos mercados, o pleno emprego, as taxas de câmbio fixas baseadas em Bretton Woods e os compromissos estatais com os serviços sociais entraram em colapso. Havia sinais aparentes de uma grave crise de acumulação. O desemprego e a inflação ampliaram-se por toda a parte, provocando estagflação, que se estendeu por boa parte da década de 1970. O sistema de taxas de câmbio fixas, baseado em reservas de ouro, já havia sido abandonado em 1971, mesmo antes do embargo do petróleo de 1973. As taxas de juros tornaram-se flutuantes e as políticas keynesianas já não funcionavam (HARVEY, 2012). O momento exigia, portanto, alguma alternativa para a solução da crise de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas (HARVEY, 2012).

Nesse sentido, a experiência de neoliberalismo ocorrida no Chile parecia oferecer um tipo de solução para recuperar a economia estagnada. Essa experiência deu-se sob a ditadura de Pinochet, contando com amplo apoio da elite chilena, de corporações dos EUA, da CIA e do secretário de Estado, Henry Kissinger. Isso ocorreu, já que, no caso do Chile, as políticas desenvolvimentistas de substituição das importações, dominantes na América Latina, não funcionaram bem. Pinochet escolheu, para sua equipe, um grupo de economistas neoliberais, conhecidos como *The Chicago Boys*¹⁴ e, desde o início do governo, trabalhou em parceria

¹⁴ Corresponde a um grupo de economistas chilenos treinados na Universidade de Chicago, desde os anos 1950, cujo propósito era neutralizar as tendências esquerdistas na América Latina. Na década de 1970, esses economistas vieram a trabalhar na Universidade de Santiago. Eles organizaram, com a elite de negócios chilena,

com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Naturalmente, a inspiração teórica da experiência chilena era mais norte-americana (Friedman) do que austríaca (Hayek).

Harvey (2012) sintetiza as práticas de neoliberalismo adotadas pelo governo chileno, ressaltando a reversão das nacionalizações e a privatização dos ativos públicos; a liberação dos recursos naturais (pesca, extração de madeira, etc.) à exploração privada e não regulada; a privatização da seguridade social e a facilitação para os investimentos estrangeiros diretos e o comércio mais livre. Acrescenta, entre esses fatores, o direito de companhias estrangeiras repatriarem lucros de suas operações chilenas.

O crescimento liderado pelas exportações passou a prevalecer sobre a substituição de importações. O único setor reservado ao Estado foi o recurso-chave, o cobre (mais ou menos como o petróleo no Iraque). Isso veio a ser crucial para a viabilidade orçamentária do Estado, já que as receitas do cobre fluíam exclusivamente para os seus cofres. A imediata recuperação da economia chilena em termos de taxas de crescimento, de acumulação de capital e de elevadas taxas de retorno dos investidores estrangeiros durou pouco. (HARVEY, 2012, p. 18)

Vale ressaltar, contudo, que a consolidação do neoliberalismo como nova ortodoxia econômica convencional¹⁵ ocorreu na Inglaterra, quando foi eleita Margareth Thatcher, em 1979, e nos EUA, em 1980, com Ronald Reagan. Margareth Thatcher demonstrou imediatamente a firme obrigação de reformar a economia: substituir o keynesianismo pelo monetarismo; romper com o poder dos sindicatos; desmontar ou reverter os compromissos do Estado de Bem-Estar Social; privatizar empresas e serviços, começando pela habitação pública, passando para o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água; reduzir impostos; promover a iniciativa dos empreendedores; e dissolver todas as formas de solidariedade social, em favor da propriedade privada e da responsabilidade individual (HARVEY, 2012). Com efeito, o modelo inglês foi considerado o pioneiro e o mais ambicioso de todas as experiências neoliberais nos países capitalistas avançados (ANDERSON, 1995), apesar das suas transformações não terem sido completas e abrangentes (HARVEY, 2012).

Em 1980, Ronald Reagan chegou à presidência dos EUA e, desde então, passou a

a oposição política a Allende e foram convidados para elaborar o programa econômico de Pinochet (HARVEY, 2012).

¹⁵ A ortodoxia convencional tem a sua origem na Teoria Econômica Neoclássica. A sua base, no entanto, não é teórica e sim ideológica. Trata-se de um “[...] conjunto de diagnósticos, políticas econômicas e reformas institucionais que os países ricos ou do Norte recomendam aos países em desenvolvimento ou do Sul. Eram então chamados de monetaristas, devido à ênfase que davam ao controle da oferta de moeda para controlar a inflação”. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.6)

realizar uma série de medidas voltadas para a desregulamentação (de empresas aéreas e de telecomunicações ao sistema financeiro), ataques ao poder sindical¹⁶ e cortes de impostos. Na prática, as reduções de impostos acabaram subsidiando o deslocamento do capital da região nordeste dos EUA, mais urbana e industrializada, para o sul e o oeste, fracamente sindicalizados e regulados. Além disso, houve a expansão da indústria americana para o exterior. Os impostos corporativos sofreram uma dramática redução, pois a faixa mais alta de imposto das pessoas físicas foi reduzida de 70% a 28%, aumentando a desigualdade social e a restauração do poder econômico da classe mais alta. O pior de tudo foi a livre transferência de ativos públicos para o setor privado, como a indústria farmacêutica que se beneficiou de direitos de patente sem nada devolver ao Estado, garantindo à indústria lucros altos e subsidiados (HARVEY, 2012). Reagan também não respeitou a disciplina orçamentária, pois a corrida armamentista com a URSS levou os EUA ao maior déficit público de toda a sua história (ANDERSON, 1995).

O combate ao comunismo esteve sempre incluído no ideário do neoliberalismo. O anticomunismo inevitavelmente fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político, consolidando o predomínio da nova direita na Europa e na América do Norte, ocasionando, nos anos 1980, o triunfo da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado. Também na Austrália, na Nova Zelândia e nos demais países da Organização à Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as ideias do neoliberalismo defendidas pela *Sociedade de Mont Pelerin* haviam triunfado plenamente. Essa hegemonia do neoliberalismo, pelo menos nos anos 1980, ocorreu devido a alguns êxitos alcançados: diminuição da inflação, recuperação dos lucros, enfraquecimento dos sindicatos, ampliação das taxas de desemprego e uma notável contenção dos salários. Esse modelo, no entanto, falhou em alguns aspectos: as taxas de crescimento econômico ficaram abaixo do esperado nos países da OCDE; o Estado aumentou os gastos sociais com o desemprego e com os aposentados; e a especulação financeira foi incrementada (ANDERSON, 1995).

No início dos anos 1990, o capitalismo avançado ingressou, mais uma vez, numa profunda recessão. A dívida pública de quase todos os países ocidentais começou a reassumir dimensões alarmantes. Com efeito, o endividamento das famílias e das empresas alcançou níveis sem precedentes desde a Segunda Guerra. Mesmo assim, o neoliberalismo continuou o seu dinamismo alcançando êxito eleitoral em diversos países da Europa, na América Latina e nos antigos países comunistas do Leste europeu. De modo geral, os “reformadores” do Leste

¹⁶ Reagan deixou claro que os sindicatos não eram bem-vindos, como participantes dos conselhos internos do governo, ao desmontar o sindicato dos controladores de voo, em 1981. (HARVEY, 2012)

são considerados os neoliberais mais intransigentes. Eles preconizam e realizam privatizações muito mais amplas e rápidas do que as ocorridas no Ocidente. A distribuição de ativos gerada pela privatização e pelas reformas do mercado promove graus de desigualdade mais brutais do que os verificados nos países do Ocidente (ANDERSON, 1995). Não obstante, essa mesma lógica de redistribuição de ativos pode ser observada em toda parte onde ocorreram as privatizações. Segundo Harvey (2005), este é o caso do grande estoque de habitações sociais que foi privatizado no início do governo Thatcher. Inicialmente, parecia uma medida excelente para as classes inferiores, que passariam de locatários a proprietários dos imóveis por um custo relativamente baixo.

Mas, tão logo essa mudança de condição ocorreu, teve início a especulação imobiliária, particularmente nos locais centrais mais valorizados, à qual se seguiram o tráfico de influência, a enganação pura e simples ou a expulsão de populações de baixa renda para as periferias de cidades como Londres, transformando antigos conjuntos habitacionais destinados às classes trabalhadoras em centros de intensa ocupação de imóveis pelas classes médias [...] o que favoreceu cada vez mais antes as classes altas do que as baixas (HARVEY, 2005, p.131).

Nessa perspectiva, é interessante ressaltar a crítica de Chang (2004) às chamadas “boas” políticas e às “boas” instituições¹⁷, recomendadas pelos países desenvolvidos (PADs), para promover o crescimento dos países em desenvolvimento, a partir do final da década de 1980. Para esse autor, os países desenvolvidos não seriam hoje o que são, caso tivessem adotado as políticas e as instituições que hoje recomendam aos países em desenvolvimento. Muitos PADs, quando se encontravam em desenvolvimento, tinham pouquíssimas instituições e recorriam ativamente às políticas “ruins”, como a proteção da indústria nascente e a de subsídios à exportação, práticas que hoje são condenadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Mais especificamente, quase todos os países, sobretudo os países em desenvolvimento, cresceram mais rapidamente entre as décadas de 1960 e 1980, quando aplicaram políticas “ruins”, do que nas décadas seguintes, quando passaram a adotar políticas “boas”¹⁸. Em outras palavras, essas políticas “ruins” são praticamente as mesmas adotadas pelos PADs, quando ainda se encontravam em desenvolvimento. “Diante disso, só podemos

¹⁷ O autor está fazendo referência às políticas e instituições recomendadas pelo Consenso de Washington (1989). Este Consenso será abordado posteriormente.

¹⁸ Entre 1980 e 2000, apenas nove países em desenvolvimento apresentaram uma aceleração do crescimento, o que teoricamente se pode atribuir à aplicação das “políticas boas”. No entanto, o melhor desempenho desse grupo de países correspondeu ao da China (de 2,7% para 8,2%) e ao da Índia (0,7 para 3,7%) e, esses dois casos não podem ser atribuídos às “políticas boas” (WEISBROT apud CHANG, 2004).

concluir que, ao recomendar as tão proclamadas “políticas boas”, os PADs estão efetivamente “chutando a escada”¹⁹ pela qual subiram ao topo” (CHANG, 2004, p.214).

Harvey (2005) elucida que as políticas neoliberais vêm paulatinamente aprimorando e aprofundando a tendência de espoliar novos territórios de acumulação ao redor do mundo. Ou seja, alguns mecanismos de acumulação, como a privatização e a liberalização do mercado, desempenham hoje um papel bem mais forte do que no passado. Diante disso, esse autor elabora o conceito de acumulação por espoliação, para referir-se à fase atual do capitalismo, iniciada em 1973. Esse conceito sintetiza diversos fatores intervenientes no cenário do capitalismo contemporâneo, considerados fundamentais para a abordagem do problema desta tese, como os riscos que o capital representa para o meio ambiente.

Entre os exemplos de acumulação via espoliação, Harvey (2005) destaca a tendência a privatizações de utilidades públicas de todo gênero, valorizações fraudulentas de ações, desvios de fundos de pensão, falsos esquemas de enriquecimento imediato e os empréstimos conhecidos como *subprime*. Essas políticas foram desencadeadas pelos Estados Unidos e viabilizadas pelas instituições internacionais, como o Banco Mundial, por exemplo. Contaram com o forte apoio do Estado, não exclusivamente, mas, sobretudo, nos países periféricos. Inclusive, segundo Harvey:

Foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação. [...] A biopirataria campeia e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos caminha muito bem em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas. A escalada da *destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats*, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas. (HARVEY, 2005, p. 123)

A acumulação de capital por meio da espoliação, segundo Harvey (2005; 2012), é uma condição necessária para a sobrevivência do capitalismo. Através da espoliação, as crises de sobreacumulação, inerentes ao próprio sistema, podem ser superadas por algum tempo. A acumulação por espoliação pode ocorrer de algumas maneiras, como através da desvalorização de ativos específicos (capital e trabalho) e da abertura de novos terrenos de acumulação. A primeira maneira ocorre, por exemplo, quando se desvaloriza um ativo em um lugar específico para valorizá-lo em outro momento. Isso foi o que provocou a crise das

¹⁹ Esta expressão foi cunhada pelo economista alemão Friedrich List (1789-1846) e publicada pela primeira vez em 1841, na sua obra principal *The National System of Political Economy* (CHANG, 2004).

hipotecas *subprime* nos Estados Unidos, em 2007 e 2008, desencadeando a atual crise financeira mundial. Essa política acaba favorecendo os investidores que têm liquidez de capital. A segunda maneira envolve a liberação de um conjunto de ativos até então não disponíveis na corrente principal da acumulação do capital. Foi o que ocorreu após o final da Guerra Fria, com o colapso da União Soviética, que originou 15 países independentes, e a inserção dos países do Leste Europeu no capitalismo internacional, a partir dos anos 1990.

Com efeito, o fim da Guerra Fria e da URSS coincidiu com uma série de eventos que promoveram a expansão do neoliberalismo nos anos 1990. As políticas neoliberais emergiram na América Latina, com força, coerência e convergência regional entre os países, o que se destaca em relação a outras partes do mundo (CERVO, 2008). Nesse contexto, desde meados dos anos 1980, o subcontinente apresentava estagnação econômica e taxas de inflação muito elevadas em quase todos os países. Inclusive, “no período 1960-1980, o PIB *per capita* dos países latino-americanos cresceu 2,8 % a.a, mas ficou estagnado entre 1980 e 1998, com um crescimento de 0,3% a.a (WEISBROT, apud CHANG, 2004, p. 213). Além disso, esse momento coincidia com os processos de redemocratização dos países que estavam sob regimes ditatoriais. Em suma, a inserção do neoliberalismo na América Latina, segundo Cervo (2008), obedeceu, da mesma forma, a impulsos externos e internos. Externamente, o autor destaca o colapso do socialismo, o triunfo do capitalismo e a miragem da globalização (em oposição ao Estado-desenvolvimentista). Internamente, considera a recessão econômica e a crise do endividamento externo dos anos 1980.

Esse cenário propiciou a retomada de teses ortodoxas que balizariam as reformas de caráter neoliberal na América Latina, cuja síntese foi expressa no chamado Consenso de Washington. Essa expressão foi criada pelo economista John Williamson, organizador do seminário do Instituto de Economia Internacional, em 1989, ocasião em que participaram ministros de Estado de quase toda a América Latina e dos Estados Unidos, juntamente com técnicos de organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o FMI. A história do Consenso de Washington, no entanto, começou um pouco antes, com o trabalho intitulado *Toward Renewed Economic Growth in Latin America* ou *Rumo à retomada do crescimento econômico da América Latina*, uma publicação patrocinada pelo Instituto de Economia Internacional, no ano de 1986. Os autores desse estudo eram Bela Balassa, na época bolsista visitante no Instituto, e três economistas latino-americanos: Mário Henrique Simonsen (Brasil), Gerardo Bueno (México) e Pedro-Pablo Kuczynski (Peru) (KUCZYNSKY, 2004). Esse estudo recomendava uma agenda de reformas para os países da América Latina, no cerne da crise da dívida, quando ainda estava em vigor a política de

substituição das importações.

A agenda defendia taxas de câmbio competitivas a fim de incentivar o crescimento das exportações, a liberalização das importações, a geração de poupança interna adequada para financiar o investimento (principalmente mediante o fortalecimento da política fiscal) e a redução do papel inflado do governo, permitindo que ele se concentrasse em prestar os serviços públicos e em prover uma estrutura para a atividade econômica (WILLIAMSOM, 2004, p. 283-284).

Inicialmente esse documento não teve uma boa recepção na América Latina, mas isso começou a mudar na época do Plano Brady, em 1989, no início da administração de George H. W. Bush, momento em que vários países do subcontinente iniciaram algumas reformas sugeridas em 1986. Isso, no entanto, não é tudo, uma vez que, nos EUA, não foi amplamente aceita na época a maneira de implantação dessas reformas. Diante disso, o Instituto de Economia Internacional convocou um seminário dedicado a explorar o quanto essas reformas estavam sendo buscadas para a região. Williamson (2004), diretor desse instituto, elaborou uma lista de dez medidas consensuais entre os participantes do evento, para restabelecer o crescimento da América latina e controlar a inflação, a partir de 1989. De maneira resumida, encontram-se, entre essas medidas, por exemplo, a privatização de empresas estatais, tidas como malsucedidas e deficitárias; a abolição de regulamentações que impedem a entrada de novas empresas ou restringem a competição; a aplicação dos direitos de propriedade intelectual; a abolição de barreiras que impedem a entrada de investimento estrangeiro direto; a utilização de uma taxa de câmbio competitiva lastreada pelo dólar; e a liberalização financeira (WILLIAMSON, 2004).

Cabe ressaltar que as medidas propostas pelo Consenso de Washington se tornaram uma espécie de receituário de política econômica imposta pelas organizações multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, utilizando o endividamento dos países da América Latina como instrumento de pressão política. Dessa forma, para conseguirem empréstimos e um prazo maior para o pagamento de suas dívidas, esses países tiveram que ceder às prescrições das instituições financeiras internacionais, bem como do governo e das grandes empresas dos EUA, além das próprias elites locais aliadas. Tratava-se, portanto, não apenas do estabelecimento de um consenso, resumido em dez pontos pelo economista John Williamson,

[...] mas o consenso entre o pensamento norte-americano de governo, de universidade de renome, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e o pensamento-latino americano expresso por grupos de intelectuais, como a comunidade epistêmica Argentina, e pelos dirigentes regionais, cujas mentes com os primeiros se conformavam. Haveria-se de seguir as instruções do centro capitalista ou ficar sem empréstimos de salvação. (CERVO, 2008, p.78)

Nessa perspectiva, para conseguir adotar o paradigma do Estado normal²⁰, também chamado de neoliberal pela literatura, esses países deveriam realizar uma nova abertura dos mercados de consumo, dos mercados de valores, do sistema produtivo e de serviços. Para cumprir as medidas, os países teriam que eliminar o Estado empresário, privatizar os empreendimentos estatais, realizar *superavit* primário, proteger o capital e o empreendimento estrangeiro e adaptar as instituições e a legislação a esse novo modelo (CERVO, 2008). “Em toda parte, o paradigma revelava seus três parâmetros essenciais: subserviência na esfera pública, destruição na esfera econômica e regresso do ponto de vista estrutural e histórico” (CERVO, 2008, p. 82). Com efeito, ser normal, na feliz expressão de Domingo Cavallo, Ministro da Economia do governo Menem, significa dar cumprimento a esse conjunto de instruções.

Ser normal converte-se na aspiração de praticamente todos os governos latino-americanos a partir de 1989-90: nosotros queremos ser normales. Competem, aliás, entre si esses governos no intuito de exibir o afã de ser normal e sequestrar a benevolência do centro de comando capitalista, aplicando tratamento de choque, como mudança de moeda, confisco de poupança, congelamento de contas bancárias, congelamento de preços, paridade monetária com o dólar, diminuição tempestiva das tarifas alfandegárias. (CERVO, 2008, p. 78).

A Argentina destacou-se como o país que adotou mais fielmente esse novo paradigma (CERVO, 2008; BRESSER-PEREIRA, 2006). Diante disso, o governo de Carlos Saúl Menem (1989-1999) foi “[...] responsável pela falência da nação, consumada com a crise política, econômica e social de 2001” (CERVO, 2008, p. 51). Já no caso do Brasil, Fernando Henrique Cardoso fez emergir o paradigma do Estado normal e combateu os propósitos do

²⁰ Deve ser ressaltado que, nos estudos sobre as relações internacionais na América Latina, mais detalhadamente sobre as políticas exteriores comparadas entre Brasil e Argentina, Cervo (2008) utiliza o conceito de Estado normal, para expressar a ideia de um Estado subserviente, destrutivo e regressivo. Subserviente, porque a noção de interesse nacional esterilizou-se, ao aceitar os comandos do Consenso de Washington; destrutivo, ao transferir renda para o exterior, em volume crescente, por exemplo; regressivo, pelo fato de empurrar para o setor primário o empreendimento nacional.

Estado desenvolvimentista. Diferente do presidente argentino, entretanto, preservou alguns princípios da fase anterior e lançou as sementes de um novo paradigma de conduta externa, chamado de Estado logístico²¹ (CERVO, 2008).

Em suma, as recomendações do Consenso de Washington exerceram forte influência na virada continental da América Latina em direção ao neoliberalismo. Essa virada começou no México, com o presidente Salinas de Gortari, em 1988; na Argentina, com o presidente Carlos Menem, em 1989; na Venezuela, com Carlos Andrés Peres, também em 1989; e no Peru a partir da eleição de Alberto Fujimori, em 1990. Já o Chile e a Bolívia tiveram experiências isoladas de neoliberalismo, até o final da década de 1980. No caso do Brasil, embora as políticas neoliberais tenham iniciado durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), o auge ocorreu somente no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Este é o objeto do próximo tópico.

2.2 O BRASIL NO PÓS-GUERRA FRIA: ENTRE O NEOLIBERALISMO E O NOVO DESENVOLVIMENTISMO

No Brasil, o projeto de Estado neoliberal não correspondeu a uma invenção da inteligência política brasileira - como ocorrera na década de 1930, em que os dirigentes políticos inventaram o Estado desenvolvimentista -, mas a uma adaptação ao consenso regional e às imposições dos países centrais (CERVO, 2008). As influências externas que explicam a origem do neoliberalismo no Brasil, segundo Cervo (2008), são a substituição do modelo keynesiano de Estado (aos moldes do pensamento da Cepal) pelo modelo liberal (proposto por Hayek e Friedman); a unificação do mundo sob a égide capitalista após o final da URSS; as experiências monetaristas ocorridas no Chile e na Argentina, desde os anos 1950; e, por fim, a ascensão de governos neoliberais nos países vizinhos, Chile, Argentina, Peru, Venezuela e México. Internamente, devido ao problema crônico da instabilidade monetária, da inflação e da crise definitiva do modelo de substituição de importações, o desenvolvimentismo (nacional desenvolvimentismo ou velho desenvolvimentismo) passa a ser desafiado e substituído pela ideologia neoliberal ou, conforme prefere chamar Bresser-

²¹O paradigma logístico como experiência brasileira firma-se em termos operacionais no governo Luiz Inacio Lula da Silva. “A ideologia subjacente ao paradigma do Estado logístico associa um elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo. Funde a doutrina clássica do capitalismo com o estruturalismo latino-americano” (CERVO, 2008, p. 85).

Pereira (2006), pela ortodoxia convencional.

Desenvolvimentismo foi o nome que recebeu a estratégia nacional de desenvolvimento, adotada no Brasil e nos demais países da América Latina, entre as décadas de 1930 e 1980. Nesse período, principalmente entre as décadas de 1930 e 1960, esse modelo foi dominante na América latina. A defesa dessa estratégia argumentava que o objetivo fundamental era promover o desenvolvimento econômico, através do modelo de substituição de importações (ISI), que tinha como base a proteção do mercado interno e da soberania externa. Nesse sentido, Bresser-Pereira (2006) afirma que, para se desenvolverem, os países precisavam formar seu Estado nacional, definir suas próprias políticas e instituições, suas estratégias de desenvolvimento.

O autor, no entanto, faz uma crítica a respeito da ortodoxia convencional, desde que ela se tornou dominante na América Latina.

A ortodoxia convencional, que então substitui o nacional-desenvolvimentismo, não havia sido elaborada no país e não refletia as preocupações nem os interesses nacionais, mas as visões e os objetivos dos países ricos. Além disso, como é próprio da ideologia neoliberal, era uma proposta negativa que supunha a possibilidade dos mercados coordenarem tudo automaticamente, além de proporem que o Estado deixasse de realizar o papel econômico que sempre exerceu nos países desenvolvidos: o de complementar a coordenação do mercado para promover o desenvolvimento econômico e a equidade. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 9)

No tocante à questão ambiental, o desenvolvimentismo, iniciado durante o primeiro governo Getúlio Vargas, priorizou, essencialmente, a proteção à indústria nacional nascente, ainda que com o custo da exploração intensa dos recursos naturais e dos impactos ambientais. Segundo Viola (2002, p. 34), o desenvolvimentismo baseou-se “[...] na forte depleção dos recursos naturais - considerados, na época, infinitos -, em sistemas industriais muito poluentes e na intensa exploração de mão de obra barata e desqualificada”. O processo vivido ao longo das décadas encaminhou o país a transformações econômicas e ambientais, que se expressaram, mais tarde, na constituição de 1988, com a criação de um capítulo inteiro dedicado à questão ambiental, o que denota uma orientação no sentido de que o desenvolvimento precisa considerar o meio ambiente.

Conforme já mencionado, o Brasil aderiu, de fato, a algumas políticas que acabaram se aproximando mais claramente do ideário neoliberal, a partir do governo Fernando Collor, entre março de 1990 e setembro de 1992. Vale ressaltar, no entanto, que determinadas

políticas de cunho neoliberal já faziam parte dos governos João Figueiredo (1979-1985) e José Sarney (1985-1990)²² (MACIEL, 2011, p.98). Inclusive, durante o governo João Figueiredo, foram privatizadas cerca de 20 empresas estatais, sendo a maioria delas de pequeno porte (ALMEIDA, 2010). Além disso, mesmo que o governo Fernando Collor tenha gerado um conjunto de reformas liberalizantes, tanto no plano externo como no plano doméstico, o velho desenvolvimentismo encontrou defensores em segmentos empresariais e diversas agências econômicas mais dependentes do Estado, resistindo de forma localizada e fragmentada (SALLUM JR, 2011). “Para grande parte das forças políticas, aquele modelo necessitava ser reformado, porém não descartado” (DINIZ; BOSCHI, 2007, p. 40).

Externamente, a reorientação estratégica adotada no governo Fernando Collor foi muito importante e duradoura. Aos poucos, a nova orientação foi se conservando em linhas gerais até o presente. Isso se verificou, ainda que tenha envolvido controvérsias internas, no que tange à política do governo brasileiro de defesa do mercado interno e da indústria nacional, e que as táticas adotadas tenham sido hesitantes. (SALLUM JR, 2011).

No plano externo, o governo Fernando Collor movimentou-se em dois sentidos. Por um lado, tentou reduzir ou eliminar as pressões internacionais sobre a dívida externa, patentes farmacêuticas e energia nuclear. Por outro lado, procurou ampliar o âmbito de ação da diplomacia brasileira, na discussão de novos temas da agenda internacional - como meio ambiente e direitos humanos-, e se comprometer de levar adiante o projeto de integração regional com seus vizinhos do cone sul. O país apresentou alguns avanços nos dois sentidos mencionados, sobretudo no tocante a sua inserção na agenda ambiental internacional, interesse maior deste estudo. (SALLUM JR, 2011).

Já no plano doméstico, entre as reformas liberalizantes desencadeadas pelo governo Fernando Collor, destaca-se a nova política industrial, a liberalização dos fluxos financeiros com o exterior e a política de privatização (SALLUM JR, 2011). As privatizações avançaram principalmente pelos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes. No setor da siderurgia, destaca-se, por exemplo, a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Usina Siderúrgica de Minas Gerais (USIMINAS) e Aços Finos Piratini. Na ótica do governo, conforme Sallum Jr (2011), através da privatização, o Estado livrava-se de empresas deficitárias, sem que o país as perdesse como unidades produtivas. O autor explica que as privatizações não foram vinculadas a projetos estatais de reestruturação dos setores ou dos

²² Ver a discussão a respeito de algumas medidas neoliberais adotadas no Brasil desde o governo Figueiredo, na tese Reformas Neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso (ALMEIDA, 2010).

complexos produtivos ligados às empresas estatais privatizadas. Por isso, segundo ele, o programa estava mais próximo da orientação neoliberal do que do ideário da “integração competitiva”²³ (SALLUM JR, 2011).

Cabe ressaltar que, desde o início de sua gestão, Fernando Collor tentou acabar com a inflação, um dos principais objetivos do seu plano econômico chamado Brasil Novo, que ficou conhecido como Plano Collor (março de 1990). Esse plano envolvia medidas radicais e impopulares, como o confisco das contas correntes e das aplicações financeiras (incluía também as cadernetas de poupança), e o fechamento de uma série de agências estatais. Apesar do impacto das medidas, ele não apresentou o desempenho imaginado, no tocante a alguns aspectos, como a inflação e as taxas de desemprego. Diante disso, o governo elaborou o Plano Collor II (janeiro de 1991), com o objetivo de congelar os preços e os salários, além de introduzir mudanças no mercado financeiro. Após três meses de implantação, no entanto, esse plano também fracassou, atingindo 30% de inflação, em agosto de 1991 (BRESSER-PEREIRA, 1991). Além disso, Collor foi denunciado por corrupção, fato que fez emergir um amplo movimento político para a sua derrubada, culminando no seu *impeachment*. “Apoiado por diversas forças sociais e partidos políticos, o “Fora Collor” se notabilizou por reeditar uma campanha política policlassista e de perfil nacional, como nas “Diretas já” de 1984” (MACIEL, 2011, p. 104). Com o afastamento de Fernando Collor, assumiu o vice-presidente Itamar Franco, e o ritmo das privatizações manteve-se praticamente o mesmo do governo anterior.

No governo de Itamar Franco e do ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real tinha como propósito controlar as taxas de inflação e conquistar a estabilização monetária. Este plano “[...] baseou-se na sobrevalorização da moeda, favorecendo as importações e desestimulando as exportações, na elevação das taxas de juros e numa ampla abertura externa da economia” (DINIZ; BOSCHI, 2007, p. 48). Cabe destacar que, de 1971 a 1991, foram lançados, no país, dez planos de Estabilização²⁴ que não alcançaram êxito. O sucesso inicial do Plano Real, no que diz respeito à conquista da estabilização monetária,

²³ O ideário da “integração competitiva” diferenciava-se do neoliberalismo por ser, ao contrário dele, uma forma de nacionalismo não defensivo, mas de afirmação nacional no plano internacional. Como consequência, esta vertente liberal almeja um Estado “forte”, com capacidade de comando sobre as atividades econômicas que se desenvolvem no seu território. Esta perspectiva esteve em sintonia intelectual com a reavaliação crítica do desenvolvimento industrial que começara a ser feita no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) desde o início dos anos 1980. (FAJNZYLBER, 983 apud SALLUM JR, 2011, p.265).

²⁴ Os dez planos de estabilização foram: 1. Primeiro Plano Delfim (1979); 2. Segundo Plano Delfim (1989); 3. Terceiro Plano Delfim (1983); 4. Plano Dorneles (1985); 5. Plano Cruzado (1986); 6. Plano Bresser (1987); 7. Plano Verão (1987); 8. Plano “Feijão com Arroz” (1988); 9. Primeiro Plano Collor (1990); 10. Segundo Plano Collor (1991) (CASTRO; CARVALHO, 2003 apud PINHO, 2013)

levou Fernando Henrique Cardoso a vencer as eleições em 1994 e a prosseguir o seu projeto (CARINHATO, 2008). Com efeito, segundo Diniz e Boschi (2007, p. 40):

A consecução da meta da estabilidade levou à ruptura com a cultura inflacionária e à irresponsabilidade fiscal, traços arraigados na tradição política do país. Articulou-se, a partir de então, um forte consenso em torno da preservação do equilíbrio macroeconômico como fundamento do crescimento sustentado, consenso que daria respaldo à execução das chamadas reformas estruturais.

Nesse sentido, Fiori afirma que Fernando Henrique “[...] foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que faltava ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial” (FIORI, 1997, p. 14). Em outras palavras, embora a agenda de reformas no Brasil tenha iniciado no governo Collor, com algumas privatizações e abertura dos mercados, somente com Fernando Henrique Cardoso é que ocorre uma ampla Reforma do Estado. Para tanto, foi criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), tendo Bresser Pereira como ministro.

As reformas orientadas para o mercado alcançaram uma grande amplitude na primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) e foram reforçadas durante o seu segundo mandato (1999-2002). O período 1995-1998 foi marcado pela hegemonia do ideário neoliberal e pelo êxito do Plano Real, no sentido de reduzir drasticamente a inflação. Na verdade, durante boa parte da sua gestão, o governo Fernando Henrique Cardoso contou com amplo apoio parlamentar²⁵, apesar “[...] de enfrentar fortes resistências políticas e populares, protagonizadas por partidos de esquerda e movimentos sociais” (SADER, 2013, p. 137). Esse suporte parlamentar resultou na aprovação de importantes reformas constitucionais, como a ruptura do monopólio estatal das telecomunicações e da energia elétrica.

A privatização do setor elétrico brasileiro²⁶ - baseado predominantemente em hidrelétricas - iniciou no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1995, e só foi interrompida no início do governo Luiz Inacio Lula da Silva, em 2003. O governo Fernando Henrique Cardoso deixou a expansão do setor elétrico quase exclusivamente por conta das empresas privadas, que não fizeram os investimentos necessários. A expansão foi,

²⁵ Diniz e Boschi (2007) afirmam que o apoio totalizou “[...] 66,5% e 67,6%, da Câmara dos Deputados, em seu primeiro e segundo mandatos, respectivamente”. (DINIZ; BOSCHI, 2007, p. 60)

²⁶ Sobre a privatização do setor elétrico no Brasil (1994 a 2003), recomenda-se o texto de Goldenberg e Prado (2003), intitulado Reforma e Crise do Setor Elétrico no período Fernando Henrique Cardoso.

portanto, menor que a demanda de energia, provocando a crise, o que gerou o racionamento no período de 1º de junho de 2001 a 1º de março de 2002. Na verdade, desde o início do governo Fernando Henrique Cardoso, os níveis das represas vinham diminuindo na estação das secas e não foram construídas novas usinas. Além disso, com a privatização, houve um elevado aumento na tarifa da energia elétrica no país. “Após a privatização, a tarifa ficou em média mais alta do que no Canadá, na Noruega e em alguns estados norte-americanos que também usam hidroeletricidade em grande escala” (ROSA, 2013, p. 180).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciaram-se as reformas nas áreas trabalhista, previdenciária e administrativa. Verificou-se, também, no setor empresarial, um intenso processo de reestruturação e renovação interna (DINIZ; BOSCHI, 2007).

Setores inteiros foram desativados ou desnacionalizados, como os setores de calçados, bens de capital, eletrodomésticos, produtos de higiene e limpeza, têxtil e autopeças, entre outros. Cadeias produtivas já consolidadas foram desfeitas. Operou-se, também, um processo de realocação industrial, com a transferência de indústrias tradicionais, como têxteis e calçados, para o Nordeste, atraídas por incentivos fiscais e pelos custos diferenciais da mão de obra, enquanto, em outros setores, como na indústria automobilística, observou-se um processo de relativa descentralização, dada a tendência das novas plantas se estabelecerem fora de São Paulo, em busca de benefícios fiscais, entre outros estímulos instituídos pelo regime automotivo de 1996 (DINIZ; BOSCHI, 2007, p. 49).

Em sua gestão, Fernando Henrique Cardoso promoveu a crescente transferência de questões públicas para o chamado terceiro setor. Este setor, defendido como um espaço de “participação da sociedade”, cumpriu um papel ideológico importante para a implementação do projeto neoliberal no Brasil (COUTINHO, 2011). Pode-se exemplificar, aqui, o Programa Comunidade Solidária (1994), voltado para as questões sociais (CARDOSO, 2005), sobretudo pobreza e exclusão social, sob a orientação do Banco Mundial, através de parcerias com as ONGs.

Sader (2013, p. 137-138) sintetiza as políticas adotadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, ressaltando alguns aspectos. Primeiro, uma desarticulação do Estado regulador, protetor do mercado interno, indutor do crescimento econômico, que garantia os direitos sociais e promovia a soberania externa. Fernando Henrique Cardoso entendia que esse estado era um obstáculo frontal ao modelo neoliberal. Nesse sentido, houve a redução ao Estado mínimo, a favor da centralidade do mercado. Outras medidas foram: desregulamentação da economia, abertura do mercado interno, promoção da precarização das

relações de trabalho, privatização do patrimônio público a preços mínimos e submissão da política externa às orientações dos Estados Unidos. Desse modo, Fernando Henrique Cardoso cumpria a sua proposta de “virar a página do getulismo” na história do Brasil.

A partir de 1998, as experiências neoliberais no Brasil, como o controle da inflação associado ao ajuste fiscal, conduziram o país a um impasse, provocando a estagnação da economia brasileira e inviabilizando o desenvolvimento. Em outras palavras, o projeto neoliberal fracassou, porque a conquista da estabilização monetária, por si só, não foi capaz de modernizar a economia e gerar a distribuição de renda. Com a desregulamentação financeira, os investimentos especulativos se tornaram mais atraentes que os investimentos produtivos, tornando o Estado “[...] refém do capital financeiro, com a multiplicação do déficit público e seu endividamento”²⁷ (SADER, 2013, p. 138). Em outras palavras, sem projeto de desenvolvimento e sem recursos, a era Cardoso provocou a estagnação da economia nacional e a destruição do patrimônio nacional, construído em 60 anos de desenvolvimento (CERVO, 2008).

Nesse sentido, com o declínio do consenso neoliberal, foram eleitos governos ditos de esquerda no Brasil e nos países vizinhos, no início do século XXI, como a vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, no final de 2002. Diante disso, parte-se do pressuposto de que a vitória de Lula criou as condições para a formação de uma nova política econômica, denominada como novo desenvolvimentismo²⁸ no Brasil, a partir do seu segundo mandato, no ano de 2006. Nesse período, o governo Lula passou a adotar novas iniciativas e a mesclá-las com as políticas macroeconômicas neoliberais, que se mantiveram inalteradas durante o seu primeiro mandato (2003-2006).

Durante a campanha presidencial de 2002, o Brasil era visto com desconfiança pelos grandes agentes financeiros, pois o país se encontrava em meio a uma desvalorização do real, uma grave crise cambial e de refinanciamento da sua dívida externa. Aqui cabe destacar que Lula herdou, do período Fernando Henrique Cardoso, a dívida de 14,7 bilhões de dólares com o FMI, a inflação de 12,53%, e o risco país de 2400 pontos. No final do primeiro governo Lula, a dívida com o FMI foi zerada, a inflação ficou em torno de 2,8% e o risco país atingiu apenas 204 pontos (DINIZ; BOSCHI, 2007, p. 98).

O cenário de limitações, que ainda caracterizava o país, no período da campanha

²⁷ Cabe destacar que a “[...] dívida pública federal passou de R\$ 153,4 bilhões em janeiro de 1995, para R\$ 881,1 bilhões, em dezembro de 2002. Essa dívida correspondia a 30% do PIB, em janeiro de 1995, e 57,4 %, em dezembro de 2002” (GOLDENBERG; PRADO, 2003).

²⁸ A expressão novo desenvolvimentismo, considerada um conjunto de alternativas às políticas neoliberais, foi introduzida por Bresser Pereira em seu livro *Desenvolvimento e crise no Brasil (2003)*, mas, segundo esse autor, a denominação foi sugerida por Yoshiaki-Nakano em 2003 (BRESSER-PEREIRA, 2006).

eleitoral que levou Lula, pela primeira vez, à Presidência, serviu para que ele e os demais candidatos se comprometessem a cumprir os compromissos assumidos com o FMI, durante o governo anterior. De fato, o primeiro governo Lula preocupou-se em manter o programa de reformas (previdenciária e tributária) e as políticas macroeconômicas do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Sallum Junior (2008) explica que houve “[...] prioridade para a estabilidade da moeda, sistema de metas para a inflação, regime de câmbio flutuante, ajuste fiscal com a produção de superávit primário significativo e respeito aos contratos” (SALLUM JR, 2008, p. 217). No seu primeiro mandato, portanto, Luiz Inacio Lula da Silva manteve um caráter intrinsecamente ortodoxo do governo Fernando Henrique Cardoso. “Mantém deste a valoração da estabilidade monetária acima do crescimento, juros altos, carga tributária excessiva, câmbio valorizado e carência de investimentos em infra-estrutura”. (CERVO, 2008, p. 88). Além disso, ainda no seu primeiro mandato, o partido do governo (PT) foi denunciado por uma ampla rede de corrupção, envolvendo o escândalo do mensalão²⁹. Este e outros episódios que ganharam ampla visibilidade na imprensa brasileira, e, em alguns casos, até internacional, demonstram que, em um primeiro momento, o governo Lula não significou profundas transformações.

Nesse sentido, o desempenho econômico insatisfatório do primeiro mandato de Lula gerou um amplo debate, no interior do governo, entre a visão neoliberal e a visão desenvolvimentista. Isso ocasionou uma inflexão da política brasileira, a partir do início do segundo mandato, em 2006. Trata-se, por exemplo, de novas medidas implantadas³⁰ através do programa social, o Bolsa Família; do lançamento do projeto de infraestrutura, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC1 e posteriormente PAC2); e do projeto habitacional voltado para a população de baixa renda, o Minha Casa Minha Vida. Percebe-se que essas medidas voltadas para o crescimento econômico com inclusão social apresentaram uma clara correlação entre as justificativas do governo e a formulação teórica do novo desenvolvimentismo (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011; BRESSER-PEREIRA, 2006, 2009).

Em seu segundo mandato, o governo Lula foi aos poucos se afastando da perspectiva mais liberal e avançando em várias esferas: infraestrutura, energia e investimentos, rumo à integração produtiva com a América do Sul. No mesmo período, houve o aumento de investimentos do Brasil no exterior, sendo que, já no início do segundo mandato, o país

²⁹ Sobre as operações envolvendo o mensalão, recomenda-se a leitura do artigo O Brasil de Lula. Conforme o texto, tratava-se, sobretudo, de uma operação em que o governo comprava o voto dos deputados (com o dinheiro proveniente de fundos ilegais), pagando 7 mil dólares mensais para cada um deles, assegurando a maioria da aprovação dos seus projetos na Câmara. (ANDERSON, 2011).

³⁰ É importante destacar o trabalho de Anderson (2011) como referência para essa discussão.

possuía cerca de cem bilhões de dólares de investimentos externos, liderados pela Petrobrás, Vale do Rio Doce e Gerdau, empresas que, na época, se encontravam entre as cinquenta maiores do mundo em investimentos diretos no exterior (CERVO, 2008). Ao mesmo tempo, o país buscou maior cooperação com os países emergentes, sobretudo com a Rússia, Índia e China, com a formação do quarteto do BRIC. É notável, no entanto, segundo Anderson (2011), que o Brasil tenha sido o único dos quatro países a ter desafiado os EUA num tema estratégico:

Lula não apenas reconheceu a Palestina como um Estado, como se recusou a integrar o bloqueio do Irã, chegando mesmo a convidar Ahmadinejad a visitar Brasília. Para o Brasil, fazer isso foi praticamente uma declaração de independência diplomática. Washington ficou furiosa, e a imprensa local ficou fora de si com essa quebra de solidariedade atlântica. [...] Ao final, sua vasta popularidade foi um reflexo não apenas de ordem material, mas também de orgulho coletivo para o país (ANDERSON, 2011).

No que diz respeito a outro tema estratégico, que é a energia, o governo Lula implantou um novo modelo de planejamento do setor, com a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Foram retomadas as obras de expansão de linhas de transmissão e de hidrelétricas, inclusive muito polêmicas, como a Usina de Belo Monte, no rio Xingu, e as Usinas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, na bacia amazônica. O novo modelo implantado avançou em vários aspectos, como o da universalização do acesso à energia elétrica, com a criação do Programa Luz para Todos (exceto na Amazônia); a prorrogação das concessões de hidrelétricas antigas (já no governo Dilma, em 2013), gerando a redução das tarifas aos consumidores; o crescimento da geração eólica; e a redução do preço da energia eólica. O novo modelo do setor elétrico, no entanto, embora tenha avançado, não sanou alguns problemas, como as interrupções de energia elétrica³¹. Isso se verifica, não por falta de geração, pois hoje a capacidade instalada é suficiente, graças às termelétricas de baixa eficiência (mais caras e mais poluentes). Essas termelétricas foram estimuladas a partir da crise, que levou ao racionamento de 2001, e do próprio Programa de Aceleração do Crescimento (ROSA, 2013).

As transformações desencadeadas pelo governo Lula têm sido refletidas por diversos autores, provocando a discussão e a construção teórica sobre o projeto de desenvolvimento que promoveu um novo posicionamento do Brasil no cenário mundial. Conforme já

³¹ Ver a discussão de Rosa (2013), sobre a interrupção de linhas de transmissão que distribuem energia elétrica de Itaipu e Tucuruí, por longas distâncias.

mencionado, parte-se da premissa de que as propostas desenvolvimentistas foram adotadas no Brasil, a partir de 2006, de forma complementar às políticas macroeconômicas vigentes (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011; BRESSER-PEREIRA, 2006; 2009), adequando-se às novas realidades emergentes da globalização e da revolução tecnológica. Nesse sentido, para os autores Barbosa e Souza (2010), essas mudanças são consideradas como uma inflexão, não exatamente uma nova política desenvolvimentista. Apesar das tensões durante o segundo mandato (2006-2010), esses autores se referem a essas mudanças como simultaneamente de cunho “neoliberal e desenvolvimentista”, pois, segundo eles, as políticas macroeconômicas neoliberais mantiveram-se praticamente inalteradas, ao longo de todo o período Lula (2002-2010).

Mesmo diante de certas divergências, pode-se perceber que a base teórica do novo desenvolvimentismo vem sendo gradativamente formulada e tem as suas origens no pensamento keynesiano e no estruturalismo da Cepal. Segundo Bresser Pereira (2006), o novo desenvolvimentismo constitui um “terceiro discurso”, que se coloca entre o populista típico da esquerda burocrática e o da ortodoxia convencional (do Consenso de Washington). Trata-se de um conjunto de propostas de reformas formuladas para que os países como o Brasil, de desenvolvimento médio, possam alcançar o crescimento econômico com equidade social. Desse modo, tem-se uma estratégia nacional de desenvolvimento, que retoma o conceito de nação no Brasil e nos demais países da América Latina. Para tanto, são interessantes as teses defendidas por Bresser-Pereira (2006, 2009) e João Sicsu (2005), sintetizadas por Pinho (2013, p. 12, 13):

[...] a inviabilidade de um mercado forte sem um Estado forte; o crescimento sustentado a taxas elevadas está condicionado ao fortalecimento dessas duas instituições e à adoção de políticas macroeconômicas adequadas; mercado e Estado fortes somente serão construídos por meio de um projeto nacional de desenvolvimento que aglutine crescimento econômico sustentado com equidade social; o que implica superar a disjuntiva Estado/mercado; a redução da desigualdade social é inconcebível sem o crescimento a taxas elevadas e continuadas.

Bresser-Pereira (2006) ressalta que o novo desenvolvimentismo é a estratégia que os países dinâmicos da Ásia vêm usando, nas últimas décadas, o que sinaliza para o fato de que essa é uma realidade já verificada. Ele afirma que as iniciativas desenvolvimentistas contribuíram para o fortalecimento da posição dos países emergentes no cenário internacional. Simultaneamente, o Brasil vem contrariando a tese de que não tem espaço para os países

emergentes no cenário da globalização (PINHO, 2013). Nesse sentido, os ganhos obtidos com as novas políticas, somados ao declínio do consenso neoliberal, podem vir a pesar decisivamente para a permanência dessas iniciativas desenvolvimentistas no Brasil.

2.3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL APÓS 1990

As políticas ambientais avançaram no Brasil em aspectos legais e institucionais, a partir das décadas de 1980 e 1990, tendo seu direcionamento orientado pela noção dominante de desenvolvimento sustentável³². Ressalta-se, no entanto, que o governo brasileiro, desde a década de 1970, começou a delinear uma “política ambiental explícita”, que, segundo Acsehrad (2009, p. 129), é “[...] aquela que nomeia propriamente ‘o meio ambiente como seu objeto’”. Isso ocorreu, mais especificamente, com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), em 1973.

Essas políticas ambientais refletem os períodos recentes do desenvolvimento nacional, mas isso não significa afirmar a inexistência total de política estatal, no período anterior. Cunha e Coelho (2010) apresentam uma proposta de periodização das políticas ambientais no Brasil, a partir de 1930³³. Verifica-se, nesse sentido, que já existiam direcionamentos e ações políticas para regular o acesso e o uso dos recursos naturais no Brasil, mas essas orientações não abrangiam um planejamento global, alinhado em todas as esferas.

O primeiro impulso para a institucionalização da questão ambiental foi dado, portanto, com a criação da SEMA, em 1973, vinculada ao Ministério do Interior. Na prática foi mais um ato simbólico, pois a entidade surgiu de forma reativa durante o regime militar, sem qualquer articulação com a sociedade. Por um lado, visava amenizar a imagem internacional

³² Cabe ressaltar que existem divergências em relação à formulação da noção de desenvolvimento sustentável, devido à ausência de uma explicação de como conciliar crescimento econômico e preservação ambiental no contexto do capitalismo.

³³“É possível identificar três grandes momentos na história das políticas ambientais no Brasil: a) um primeiro período, de 1930 a 1971, marcado pela construção de uma base de regulação dos usos dos recursos naturais, b) um segundo período, de 1972 a 1987, em que a ação intervencionista do Estado chega ao ápice, ao mesmo tempo em que aumenta a percepção de uma crise ecológica global, e c) um terceiro período, de 1988 aos dias atuais, marcado pelos processos de democratização e descentralização decisórias e pela rápida disseminação da noção de desenvolvimento sustentável” (CUNHA; COELHO, 2010, p. 46).

do Brasil, construída na Conferência de Estocolmo³⁴, em 1972, ocasião em que a representação oficial do país defendeu o direito de poluir em nome do desenvolvimento (GONÇALVES, 1990). Por outro lado, tratava-se de buscar uma resposta formal ao movimento ambientalista, que, no início dos anos 1970, levantou-se contra a poluição causada pela então Borregard³⁵ (hoje, Celulose Riograndense, multinacional chilena), localizada em Guaíba, na grande Porto Alegre (ACSELRAD, 2009). Aqui cabe destacar a participação da Associação Gaúcha de Proteção Ambiental (AGAPAN), ONG mais antiga de Porto Alegre, fundada em 1971, que na época mobilizou a sociedade gaúcha em prol dessa campanha, sob a liderança do ecologista José Lutzemberguer³⁶.

Ao longo dos anos 1980, começou a surgir no Brasil uma série de instituições públicas e de instrumentos jurídicos, que visavam associar a noção de desenvolvimento econômico à de preservação ambiental. Foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente, lei 6.938/1981, sancionada pelo presidente João Figueiredo, que originou gradualmente o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Este surge como uma instituição descentralizadora, composta por representantes dos ministérios, órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, entidades de classe e ONGs. Ainda em 1981, essa lei definiu novas unidades de Conservação, instituindo no país as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e as Estações Ecológicas, nos diversos ecossistemas e biomas brasileiros. Desde então, multiplicaram-se no país diversos tipos de unidades de conservação.

Modelos e conceitos novos, como é o caso das reservas extrativistas – uma forma de luta, um modelo de gestão de território dos seringueiros, uma verdadeira reforma agrária na área extrativista. Torna-se fundamental a experiência das unidades de conservação. Em conjunto, hoje, 22% de áreas indígenas e 6% de unidades de conservação do território amazônico estão sob tutela conservacionista. E há um projeto do governo federal, já em curso - o Projeto Arpa (Áreas Protegidas da Amazônia) -, que visa ampliar a área protegida da Amazônia em 10%. Assim, ter-se-á mais de 30% do território amazônico como área protegida. Fora isso, existem múltiplos projetos,

³⁴ Recebeu a denominação Conferência sobre Meio Ambiente Humano. Trata-se da primeira grande conferência convocada pela ONU para discutir os problemas ambientais que poderiam gerar conflitos internacionais. Vale mencionar que a tese do “crescimento zero”, proposta pelo Clube de Roma, influenciou a organização do evento, e, entre os temas discutidos, destacaram-se a poluição do ar e o crescimento populacional nos países periféricos.

³⁵ Naquela época, essa empresa (uma multinacional norueguesa) começou a apresentar graves problemas de poluição no lago Guaíba. Além disso, o mau cheiro liberado diariamente pela empresa chegava a alguns lugares da Grande Porto Alegre.

³⁶ Agrônomo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Após trabalhar em uma empresa multinacional de agrotóxicos, no exterior, passou a se questionar sobre a agressão desses produtos. Então, ele abandonou a sua carreira e se dedicou ao ecologismo.

centenas de projetos alternativos de comunidades que lidam com a floresta, têm práticas diferenciadas e distintos usos dos recursos da natureza. Entre as iniciativas de proteção da natureza, destacam-se também os corredores ecológicos, corredores imensos, com extensão maior do que vários países europeus juntos. Na minha opinião, trata-se de algo significativo. (BECKER, 2011, p. 30)

Essa lei 6938/1981 também definiu a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), através da Resolução n. 1/1986 do CONAMA. Desde então, os Estudos de Impacto Ambiental tornaram-se uma exigência legal para que determinados empreendimentos sejam licenciados e implantados no país. Esses estudos são contratados pelo empreendedor³⁷ e entregues ao Ibama. Devem ser disponibilizados à sociedade para que, durante as audiências públicas, a população possa discuti-los e expressar as suas dúvidas. Só depois, o Ibama poderá liberar a Licença Prévia do empreendimento. Lisboa (2011), no entanto, apresenta o entendimento de que, no caso da Usina Hidrelétrica Belo Monte, o governo não possibilitou que a população local debatesse expressivamente suas dúvidas durante as audiências públicas que foram realizadas (já no governo Dilma Rousseff). Além disso, o Ibama foi acusado (pelo governo) de lentidão e incompetência nos processos de licenciamento (LISBOA, 2011).

A partir da Constituição Federal de 1988, as políticas ambientais evoluíram no Brasil. O Estado delegou para outras esferas da administração pública (estados e municípios) ou da sociedade (através de parcerias com as ONGs e as empresas) a competência para formular suas políticas ambientais, fortalecendo os princípios de democratização e descentralização. Logo após, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)³⁸, com o objetivo de executar a Política Nacional de Meio Ambiente. O Ibama substituiu o antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), sendo responsável pela administração e pela fiscalização das unidades de conservação. Além disso, ele vem apoiando tecnicamente os estados e os municípios na criação das suas Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Durante o governo Fernando Collor, desde o início dos anos 1990, o Brasil passou a defender uma nova posição no sistema internacional, tentando projetar os valores e os interesses do país, particularmente nas questões ambientais, opondo-se ao posicionamento do

³⁷ Diante das novas exigências legais, alguns consultores ambientais mostram-se mais preocupados em explorar o mercado criado do que efetivamente resolver às questões implicadas. (GONÇALVES, 2011).

³⁸ O Ibama incorporou recursos, patrimônio, cargos, atribuições e empregos do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), responsabilizando-se pelas Unidades de Conservação.

Estado adotado até então. Para conquistar a confiança externa que estava bastante abalada³⁹, o governo criou a Secretaria do Meio Ambiente (SEMAN), em março de 1990, organismo de assistência direta e imediata ao Presidente da República e nomeou o ecologista José Lutzenberguer para o cargo de secretário de meio ambiente. Logo após, em abril de 1990, determinou a vinculação do Ibama à Secretaria do Meio Ambiente.

Viola (2002) afirma que, no primeiro ano de governo, Fernando Collor e José Lutzenberger tomaram algumas decisões importantes que lhes deram credibilidade na esfera do ambientalismo internacional. Segundo esse autor, as decisões foram: prorrogação da suspensão de subsídios e incentivos fiscais para agropecuária na Amazônia; suspensão do programa de ferro-gusa da Amazônia oriental; maior monitoramento e fiscalização do desmatamento, com queda de 50% nas queimadas em agosto/outubro de 1990 (comparadas com o pico de 1988); elaboração do macrozoneamento ecológico-econômico, fim do programa nuclear paralelo dos militares e adesão do Brasil à política ocidental de não-proliferação nuclear. Viola (2002) explica que, em consequência, Collor tornou-se um presidente confiável para o *establishment* ocidental.

Nesse contexto, a construção da noção dominante de desenvolvimento sustentável e as discussões sobre a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável acabaram evoluindo e influenciaram a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento⁴⁰, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992. Embora a proposta inicial de sediar a Rio-92 tenha surgido no governo José Sarney, somente no governo Fernando Collor foi definida a sede da conferência e ocorreu a realização do evento. Nesse encontro, foram assinados documentos como a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção sobre Mudanças do Clima, a Convenção sobre Combate à Desertificação, a Declaração sobre Florestas e a Agenda 21. Desde então, esses documentos são referências na ordem ambiental internacional (RIBEIRO, 2001).

Em 1993, após o *impeachment* do presidente Fernando Collor, com a reforma ministerial do governo Itamar Franco, foi extinta a Secretaria do Meio Ambiente e transformada em Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA), e o Ibama passou, então, a ser subordinado a esse ministério. Devido à crise de governabilidade e à instabilidade macroeconômica, as questões ambientais ficaram totalmente relegadas, durante

³⁹ Naquela época, a imagem do Brasil estava bastante abalada, devido aos crescentes desmatamentos e conflitos na Amazônia. A luta liderada por Chico Mendes, por exemplo, quando era dirigente de um sindicato de seringueiros, nas décadas de 1970 e 1980, até seu assassinato em 1988, pode ser considerada como um dos casos que abalou bastante a imagem internacional do Brasil.

⁴⁰ Sobre os documentos assinados e a repercussão dos conceitos que permearam a Rio-92, recomenda-se a leitura da tese de Wagner Costa Ribeiro (2001).

o governo Itamar, havendo também um declínio do movimento ambientalista e um questionamento da globalização (VIOLA, 1998).

Durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995- 2002), ocorreu uma reconstrução da governabilidade e uma aceleração da globalização, mas as questões ambientais ficaram num plano secundário (VIOLA, 1998). Merece destaque, no entanto, a atuação brasileira durante as negociações do Protocolo de Kyoto (1996-2001), sobretudo a sua proposta para a criação de um Fundo de Desenvolvimento Limpo (FDL), em 1997, que passou a se chamar Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)⁴¹, uma importante novidade do Protocolo de Kyoto.

No plano institucional, no governo Fernando Henrique Cardoso, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA), instituído em 1993, foi transformado em Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, em 1995. No segundo mandato, no entanto, foi transformado em Ministério do Meio Ambiente (1999). Destaca-se, ainda, a aprovação da lei de Crimes Ambientais, a lei 9605/1998, e a aprovação da lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC). Concomitantemente, as políticas ambientais continuaram a se confrontar com os projetos desenvolvimentistas de infraestrutura expressos nos programas Brasil em Ação (1996-1999) e Avança Brasil⁴² (2000-2003) (CUNHA; COELHO, 2010).

No final de 2002, quando Lula foi eleito presidente e nomeou a ambientalista Marina Silva para assumir o Ministério do Meio Ambiente, tudo parecia indicar que o seu governo se tornaria uma referência na história do ambientalismo; no entanto, esta impressão não durou muito. Nos primeiros meses de governo, alguns episódios ganharam grande visibilidade: estourou na mídia a crise dos pneus usados importados do Uruguai; foi aprovada uma medida provisória para legislar a primeira safra de soja transgênica, cultivada ilegalmente no país; Lula decidiu desengavetar o projeto de Transposição do Rio São Francisco; e foi lançada a tentativa de emendar o Código Florestal brasileiro⁴³ (LISBOA, 2011).

Desde o início do seu governo, Luiz Inacio Lula da Silva apoiou a tese de Dilma Rousseff (na época, ministra de Minas e Energia) de que era inevitável a instalação de novas hidrelétricas na bacia amazônica, para atender à demanda energética do País, mesmo contrariando as recomendações do relatório da Comissão Mundial Sobre Barragens (2001).

⁴¹ Ver a discussão sobre o MDL, desenvolvida por Goldenberg (2005).

⁴² O Programa Avança Brasil começou com o Programa Brasil em Ação, em 1996. Enfoca políticas de infraestrutura sofisticada em termos logísticos com eixos hidroviários e estradas. Esses eixos afetarão imensas áreas de florestas, territórios indígenas e áreas de conservação (BECKER, 2011).

⁴³ Após longa tramitação do Congresso, a presidente Dilma Rousseff sancionou o novo Código Florestal Brasileiro, em 18 de outubro de 2012.

Este relatório não recomendava a construção de grandes barragens, devido aos enormes impactos e aos prejuízos para a população, que não é indenizada justamente. No caso de o país decidir pelas grandes barragens, o relatório sugere um amplo processo de consulta e debate com a população local.

Ainda durante o governo Lula, em 2007, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), através da Lei 11.516/2007, resultado do desmembramento do Ibama. Desde então, coube a esse Instituto a responsabilidade pelas Unidades de Conservação, e, ao Ibama, a responsabilidade pelo licenciamento e pela fiscalização ambiental. Também nesse governo, foi aprovada a Política Nacional de Mudanças Climáticas (lei 12.187/2009), cuja meta voluntária estipula uma redução entre 36,1% e 38,9% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) para 2020, com base nos valores do período 1996-2005. O setor produtivo, contudo, resistiu a essas metas fixadas pelo Governo Federal (VIEIRA; CADER, 2013).

Nesse cenário, a ministra Marina Silva acabou concordando, mesmo diante de suas resistências, com a construção de duas grandes hidrelétricas no rio Madeira (Jirau e Santo Antônio). Pressionada e tendo sofrido desgaste político, ela pediu demissão logo após o início das obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)⁴⁴, em maio de 2008. “Foi substituída por Carlos Minc, considerado menos severo na concessão das licenças ambientais, cuja lentidão, de acordo com o Planalto, dificultava diversos empreendimentos” (VILLA, 2013, p. 176). Cabe ressaltar, no entanto, que o projeto de construção da UHE Belo Monte, no rio Xingu, encontrou maior oposição local e nacional que o projeto das usinas no rio Madeira. O projeto confrontou-se, principalmente, com movimentos sociais locais⁴⁵ organizados por populações tradicionais, como ribeirinhos, agricultores, povos indígenas e grupos ambientalistas. Independente da polêmica que envolve a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, o Ibama concedeu a Licença Prévia da obra, em 2010.

Ao vislumbrar todo o processo, percebe-se que ocorreram avanços institucionais e legais significativos nas políticas ambientais no país, nas duas últimas décadas, mas ainda persiste a incoerência entre a expressão dessas políticas e a sua execução. Tem-se, por exemplo, o grande desafio de conciliar a execução das políticas ambientais às metas estabelecidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse programa envolve

⁴⁴ O PAC foi criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010). O Programa promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura. Em 2011, o PAC entrou na segunda fase.

⁴⁵ Este argumento será mais bem desenvolvido ao longo do trabalho.

empreendimentos de grande impacto ambiental na Amazônia, sobretudo a construção de hidrelétricas nos afluentes da margem direita do Rio Amazonas, como a UHE Belo Monte. São empreendimentos geradores de conflitos, que, por sua vez, vão assumindo cada vez mais as características do Movimento de Justiça Ambiental, na perspectiva de Acselrad (2010) e Martinez Alier (2007). Tem-se, portanto, o cerne da discussão desta tese, que será desdobrado nos capítulos seguintes, com a abordagem sobre as correntes ambientalistas e a discussão do posicionamento das ONGs a respeito do Caso Belo Monte, propriamente dito.

3 O AMBIENTALISMO COMO SUBSÍDIO PARA (RE)PENSAR A ATUAÇÃO DAS ONGs

Este capítulo apresenta três importantes tendências evolutivas do ambientalismo, desde as suas raízes históricas encontradas no culto ao silvestre, passando pelo surgimento do Credo da Ecoeficiência, que defende o desenvolvimento sustentável, até a corrente denominada Ecologismo dos Pobres ou movimento pela Justiça Ambiental⁴⁶. Pode-se dizer, com base na Economia, que a primeira corrente, oriunda da Economia Clássica, concebe a natureza como externalidade ao processo produtivo; a segunda é representada pela Economia Ambiental, em que a natureza é pensada como externalidade, a ser inserida no cálculo econômico; a terceira é representada pela Economia Ecológica, “[...] aquela que trata das relações entre os conflitos ecológicos distributivos e os diversos discursos de valoração [...]” (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p.45), incluindo a natureza.

Trata-se, aqui, de resgatar aspectos históricos do ativismo das ONGs e contrapor esses aspectos às três principais correntes do ambientalismo (que agrupam outras tantas correntes), explicadas por Martínez Alier (2007), mas também discutidas por outros autores contemporâneos. Na verdade, apesar das diferenças entre elas, as correntes apresentam elementos comuns que as entrelaçam; inclusive, algumas ONGs podem simultaneamente, desenvolver atividades relacionadas a mais de uma corrente ambientalista. O mesmo ocorre com os teóricos. O capítulo refere-se, ainda à inclusão das ONGs no chamado terceiro setor, nos anos 1990, período que corresponde ao auge da implementação das políticas neoliberais no Brasil.

⁴⁶Cabe mencionar que esta divisão metodológica é de Martínez Alier; porém, outros autores empregam divisão semelhante, com denominações diferentes. Os autores Jatobá, Cidade e Vargas (2009) denominam as tendências evolutivas do ambientalismo da seguinte maneira: a ecologia radical, que engloba o protecionismo, conservacionismo e a ecologia profunda; o ambientalismo moderado, que enfoca a noção dominante de desenvolvimento sustentável; e a ecologia política, que enfatiza a justiça ambiental.

3.1 AMBIENTALISMO: ORIGEM E TRANSFORMAÇÃO

As raízes do movimento ambientalista⁴⁷ podem ser encontradas na segunda metade do século XIX, mas foi nas décadas de 1950 e 1960 que o ambientalismo surgiu como causa e efeito de uma profunda mudança de mentalidade, direcionada a uma maior preocupação com a qualidade de vida (McCORMICK, 1992). Diversos teóricos reconhecem as dificuldades de se definir o início desse movimento. “O movimento não começou num país para depois espalhar-se em outro; emergiu em lugares diferentes, em tempos diferentes e geralmente por motivos diferentes” (McCORMICK, 1992, p. 21). Inicialmente, o movimento voltava-se para as questões ambientais locais, até se tornar um movimento nacional e, finalmente, internacional.

O movimento ambientalista percorreu um longo caminho em um século. Seu início foi realmente humilde: um grupo de mulheres inglesas preocupadas com os danos que sua moda infligia aos pássaros selvagens, homens de letras nos cafés arengando contra os *smogs* que sufocavam suas cidades, especialistas florestais e botânicos trabalhando isolados na África e na Ásia para refrear a derrubada descontrolada de florestas, um roceiro barbado e um intelectual de Yale às turras sobre os esplendores naturais da América do Norte, e um bando de naturalistas, ilustradores e fotógrafos se empenhando para educar a sociedade quanto às belezas da natureza indômita. (McCORMICK, 1992, p. 191)

Em outras palavras, as primeiras preocupações com a preservação da natureza e a busca da qualidade ambiental datam do século XIX (ou até antes), mas se mantiveram, por muito tempo, restritas às elites ilustradas. O propósito era despertar a consciência de pessoas influentes, que poderiam doar importantes fortunas em benefício da natureza ou ainda promover uma legislação conservacionista (CASTELLS, 1999). Nessa visão pioneira, o ambientalismo se constituiu como um grupo interno ao sistema político, sem contestar ou desafiar aspectos mais normativos e gerais do funcionamento da sociedade (LEIS; D'AMATO, 2003).

Durante as décadas de 1960 e 1970, o ambientalismo apresenta-se como um novo

⁴⁷ As expressões movimento ambientalista e movimento ecológico estão sendo usadas, aqui, indistintamente, pois o uso dos termos ambientalismo e ecologismo varia muito entre os principais teóricos, em que se apóia esta pesquisa. Nos estudos de Martínez Alier (2007), por exemplo, prevalece o uso das denominações ‘ecologismo’ e ‘movimento ecológico’; nos de Porto-Gonçalves (1990; 2006) também é observada, frequentemente, a expressão ‘movimento ecológico’, embora em seus últimos textos utilize movimento ambientalista. Já Castells (1999) traz, em sua teoria, predominantemente, a expressão ‘movimento ambientalista’, assim como McCormick (1992).

movimento social (LEIS; D'AMATO 2003; MCCORMICK 1992; CASTELLS, 1999), descentralizado e multiforme, na maior parte do mundo, principalmente nos EUA e norte da Europa. Segundo McCormick (1992), entre 1962 e 1972, ocorreu a partida radical em direção ao Novo Ambientalismo. “Em seu cerne há um clamor por um tipo de sociedade inteiramente novo, baseado em produção e consumo cuidadosamente considerados, conservação de recursos, na proteção ambiental e nos valores básicos de compaixão, justiça e qualidade de vida” (McCORMICK, 1992, p. 192). Como novo movimento social, o ambientalismo concebe a questão ecológica de maneira crítica e alternativa em relação à ordem existente (LEIS; D'AMATO 2003).

Nesse processo, as organizações ambientalistas, no Brasil, atravessavam uma primeira fase (1960/1970) sem estruturação jurídica. Em geral, elas baseavam as suas ações em denúncias variadas de problemas e impactos ambientais (que afetam a vida de comunidades urbanas e rurais) decorrentes da implantação de grandes projetos de infraestrutura e de investimentos das atividades capitalistas. Na sua origem, a luta dos militantes era por um novo modelo de desenvolvimento e não por soluções paliativas. O papel desses grupos não era de ocultar os conflitos (ou de trabalhar para o governo), mas de dar-lhes visibilidade (LOUREIRO, 2000 apud ACSELRAD, 2010).

Segundo Gonçalves (1990), o movimento ecológico surge, nos anos 1960 e 1970, no mundo e no Brasil, com um caráter difuso, associado a uma série de movimentos sociais⁴⁸, propondo outra relação da sociedade com a natureza.

É por esse caráter difuso de um movimento que, no fundo, aponta para uma outra cultura, que os ecologistas se encontram envolvidos com questões tão diferentes como a luta contra o desmatamento, contra os agrotóxicos, os alimentos contaminados, o crescimento da população, a urbanização descontrolada, o gigantismo tecnológico e o nuclear, a poluição, a erosão dos solos, a extinção de animais, etc. (GONÇALVES, 1990, p. 21)

O caráter difuso não desqualifica o movimento ecológico, uma vez que ele se configura a partir de um conjunto de interesses e objetivos comuns. Ao contrário, segundo o autor, o movimento ecológico pode incorporar qualquer setor da atividade humana, onde ocorram lutas e reivindicações. Aí está o potencial de transformação social do movimento

⁴⁸Os diversos movimentos sociais, entre eles, os dos negros, mulheres, indígenas, operários etc., representam um traço comum que os identifica, que é o de emergir a partir de determinadas condições sociais de existência que lhes dão subsistência. Essa condição social diz respeito, entre outras coisas, ao corpo dos indivíduos instituído pelas relações sociais. Enquanto há um corpo operário, mulher, negro, indígena, não há um corpo ecológico enquanto condição social; por isso, é mais difuso e menos apreensível que os demais (GONÇALVES, 1990).

ecológico.

Além disso, no Brasil, o movimento ecológico emerge em um contexto muito específico. Vivia-se sob uma ditadura que limitava a expressão, no espaço público, de diversos movimentos como o sindical e o estudantil. “A nossa esquerda de então acreditava que o subdesenvolvimento do país se devia fundamentalmente à ação do imperialismo, que tinha como aliado interno a oligarquia latifundiária”, razão do atraso e da miséria do povo brasileiro. (GONÇALVES, 1990, p. 13). Concomitantemente, tecnocratas brasileiros declaravam que a pior poluição que o povo enfrentava, naquele momento, era a poluição da miséria, na tentativa de atrair investimentos estrangeiros. Essa posição foi defendida pelos representantes do Brasil na Conferência de Estocolmo, em 1972 (GONÇALVES, 1990). Para o autor, aqueles que constituem o movimento ecológico estão propondo outro modo de viver, o que só é possível a partir de outra concepção de natureza e, conseqüentemente, outras formas de relação com o mundo orgânico, inorgânico, enfim, dos homens entre si.

No decorrer dos anos 1980 e 1990, o ambientalismo admite as transformações necessárias no atual modelo de desenvolvimento, apontado como insustentável a médio ou longo prazo. Supõe “[...] a existência de um movimento multissetorial e global, capaz de mudar os principais eixos civilizatórios da sociedade contemporânea” (LEIS; D’AMATO, 2003, p. 78). Os mesmos autores consideram este último enfoque o mais completo e adequado para responder realmente à crise ecológica; no entanto, apontam a necessidade de uma abordagem mais ampla do ambientalismo, um “movimento vital”, que considere de forma inter-relacionada as leis que regulam a evolução da vida em geral, nas suas dimensões histórico-social, ética e vivencial. O ambientalismo presente no cenário mundial expressa “[...] uma tendência vital e orgânica de caráter defensivo, conseqüência da alta entropia de nosso modelo civilizatório” (LEIS; D’AMATO, 2003, p. 79). Esses autores ainda consideram a hipótese de o ambientalismo ser colonizado e perder a sua força ética e vital. Segundo eles, isso pode ocorrer, se a expansão setorial e a evolução do ambientalismo se interromper no ponto em que chegou, após receber a forte influência e a participação dos setores político e empresarial.

A rigor, o processo de emergência do ambientalismo tem partido nos anos 50 e 60 de setores, como os cientistas e as ONGs, que normalmente possuem valores e práticas muito mais orientados para a cooperação e a solidariedade que os políticos e empresários. Parece evidente, então, que o equilíbrio interno do ambientalismo multissetorial demanda e convoca a participação de atores provenientes do campo religioso. O ingresso de um setor

profundamente comprometido com valores espirituais, que possa somar-se aos existentes, contribuirá decisivamente para estruturar e funcionalizar sinergicamente a crescente complexidade e multidimensionalidade do ambientalismo, revertendo a atual tendência relativamente declinante de sua evolução ética. (CAVALCANTI, 2003, p. 82)

Assim, em meados dos anos 1980, começou a surgir no Brasil um novo tipo de ambientalismo mais ligado às questões sociais (bem distinto do movimento Preservacionista). Esse movimento coincide com o período de redemocratização do país e com a grande devastação da Amazônia. Baseava-se na crítica ao modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e destruidor da natureza, que teve o seu auge na Ditadura Militar (DIEGUES, 2000). Nesse contexto, ganha visibilidade e torna-se cada vez mais significativo, o papel exercido por novos e inesperados protagonistas, - como o dos seringueiros liderados por Chico Mendes, dos camponeses do Himalaia (movimento Chipko), e das populações indígenas da América Latina, Caribe, Índia -, identificados, posteriormente, como conflitos por justiça ambiental. (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Ao longo dos anos 1990, sobretudo a partir dos preparativos para a segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a questão ambiental passa a se tornar um tema obrigatório na agenda política. O debate ambiental começa a interessar cada vez mais o setor empresarial, como as grandes corporações transnacionais, bem como os organismos multilaterais – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio. Desde então, o meio ambiente e a sustentabilidade passam a ser vistos como oportunidades de negócios. Tornam-se categorias (marcas ou símbolos) importantes para a competição e para atrair capitais (ACSELRAD, 2010).

Na década de 1990, segundo Castells (1999), mais de dois terços dos europeus e 80 por cento dos norte-americanos, incluindo políticos, empresários, instituições e governos, consideravam-se ambientalistas. Apesar disso, “[...] a maioria dos nossos problemas ambientais mais elementares ainda persiste, uma vez que seu tratamento requer uma transformação nos meios de produção e de consumo, bem como de nossa organização social e de nossas vidas pessoais” (CASTELLS, 1999, p.141-142).

Cabe destacar, no entanto, que, neste início do século XXI, a natureza do ambientalismo continua a mudar. Por um lado, não há contestação quanto ao advento do meio ambiente como uma questão de política pública; por outro, não há consenso sobre o caráter multissetorial e complexo do ambientalismo, visto como “evolução” do movimento.

Nesse sentido, Alexandre (2003) discute que, no caso do Brasil, não existe evolução

do movimento como Viola (1992) descreve, pois a multissetorialização do movimento não provocou a ampliação dos espaços políticos de discussão. O autor afirma, ainda, que, por ter cedido às pressões do sistema político e do mercado, o movimento perdeu a sua radicalidade.

O movimento passa a perder a sua espontaneidade, o seu ativismo político-crítico, e ganha força enquanto bandeira oportunista para empresários, publicitários, agências setoriais de governo. Perdem as minorias, mesmo aquelas que na esperança de poderem pressionar o governo e empresários nas arenas políticas criadas teoricamente para a discussão dos problemas socioambientais (leia-se, por exemplo, os conselhos setoriais do meio ambiente no nível federal, estadual e municipal), acabam sendo literalmente “engolidas” pelas forças burocráticas do sistema. Viola em nenhum de seus estudos problematiza esta questão. Talvez porque aqui estariam as evidências mais claras de que não existe “evolução” do movimento, como ele apregoa. (ALEXANDRE, 2003, p.94-95)

Percebe-se, aqui, um deslocamento do discurso democrático. O discurso se afasta de uma esfera propriamente política pautada na luta, na manifestação popular, em direção a uma caminhada em que a própria ideia de luta é transformada em um consenso ditado pela racionalidade (PINTO, 2006).

3.2 ONGs E CORRENTES AMBIENTALISTAS

A primeira corrente ambientalista em sentido cronológico e de organização é a do Culto ao Silvestre ou à Vida Selvagem. Essa corrente visa preservar o que resta da natureza original, o amor aos bosques e às belas paisagens e de valores profundos, sem enfrentar o debate sobre os efeitos da indústria ou da urbanização. Nesse sentido, geralmente, se mantém indiferente ou em oposição ao crescimento econômico. Os defensores do culto ao silvestre podem apelar ao valor sagrado da natureza e aos valores culturais antigos, como os das crenças indígenas, o que contribui para esclarecer a incomensurabilidade dos valores, um tema central da Economia Ecológica. Nas três últimas décadas, o culto ao sagrado tem sido representado no ativismo ocidental pelo movimento da ecologia profunda, que propõe uma visão biocêntrica⁴⁹ da natureza, contrastando com a visão antropocêntrica superficial. Cabe

⁴⁹A visão biocêntrica surge concomitantemente com a ecologia, que nasce como ciência na segunda metade do século XIX. Inclusive, o termo ecologia foi usado pela primeira vez em 1866, pelo biólogo alemão Ernest

destacar que a visão biocêntrica abriga as tendências do preservacionismo e do conservacionismo. Além disso, essa primeira corrente está respaldada cientificamente pela biologia conservacionista, que se desenvolve desde a década de 1960 (MARTÍNEZ ALIER, 2007).

Os primeiros grupos preservacionistas foram criados na Grã-Bretanha, na década de 1860, enquanto, nos EUA, esse movimento surgiu no final do século XIX (McCORMICK, 1992). O primeiro grupo de preservação da vida selvagem no mundo pode ter sido fundado em 1867, na Inglaterra. Trata-se do *East Riding Association for the Protection of the Sea Birds*, que tinha como proposta lutar contra a temporada anual de caça de *Flamborough Head*. Em seguida, surgiram outros grupos, como a *Society for the Protection of Birds*⁵⁰, fundada em 1891 (McCORMICK, 1992). Nos Estados Unidos, a criação dos primeiros parques nacionais, como o de *Yellowstone*, em 1872, surgiu dessas propostas de defender a reserva de áreas territoriais específicas para a preservação da natureza. O grupo *Sierra Club*, fundado em 1892, em São Francisco, foi um dos pioneiros no culto à vida silvestre, tal como essa corrente era representada há mais de um século (MARTÍNEZ ALIER, 2007; McCORMICK, 1992; HANNIGAN, 2009). Um dos seus fundadores, o naturalista John Muir, ajudou a tornar o *Sierra Club* uma organização para preservar as regiões montanhosas da costa do Pacífico, como o parque Nacional do *Yosemite* e o do *Grand Canyon*. Tratava-se, sobretudo, de impedir a destruição da beleza natural dessas áreas e o *habitat* natural da vida selvagem. Os primeiros movimentos de preservação da vida selvagem ocorreram paralelamente em outros lugares, como na Índia, África do Sul e Austrália.

O movimento de volta à natureza, termo utilizado por Hannigan (2009) para se referir à primeira corrente, foi especialmente forte entre os observadores de pássaros e ornitologistas na Grã-Bretanha e nos EUA. Por mais de 50 anos, eles procuraram proteger os pássaros selvagens dos caçadores, ladrões e traficantes de penas. O movimento ganhou patrocínio de políticos e de algumas instituições capazes de levantar fundos consideráveis e de prestígio para as atividades de preservação. “Nenhum foi mais importante do que Teddy Roosevelt, o qual, como governador de Nova York e então como presidente, tornou-se um leal defensor da vida selvagem” (HANNIGAN, 2009, p. 68).

Haeckel. “Embora considere o homem parte integrante da natureza, o biocentrismo ressalta a importância da biocenose ou biota, que é a associação de populações de espécies diferentes que habitam um biótipo comum ou comunidade biológica, em relação à antropoceno, comunidade humana, para manutenção do equilíbrio ecológico”. (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009, p. 51).

⁵⁰Essa organização foi liderada inicialmente por mulheres inglesas. Destacou-se pelas campanhas contra a matança de pássaros e a não utilização das plumagens no vestuário feminino. Esses movimentos se espalharam para outros países e, no ano de 1902, o governo indiano ordenou o fim da exportação de peles e de plumas de pássaros.

Na virada para o século XX, o movimento ambientalista nos EUA dividiu-se entre os preservacionistas e os conservacionistas. Enquanto os primeiros buscavam a criação de reservas e parques para a proteção integral da natureza, os últimos apresentavam propostas semelhantes, mas defendiam também o uso racional e eficiente dos recursos, principalmente a proteção das florestas, solo e água (McCORMICK, 1992). Os conservacionistas também se preocupavam com a relação homem-natureza no espaço urbano, devido aos efeitos agravados pela industrialização. “Os movimentos conservacionistas tinham como propósito o combate à caça e a proteção da vida selvagem e de paisagens naturais, mas também criticavam as condições de precariedade social e habitacional do proletariado urbano, agravadas pela poluição impulsionada pela Revolução Industrial” (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009, p. 51).

Pode-se dizer que a fusão de ecologia e ética - “ética da terra”- proposta por Aldo Leopold (1949), em seu livro *A Sand County Almanac*, publicado em 1949, direcionou a atenção não só para as belezas da vida selvagem, mas também para o uso econômico que as florestas possuíam (MARTÍNEZ ALIER, 2007). “Ele estendeu os direitos de ética ao mundo natural, o qual ele considerou como uma comunidade e não como uma commodity” (HANNIGAN, 2009, p.73). Essa proposta, por sua vez, colocou em discussão a preservação e a manutenção de espaços da natureza original, livres da influência de mercado.

McCormick (1992) ressalta que a Segunda Guerra Mundial alterou radicalmente a agenda do ambientalismo. O autor destaca a fundação de uma organização internacional para a proteção da natureza, em 1948, bem como a realização de uma Conferência Internacional da ONU sobre a conservação de recursos naturais, ocorrida em 1949. A primeira corresponde à *International Union For The Conservation of Nature (IUCN)*⁵¹, criada através da UNESCO, com sua sede na Suíça. Atua em dezenas de países e agrupa organizações governamentais e não governamentais. Inicialmente, realizava programas de proteção a certas espécies selvagens ou a *habitats* naturais ameaçados, mas gradualmente incluiu, nos seus projetos, a conservação de recursos. A segunda corresponde à Conferência Científica das Nações Unidas sobre a Conservação e Utilização de Recursos (UNSCCUR)⁵², realizada em *Lake Success*, no estado de Nova York. A proposta central da Conferência era “[...] adequar os recursos

⁵¹ Cabe destacar que a IUCN serviu de modelo para a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), no ano de 1958, na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, no ano de 1961, a IUCN colaborou para a criação do WWF, primeira ONG ambientalista de espectro verdadeiramente mundial. (LEIS; D’AMATO, 2003; McCORMICK, 1992)

⁵²A UNSCCUR foi organizada pela UNESCO e outros organismos ligados à ONU. Dela participaram mais de 530 delegados de 49 países. Muitos temas foram discutidos (como pressão sobre os recursos, carências críticas de alimentos, desenvolvimento integrado de bacias hidrográficas), mas sem a pretensão de elaborar recomendações e exigências aos países membros da ONU. (McCORMICK, 1992)

naturais que possam atender às exigências crescentes da produção e descobrir novos recursos com pesquisas científicas” (RODRIGUES, 2006, p. 102). A Conferência foi, inegavelmente, segundo McCormick (1992), o primeiro marco importante do movimento ambientalista internacional, devido à amplitude e à capacidade de previsão de sua agenda. Já a Conferência de Estocolmo (primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente), no ano de 1972, foi o segundo grande acontecimento.

Convém destacar que, nesta conferência, os países desenvolvidos defendiam a tese do crescimento zero, e os países subdesenvolvidos defendiam o desenvolvimento industrial ainda que viesse acompanhado da poluição. Os primeiros baseavam-se no documento *Limites do Crescimento* ou *Relatório Meadows*, lançado pelo Clube de Roma, em 1972. Este estudo, de inspiração neomalthusiana, propunha a estagnação do crescimento econômico e o congelamento do crescimento populacional. A posição desenvolvimentista protagonizada pela China saiu vencedora no embate de ideias e foi expressa no princípio 21⁵³ da Declaração de Estocolmo. Da mesma forma, esta conferência propiciou a implementação ou reorganização da legislação ambiental em muitos países⁵⁴ e promoveu o rápido desenvolvimento da ordem ambiental internacional. (RIBEIRO, 2001)

A predominância do realismo político na Conferência de Estocolmo ficou evidente. A soberania dos países foi salvaguardada e venceu a tese de não-controle externo em relação às políticas desenvolvimentistas que poderiam vir a ser praticadas por cada país. Entretanto, ainda que de maneira tímida, assistimos à participação das ONGs, que indicava a presença de novos atores no sistema internacional. (RIBEIRO, 2001, p. 81)

Martínez Alier (2007) ressalta que os biólogos e os filósofos ambientais atuam principalmente nessa primeira corrente, que propaga suas ideias desde os países do Norte, até a África, Ásia e América Latina. São apoiados por ONGs ambientalistas bem estruturadas, como a *International Union For The Conservation of Nature (IUCN)*, o *World Wide Fund of Nature (WWF)* e a *Nature Conservancy*. Nos EUA, mais recentemente, a natureza silvestre, além de ser preservada, também é restaurada. Isso ocorre através da desativação de algumas

⁵³ Princípio 21, afirma: “[...]os Estados têm, de acordo com a Carta das Nações Unidas e os princípios do direito internacional, o direito soberano de explorar seus próprios recursos de conformidade com suas próprias políticas ambientais, e a responsabilidade de assegurar que as atividades dentro de sua jurisdição ou controle não causem dano ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites de jurisdição”. (VARGAS, 1998, p. 29).

⁵⁴No caso do Brasil, pode-se mencionar a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), em 1973; criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), em 1981; e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em 1986, como primeiras iniciativas de institucionalização ambiental.

represas, da recuperação dos *Everglades* (pântanos que correspondem apenas a 20% da sua área original) ao sul da Flórida, ou pela reintrodução dos lobos no parque Nacional de *Yellowstone*, por exemplo. (MARTÍNEZ ALIER, 2007)

Para o mesmo autor, uma ONG internacional atua como uma confederação formada por diversos grupos em países distintos. Destaca-se, aqui, o WWF, que atua na forma de redes de conservação da natureza. É considerada uma das ONGs que mais investe na conservação dos ecossistemas ameaçados de extinção no Brasil. Encontra-se no Brasil desde 1971, mas, em 1996, recebeu a designação WWF Brasil. Enquanto alguns grupos atuam em favor da preservação da vida silvestre, outros podem se voltar para a ecologia industrial, e outros, ainda, podem se envolver com os conflitos ambientais e de justiça ambiental. A ONG Amigos da Terra, por exemplo, destacou-se devido às campanhas de defesa das paisagens de beleza natural e de espaços silvestres, bem como se envolveu contra a hidroeletricidade no oeste dos EUA e contra a energia nuclear.

Ainda cabe destacar que o movimento pela proteção da vida selvagem inspirou-se no romantismo e teve sua origem nos intelectuais conservadores da Inglaterra vitoriana e na aristocracia norte-americana (McCORMICK, 1992). Atualmente, a preservação da vida selvagem e o planejamento rural são citados, por Hannigan (2009), entre os problemas que predominam na primeira corrente ambientalista, considerada pelo autor como a mais influente nos EUA e na Grã-Bretanha. “Estes são tidos como reflexos dos associados da classe média branca nas principais organizações ambientais” (HANNIGAN, 2009, p.76). De qualquer forma, as iniciativas de propor o uso eficiente dos recursos naturais para atender aos interesses e às necessidades humanas, no entanto, fortaleceram-se, apenas posteriormente.

A segunda corrente do ambientalismo, denominada por Martínez Alier (2007) como Credo ou Evangelho da Ecoeficiência, preocupa-se com o manejo prudente ou sustentável dos recursos naturais e com o controle dos impactos ambientais provocados pelo crescimento econômico. Ela confia no desenvolvimento sustentável e na modernização ecológica⁵⁵. Em outras palavras, essa corrente defende que a internalização das externalidades⁵⁶, no cálculo econômico, e as novas tecnologias constituem instrumentos decisivos para a modernização ecológica. Portanto, essa corrente está respaldada pela Economia Ambiental e pela Ecologia

⁵⁵“A modernização ecológica caminha sobre duas pernas: uma econômica, com ecoimpostos e mercados de licenças de emissões; outra, tecnológica, apoiando medidas voltadas para a economia de energia e de matérias-primas” (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 28).

⁵⁶ A internalização das externalidades pode ser entendida como a contabilização de muitos custos, às vezes intangíveis, como a extinção de uma espécie ou de uma paisagem, como o Salto das Sete Quedas, que ficou submerso com o lago de Itaipu (no rio Paraná, estado do Paraná). Poucos países aplicam efetivamente essas políticas. Até o final do século XX, apenas a Suécia, a Dinamarca e a Finlândia aplicavam instrumentos voltados à internalização das externalidades. (PORTO-GONÇALVES, 2011, apud MAIMON, 1996).

Industrial.

Segundo Martínez Alier (2007), as raízes dessa segunda corrente procedem da primeira corrente do ambientalismo, tanto na Europa quanto nos EUA. Esse autor destaca alguns precursores, como Gifford Pinchot (devido a sua proposta de manejo florestal, visando ao uso eficiente dos recursos), e grandes sucessores, como Aldo Leopold e Raquel Carson (cuja obra, *A Primavera Silenciosa*, abordava o impacto dos pesticidas para algumas espécies selvagens). Além disso, o autor indica o presidente Teodoro Roosevelt como partidário de Gifford Pinchot, na defesa pela preservação da vida selvagem nos EUA. Outras raízes dessa corrente podem ser encontradas tanto nos numerosos estudos realizados na Europa, no século XIX, sobre os usos eficientes de energia e química agrícola, quanto nos debates sobre os efeitos da contaminação industrial e urbana para a saúde pública (MARTÍNEZ ALIER, 2007).

Martínez Alier (2007) ressalta que essa corrente “[...] é atualmente um movimento de engenheiros e economistas, uma espécie de religião da utilidade e da eficiência técnica desprovida da noção do sagrado” (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 27). Entre os defensores dessa segunda corrente do ambientalismo, destacam-se, principalmente, o Estado, as empresas de grande capital e as organizações internacionais, como o Banco Mundial, por exemplo.

Esse movimento surgiu na transição do modelo fordista-keynesiano para a acumulação flexível, desencadeada na década de 1970. Nesse contexto, evidenciou-se a proposta de conciliar crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, sem alterar, substancialmente, o modelo de desenvolvimento vigente. Desde a publicação do Relatório *Brundtland*,⁵⁷ também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, no ano de 1987, o desenvolvimento sustentável passou a ser o conceito que melhor reflete a segunda corrente do ambientalismo, apesar de ainda não haver ocorrido uma discussão mais ampla sobre o sentido desse conceito no contexto atual do capitalismo. Inclusive, segundo Veiga (2008), a partir dessa data, verificou-se um processo de legitimação e institucionalização normativa do desenvolvimento sustentável, em conformidade ao contexto político e econômico.

A expressão desenvolvimento sustentável surgiu da evolução do termo ecodesenvolvimento, utilizado pela primeira vez por Maurice Strong⁵⁸, para caracterizar uma concepção alternativa de política de desenvolvimento. Isso ocorreu na primeira reunião do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), realizada em Genebra, em

⁵⁷Sobre esse relatório, recomenda-se a leitura de Brüseke (2003).

⁵⁸O empresário canadense Maurice Strong emergiu como liderança ambiental na Conferência de Estocolmo, em 1972, ocasião em que ocupou o cargo de Secretário Geral da Conferência. Também ocupou o cargo de Secretário Geral da Conferência do Rio, em 1992. Além disso, foi o primeiro diretor-executivo do PNUMA, no ano de 1973. (McCORMICK, 1992)

1973. Nessa reunião, ele não formulou o conceito, que, por sua vez, foi concebido por Ignacy Sachs no ano seguinte. Percebe-se, no entanto, que o discurso do desenvolvimento sustentável (com ênfase na economia e nas novas tecnologias), ao suplantando o discurso do ecodesenvolvimento⁵⁹ (crítica ao modelo de desenvolvimento industrial e às disparidades sociais), despolitizou o conceito formulado por Sachs (LIMA, 2012). Inclusive, pode-se constatar que Ignacy Sachs frequentemente utiliza como sinônimos, nos seus últimos trabalhos, os conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, a formulação do conceito de desenvolvimento sustentável ocorreu de maneira lenta. Ganhou destaque com Sachs e teve continuidade com a Declaração de Coyococ, no México, organizada pelo PNUMA, e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, em 1974. O Relatório *Que Faire*, no ano seguinte, apresentou a expressão desenvolvimento sustentado, mas a consolidação do conceito ocorreu com a elaboração do Relatório Nosso Futuro Comum, organizado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente Desenvolvimento (CMMAD), entre 1985 e 1987 (RIBEIRO, 2001).

O desenvolvimento sustentável foi o tema central da segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Nesse encontro, vinte anos após Estocolmo, foram assinadas as convenções de biodiversidade⁶⁰, clima e desertificação. Também foi aprovada a Carta da Terra e a Agenda 21. A reunião de cúpula, no entanto, foi marcada por algumas divergências⁶¹ a respeito da assinatura da convenção de biodiversidade e da convenção climática. Ela reuniu quase todos os chefes de Estado e representantes de organizações internacionais. Num encontro paralelo, reuniram-se mais de 3000 ONGs e diversos movimentos sociais, o que indica a ampliação da luta de participação democrática. Isso, de certa forma, estabelece um espírito que vai ser apurado em fóruns contra o neoliberalismo, o que ocorreu, por exemplo, na grande manifestação de Seattle, ocorrida em 1999, e no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em

⁵⁹ Sachs utilizou inicialmente ecodesenvolvimento para as regiões rurais da África, Ásia e América Latina. O autor defendia uma gestão mais racional dos ecossistemas locais, valorizando os conhecimentos e as experiências das comunidades locais. Priorizava a articulação entre crescimento econômico, conservação do meio ambiente e redistribuição de renda, através de uma revisão do modelo econômico, no sentido de promover maior justiça e cooperação entre os países. (SACHS, 2009)

⁶⁰Martínez Alier (2007) faz uma crítica a respeito das ideias de biodiversidade, amplamente difundidas na Rio-92: “A Convenção da Biodiversidade de 1992 propõe o acesso mercantil aos recursos genéticos como principal instrumento para a conservação [...]. Contudo, a comercialização da biodiversidade constitui um instrumento perigoso para a conservação. Os horizontes temporais das empresas farmacêuticas são curtos (40 ou 50 anos no máximo), enquanto a conservação e co-evolução da biodiversidade é o assunto que requer dezenas de milhares de anos. Caso as rendas provenientes da conservação em curto prazo resultem em baixas, e na hipótese de a lógica da conservação se tornar meramente econômica, a ameaça à conservação será então mais forte do que nunca” (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 32).

⁶¹Cabe destacar o fato de os Estados Unidos não terem assinado a convenção sobre biodiversidade e apresentarem resistência em outras posições, como a Convenção Climática.

2001, 2002 e 2003. (PORTO-GONÇALVES, 2006)

No Brasil, durante o processo de preparação para a conferência do Rio, em março de 1990, José Lutzenberger assumiu a Secretaria do Meio Ambiente no governo de Fernando Collor. Poucos meses antes da conferência, no entanto, devido a divergências entre o presidente e o ambientalista, Lutzenberger foi afastado do cargo. Durante a conferência, o Brasil conduziu uma agenda mais avançada que em Estocolmo (eficiência econômica com gestão ambiental, equidade social), mas “[...] na prática revelou uma política ambiental errática, pouco consistente e sob desarticulação e conflito intersetorial (Ibama x Secretaria Federal do Meio Ambiente x agências e entidades estaduais do meio ambiente)” (NEDER, 2002, p. 38). Com o fim da Rio-92, percebe-se um processo de “desorientação” do movimento ambientalista brasileiro, à medida que os meios de comunicação, que antes forneciam uma enorme dose de informações sobre a problemática ambiental, reorientam-se bruscamente para outros temas, principalmente sobre o processo de *impeachment* do presidente Collor (VIOLA; LEIS, 1995).

O conceito de desenvolvimento sustentável apresenta certas contradições. Em sua formulação, a tecnologia é fundamental para se alcançar o meio ambiente equilibrado e saudável. Constata-se, contudo, que, mesmo considerando os resultados obtidos em tecnologias limpas apropriadas, o avanço da tecnologia acelera a exploração de riquezas naturais e o consumo, o que implica uma crescente pressão ambiental. Apesar da relevância do conceito sobre melhorias tecnológicas, vale ressaltar, por exemplo, que elas, geralmente, não são repassadas aos países em desenvolvimento, que se constituem os principais fornecedores de recursos naturais aos países desenvolvidos. Isso gera um descompasso entre quem detém os recursos naturais, quem tem o controle do uso das tecnologias e quem tem acesso ao consumo. Segundo Rodrigues (2006, p. 107):

A tecnologia, considerada fundamental para se obter o meio ambiente saudável, é utilizada também para medir, catalogar, hierarquizar o “desenvolvimento” e seus detentores. Quem tem mais tecnologia é tido como mais capaz de preservar o meio ambiente. Assim as corporações multinacionais intensificam a subordinação ao avanço da tecnologia que permitirá controlar a produção, consumo, circulação. Requalificação da divisão territorial do trabalho no novo imperialismo? É um aspecto que necessita de pesquisas e aprofundamento teórico metodológico.

Da mesma forma, através do desenvolvimento sustentável, revela-se o mito de afastar ou eliminar os problemas, as falhas técnicas, por meio da preservação, a manutenção e a

melhoria das formas de extração das riquezas naturais, mantendo-se o mesmo modo de produzir e de consumir. “Aprimora-se a forma de ocultar os conflitos de classe, as formas de apropriação das riquezas e a importância do território” (RODRIGUES, 2006, p. 110). Por sua vez, Ribeiro (2001, p. 113) lembra que o desenvolvimento sustentável, ao tentar conciliar crescimento econômico e conservação ambiental, contribuiu para uma diversidade de interesses.

De nova ética do comportamento humano, passando pela proposição de uma revolução ambiental até ser considerado um mecanismo de ajuste da sociedade capitalista (*capitalismo soft*), o desenvolvimento sustentável tornou-se um discurso poderoso promovido por organizações internacionais, empresários e políticos, repercutindo na sociedade civil internacional e na ordem ambiental internacional.

Na verdade, desde o final do século XX, as propostas dessa segunda corrente vêm sendo sistematicamente discutidas nas conferências mundiais sobre meio ambiente e desenvolvimento. Verificou-se, no entanto, que certos compromissos assumidos nessas reuniões não se efetivaram ou se efetivaram apenas em parte. Nesse sentido, entre a Rio-92 e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10), realizada em Johannesburgo, na África do Sul, em 2002, ocorreram poucos avanços nos compromissos firmados (metas e prazos concretos) para a solução dos problemas sociais e ambientais ao redor do mundo. “Em face disto, a Conferência de Johannesburgo concentrou-se no objetivo prioritário da redução da pobreza, adquirindo assim um caráter marcadamente socioambiental” (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009, p. 59). Inclusive, em 2012, na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)⁶², os países assumiram certos compromissos, mas as metas ou prazos específicos foram adiados para uma conferência futura. De qualquer modo, as propostas dessa corrente continuam dominando, de maneira mais enfática, o movimento ambientalista, nos EUA e na Europa, ao mesmo tempo em que a ecoeficiência está sendo desafiada (assim como a primeira corrente) pela terceira corrente do ambientalismo (MARTÍNEZ ALIER, 2007).

O Ecologismo dos Pobres ou movimento de Justiça Ambiental surgiu a partir de conflitos gerados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social entre os atores

⁶²O documento assinado na Rio+20 envolve temas como erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, uso da água e energia. Também foi aprovada a Declaração Final da Cúpula dos Povos, elaborada pelas ONGs, representantes indígenas, movimentos sociais e militantes políticos, que lutam contra a globalização.

envolvidos nesses impasses. Esses embates são tratados por Martínez Alier (2007) como conflitos ecológicos distributivos e os seus diversos discursos de valoração, na perspectiva da Economia Ecológica. Conforme o autor, a economia ecológica é aquela que trata “[...] as relações entre os conflitos ecológicos distributivos e os diversos discursos de valoração” (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 45) incluindo a natureza. O autor refere-se à Ecologia Política como o campo do conhecimento que estuda essas questões, atribuindo a sua origem a “[...] um novo campo, nascido a partir dos estudos de casos locais pela geografia e antropologia rural” (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 110). Pode-se dizer que, no Brasil, existem numerosos conflitos ecológicos distributivos, como os movimentos de resistência dos seringueiros, dos índios e dos atingidos pelas barragens, analisados pelo geógrafo Porto-Gonçalves (2001) nos seus estudos sobre a Amazônia. É o caso de uma série de conflitos que emergem da construção da usina de Belo Monte, no estado do Pará. Nesta região, encontra-se a maior floresta tropical do mundo e as maiores terras indígenas do país. Diante disso, o empreendimento envolve, principalmente, conflitos de interesse entre o Estado, grandes empresas e populações locais.

A base da discussão parte do pensamento de Martínez Alier (2007), no sentido de que todo o crescimento econômico implica aumento dos impactos ambientais, uma vez que mais sistemas naturais são comprometidos e mais resíduos são gerados. Da mesma forma, Suertegaray (2008) não consegue “[...] pensar as alterações na natureza e na sociedade, se não a partir da economia que move o mundo e dos conflitos por ela gerados nos diferentes lugares/ territórios onde estes se manifestam” (SUERTEGARAY, 2008, p.298). Nesse sentido, para Martínez Alier (2007), desde o século XIX, ocorrem impasses e lutas ambientalistas, mas, na contemporaneidade, esses conflitos tendem a ficar cada vez mais frequentes, devido à escala crescente em que os recursos naturais estão sendo usados. O crescimento acelerado da economia da China, por exemplo, tem despertado ainda maior interesse por novas áreas, para retirada de matéria-prima e energia.

Notadamente, Martínez Alier (2007) observa convergência entre o Ecologismo dos Pobres, considerado um movimento terceiro-mundista, de caráter mais rural e difuso, e o movimento de Justiça Ambiental, de caráter mais urbano, nos EUA. Esse autor percebe os dois movimentos como pertencentes à mesma corrente, mas enfatiza que a justiça ambiental não deve ser a favor apenas de minorias, como as lutas contrárias à contaminação de bairros pobres nos EUA. Mais do que isso, precisa se voltar para a maioria da humanidade e para além dos problemas locais de contaminação. Ele destaca os lugares “[...] cuja subsistência está ameaçada por minas, poços de petróleo, barragens, desflorestamento e plantações florestais

para alimentar o crescente uso de energia e matérias-primas dentro ou fora dos seus próprios países” (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p.38). Ainda, para esse autor, esse movimento deve se envolver em assuntos de biopirataria, biossegurança e mudanças climáticas, por exemplo.

O movimento de Justiça Ambiental nos EUA surgiu no início da década de 1980, mas tem suas origens em marcos importantes, como o movimento pelos direitos civis, na década de 1960. Nessa perspectiva, Martínez Alier (2007) destaca a última viagem de Martin Luther King para Memphis, em 1968, que tinha como meta a conquista de melhores condições de trabalho para proteger a saúde dos coletores de lixo. Na verdade, essa mobilização resultou da hostilidade da população negra contra a instalação de aterros sanitários, depósitos para resíduos tóxicos e incineradores nos bairros povoados predominantemente por populações minoritárias (HANNIGAN, 2009). Desde a catástrofe provocada pelo furacão Katrina, em 2005, em Nova Orleans, que vitimou proporcionalmente mais afroamericanos, as ONGs ambientalistas mais tradicionais nos EUA despertaram para as lutas contra a desigualdade e a se mobilizar por justiça ambiental (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). Mais recentemente, esse movimento atua como uma Rede de Justiça Ambiental e se vale de uma série de princípios e estratégias, que vão além das lutas pela alocação de resíduos tóxicos e das lutas pelos direitos civis nos EUA. Em outras palavras, o “Movimento de Justiça Ambiental critica o critério ‘sempre no quintal dos pobres e negros’⁶³, politiza o debate sobre o enfrentamento da poluição tóxica para ninguém” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 27).

Da mesma forma, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, desde a sua fundação, em 2001, na cidade do Rio de Janeiro, tem realizado estudos sobre desigualdade ambiental, campanhas de reivindicação de direitos e denúncias de conflitos ambientais:

[...] campanhas contra grandes empreendimentos, em especial contra barragens e monoculturas; pelo banimento de substâncias tóxicas; contra a violência no campo, onde grupos indígenas, quilombolas e populações que vivem do extrativismo são vítimas de agressões que produzem desigualdade ambiental; de questionamento da ideologia do crescimento econômico a qualquer custo. A paralisação das transferências de resíduos para a Bahia, a discussão da licença da Petrobrás em Yasuni, a vitória do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) podem ser alguns exemplos de sua ação. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 27)

⁶³Os autores estão colocando em discussão os princípios do movimento *NIMBY*, em inglês: *not in my backyard* - não no meu quintal (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Martínez Alier (2007), no entanto, ressalta que nem todos os protagonistas dessas lutas se identificam com o racismo ambiental. Mais do que isso, em muitos casos de conflitos ambientais ocorridos ao redor do mundo, como os provocados pelo avanço da fronteira do petróleo, gás, cobre, cultivo de camarão e soja transgênica na direção de novos territórios, os atores não utilizam um discurso ambientalista. Em geral, os discursos são muito diferentes entre si e a linguagem por eles utilizada corresponde à da identidade local. Para esse autor, esse é um dos motivos para esta terceira corrente do ambientalismo não ter sido plenamente identificada até a década de 1980.

Nesse sentido, o movimento Chipko, na Índia, durante os anos 1970, em que os camponeses impediram que fossem cortadas as árvores que garantiam o seu sustento, abraçando-as, pode ser comparado com as lutas dos seringueiros liderados por Chico Mendes, na Amazônia, nas décadas de 1970 e 1980. Mais precisamente, os seringueiros e suas famílias marchavam na floresta de mãos dadas, tentando impedir o trabalho das motosserras. A essa forma de manifestação, foi dado o nome de empate.

Nesse sentido, vale destacar o caráter pioneiro de Chico Mendes, destacado por Gonçalves (2011). Segundo o autor, Chico Mendes captou a potencialidade expressa pelo ambientalismo e, através dele, reterritorializou-se como seringueiro. Gonçalves (2011) explica que a atuação de Chico Mendes se deu em um contexto em que havia um desconhecimento mútuo entre os seringueiros e os ecologistas, já que os seringueiros não sabiam o que era ecologia e os ecologistas não compreendiam ainda a complexidade da floresta, principalmente no que diz respeito à presença humana. Esse cenário permitia o avanço de ações de empresários capitalistas, para a Amazônia, beneficiados por incentivos fiscais, oferecidos por governos ditatoriais. Desse modo, construíam-se estradas e instalavam-se hidrelétricas financiadas pelo Banco Mundial e outras agências multilaterais.

Nessas formas inovadoras de protesto - “o empate”⁶⁴, realizado na Amazônia, e o “movimento chipko”, no Himalaia-, os recursos da floresta não são vistos isolados dos outros recursos da natureza. Além disso, essas lutas reconhecem uma pluralidade de valores. Seja como for, esses dois conflitos priorizam a incomensurabilidade de valores, analisada pela economia ecológica “[...] cuja pretensão é levar a natureza em consideração não somente em termos monetários, mas, sobretudo, em termos físicos e sociais” (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 15).

⁶⁴ “Os seringueiros conseguiram combinar diferentes escalas de luta: a local, por meio dos empates contra o desmatamento; a estadual e nacional, por meio dos sindicatos; por intermédio do Conselho Nacional dos Seringueiros se articulam regionalmente (Amazônia) e internacionalmente” (GONÇALVES, 2011, p. 395).

Em outras palavras, a incomensurabilidade de valores, como os danos à vida e ao sustento humano, a perda da biodiversidade e do patrimônio cultural, constitui um dos fundamentos da Economia Ecológica. Mais precisamente, a economia ecológica admite internalizar as externalidades positivas e negativas no sistema de preços; contudo, não reconhece um conjunto de preços ecologicamente corretos. Ainda, a sua principal contribuição consiste no “[...] desenvolvimento de indicadores e referências físicas de (in)sustentabilidade, examinando a economia em termos de metabolismo social” (MARTÍNEZ ALIER, 2007, p. 45).

O fundamento central da Economia Ecológica é que todo crescimento econômico gera um custo⁶⁵, que pode se tornar mais alto que os benefícios gerados para o bem-estar da sociedade. Tal argumento está baseado na segunda lei da termodinâmica, a lei da entropia. “A segunda lei da termodinâmica diz que nem toda a energia pode ser transformada em trabalho, pois uma parte sempre se dissipa em calor. E energia dissipada não pode mais ser utilizada” (CECHIN; VEIGA, 2010, p. 35). Em suma, essa lei aplicada ao sistema produtivo transforma matéria-prima e energia (baixa entropia) em determinados produtos e gera algum tipo de resíduo (alta entropia), que não entra de novo no sistema. “Se a economia capta recursos de qualidade de uma fonte natural, e depois devolve resíduos sem qualidade à natureza, então não é possível tratá-la como um ciclo isolado” (CECHIN; VEIGA, 2010, p. 37). Diante disso, a transformação econômica não pode ser explicada isolada da natureza, sem reconhecer os fluxos de matéria e energia que entram e saem do processo, bem como a diferença qualitativa entre ambas. Em outras palavras, o fundamento central da Economia Ecológica se refere à questão da escala da produção e do consumo, em relação ao ecossistema em que está inserido. Nesse sentido, o crescimento econômico medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) é fortemente questionado pela economia ecológica, porque não considera os diversos aspectos sociais e os impactos ambientais.

O discurso do Ecologismo dos Pobres é utilizado com mais frequência pelos movimentos ambientalistas do Sul. É o que se verifica na Índia, considerada o berço dessa corrente, em virtude de uma série de protestos que constituiu o movimento chipko, por exemplo. Pode-se destacar, contudo, que também nos Estados Unidos o movimento por Justiça Ambiental começa a se preocupar com a exploração dos povos do Sul. Inclusive, no início dos anos 1990, O Sierra Club, uma das maiores ONGs ambientalistas dos EUA

⁶⁵“O custo advém do fato de a economia ser um sistema dissipativo sustentado por um fluxo metabólico” (CECHIN; VEIGA, 2010, p. 45). Esse fluxo depende de os ecossistemas proverem os recursos naturais e, ainda, da capacidade de absorverem os resíduos gerados.

(defensora, sobretudo, da primeira corrente), passou a adotar políticas de justiça ambiental para mais de 250 bairros e comunidades de baixa renda nos EUA (HANNIGAN, 2009). Do mesmo modo, para Martínez Alier (2007), O Sierra Club, ainda que tenha se destacado pelas preocupações com a preservação da natureza silvestre, ficou também conhecido pela publicação de livros sobre justiça ambiental. Esse também seria o caso da *Earth First!*, que atuava em defesa da vida selvagem, mas que, em certo momento, ajudou a impedir a construção de um incinerador no centro sul de Los Angeles (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Vale ressaltar que o Greenpeace se destaca como um exemplo que se enquadra nas três principais correntes do ambientalismo. É o que se pode depreender, a partir de suas ações no sentido de proteção às baleias, que vão ao encontro do “culto ao silvestre”; e de suas participações na Convenção de Basiléia, que proíbe a exportação de resíduos tóxicos para a África e outros lugares, como movimento de “justiça Ambiental ou Ecologismo dos Pobres”. Já quando o Greenpeace recomenda, por exemplo, um refrigerador na Alemanha que dispensa CFC e consome pouca energia, a organização atende aos princípios do Credo ou Evangelho da Ecoeficiência. (MARTÍNEZ ALIER, 2007)

Conforme os estudos que orientaram a produção deste texto, existe uma tendência crescente de as ONGs mesclarem, em suas estruturas e ações, as diferentes perspectivas, ainda que existam ações isoladas em que prevalecem ora uma ora outra corrente ambientalista. Ao longo do processo de surgimento e de transformações dessas organizações, verifica-se uma relação com o processo do capitalismo e, em consequência, com a forma de tratar o meio ambiente. Assim, o ambientalismo mescla aspectos de mais de uma corrente, mas continua prevalecendo o Credo da Ecoeficiência nos debates das conferências mundiais sobre o meio ambiente e na definição da agenda ambiental internacional. A primeira corrente, a do Culto ao Silvestre, atua, às vezes, simultaneamente com a do Credo da Ecoeficiência, e ambas parecem continuar dominando as ações ambientalistas nos países do Norte, sobretudo na Europa e nos EUA.

Ao guiar-se pelo Ecologismo dos Pobres, que surge dos conflitos causados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social, Martínez Alier (2007) destaca que os vínculos entre os numerosos conflitos ecológicos distributivos e os diferentes discursos de valorização que incluem a natureza contribuem para uma visão sistêmica entre economia e meio ambiente, estudada pela Economia Ecológica. Em outras palavras, esta economia ultrapassa a pretensão de valorizar a natureza em termos monetários, pois os conflitos ambientais envolvem uma pluralidade de valores e perspectivas. Além disso, as três correntes apresentam

elementos comuns que se entrelaçam rumo à Economia Ecológica. Isso se justifica pelo fato de a incomensurabilidade dos valores, tema central dessa economia, encontrar-se no Culto ao Silvestre, que teve origem no século XIX e permanece ainda hoje.

A articulação entre a Ecologia Política (definida como o estudo dos conflitos ecológicos) e a Economia Ecológica (definida como o estudo da insustentabilidade ecológica da economia), talvez possa se converter numa força para promover a sustentabilidade, o que representaria um grande ganho para a humanidade, já que a natureza ainda é pensada, pelos principais agentes políticos e econômicos, como externa ao processo produtivo. Nessa perspectiva, as ONGs, os movimentos sociais e as comunidades locais, que promovem a reivindicação de Justiça Ambiental, representam uma renovação importante para o novo século, diante dos desafios que caracterizam a correlação de forças políticas efetuadas pelo neoliberalismo.

3.3 ONGs E TERCEIRO SETOR

Nos anos 1990, concomitantemente à expansão das ONGs, diante da popularização que elas alcançaram durante a Conferência da ONU, no Rio de Janeiro, em 1992, ocorreu no Brasil o crescimento do chamado “terceiro setor”. Desde então, segundo Montañó (2010), este setor passou a ser integrado pelos mais diferentes tipos de ONGs, instituições filantrópicas, empresas “cidadãs”, sujeitos individuais-voluntários ou não, entre outros. Já Santos (2010) afirma que pertencem a esse setor associações comunitárias, cooperativas, associações não lucrativas, ONGs e organizações quase não governamentais, por exemplo.

O terceiro setor é uma denominação vaga e residual, que pretende dar conta de uma ampla diversidade de organizações sociais, que não são nem estatais nem de mercado. Trata-se de organizações sociais privadas, que não visam fins lucrativos e, ao mesmo tempo, têm objetivos sociais públicos ou coletivos, mas não são estatais (SANTOS, 2010). As designações vernáculas de terceiro setor, além de variarem de um país para outro, refletem histórias, tradições e contextos políticos diferentes. Na França, é tradicional a denominação de economia social; nos países anglo-saxônicos, costuma-se falar de setor voluntário e de organizações não lucrativas. Já nos países periféricos domina a designação organizações não governamentais. (SANTOS, 2010)

Segundo Landim (1999): o “terceiro setor” não é um termo neutro. Ele tem

nacionalidade clara. É de procedência norte-americana, a partir do contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica, tipicamente baseada no individualismo liberal. Vale ressaltar, aqui, que a vinculação não é apenas de nacionalidade, mas, fundamentalmente, de procedência, ou seja, de funcionalidade com os interesses de classe. O conceito foi cunhado em 1978, por John D. Rockefeller III, tendo chegado ao Brasil por intermédio de um funcionário da Fundação Roberto Marinho, conforme Ioschpe (1997 apud MONTAÑO, 2010). “O conceito ‘terceiro setor’ foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia”. (MONTAÑO, 2010, p.53).

Com efeito, o autor ressalta a importância do fato de que o conceito de terceiro setor (como organizações da sociedade civil autônomas do Estado e do mercado) encobre a essência do fenômeno, que emerge como um produto de transformações do capital, nas últimas décadas.

Alguns autores como Montaña (2010), Coutinho (2011), Petras (1999) fazem um debate crítico a respeito do chamado “terceiro setor”, debate hegemônico que o sustenta, explicitando o fenômeno real encoberto pelo conceito (ideológico e mistificado) e sua funcionalidade com o projeto neoliberal. Esses mesmos autores, consideram que as organizações autodenominadas “terceiro setor” funcionam como um amortecedor social. Montaña (2010, p.271-272) destaca a fala de Petras (1999):

[...] no início da década de 80, os setores mais perceptivos das classes dirigentes neoliberais perceberam que suas políticas [de ajuste] estavam polarizando a sociedade [...] começaram a financiar e a promover uma estratégia paralela ‘de baixo’, a promoção de organizações ‘comunitárias de base’ [...] com uma ideologia antiestatal para intervir nas classes potencialmente conflitivas, para criar um ‘amortecedor social’. Tais organizações dependiam financeiramente das fontes neoliberais e disputavam diretamente com os movimentos sociopolíticos pelo engajamento e fidelidade dos líderes locais e das comunidades militantes.

Percebe-se claramente que o terceiro setor representa a consolidação de um processo de incorporação dos movimentos sociais e atrelamento ao funcionamento do próprio sistema. Aparentemente, seria resultado de um movimento espontâneo de organização social, quando, ao aprofundar a análise, é possível reconhecer o próprio sistema criando a configuração da existência dessa variação. São criados e consolidados mecanismos de atrelamento e de relações de dependência. O principal deles, sem dúvida, são os dispositivos de financiamento,

associados com a legislação doméstica dos países com tendências fortemente neoliberais.

Petras (1999 apud MONTAÑO, 2010) explica que existe uma relação direta entre a expansão dos movimentos sociais que enfrentam o neoliberalismo e a tentativa de minar essa expansão e diminuir a força desse enfrentamento, através de ações concretas de grandes instituições ligadas ao capital. Essas ações envolvem, por exemplo, a criação de formas alternativas de ação social, por meio de ONGs. Trata-se de um jogo estratégico de cooptação, que Petras (1999 apud MONTAÑO, 2010, p.272) explica:

[...] à medida que cresceu a oposição ao Neoliberalismo, no início dos anos 1980, os governos europeus e norte-americanos, juntamente com o Banco Mundial, aumentaram a destinação de verbas para as ONGs [...] o Banco Mundial, os regimes neoliberais e as fundações ocidentais cooptaram e encorajaram as ONGs a solapar o Welfare State nacional oferecendo serviços sociais para compensar as vítimas das Corporações Multinacionais.

Há interessantes discussões, entre os autores, no que se refere ao terceiro setor. Coutinho (2011), por exemplo, afirma que o terceiro setor foi apresentado como uma das alternativas, encontradas pela sociedade civil, para preencher a lacuna deixada pelo Estado, nas suas atribuições fundamentais de atendimento das demandas sociais. Segundo a autora, essa noção adquiriu grande popularidade nos meios de comunicação e tem sido repetida no meio acadêmico. Há, contudo, questionamentos quanto à relação com o Estado e com as empresas privadas, e às lutas populares.

Na sua análise, Montaña (2010) salienta o fenômeno que se oculta por trás da leitura ideológica do terceiro setor e a sua funcionalidade para com o projeto neoliberal, inserido no processo atual de reestruturação do capital. Em outras palavras, o autor procura elucidar este conceito, a partir de uma análise da realidade social, que não se divide em primeiro, segundo e terceiro setor, ou seja, que isola a dinâmica de cada um deles. Ele destaca os equívocos de considerar que o “político” pertence apenas à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” apenas à sociedade civil, num conceito reducionista (MONTAÑO, 2010). Referindo-se ao que ocorre no Brasil, tenta desmistificar esse conceito ideologizado, evidenciando-o como um fenômeno real contido e escondido no projeto neoliberal.

O projeto neoliberal quer uma sociedade civil dócil, sem confronto, cuja cotidianidade, alienada, reificada, seja a da ‘preocupação’ e ‘ocupação’ (não a do trabalho e luta sociais) em atividades não criadoras nem

transformadoras, mas voltadas para as (auto-) respostas imediatas às necessidades localizadas.. (MONTAÑO, 2010, p.260)

No caso brasileiro, conforme já mencionado, as ONGs e, particularmente, o “terceiro setor” tiveram uma expansão significativa na década de 1990. Na proposta de reforma administrativa, no governo Fernando Henrique Cardoso (chamado Plano Diretor de Reforma do Estado), essas instituições foram convidadas para assumir algumas responsabilidades estatais, como a execução de políticas na área da saúde, meio ambiente, educação, entre outras. Nesse sentido, vale destacar os vínculos diretos com o Banco Mundial, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, que teve papel importante de financiador de projetos em colaboração com as ONGs e de recomendação, no sentido da adoção de leis para estimular o Terceiro Setor. Assim, no Brasil, surgiu a lei nº 9790/99, conhecida como a Lei das Organizações Sociais de Interesse Público (OSCIPs). Essa lei regulamenta a atuação dessas organizações e define as que obterão o certificado de OSCIPs, que possibilita o contrato de parceria com as instituições do Estado, para funcionar mais como executora de serviços. Em outras palavras, essa lei permite que essas organizações tenham acesso a recursos públicos para executar projetos, estabelecer parcerias e cooperação.

Nessa perspectiva, um aspecto destacado por Gohn (2010) é a relação do terceiro setor com o Banco Mundial. Segundo a autora, a maioria dos empréstimos do Banco Mundial envolve parcerias com as ONGs. Entre 1973 e 1988, apenas 6% dos projetos do Banco Mundial envolviam as ONGs. Em 1993, esse dado já correspondia a cerca de 30% e, no ano seguinte, em 1994, chegava à metade dos projetos financiados pelo Banco.

Porto-Gonçalves (2006) questiona se as ONGs ainda podem ser consideradas entidades não governamentais, quando se envolvem com programas de natureza estratégica do Estado e são apoiadas por organizações internacionais, como o Banco Mundial. Para esse autor: “Mais correto seria chamá-las de organizações neo-governamentais, na medida em que assinalam novas formas de relação com o Estado” (GONÇALVES, 2006, p. 324).

Uma das novidades do ressurgimento⁶⁶ do terceiro setor, no final do século XX, é o fato de ter emergido com igual força nos países periféricos e semiperiféricos, sob a forma de ONGs nacionais ou internacionais. Nos países centrais, o ressurgimento do terceiro setor está

⁶⁶ “Nos países centrais e em especial na Europa, o terceiro setor surgiu no século XIX como alternativa ao capitalismo, tendo raízes ideológicas heterogêneas que vão do socialismo nas suas múltiplas faces, ao cristianismo social e ao liberalismo, visando novas formas de organização de produção e consumo que, ora desafiavam frontalmente os princípios da economia política burguesa em ascensão, ora buscavam tão só minimizar os custos humanos da Revolução Industrial, funcionando de modo compensatório e em contra-ciclo.” (SANTOS, 2010, p.350)

ligado à crise do Estado-Providência e à implementação das políticas neoliberais de privatização maciça dos serviços sociais do Estado, na segurança social, na saúde, na habitação e na educação. Isso significa que o terceiro setor não ressurgue num contexto de lutas sociais e políticas que procuram substituir o Estado-Providência; pelo contrário, o reaparecimento desse setor ocorre numa fase de retração de políticas em que os direitos humanos conquistados pela classe trabalhadora depois de 1945, começam a se restringir de maneira inevitável. (SANTOS, 2010)

Nos países centrais, se, por um lado, a consolidação do Estado-Providência esvaziou ou bloqueou de algum modo as potencialidades de desenvolvimento do terceiro sector, por outro lado, os processos democráticos que sustentaram o Estado-Providência permitiram que o terceiro sector mantivesse a sua autonomia, ao mesmo tempo que tornaram possíveis relações de menor distância e de maior cooperação entre o Estado e o terceiro sector. Em muitos países, o terceiro sector, muitas vezes ligado aos sindicatos, foi objeto de políticas de diferenciação positiva e pôde consolidar parcerias significativas com o Estado no domínio das políticas sociais. (SANTOS, 2010, p.362)

No caso dos países periféricos e semiperiféricos, o contexto político não é o da crise do Estado-Providência, porque nesses países ele sequer existe. Esse setor emerge com o propósito de criar mercado e instrumentalizar a sociedade civil, para que seja capaz de prover serviços básicos que o Estado não está, e muitas vezes não esteve em condições de oferecer.

Nos países periféricos e semiperiféricos, as limitações do Estado-desenvolvimentista, as vicissitudes da democracia – quase sempre de baixa intensidade e interrompida por períodos mais ou menos longos de ditadura – e os próprios processos que deram origem ao terceiro sector, fizeram com que as relações entre este e o Estado fossem muito mais instáveis e problemáticas: da proibição ou forte limitação da actuação das organizações até à conversão destas em meros apêndices ou instrumentos da acção estatal. (SANTOS, 2010, p.362)

Pelo posicionamento de Souza Santos (2010), tem-se uma ampliação da discussão, quando ele se refere à cooperação entre o Estado e o Terceiro Setor. Não se trata da substituição do Estado ou da simples cooptação dos movimentos sociais, por parte do Estado, mas de um entrelaçamento em que o Estado passa a estar presente na sociedade civil, ao mesmo tempo em que expressões dessa sociedade, através da ação das ONGs, principalmente, passam a ter ingerência em uma série de aspectos da agenda pública.

Cabe destacar que existe uma infinidade de ONGs que variam em orçamento,

tamanho, finalidade e formas de atuação. Em geral, as ONGs mais consolidadas trabalham com projetos localizados (e focalizados) e com mão de obra especializada. Observa-se que elas não são rígidas em suas formulações, já que, na sua trajetória histórica, aprendem a elaborar discursos que lhes possibilita mudar rapidamente, quando a conjuntura política fica adversa. “Se a conjuntura política mudou, o discurso e as práticas também mudam rapidamente. O perigo desta postura é o abandono de alguns princípios que deveriam ser os pilares norteadores de suas ações. (GOHN, 2004, p. 6)

Ainda vale ressaltar que o crescimento e o fortalecimento do terceiro setor contribuíram para o enfraquecimento político das ONGs cidadãs, movimentalistas e militantes, das décadas de 1970 e 1980. Nas décadas seguintes, as ONGs “[...] falam em nome do social e da coisa pública, mas priorizam, na ação concreta, o atendimento emergencial, sem atuar nas causas dos problemas sociais” (GOHN, 2004, p.3).

Por fim, diversos autores (COUTINHO, 2011; MONTAÑO, 2010; GOHN, 2004, 2008) afirmam que tem ocorrido uma significativa inflexão na relação entre as ONGs e os movimentos sociais, a partir dos anos de 1990. Segundo Montañó (2010), até a década de 1980, no Brasil, as ONGs realizavam ações de enfrentamento ao sistema e manifestações populares ao lado dos movimentos sociais, que lutavam contra a ditadura e mecanismos de opressão e exploração. “De coadjuvante do movimento social, a ONG passa a ocupar o lugar deste” (MONTAÑO, 2010, p. 271). Com efeito, a partir dos anos 1990, as ONGs deslocaram sua atuação, passando à negociação - geralmente com o Estado, organizações multilaterais, como o Banco Mundial, e as grandes empresas - estabelecendo parcerias e dependências.

4 A USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE E OS ATORES ENVOLVIDOS

Ao longo do processo de concepção, planejamento e aprovação da Usina Hidrelétrica Belo Monte o projeto foi arquivado, interrompido diversas vezes e sofreu modificações técnicas e geográficas no plano original, em decorrência das denúncias de irregularidades e da ampla resistência social que o envolve. O desafio aqui é tentar entender a emblemática história que envolve este projeto, com as suas idas e vindas, desde os primeiros estudos de aproveitamento hidrelétrico da bacia do Xingu, no ano de 1975.

No presente capítulo, são discutidos, inicialmente, aspectos relativos à energia hidrelétrica no contexto brasileiro, bem como o planejamento da UHE Belo Monte e o desenvolvimento do projeto. Posteriormente, a caracterização da obra, como forma de apresentação do caso analisado. O capítulo refere-se, ainda, aos principais atores internos, externos e de interface identificados com o empreendimento.

4.1 A ENERGIA HIDRELÉTRICA NO CONTEXTO BRASILEIRO

O Brasil está entre os cinco maiores geradores de energia hidrelétrica⁶⁷ no mundo. Em 2010, o país ocupava a 2ª posição (entre os dez maiores produtores), com 10,5% da produção mundial. Em 1º lugar estava a China, respondendo por 20,5 %%; em 3º lugar, o Canadá com 10,0%; em 4º, os EUA com 8,5%; e depois a Rússia, com 4,8%. Além disso, em 2010, as hidrelétricas responderam pelo maior percentual na geração interna total de energia elétrica, nos seguintes países: Noruega (94,7%); Brasil (78,2%); Venezuela (74,9%); Canadá (57,8%); e China com (17,2%). (BEN, 2011)

Entre os anos de 1974 e 2012, a produção de energia hidrelétrica no Brasil mudou muito. Passou de 13.724 MW para 84.294 MW. A maior parte desta capacidade foi instalada nas bacias do Paraná, São Francisco e Tocantins. Mais recentemente, após a crise ocorrida entre 2001 e 2002, foram construídas novas termoeletricas para recuperar o atraso nos

⁶⁷ Ver no Balanço Energético Nacional (2011), os dez maiores produtores mundiais de energia hidrelétrica, os percentuais mundiais e o percentual na geração interna total dos respectivos países.

investimentos do setor elétrico⁶⁸. Diante disso, a energia termoelétrica, segunda fonte mais utilizada no país, passou de 10.481 MW (2001) para 32.778 MW em 2012.

Em 2013, a geração da energia hidrelétrica no Brasil (390.992 GWh) diminuiu em relação à geração da energia hidrelétrica em 2012 (415.342 GWh). Isto representou uma redução de 5,9% desta fonte. No mesmo período, a geração de energia elétrica através das termoelétricas (movidas a gás natural, carvão e derivados do petróleo) foram as que mais cresceram no país. Consequentemente, em 2013, a geração de energias renováveis na Matriz Elétrica Brasileira, de 79,3%, caiu em comparação à de 2012, que correspondia a 84,5%. Na geração total de energia, entretanto, houve um crescimento de 3,2%. Ela passou de 552,498 GWh, em 2012, para 570, 025 GWh, em 2013 (BEN, 2014).

De acordo com o Balanço Energético Nacional de 2013⁶⁹ (MME, 2013), o Brasil precisa ampliar a oferta interna de energia em torno de 5 % ao ano, nos próximos dez anos (2013/2022), para atender ao processo de desenvolvimento econômico e social do país⁷⁰. Vale mencionar que o aumento do contingente da população na classe C⁷¹ e o programa de universalização da energia elétrica para a população⁷² (o Programa Luz para Todos) provocaram o aumento do consumo de energia elétrica no país. Em 2012, por exemplo, o consumo de energia elétrica do setor residencial apresentou crescimento de 2,1%, em relação a 2011, enquanto o setor industrial cresceu apenas 0,3% no mesmo período (MME, 2013).

Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), é inevitável a construção de novas hidrelétricas na Amazônia, pois esta região apresenta um rico potencial hidrelétrico ainda não explorado, enquanto o potencial das regiões sudeste e nordeste está praticamente esgotado. Esta decisão, conforme este ministério, é orientada pelo compromisso assumido pelo Brasil, em 2009, de reduzir as emissões de CO₂⁷³ entre 36,1% e 38,9% até o ano de 2020.

⁶⁸ É importante ver o crescimento da geração de energia elétrica no Brasil, entre 1974-2012, no BEN (2013).

⁶⁹ Conforme Balanço Energético nacional de 2013, o Brasil apresenta uma matriz de geração elétrica de origem predominantemente renovável (84,5% em 2012) e as hidroelétricas responderam por 70,1% da oferta interna de energética elétrica. Somando as importações (que são essencialmente de origem renovável), a energia hidráulica somou 76,9% do total ofertado no país em 2012. Segundo este balanço (MME), a capacidade instalada de eletricidade aumentou 3,8 GW, em relação a 2011, alcançando 120.973 MW no ano de 2012. “Deste total, o acréscimo em centrais hidráulicas correspondeu a 47,8%, ao passo que centrais térmicas responderam por 40% da capacidade adicionada. Por fim, as usinas eólicas foram responsáveis pelos 12,2% restantes de aumento do grid nacional”. (MME, 2013, p. 16/17)

⁷⁰ Vale destacar a discussão de Fearnside (2009), sobre o uso da energia elétrica do país para a exportação de alumínio e outros produtos de alto impacto ambiental, beneficiando grandes empresas nacionais e estrangeiras (sobretudo da China, EUA e Japão).

⁷¹ Cerca de 30 milhões de pessoas que entraram no mercado adquiriram eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos em geral, aumentando o consumo de energia elétrica (ROSA, 2013).

⁷² Segundo Luiz Pinguelli Rosa (ex - presidente da Eletrobrás), esse Programa se propôs a atender cerca de 12 milhões de brasileiros que não tinham luz elétrica. Na Região Norte, onde a população é muito dispersa, o programa enfrenta dificuldades para cumprir as metas. (ROSA, 2013).

⁷³ A emissão de gases impactantes no efeito estufa de uma usina hidrelétrica se situa entre 20 g por KWh

Concomitantemente, a medida poderá evitar a construção de novas termoelétricas, consideradas usinas mais caras e mais poluentes. O número dessas usinas está crescendo e esses empreendimentos vêm operando em complemento às hidrelétricas, desde a crise do setor elétrico no ano de 2001 (MME, 2013).

Estudos recentes do Greenpeace, publicados no relatório *Revolução Energética* (BAITELO, 2008), com a assistência do Grupo de Energia da Universidade Politécnica da USP, indicam outras possibilidades de incentivo às energias renováveis, baseadas em experiências internacionais bem sucedidas, sobretudo na Alemanha e na Espanha⁷⁴. No caso do Brasil, o relatório indica que maiores investimentos em fontes de geração de energias renováveis modernas (como eólica, biomassa, solar) e em pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), combinados ao uso racional e eficiente de energia, reduziriam a geração de eletricidade em 29%, até 2050. O estudo indica que a energia renovável seria responsável por 88% da eletricidade total⁷⁵ e poderia eliminar totalmente a geração elétrica a carvão, a óleo diesel e nuclear; apenas as termoelétricas a gás natural seriam mantidas.

Para o Ministério de Minas e Energia (2011), no entanto, a UHE Belo Monte oferece a alternativa de geração de energia elétrica mais econômica em comparação com qualquer outra fonte energética disponível no país, cerca de 78 reais o MWh, incluindo a sua transmissão. A mesma quantidade de energia firme (cerca de 4.751 MW) apresentaria um custo 73% superior, se fosse produzida em pequenas centrais hidrelétricas. O custo seria ainda mais elevado, caso a energia fosse gerada utilizando a biomassa, gás natural, energia eólica ou nuclear. Vale ressaltar que, considerando a energia solar, o custo alcançaria mais de seis vezes o valor contratado pela Norte Energia para a usina de Belo Monte⁷⁶. Essas relações de custo de outras fontes de energia, em relação à usina de Belo Monte, estão expressas na tabela 1.

gerado, considerando toda a vida útil da usina. Já uma usina térmica emite entre 600 g e 1200 g por KWh dependendo do combustível fóssil utilizado.

⁷⁴ Recentemente, a regulamentação das tarifas *feed-in* (baseadas em recompensa pré-fixada ou bônus ambiental) resultou no rápido crescimento do setor eólico nesses dois países (e em outros países da União Europeia). Em 2007, a Alemanha tornou-se o líder mundial em capacidade instalada de energia eólica (22.247 MW), a Espanha ocupou o 3º lugar (15.145 MW), e os EUA ficaram em segundo lugar (16.818 MW). (BAITELO, 2008). Convém destacar que a matriz elétrica predominante na Alemanha é a base de carvão, seguida pela nuclear. Após o acidente nuclear ocorrido em Fukushima (no Japão), em 2011, no entanto, o governo alemão anunciou a intenção de desativar todas as usinas nucleares até 2022.

⁷⁵ A geração de energia renovável estaria assim distribuída: 38% de energia hidrelétrica (incluindo as pequenas centrais hidrelétricas); 26% a partir da biomassa; 20% de energia eólica; e 4% a partir de geração solar (painéis fotovoltaicos). (BAITELO, 2008)

⁷⁶ É importante observar que o preço final ofertado pela energia a ser gerada pela UHE Belo Monte (pela Norte Energia) foi de R\$ 77,97 por MWh, o que significa 6,02% abaixo do preço-teto inicial de R\$ 83,00.

Tabela 1: Custo anual para aquisição de algumas fontes de energia, considerando a Garantia Física de Belo Monte (4.571 MW)

	Unidade	Belo Monte	PCH	Eólica	Biomassa	Solar	Gás Natural	Nuclear
ICB	<i>R\$/MWh</i>	77,97	135	148	153,48	500	143	150
	<i>MW</i>	11.233	8.310 (277 a 554 usinas)	15.240 (10.160 turbinas de 1,5 MW)	9.522	28.000 (140 milhões de painéis solares de 200 W)	6.530	5.078
Fator de Capacidade (médio)	<i>%</i>	40,69	55	30	48	16,5	70	90
Custo de Instalação	<i>R\$/Kw</i>	1.700	5.000 a 6.000	3.660 a 4.500	2.175 a 2.745	12.600 a 18.300	1.281 a 1.647	6400
Custo Total de Instalação	<i>bi R\$</i>	20	41,55 a 49,86	47,80 a 83,60	21,00 a 26,00	355,00 a 507,00	9,00 a 11,00	32,5

FONTE: MME, 2011.

Com efeito, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), há o planejamento de que, até 2020, somente nos afluentes da margem direita do rio Amazonas, seja iniciada a operação de 28 novas usinas hidrelétricas a fio d'água, ou seja, sem reservatórios de regularização plurianual. Essas usinas (algumas já em operação parcial) pertencem à bacia do Xingu (Usina de Belo Monte); à bacia do Madeira (Jirau e Santo Antônio); à bacia do Alto Tapajós, no Teles Pires (5 usinas), no Juruena (13 usinas); e à bacia do Médio Tapajós (7 usinas), conforme a figura 1 (VENTURA FILHO, 2013)

BRASIL – HIDROELETRICIDADE / USINAS NA REGIÃO NORTE	
•	<u>Bacia do Madeira (6.450 MW):</u> ○ Jirau (3.300 MW) e Santo Antônio (3.150 MW) – suprimento 2012/2014.
•	<u>Bacia do Xingu (11.233 MW):</u> ○ Belo Monte (11.233 MW) – suprimento 2015/2017.
•	<u>Bacia do Tapajós (26.494 MW):</u> ○ Alto Tapajós: Teles Pires (cinco usinas, 3.644 MW) e Juruena (treze usinas, 8.605 MW), totalizando 12.249 MW – suprimento 2016/2018. ○ Médio Tapajós: sete usinas (complexo São Luiz), totalizando 14.245 MW – suprimento 2017/2020.

Figura 1: Usinas a fio d'água na Amazônia (2012 – 2020)

Fonte: VENTURA FILHO, 2013.

A Usina Hidrelétrica Belo Monte é uma obra federal. Está sendo construída a partir de uma parceria público-privada, sendo que o governo federal, através da Eletrobrás (somadas as suas subsidiárias Chesf e Eletronorte), é o maior acionista do Consórcio Norte Energia S/A⁷⁷ (49,98%), empresa que administrará a usina⁷⁸. A realização da obra envolve grandes empresas do setor privado, como a Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, que, juntas, detêm 50% do Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM), contratado pela Norte Energia S/A. A usina acrescentará 11.233 megawatts (MW) máximos e 4.571 megawatts (MW) de energia firme⁷⁹ à matriz elétrica do país (MME, 2013).

A previsão é que a Usina de Belo Monte venha a ser a quarta maior hidrelétrica do mundo em capacidade instalada, e a segunda maior do Brasil, ficando atrás apenas da Usina de Três Gargantas (18,2 mil MW), na China, da Usina de Itaipu (14 mil MW), compartilhada entre o Brasil e o Paraguai, e da Usina Xiluodu⁸⁰ (13, 8 mil MW) que está sendo construída na China. Vale ressaltar que a operação da primeira turbina está prevista para o final 2015 e início de 2016, no sítio Pimental. A Usina de Belo Monte deverá gerar energia suficiente para abastecer cerca de 18 mil residências ou cerca de 60 mil pessoas.

Está em discussão, no entanto, para o final de 2015, o início do projeto de construção de uma série de usinas hidrelétricas na Bacia do Congo (40.000 MW), que deverá gerar o dobro da energia produzida pela Usina de Três Gargantas. A energia deverá ser compartilhada entre a África do Sul e a República Democrática do Congo (para alimentar as usinas de cobre do país). O projeto tem apoio do Banco Mundial e de outros agentes financeiros internacionais.

Grande parte dos recursos financeiros para construção e operação da usina de Belo Monte vem de um banco público, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Do custo estimado do empreendimento, cerca de 28,9 bilhões de reais, a diretoria do BNDES já aprovou o financiamento de 22,5 bilhões de reais para a Norte Energia S/A. Trata-se do maior empréstimo da história do banco (BNDES, 2012).

⁷⁷ Trata-se do consórcio vencedor do leilão realizado em abril de 2010. Ver o site oficial do Consórcio Norte Energia S/A. (NORTE ENERGIA, 2014).

⁷⁸ A distribuição do percentual restante foi feita entre várias empresas nacionais e estrangeiras.

⁷⁹ A energia firme representa a menor capacidade de produção de energia da usina, ou seja, a que ocorre no período crítico do sistema (período da seca).

⁸⁰ A usina está sendo construída no rio Jinsha, afluente do rio Yang-Tsé (onde se localiza a usina de Três Gargantas), maior rio da China.

4.2 HISTÓRICO DE CONCEPÇÃO E PLANEJAMENTO DA OBRA

O desafio aqui é tentar entender a emblemática história que envolve este projeto, com as suas idas e vindas, desde os primeiros estudos de aproveitamento hidrelétrico da bacia do Xingu, no ano de 1975. Entende-se que esse processo histórico possui três momentos marcantes: o primeiro no ano de 1975 com o início dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Xingu; o segundo entre 1988/1989 com a aprovação dos Estudos de Inventário da Bacia do Xingu e a realização do Iº Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, no município de Altamira (Pará); e o terceiro em 2001, quando a usina de Belo Monte foi rerepresentada como prioridade do governo (QUADRO 1).

1975	1988/1989	2001
Início dos Estudos de Inventário da Bacia do Xingu.	Aprovação dos Estudos de Inventário da Bacia do Xingu; Realização do Iº Encontro dos Povos Indígenas do Xingu (Altamira).	Retomada do planejamento da Usina de Belo Monte.

Quadro 1: Momentos históricos marcantes da UHE Belo Monte

Fonte: Elaborado pela autora

No início dos anos 1970, em um contexto político autoritário, a Amazônia passou a atrair grandes investimentos em obras de infraestrutura, como rodovias e projetos de mineração, que contribuíram para a construção de um meio ambiente “único” ou do Estado, condizente com o modelo desenvolvimentista vigente (ACSELRAD, 2001). Esse período corresponde à época do “Integrar para não Entregar” e à fase em que o Brasil fazia a escolha da sua matriz energética⁸¹ baseada em hidrelétricas.

Em setembro de 1972, foi inaugurado, em Altamira, o primeiro trecho da rodovia Transamazônica e, já no ano de 1975, o governo militar anunciou a intenção de construir grandes hidrelétricas na bacia do Xingu. Conforme o bispo Dom Erwin Kräutler, os traçados das principais rodovias abertas naquela região também cortaram os grandes rios da Amazônia, exatamente nas proximidades das principais quedas d’água, prevendo, em médio prazo, a possibilidade de se construir usinas hidrelétricas na bacia do Xingu (KRÄUTLER, 2005).

⁸¹ No decorrer dos anos 1970 e 1980, foi construída grande parte das hidrelétricas no país, incluindo Tucuruí e Balbina, as duas maiores na Amazônia, projetos responsáveis por grandes impactos e conflitos socioambientais.

Em 1975, a Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A) contratou a empresa CNEC (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A.), integrante do grupo Camargo Corrêa, para iniciar os estudos de inventário hidrelétrico⁸² da bacia do Xingu. O estudo de inventário corresponde à primeira etapa do licenciamento de hidrelétricas. Apresenta enorme relevância socioambiental, pois, nessa etapa, define-se o aproveitamento ótimo do rio, o número de barragens, a área que será alagada e os possíveis elementos que implicarão impactos sobre a população atingida e o meio ambiente (VALLE, 2005, p.65).

Em 1980, foi finalizado o Estudo de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Xingu. No mesmo ano, foi iniciado o Estudo de Viabilidade Técnica da Usina Hidrelétrica Kararaô (atual usina de Belo Monte). O Inventário determinou que, para obter o aproveitamento ótimo da bacia do Xingu, deveriam ser construídas cinco usinas no rio Xingu (Kararaô, Babaquara, Jarina, Kokraimoro, Ipixuna) e uma usina (Cachoeira Seca) no seu maior afluente, o rio Iriri (SWITKES; SEVÁ, 2005).

Esses autores ressaltam que a construção dessas usinas desalojaria mais de dez tribos indígenas, inundaria uma área aproximada de 20 mil Km², o equivalente, na época, a quase metade das áreas já inundadas por represas no país. Inclusive, somente a represa de Babaquara alagaria cerca de 6.500Km², tornando-se a maior represa do país e a segunda maior no mundo⁸³. “Os nomes indígenas para as hidrelétricas projetadas seriam assim um “*in memoriam*” para estes povos que, junto com as famílias de seringueiros, pescadores e ribeirinhos, “cediam” suas terras ancestrais para o progresso e desenvolvimento da região” (KRÄUTLER, 2005, p.10). A figura 2 indica o perfil do rio Xingu com a localização das usinas projetadas no Inventário Hidrelétrico do Xingu (finalizado em 1980) e a tabela 2 mostra o aproveitamento hidrelétrico de cada usina.

⁸² A legislação brasileira exige a elaboração de um estudo de inventário hidrelétrico para planejar o aproveitamento de potenciais hidrelétricos superiores a 30.000KW. Em outras palavras, conforme o art 1º Resolução da ANEEL nº 393/98, antes de elaborar um projeto de engenharia mais detalhado de qualquer usina, é exigido que esteja definido o número de aproveitamentos que existirão naquele rio, localização, tamanho do lago e altura da queda d’água. A etapa seguinte corresponde à dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do empreendimento. (VALLE, 2005)

⁸³ A maior represa é a de Akosombo, no rio Volta, formando um “lago” de mais de 8 mil km², em Ghana, na África Ocidental. A represa deslocou mais de 100 mil pessoas e fornece energia para uma empresa de alumínio de capital europeu e americano. No Brasil, a maior represa é a de Sobradinho, no rio São Francisco (Bahia), com 4.200km² na cota máxima; a segunda maior é a de Tucuruí, no rio Tocantins (Pará), com cerca 2.800 km², já mencionada neste trabalho (SWITKLES; SEVÁ, 2005).

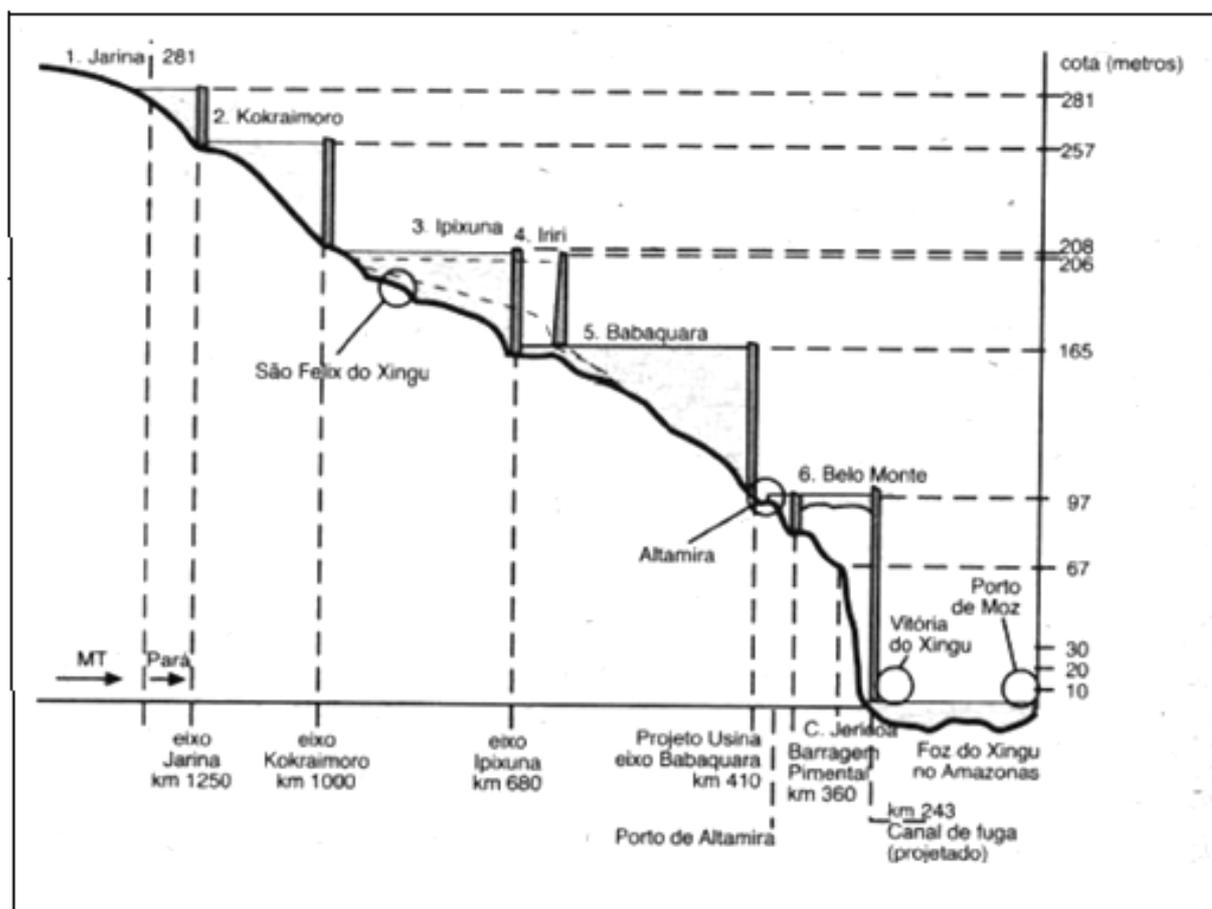


Figura 2: Perfil longitudinal do rio Xingu, no Pará (Dados do inventário hidroelétrico do Xingu, CNEC/Eletronorte, 1980 adaptado por O. Sevá, 2003).

Fonte: Fonte: SEVÁ, 2005a.

Tabela 2: Aproveitamento Hidrelétrico da Bacia do Xingu, Eletronorte, 1980.

USINA/ RIO	ÁREA (km ²)	POTÊNCIA(MW)
Jarina / Xingu	1.900	559
Kokraimoro/ Xingu	1.700	1.940
Ipixuna/ Xingu	3.270	2.312
Iriri/ Iriri	4.060	910
Babaquara/ Xingu	6.140	6.274
Kararaô/ Xingu	1.160	8.380

Fonte: FUNAI, 2009.

As seis usinas projetadas acrescentariam cerca de 20 milhões de kilowatts (KW) à matriz elétrica do país, que, na época, produzia pouco mais de 50 milhões de KW (SEVÁ, 2005a). “Todas elas iriam interferir bastante com as terras ribeirinhas, as ilhas, as matas e igapós, os rios e igarapés; e ameaçariam a existência e o futuro dos povos indígenas que ali

moram, a grande maioria dentro das Terras Indígenas no norte de Mato Grosso e no centro do Pará” (SEVÁ, 2005a, p.30). Essas obras, no entanto, iriam muito além das terras alagadas⁸⁴, ameaçariam dezenas de milhares de moradores das duas maiores cidades do vale do Xingu, Altamira e São Félix do Xingu.

Conforme já mencionado, em 1980, a Eletronorte iniciou os estudos de viabilidade técnica e econômica da Usina Kararaô. Esta usina, juntamente com a Usina de Babaquara (atual Altamira), formaria o Complexo Hidrelétrico de Altamira (CHE de Altamira). Em 1986, durante o governo de José Sarney (1985-1990), a Usina Kararaô foi apresentada como a melhor alternativa para iniciar a construção de hidrelétricas na bacia do Xingu e integrá-las ao Sistema Interligado Nacional (SIN)⁸⁵. Antes disso, até 1986, os estudos de viabilidade não eram conhecidos da opinião pública local e nacional. Além disso, a prioridade dos estudos era para a Usina de Babaquara, pois, na época, segundo a Eletrobrás (FIGUEIRA NETTO; FRANCO; REZENDE, 2007), ela seria responsável pelo reservatório regularizador das vazões do Complexo Hidrelétrico de Altamira.

Em 1988, foram aprovados os Estudos de Inventário da Bacia do Xingu pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), órgão antecessor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). No mesmo ano, algumas lideranças dos Kaiapó, Paulo Paiakan e Kube-I, participaram de um simpósio na Universidade da Flórida⁸⁶, e denunciaram que o Banco Mundial estava envolvido no financiamento de um complexo hidrelétrico no rio Xingu sem consultar os indígenas. No mesmo ano, algumas lideranças indígenas decidiram pedir explicações sobre o projeto e organizar um grande encontro para impedir a execução do mesmo. Auxiliados por entidades da sociedade civil e lideranças da Igreja do Xingu (como o bispo Dom Erwin Kräutler), encaminharam convite às autoridades brasileiras e realizaram uma ampla divulgação do acontecimento.

Então, em fevereiro de 1989, ocorreu o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu no município de Altamira. Participaram centenas de pessoas, entre representantes da Igreja do

⁸⁴ “Haveria também profundas consequências fundiárias e sócio-econômicas, por causa da perda de superfícies de terra, de ilhas, das riquezas das matas e de áreas cultivadas e com fruteiras, e também por causa da modificação territorial que obriga a retrair estradas, caminhos, pontos de embarque e desembarque fluvial. Haveria a perda de benfeitorias e serviços existentes nas posses de grupos nativos ou de grupos migrantes de décadas atrás, nos assentamentos antigos e novos do Incra, em fazendas de colonizadores privados, e em latifúndios, que podem conter ainda extensões ou fragmentos de mata”(SWITKES; SEVÁ, 2005, p. 14).

⁸⁵ Isto se verificou porque estudos desenvolvidos no âmbito da ELETROBRÁS, considerando a interligação dos sistemas Norte/Nordeste e Sul/ Sudeste de geração, indicavam a entrada em operação comercial desta usina, no ano de 1999, como a melhor opção para o Sistema Brasileiro Interligado, antes portanto da data prevista para início da operação do Aproveitamento Hidrelétrico Altamira. (FIGUEIRA NETTO; FRANCO; REZENDE, 2007)

⁸⁶ A participação foi um convite do etnobiólogo Darrel Possey, do Museu Emílio Goeldi, no Pará.

Xingu, indígenas, ambientalistas, deputados federais, prefeito de Altamira, jornalistas e celebridades como o cantor brasileiro Milton Nascimento e o cantor inglês *Sting* (SOCIOAMBIENTAL, 2014). Nesse encontro, a índia Tuíra, dos Kaiapó, ameaçou o engenheiro da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes, colocando o facão no seu rosto, como sinal de rejeição ao empreendimento. Essa cena alcançou grande repercussão no Brasil e no exterior, e o encontro tornou-se um marco do socioambientalismo no Brasil (SOCIOAMBIENTAL, 2014). Na ocasião, os representantes da Eletronorte acordaram que nenhuma empresa usaria nomes indígenas para as barragens e, posteriormente, a Usina Kararaô passou a chamar-se Belo Monte.

Convém ressaltar que, a partir da tensão que provocou o I Encontro dos Povos do Xingu (1989), ocorreu uma mudança de rumo ideológico e de consideração das nações indígenas. Elas passaram a ser vistas como parte relacionada a um conceito que emergia, o de desenvolvimento sustentável. Chama a atenção o fato de que pouco mais de dois meses antes do Encontro de Altamira, o ambientalista Chico Mendes tinha sido assassinado, o que remete à reflexão de que tanto esse encontro quanto o movimento liderado por ele fazem parte de um processo inerente às teorias de ambientalismo, com ênfase para o que nesta tese está sendo denominado como Justiça Ambiental (ACSELRAD, 2009; MARTÍNEZ ALLIER, 2007). Além disso, como o Banco Mundial suspendeu o financiamento, o governo brasileiro engavetou o projeto, naquele momento, pois dependia desse financiamento.

A sequência do projeto da usina teve ações de bastidores, sem alarde e exposição pública, por um tempo. Ainda, em 1989, os primeiros Estudos de Viabilidade da Usina de Belo Monte (baseado no Inventário Hidrelétrico do Xingu aprovado em 1988) foram entregues ao DNAEE, para a sua aprovação. Esses estudos de viabilidade inicialmente previam uma potência máxima de 11.000MW (maior que a potência de 8.400 MW, prevista no Inventário Hidrelétrico do Xingu, de 1980) e a formação de um lago de 1225 Km² (SWITKES; SEVÁ, 2005). Vale ressaltar, no entanto, que esses estudos de viabilidade da UHE Belo Monte nunca foram aprovados pelo DNAEE, pois o mesmo entendia a necessidade de revisar o projeto, para tornar o empreendimento mais aceitável aos ambientalistas (movimentos sociais, indígenas) e adequado ao que prevê a Constituição Federal, naquela época, recém-aprovada (VALLE, 2005).

Inicialmente o projeto da usina de Belo Monte seguia a mesma lógica de tantos outros pelo mundo afora. Previa o represamento em um único ponto do rio, na Volta Grande do Xingu, entre os municípios de Altamira e Vitória do Xingu. Conforme já mencionado, a usina afetaria imensas áreas da floresta Amazônica, como as matas, as ilhas, os rios, os igarapés e as

tribos indígenas. O lago de 1225 km² alagaria grande parte da aldeia Paquiçamba e do vale do rio Bacajá (SEVÁ, 2005a; FIGUEIRA NETTO; FRANCO; REZENDE, 2007). Como a região do meandro possui um bom desnível, desde o início da Volta Grande (no trecho rio acima de Altamira), até o final em Belo Monte do Pontal (Trecho da balsa da Transamazônica), a obra consistiria em encurtar a Volta Grande do rio pela margem esquerda, fazer a água cair pelo desnível e ser turbinada antes de completar a sua volta (SEVÁ, 2005a).

Ao longo dos anos 1990, o projeto, na época denominado Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Belo Monte, continuou a tramitar entre órgãos de governo. No ano de 1994, o DNAEE criou um Grupo de Trabalho (através da portaria nº 769 do DNAEE), composto por técnicos da Eletronorte, da Eletrobrás e do próprio DNAE. O objetivo era reavaliar os Estudos de Viabilidade do AHE Belo Monte, para tentar reduzir o tamanho do reservatório e obter a atratividade do empreendimento. Desse Grupo de Trabalho (GT) surgiram algumas propostas que foram encaminhadas à Eletrobrás, como a de impedir a inundação da área indígena Paquiçamba e a de diminuir os impactos no vale do rio Bacajá, sem reduzir a energia gerada. (VALLE, 2005). Cabe mencionar que, naquela época, a Constituição Federal já exigia a aprovação do Congresso Nacional e a aprovação dos próprios índios para construção de hidrelétricas em área indígena (Artigo 231, parágrafo 3).

No final de 1998, a Eletrobrás solicitou à Aneel a autorização para prosseguir, em conjunto com a Eletronorte e empresas privadas, a segunda etapa dos Estudos de Viabilidade da Usina de Belo Monte. Estes estudos começaram no ano 2000, a cargo da Eletronorte, com a supervisão da Eletrobrás (FALCÃO, 2010). Foram feitas algumas modificações geográficas e técnicas relevantes no projeto, como a projeção de uma Casa de Força Complementar para um trecho mais alto, na Ilha Pimental, Altamira (181 MW). Já a Casa de Força Principal continuou em Belo Monte, Vitória do Xingu (11000MW), mas a montante dos primeiros estudos de viabilidade. Nessa nova fase, além de ter sido projetada uma usina secundária na ilha Pimental, foi reduzida a área inicial da represa, de 1225 km² para 440 km², impedindo a inundação da aldeia Paquiçamba e Arara da VGX transformando Belo Monte numa usina a fio d'água. Além disso, Belo Monte foi rebatizada de Complexo Hidrelétrico Belo Monte (SEVÁ, 2005a).

No ano de 2001, o cenário era de uma forte crise no setor elétrico, seguida de racionamento e apagões, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. A usina de Belo Monte, então, foi incorporada ao Avança Brasil (plano plurianual do governo para 2002-2003) e reconhecida como estratégica, pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), no planejamento de expansão da hidroeletricidade, até o ano de 2010. Ainda em

2001, o Ministério Público Federal do Pará moveu uma ação civil pública, solicitando a suspensão dos Estudos de Impacto Ambiental da usina, que estavam sendo realizados pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisas (Fadesp), vinculada à Universidade Federal do Pará (UFPA). Como o Xingu é um rio da União, a obra deve ser licenciada pelo Ibama e não pelo governo do Pará. O pedido do MPF foi atendido pela Justiça Federal, que concedeu uma liminar suspendendo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Usina de Belo Monte.

De 2002 a 2010, uma série de ações foi realizada por diferentes organizações e entidades civis, para expressar a rejeição ao projeto de construção da usina, incluindo protestos, seminários, artigos publicados⁸⁷ e cartas abertas às autoridades. Concomitantemente, começou a ser travada uma intrincada batalha judicial, opondo decretos legislativos, liminares e ações diretas, envolvendo o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público Federal do Pará, Tribunais Regionais Federais e organizações da sociedade civil, como o Greenpeace e o Instituto Socioambiental. Cabe destacar, por exemplo, o fato de que o licenciamento ambiental da usina foi objeto de 12 ações jurídicas movidas pela Procuradoria da República do Ministério Público Federal do Pará, opondo nos tribunais alguns órgãos federais e mobilizando cientistas e empreendedores na sua discussão (FLEURY; ALMEIDA, 2013).

Em 2005, no dia 14 de julho, o empreendimento foi aprovado pelo Congresso Nacional, em um tempo recorde de apenas quatro dias, através do Decreto Legislativo 788/2005. Um pouco depois, já no segundo mandato de Luiz Inacio Lula da Silva, no final de 2007, o governo incluiu a usina de Belo Monte no Programa de Aceleração de Crescimento (no PAC 1 e posteriormente no PAC 2) e buscou derrubar na justiça todos os impedimentos para o licenciamento da obra. Nesse contexto, o governo relançou um discurso desenvolvimentista, para justificar a implantação da Usina de Belo Monte, com base nas informações constantes no Plano Decenal de Energia Elétrica projetado até 2019.

Antes disso, ainda em 2005, o Decreto Legislativo 788/2005 foi alvo de Ação Direta de Inconstitucionalidade, porque os povos indígenas não haviam sido previamente consultados. Esta Ação, contudo, foi derrubada no Supremo Tribunal Federal, em agosto de 2005. Ainda em 2005, a Eletrobrás e as construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Norberto Odebrecht assinam um Acordo de Cooperação Técnica com o objetivo de concluir os estudos de viabilidade da usina de Belo Monte e de revisar os Estudos de Inventário

⁸⁷ Cabe destacar os artigos publicados no livro Tenotã-mõ (SEVÁ, 2005a) e no Painel dos Especialistas (HERNÁNDEZ; MAGALHÃES 2009). Esta contribuição será desenvolvida mais adiante.

Hidrelétrico do Rio Xingu (1980). A revisão do inventário estendeu-se de 2005 a 2007 e identificou a possibilidade de construir quatro usinas no Rio Xingu: Belo Monte, Altamira, Pombal e São Félix – o que permitiu estabelecer três diferentes conjuntos ou alternativas de barragens ao longo do rio.

As duas primeiras alternativas apresentavam as quatro barragens acima enunciadas. Já a terceira alternativa indicava apenas a construção da Usina de Belo Monte. Esta foi considerada a melhor para a exploração do potencial hidrelétrico, em função do benefício energético gerado, dos custos, das restrições legais e dos impactos ambientais. Posteriormente, no entanto, houve pequenas alterações no projeto que está sendo executado, como o aumento da área a ser alagada, que passou de 440 km² para cerca de 500 km².

As informações cartográficas, utilizadas na Atualização do Inventário, valeram-se do Inventário Hidrelétrico da década de 1970, pois, segundo a Eletrobrás (2007), os trabalhos de campo não puderam ser realizados. Dessa forma, deve ficar claro que nunca foi realizado um novo estudo de inventário do Xingu, sendo que o estudo aprovado em 1988 nunca foi cancelado. As figuras 3, 4, 5, correspondem às três alternativas apresentadas na Atualização do Inventário Hidrelétrico do Xingu, concluído em 2007. Já a tabela 3 apresenta o custo benefício das três alternativas, e a figura 6 mostra a conclusão do estudo (REZENDE; FROEHLICH; FIGUEIRA NETTO, 2014)

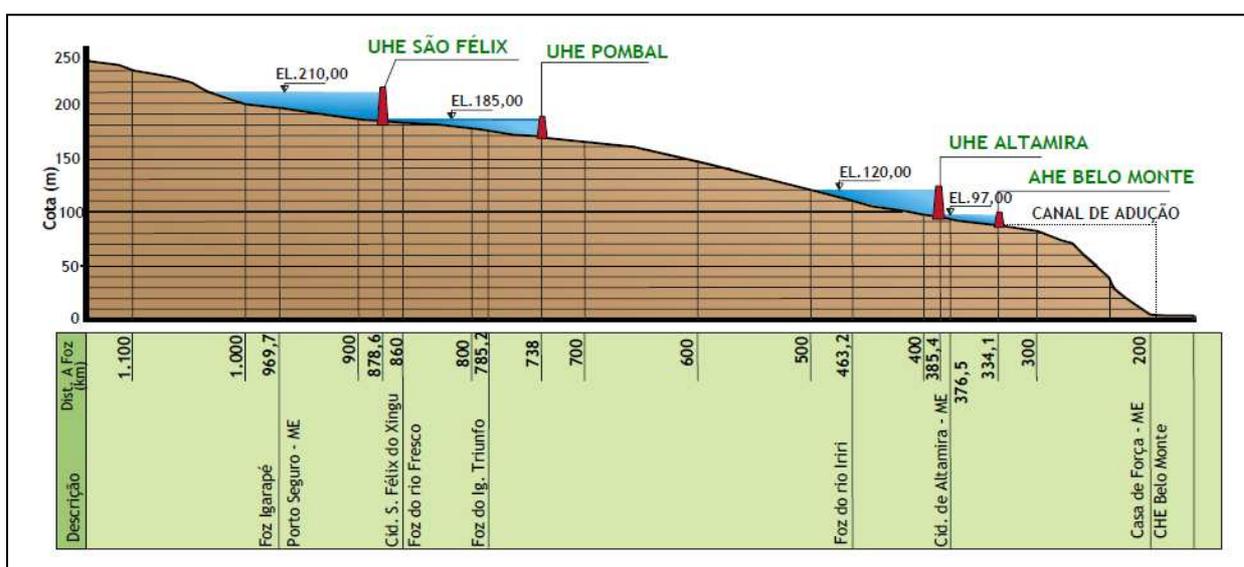


Figura 3: Alternativa 1 - Perfil longitudinal do rio Xingu com as quatro barragens projetadas (Revisão do Inventário)

FONTE: REZENDE; FROEHLICH; FIGUEIRA NETTO, 2014.

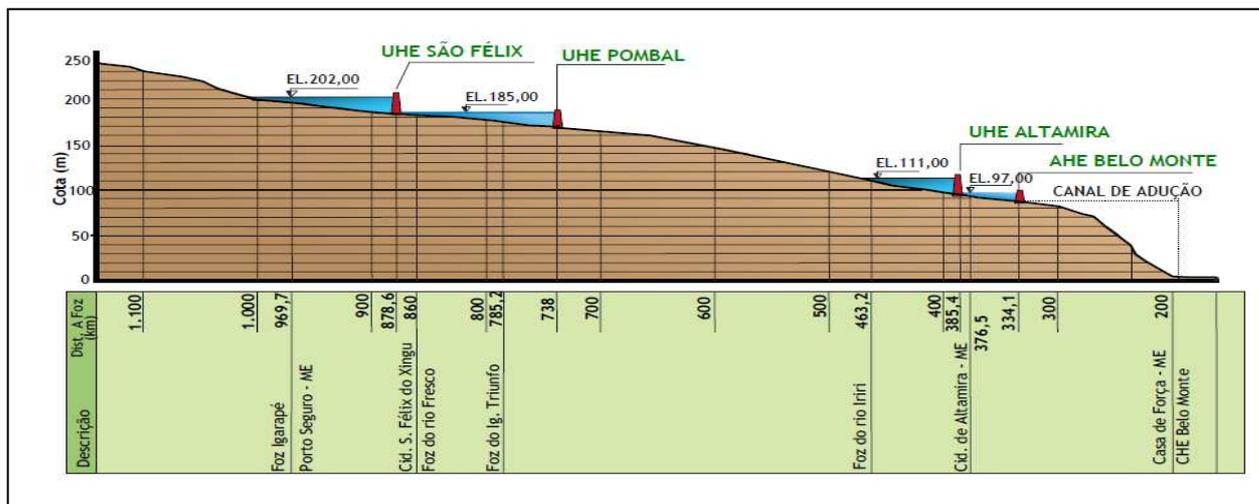


Figura 4: Alternativa 2 - Perfil longitudinal do rio Xingu com as quatro barragens projetadas (Revisão do Inventário).

Fonte: REZENDE; FROEHLICH; FIGUEIRA NETTO, 2014.

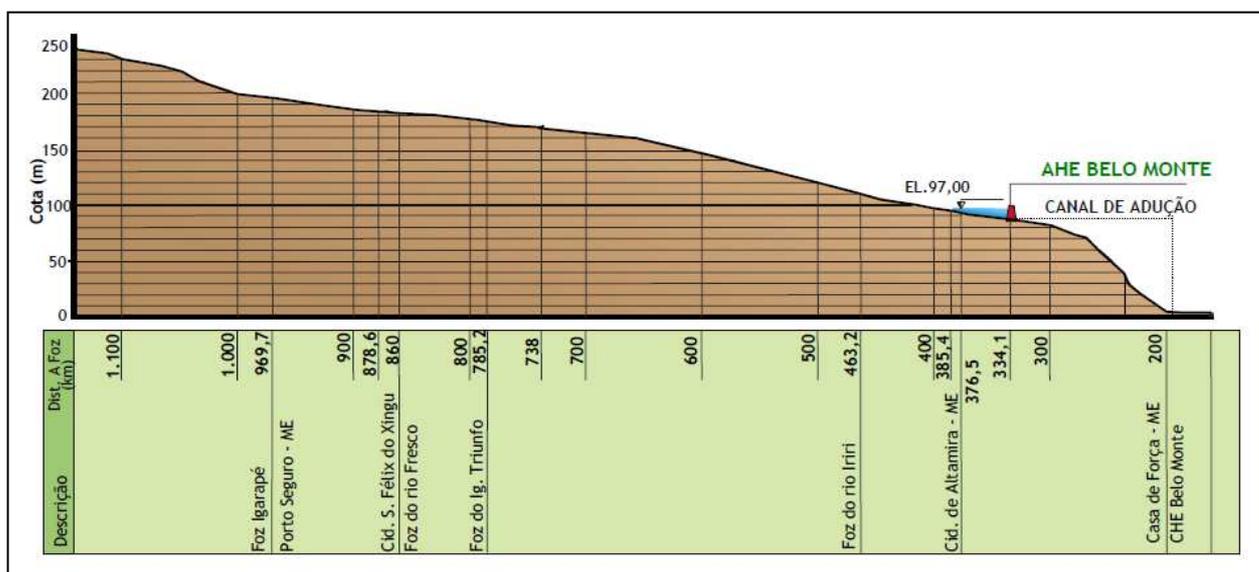


Figura 5: Alternativa 3 - Perfil longitudinal do rio Xingu com apenas a barragem de Belo Monte projetada (Revisão do Inventário do Xingu)

Fonte: REZENDE; FROEHLICH; FIGUEIRA NETTO, 2014.

Tabela 3: Índice do Custo-Benefício x Índice Ambiental

Alternativas	Energia Firme (MWh/h)	Custo de Instalação (10 ³ US\$)	CIC (US\$ MWh)	ICB/CUR	IA	IP
Alternativa 1	6.711	12.149.201	26,0	0,541	0,427	0,484
Alternativa 2	6.157	11.218.829	28,1	0,584	0,411	0,497
Alternativa 3	4.796	6.573.145	28,2	0,586	0,276	0,431

Notas: Custos referentes a dez/2005

ICB = Índice Custo - Benefício

CUR = Custo Unitário de Referência

IA = Índice Ambiental

IP = Índice Ponderado

IP = 50% do ICB/CUR do IA

Fonte: REZENDE; FROEHLICH; FIGUEIRA NETTO, 2014.

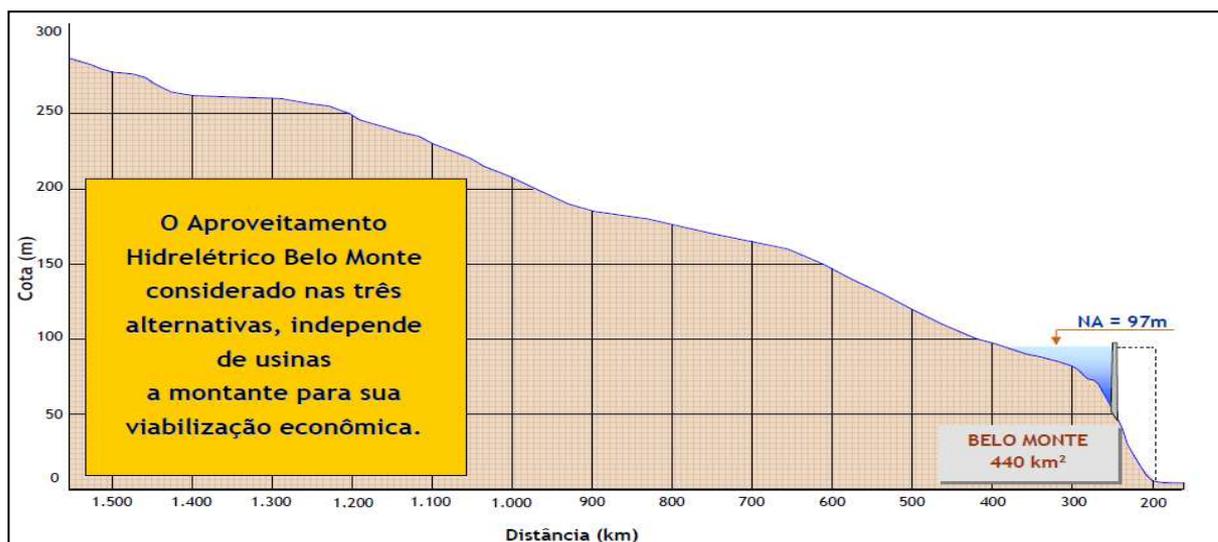


Figura 6: Conclusão da Revisão do Inventário do rio Xingu

Fonte: REZENDE; FROEHLICH; FIGUEIRA NETTO, 2014.

No ano de 2006, o processo de licenciamento ambiental da usina foi novamente suspenso. A decisão liminar impede que o Ibama continue os estudos de impacto ambiental da usina sob alegação de que os povos indígenas atingidos pelo empreendimento sejam ouvidos pelo Congresso Nacional (SOCIOAMBIENTAL, 2014).

Em 5 de dezembro de 2007, após uma série de entraves judiciais, o Ibama emite o Termo de Referência para a elaboração do Estudo de Impacto ambiental da usina de Belo Monte (EIA-RIMA). A Eletrobrás contrata a Leme Engenharia para elaborar o EIA-RIMA, mas os estudos das terras e comunidades indígenas ficaram sob a responsabilidade das empresas Themag, Intertechne e Engevix. Essas empresas iniciaram o processo de comunicação com os povos indígenas, ainda de dezembro, segundo a Funai (2009).

Em 2008 o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) define que Belo Monte será a única hidrelétrica no Rio Xingu (Resolução 06/2008). A ANEEL aprova a Atualização do Inventário Hidrelétrico do Xingu considerando apenas a construção da usina de Belo Monte. Em agosto de 2008 inicia o EIA do componente indígena⁸⁸ do grupo 1 (que corresponde as Terras Indígenas mais próximas do empreendimento e consideradas diretamente impactadas) e em novembro inicia o EIA do grupo 2 (que corresponde as Terras Indígenas que sofrem impactos diretos da obra, mas estão geograficamente mais distantes). Somente em 2009 iniciam os estudos dos índios citadinos residentes em Altamira e Vitória do

⁸⁸ É importante destacar que a Funai incluiu o grupo Kaiapó na análise do Componente Indígena (Parecer Técnico n° 21) dos Estudos de Impacto Ambiental da UHE de Belo Monte. Esta inclusão está associada aos impactos psicossociais ocorridos com esse grupo desde o início do projeto da usina Kararaô, como os da realização do I° Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em Altamira, em 1989. (FUNAI, 2009)

Xingu. Neste estudo, a discussão sobre os povos indígenas (grupos 1, 2 e 3) atingidos pela usina de Belo Monte é tratada no próximo tópico.

Ainda, em 2008, ocorre em Altamira o Encontro Xingu Vivo Para Sempre, organizado pelo Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX), que reunia dezenas de organizações sociais, como a Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP). Esse encontro foi organizado para questionar e debater a construção prevista da UHE Belo Monte. Com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal e estadual, algumas pessoas da FVPP passaram a apoiar o projeto. Como a base do movimento era do PT, aqueles que não apoiaram o projeto foram se afastando e ocorreu o enfraquecimento do coletivo dos movimentos sociais. É quando surge o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS)⁸⁹, fundado por militantes que se afastaram da FVPP (Liderança do MXVPS, 2014).

Esse encontro, realizado em 2008, ocorreu 19 anos após o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu (1989) e reuniu representantes das populações atingidas pelo empreendimento, organizações da sociedade civil, pesquisadores e ambientalistas. Logo após o Encontro foi elaborada a Carta “Xingu Vivo Para Sempre”, que apresenta diversos princípios e posições contra o atual modelo de desenvolvimento do país e o processo de licenciamento ambiental da usina de Belo Monte (FAINGUELERNT, 2013).

Em fevereiro de 2009, a Eletrobrás reenviou ao Ibama os Estudos de Impacto Ambiental (EIA), com a análise integrada do componente indígena. Em 28 de abril de 2009, o Ibama emite parecer (nº 29/2009) com algumas exigências para o aceite do Estudo de Impacto Ambiental. No entanto, apesar de a Eletrobrás não cumprir integralmente as exigências do parecer⁹⁰, o processo de licenciamento ambiental continuou o seu curso (MAGALHÃES; HERNÁNDEZ, 2009).

Em 25 de agosto de 2009, o Ibama publicou edital de Audiências Públicas para a discussão do projeto da usina de Belo Monte. Essas audiências ocorreram nos municípios de Brasil Novo (10/06/2009), Vitória do Xingu (12/09/2009), Altamira (13/09/2009) e Belém (15/09/2009).

Essas audiências deveriam ser o espaço de debate e questionamento sobre o licenciamento ambiental do empreendimento; no entanto, elas não asseguraram a participação

⁸⁹ O MXVPS é formado por diversas organizações e movimentos ambientalistas que historicamente se opuseram à instalação da usina de Belo Monte. Além de contar com o apoio de organizações locais, estaduais, nacionais e internacionais, agrega entidades representativas de ribeirinhos, pescadores, trabalhadores rurais, indígenas, moradores de Altamira, atingidos por barragens, movimentos de mulheres e organizações religiosas. (XINGUVIVO, 2014)

⁹⁰ É importante ver a discussão sobre as exigências parcialmente atendidas e não atendidas pelo empreendedor no PAINEL DOS ESPECIALISTAS (MAGALHÃES; HERNÁNDEZ, 2009).

e os direitos das populações atingidas. Isso se deve a alguns fatores, como a distância entre os locais em que se realizaram; a precariedade das estradas; a linguagem inapropriada ao entendimento dos indígenas, bem como o tempo destinado para as pessoas se pronunciarem (FAINGUELERNT, 2013).

Nas audiências públicas, as liberdades comunicativas dos indivíduos não foram respeitadas. Ocorreu troca de razões, mas de forma estrategicamente controlada pelos promotores das audiências, com destaque para o Ibama. Atores de diversos campos da sociedade contrários à construção da usina foram submetidos à lógica coercitiva do evento. Críticas à mesa- formada por representantes do Ibama, Eletrobrás, Eletronorte, governos estadual e federal e pesquisadores da Leme- significavam, corriqueiramente, o desligamento dos microfones, retirada do indivíduos do lugar de fala por meio da repressão da Força Nacional ou respostas evasivas após réplicas, sem direito a réplicas. No entanto, políticos da base de apoio ao governo discursavam sem tempo pré-definido – oficialmente, cada participante do debate tinha três minutos para se expressar. As falas contemplavam a legitimação do empreendimento (BARROS; RAVENA, 2011, p. 7).

Em fevereiro de 2010, o Ibama concedeu a licença prévia (LP)⁹¹ da usina, aprovando a sua viabilidade ambiental, mas determinou 40 condicionantes para autorizar a Licença de Instalação. No dia 20 de abril, foi realizado o leilão de concessão da usina, sob protestos de manifestantes. É o caso de ativistas do Greenpeace que jogaram cerca de três toneladas de estrume na entrada do prédio da ANEEL onde foi realizado o leilão. Apesar dos protestos, em poucos minutos, o Consórcio Norte Energia já havia ganhado e encerrado o leilão.

No dia 26 de janeiro de 2011, uma nova licença foi emitida pelo Ibama. Trata-se de uma Licença Parcial, que pode ser considerada uma inovação, uma vez que ela não está prevista na legislação ambiental brasileira. Ou seja, a legislação prevê apenas a Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação. Essa licença, no entanto, já havia sido aplicada para as usinas de Jirau (Rio Madeira) e Simplício (Rio Paraíba do Sul), segundo a EPE (2011). Com sua emissão, houve a autorização para o início do desmatamento (238 hectares) e a instalação dos acampamentos, nos sítios Pimental e Belo Monte. Quatro meses depois, em 1º de junho, o Ibama aprovou a Licença de Instalação (LI), que autorizou efetivamente a construção da usina.

⁹¹ O processo de Licenciamento ambiental de grandes empreendimentos, como o da usina de Belo Monte, é um mecanismo regulatório conduzido pelo Ibama e constituído de três etapas principais: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). Esta última autoriza o enchimento do reservatório e o início da geração, mas só deverá ser concedida se as condicionantes das licenças anteriores forem atendidas na forma e nos prazos previstos. Das 40 condicionantes exigidas na Licença Prévia, 24 delas foram consideradas cumpridas (pelo Ibama) antes da LI, emitida em 2011. (EPE, 2011)

Em fevereiro de 2011, algumas ONGs como a Amazon Watch e a Avaaz, os movimentos sociais, como o MXVPS participaram do planejamento e execução de uma marcha em Brasília, pela Esplanada dos Ministérios. O objetivo era entregar uma petição on-line à presidenta Dilma Roussef, para suspender a construção da usina, bem como entregar uma carta explicando os motivos contrários a construção da obra e propor alguns encaminhamentos. Apesar da audiência ter sido previamente agendada, a comissão não foi recebida pela presidenta. Após algumas horas de negociação foi formada uma pequena comissão de representantes que foram recebidos numa audiência com o Secretário Nacional da Secretaria-Geral da Presidência da República (FLEURY, 2013).

Após o início das obras, em junho de 2011, permaneceram os embates em torno da construção da Usina. O Ministério Público Federal do Pará moveu novas ações civis públicas contra a obra. Até julho de 2014, as irregularidades do empreendimento totalizaram 18 ações civis públicas do MPF, e doze ações encontravam-se sem mérito julgado (MPF, 2014).

Algumas organizações seguiram buscando uma série de estratégias de resistência e mobilização, tanto no Brasil quanto no exterior. Pode-se destacar o Encontro Xingu +23, ocorrido entre 13 e 17 de junho de 2012, às vésperas da Rio +20, organizado pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre. O Encontro ocorreu 23 anos depois do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu (ocorrido em Altamira, em 1989), para reafirmar a resistência dos moradores da região à UHE Belo Monte e para chamar à atenção para os impactos e as ilegalidades que envolvem o processo de implantação da obra. O local do Encontro foi na Vila Santo Antônio, em Vitória do Xingu, cerca de 100 metros do canteiro de obras do Sítio Belo Monte. Durante o evento, Gilberto Gil cantou a música “Um sonho”, que se tornou uma espécie de Hino do Encontro. A letra faz uma crítica ao discurso hegemônico de desenvolvimento e, também, ressalta outros critérios de racionalidade, que segundo Santos (2009, 2010), são normalmente ignorados pelo pensamento que domina o mundo ocidental.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A usina de Belo Monte tem a sua origem na década de 1970, com os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Xingu. Tornou-se uma obra prioritária no governo Fernando Henrique Cardoso⁹², logo após a crise⁹³ de energia elétrica em 2001, ocasião em que a falta de chuvas foi apresentada como a causa principal para o racionamento e a interrupção na distribuição de energia elétrica. Instalou-se uma crise de oferta de eletricidade no sistema de transmissão inter-regional e a usina de Belo Monte foi reapresentada como “a salvação do país” (SWITKES; SEVÁ, 2005). Tudo isso ocorria num cenário de intensas críticas à usina de Tucuruí⁹⁴ (rio Tocantins), devido aos subsídios concedidos (na tarifa de eletricidade) para as indústrias de alumínio, instaladas na região norte do país. Somente dez anos depois, em 2011, foi iniciada a sua construção.

Inicialmente, a Usina Hidrelétrica Belo Monte deveria se chamar Kararaô, que significa Grito de Guerra, na língua Kaiapó. A palavra também nomina uma terra indígena, a sudoeste de Altamira, pertencente a um grupo kaiapó. A mudança para a denominação Belo Monte foi feita com a associação do nome de duas vilas da rodovia Transamazônica, onde se toma o *ferry-boat* para transpor o rio Xingu. Na margem direita, está Belo Monte do Pontal (município de Anapu) e, na margem esquerda, Belo Monte (município de Vitória do Xingu). Outra curiosidade é o fato de que a denominação remete ao nome anterior do vilarejo do sertão baiano, fundado por Antonio Conselheiro, “[...] sua próspera cidade de excluídos e resistentes da sociedade latifundiária de então, a famosa Canudos, arrasada no começo do século XX, pelo exército republicano” (SEVÁ, 2005a, p. 46). A figura 7 indica a travessia da balsa em Belo Monte do Pontal, na região da Volta Grande do Xingu.

⁹² Com o Plano Plurianual (PPA) chamado Avança Brasil, referente ao período 2000 - 2003.

⁹³ As perdas de energia nas linhas de transmissão⁹³ também são responsáveis pela crise no setor elétrico. “Segundo dados da EPE, o índice de perdas do setor elétrico, de 16,9% em 2012, chegará a 2021 em 16,1%, uma redução inferior a um ponto percentual. Para se ter uma ideia, no Chile esse índice fica em 5,6%; na Argentina em 9,9% e na Colômbia em 11,5%”. (O GLOBO, 2014).

⁹⁴ É importante ver a discussão desenvolvida por Paula (2005), sobre os subsídios na tarifa de energia elétrica, mantidos entre a Eletronorte e as indústrias de alumínio (Albrás e Alumar), no estado do Pará.

incluídos na área de influência indireta da usina de Belo Monte (FIGURA 8). Ficam, portanto, fora dos programas de compensação ou mitigação do Projeto Básico Ambiental (PBA), mas estão incluídos no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS). Ambos serão detalhados mais à frente. Convém apenas ressaltar que as 40 condicionantes, determinadas pelo Ibama na Licença Prévia, desdobraram-se para 117 condicionantes que integram hoje o Projeto Básico Ambiental. (NORTE ENERGIA, 2014).

UHE BELO MONTE: MUNICÍPIOS NO ENTORNO

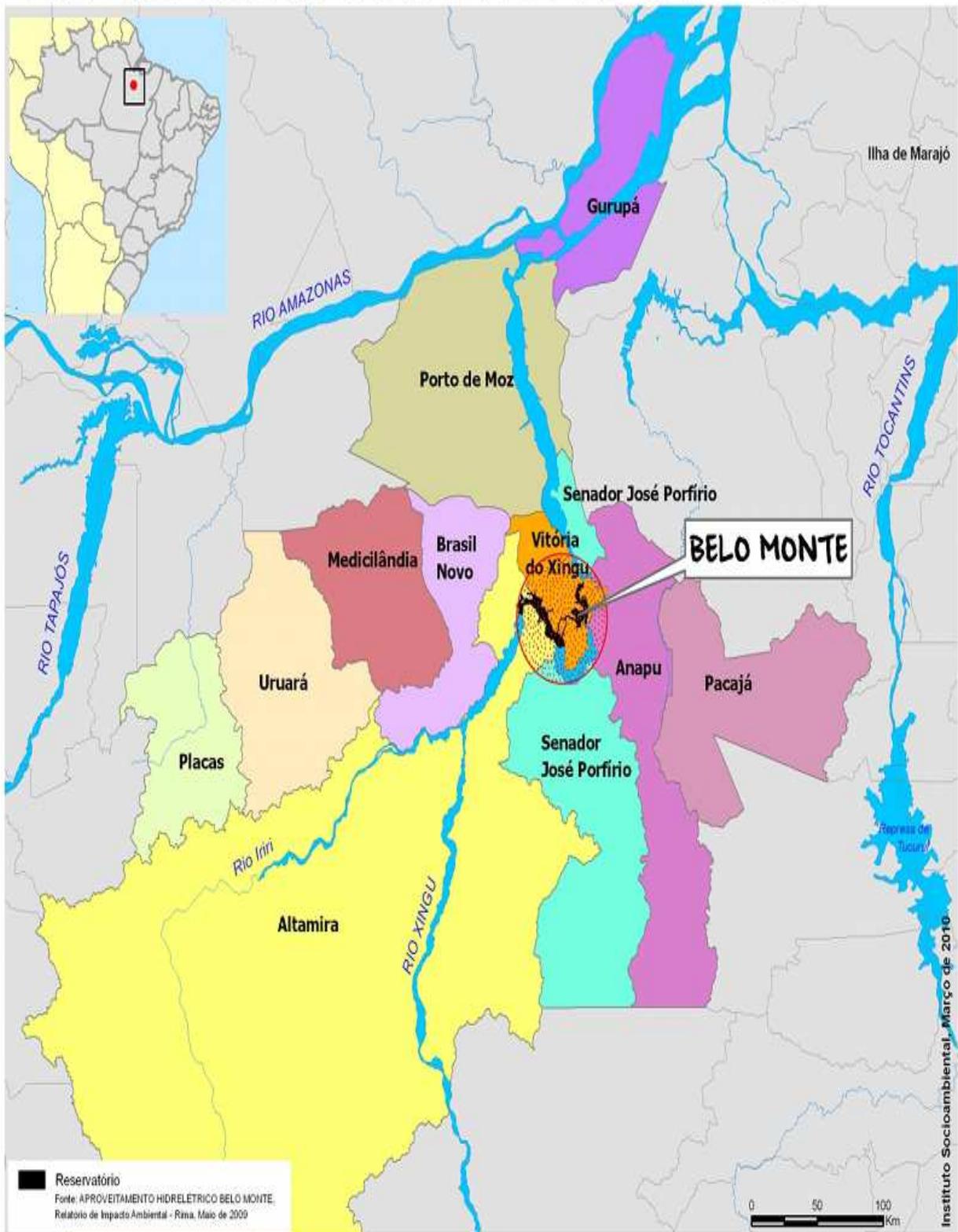


Figura 8: Usina de Belo de Monte e os onze municípios do entorno.

Fonte: SOCIOAMBIENTAL, 2014.

O rio Xingu é um dos maiores afluentes do rio Amazonas e corre inteiramente em território brasileiro. Nasce em Mato Grosso, a partir do encontro entre os rios Culuene e Sete de Setembro, nos altos cerrados dos chapadões do Planalto Central. Ele atravessa o Pará na direção sul-norte, percorrendo áreas de grande diversidade biológica e cultural da Amazônia, como Unidades de Conservação (UCS) e Terras Indígenas (TIS). O seu curso corre paralelo aos rios Tapajós e Tocantins e, após percorrer cerca de 2000 quilômetros, deságua ao sul da Ilha de Gurupá (PA), na margem direita do Amazonas. Os seus principais afluentes pela margem direita são os rios Suia-Miçu, Liberdade, Fresco, Bacajá; e, pela esquerda, o Ronuro, Curuá, Manicauá-Miçu e Iriri. Na sua cabeceira, localiza-se o Parque Indígena do Xingu, primeiro do país, criado em 1961.

O trecho chamado de Volta Grande do rio Xingu é algo tão peculiar, que talvez seja único na Amazônia, nestas dimensões. O formato do rio indica isto: o Xingu vem lá de MT, descendo sempre do Planalto Central e seus patamares, num rumo geral para o Norte, para desembocar no rio Amazonas. Ao chegar em Altamira seu rumo está um pouco inclinado para a direita, no sentido Nordeste, e aí o rio dobra quase 90 graus como se tivesse sido “obrigado” pela geomorfologia do planeta, pelo seu relevo neste trecho. Como se o rio tivesse que se desviar do escudo cristalino do Planalto Central Brasileiro, até encontrar passagens para atravessar esta beirada rochosa, esse degrau mais baixo deste extenso Planalto brasileiro, onde ele chega o mais perto possível da margem direita do rio Amazonas (SEVÁ, 2005b, p. 192).

A construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte envolve obras em quatro canteiros distintos: Sítio Pimental (no município de Altamira), Sítio Bela Vista e Sítio Belo Monte (ambos em Vitória do Xingu) e a região dos Canais e Diques (em Vitória do Xingu). Esta configuração está indicada na figura 9.

No sítio Pimental, situado a cerca de 40 km rio abaixo da sede da cidade de Altamira, fica a barragem principal (FIGURA 10), bem como a casa de força complementar ou auxiliar, que produzirá 233MW, através de 6 pequenas turbinas do tipo Bulbo (38,8 MW cada turbina). Deste sítio, parte um canal artificial (FIGURA 11) com cerca de 20 km de extensão, cerca de 210 metros de largura e 40 metros de profundidade que desviará parte da água do rio (cerca de 14 milhões de litros de água por segundo) para a casa de força principal no Sítio Belo Monte (FIGURA 12), que produzirá cerca de 11 mil MW, através de 18 turbinas do tipo Francis. Essas turbinas possuem um eixo vertical, e, ao contrário de Pimental, elas ficam fora da água.

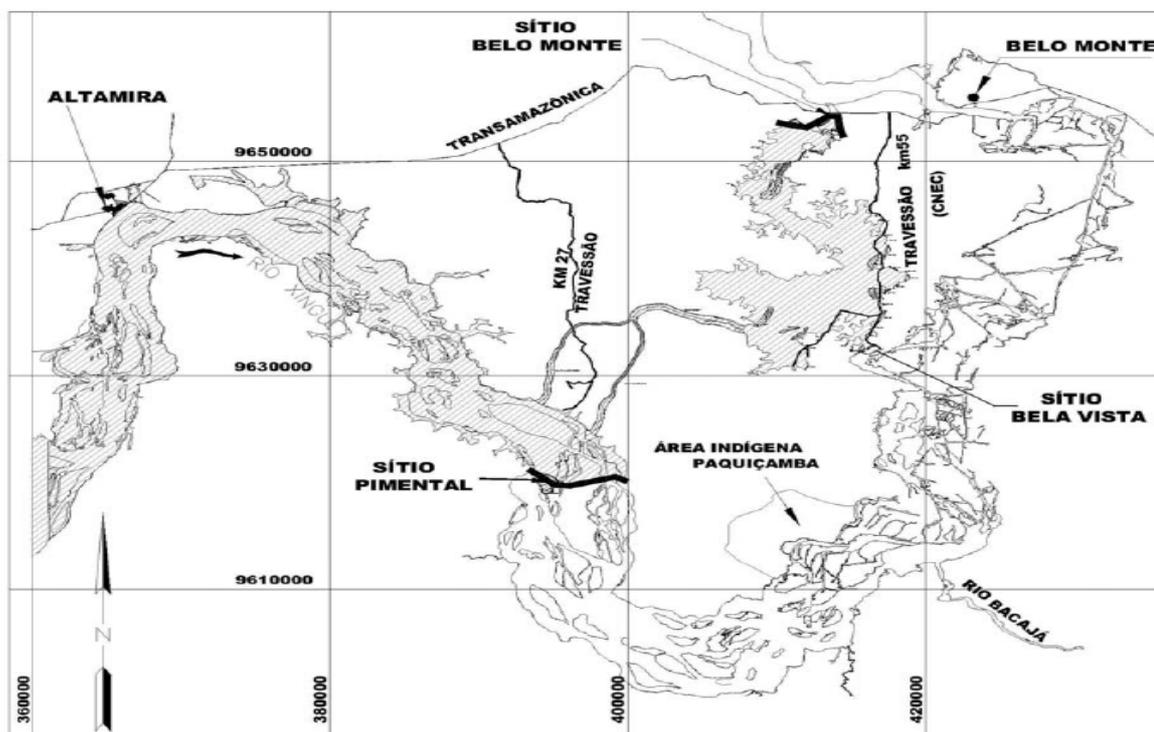


Figura 9: Configuração da Usina Hidrelétrica Belo Monte

Fonte: FIGUEIRA NETO; FRANCO; REZENDE, 2007.

Segundo a Norte Energia (2014), para aproveitar o desnível da região, cerca de 90 metros (entre Altamira e a localidade de Belo Monte) foi decidido gerar energia em dois lugares, no sítio Belo Monte (11000MW), e no Sítio Pimental (233MW).



Figura 10: Usina Hidrelétrica, em construção, no Sítio Pimental (barragem principal e usina secundária), Altamira, julho/2014.

Fonte: Foto de Maria Terezinha Dalbem Stropper.



Figura 11: Canal de derivação em construção em Vitória do Xingu, julho/2014.

Fonte: Foto de Dirce Antunes Surtegaray



Figura 12: Usina Hidrelétrica, em construção, no Sítio Belo Monte (usina principal), Vitória do Xingu, julho/2014.

Fonte: Foto de Maria Terezinha Dalbem Stropper.

Foi estabelecida a cota de 97 metros de altitude para o represamento, por corresponder à cota máxima que o Rio Xingu atinge no período das chuvas. Além disso, a área urbana inundada ficará apenas na cidade de Altamira e será retirada a população localizada até a cota 100. Desse modo, está sendo dada uma margem de 3 metros de segurança, o que corresponde à área que geralmente alaga no inverno e as pessoas se retiram (ou são retiradas) de lá.

Os moradores localizados em áreas utilizadas para a construção do empreendimento, de Altamira e da Volta Grande do Xingu, como proprietários, inquilinos e posseiros, são obrigatoriamente deslocados pela Norte Energia. Após o cadastro e reuniões, são reassentados ou indenizados em dinheiro, conforme os critérios do Projeto Básico Ambiental (PBA). (QUADRO 2).

Ocupação do Imóvel	Benefício
Proprietários de casas que moram no imóvel	Indenização em dinheiro pelo valor de mercado ou casa no novo loteamento, mudança e armazenamento de móveis, Lote Urbano ou Rural.
Quem mora de aluguel	Indenização correspondente a 12 meses de aluguel, mudança e armazenamento de móveis; ou avaliação da viabilidade de facilitação ao acesso, à unidade habitacional mediante financiamento pelo inquilino, com prestações equivalentes ao valor do aluguel.
Proprietário que não mora no imóvel	Indenização em dinheiro, pelo valor de mercado do imóvel.
Posseiros	Casa no novo loteamento, mudança e armazenamento de móveis.
Ocupação de imóveis cedidos e ocupados	Indenização correspondente a 12 meses de aluguel, auxílio mudança e armazenamento de móveis.
Famílias agregadas e famílias conviventes	Unidade habitacional, auxílio mudança e armazenamento de móveis.
Proprietários de imóveis comerciais	Indenização em dinheiro pelo valor de mercado do imóvel, auxílio mudança, armazenamento de móveis e pagamento de lucro cessante.
Proprietários de imóveis comerciais alugados	Indenização em dinheiro pelo valor de mercado do imóvel.
Inquilinos de imóveis comerciais	Auxílio aluguel pelo período de seis meses, auxílio mudança, armazenagem de móveis, lucro cessante.
Proprietários de indústrias e olarias	Indenização dos imóveis pelo valor de mercado, armazenagem de móveis e equipamentos, auxílio mudança, lucro cessante comprovado mediante perícia judicial.
Inquilinos de imóveis industriais e olarias	Auxílio aluguel pelo período de seis meses, auxílio mudança, armazenagem de móveis e equipamentos, lucro cessante comprovado mediante perícia judicial.
Trabalhadores de indústria, olarias comércio e serviços que moram nos respectivos imóveis	Elaboração de diagnóstico com base no cadastro para definição dos critérios de elegibilidade, considerando a possibilidade de recomposição da atividade e das condições existentes.

Quadro 2: Direitos e benefícios previstos no Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Belo Monte.

*Famílias agregadas = família sem grau de parentesco moradora no mesmo domicílio que a família principal.

* Famílias conviventes = família com grau de parentesco, moradora no mesmo domicílio que a família principal.

Fonte: NORTE ENERGIA, 2012.

Na cidade de Altamira, as populações removidas correspondem aos moradores dos Igarapés Altamira (FIGURA 13), Ambé (FIGURA 14) Painelas, bem como os moradores da

Orla em que as suas casas estão abaixo da cota de 100 metros. As áreas no entorno dos igarapés⁹⁷ onde se encontram as moradias removidas, serão transformadas em Área de Preservação Permanente (NORTE ENERGIA, 2014). Ainda, segundo a Norte Energia (2014), o reassentamento urbano terá infraestrutura completa: ruas pavimentadas, água encanada, redes de esgoto, iluminação, drenagem e áreas verdes.

Ao todo serão construídas cerca de 4100 casas na cidade de Altamira. Até o momento (julho de 2014) estão prontas entre 2200 e 2500 casas (Secretário de Planejamento da Prefeitura de Altamira, 2014). Durante o trabalho de campo em Altamira, esta pesquisadora e a sua orientadora visitaram o reassentamento urbano no Bairro Jatobá, situado num ponto alto da cidade. Observaram que as casas são de alvenaria, possuem cobertura com telhas de cerâmica, e algumas ruas já estão pavimentadas (FIGURA 15).

O reservatório do empreendimento, formado a partir do desvio do rio Xingu na altura do sítio Pimental (FIGURA 16), ocupará cerca de 500 km², dos quais 228Km² (45%) correspondem ao leito original do rio Xingu na época das cheias (NORTE ENERGIA, 2014). Ele pode ser considerado pequeno, comparado a outros reservatórios na Amazônia, como a usina de Balbina (250 MW) que represou uma área de 2.360 Km², e a usina de Tucuruí (8000 MW) que formou um lago de 2850 Km². No entanto, devido à derivação das águas, o trecho do rio entre o Sítio Pimental e o Sítio Belo Monte terá a sua vazão drasticamente reduzida na Volta Grande do Xingu (VGX). Não vai inundar nenhuma Terra Indígena, mas a seca ou o trecho de vazão reduzida (TVR), poderá atingir cerca de 100 km do curso natural do rio, onde vivem duas comunidades indígenas (Paquiçamba e Arara da VGX), ribeirinhos e agricultores.

⁹⁷ Igarapé é uma denominação indígena para pequenos rios da Amazônia ou caminhos pelas águas utilizados para os deslocamentos dos ribeirinhos . Em geral, a vegetação recobre a lâmina d'água assemelhando-se a túneis verdes (SUERTEGARAY; ROSSATO, 2014).



Figura 13: Palafitas sobre o Igarapé Altamira, área que está sendo desapropriada pela Norte Energia, julho/2014.

Fonte: Foto de Maria Terezinha Dalbem Stropper.



Figura 14: Palafitas sobre o Igarapé Ambé nas proximidades da Transamazônica, Altamira, em processo de desapropriação, Julho/2014.

Fonte: Foto de Maria Terezinha Dalbem Stropper.



Figura 15: Reassentamento urbano no bairro Jatobá, Altamira, julho/2014.

Fonte: Foto de Maria Terezinha Dalbem Stropper.

Área Alagada - Sítio Pimental/PA

Sistema de Coordenadas: GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984
Data: Setembro de 2014

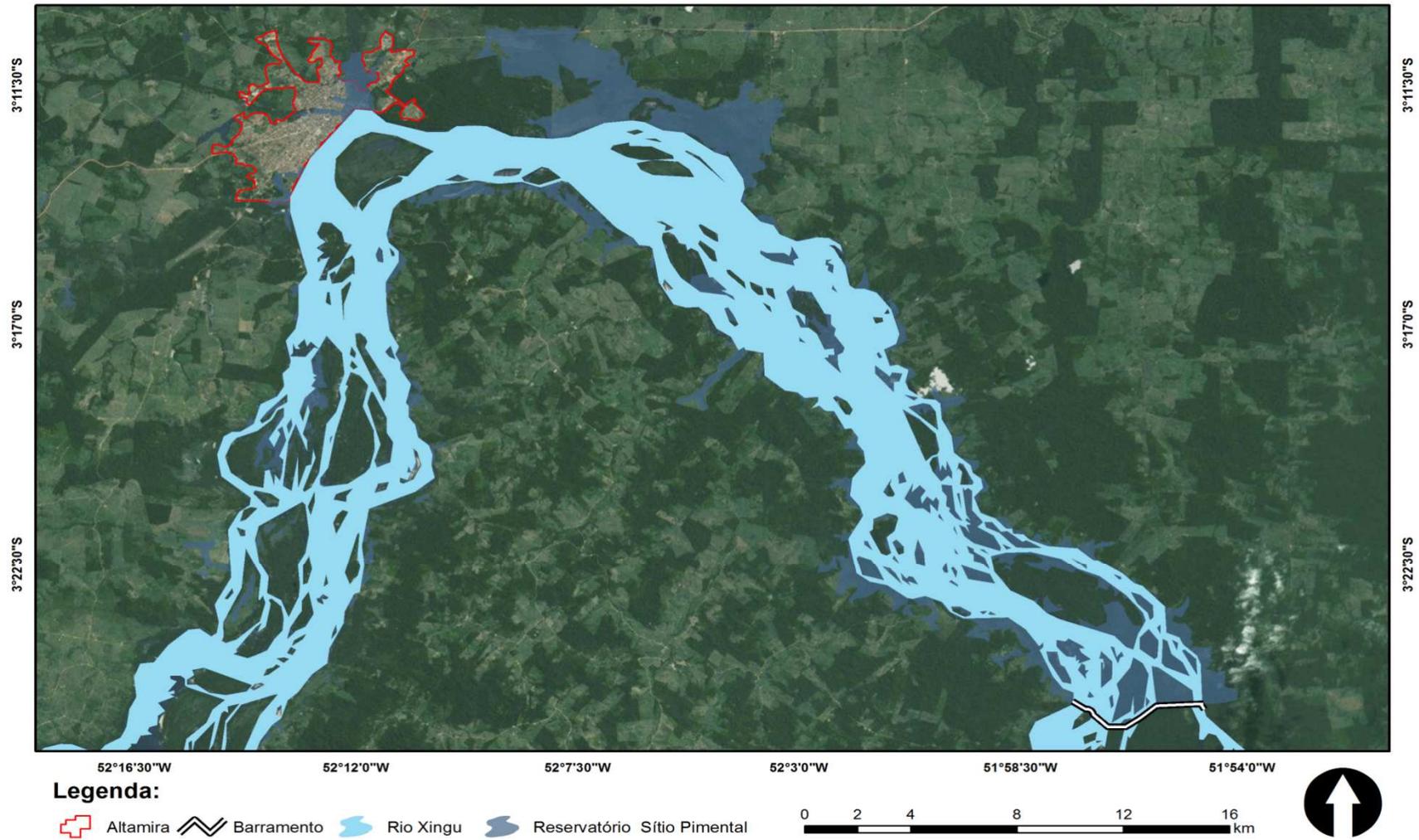


Figura 16: Área Alagada – Sítio Pimental/PA

Fonte: Elaborado por Mateus Gresler Oliveira, 2014.

Para garantir as condições de segurança na geração da usina principal, localizada no sítio Belo Monte, será construído um vertedouro complementar para monitorar o nível da barragem, no sítio Bela Vista. Vale destacar que quase a totalidade das obras será realizada a seco, ou seja, as áreas somente serão alagadas quando ocorrer o fechamento da barragem principal no sítio Pimental. Em outras palavras, são construídas as ensecadeiras (FIGURA 17) para barrar o rio, fazer o desvio e continuar a obra. (EPE, 2011).



Figura 17: Ensecadeira no Sítio Belo Monte, Vitória do Xingu, julho/2014.

Fonte: Foto de Maria Terezinha Dalbem Stropper.

A Usina de Belo Monte adotará um sistema inovador, em que o seu reservatório vai operar a fio d'água. Ela vai alagar uma área bem menor que as usinas convencionais, mas os efeitos da redução de vazão (VGX) inviabilizam a permanência da população, que, por sua vez, depende do Xingu para transporte, fonte de alimentação e geração de renda. Além disso, com a redução da área alagada, de 1225Km² no projeto original para cerca de 500 Km² a usina perdeu a capacidade de regularizar a vazão, reduzindo a energia gerada e elevando o custo do Kw/h produzido. A FIGURA 18 mostra o reservatório atual. Já a FIGURA 19 mostra o reservatório do projeto anterior. Em outras palavras, a UHE Belo Monte vai gerar energia elétrica, conforme a quantidade de água existente no leito do rio, o que significa uma

grande variação ao longo do ano, entre a época da cheia e a época da seca do Xingu. (MAGALHÃES; MARIN; CASTRO, 2009)



Figura 18: Redução da área alagada pela Usina de Belo Monte

Fonte: EPE, 2011.



Figura 19: Área alagada pela Usina de Belo Monte no projeto anterior.

Fonte: EPE, 2011.

Vale destacar a grande amplitude das variações da vazão do rio Xingu, ressaltada por Switkes e Sevá (2005). Os autores explicam que o rio, rapidamente, enche muito entre janeiro e abril, e no período da seca (julho a outubro) faz o processo inverso. Eles afirmam que a média de energia prevista pelos estudos de viabilidade da usina de Belo Monte (cerca de 4500MW) não poderá ser mantida, se não for construída outra usina  montante do rio. Na época de estiagem, o rio Xingu pode permanecer bem baixo, durante quatro meses do ano, inviabilizando economicamente o empreendimento e provocando uma série de impactos ambientais que não estão sendo bem dimensionados. Essa variao na vazão do Xingu pode ser observada nos valores a seguir, medidos na cidade de Altamira:

- as médias mensais baixas ficam abaixo de 1.000 metros cúbicos de água por segundo;
- os valores mínimos so entre 450 a 500 m³/s em Setembro e Outubro;
- as médias mensais altas so acima de 25 mil m³/segundo;
- “picos” de cheia registrados ou extrapolados acima de 30 mil m³/segundo (SWITKES; SEVÁ, 2005, p. 13)

Para a Eletrobrás, segundo os autores Figueira Netto, Franco e Rezende (2007), a usina de Belo Monte  economicamente viável sem a construo de qualquer outra barragem  montante da cidade de Altamira. Será mantido um hidrograma mínimo de vazão, no trecho da Volta Grande do Xingu, para assegurar as condioes de pesca, navegao e outros usos às comunidades indígenas (EPE, 2011). Segundo a Norte Energia (2014), o hidrograma mínimo nessa região não poderá ser menor que 700m³/s na estiagem e 8000m³/s na cheia, desde o período de início da gerao de energia até a operao de todas as turbinas.

Durante o período de maior estiagem, no entanto, a navegao em alguns pontos do rio Xingu irá se tornar inviável, sendo necessário utilizar o sistema de transposio de barcos⁹⁸ (FIGURA 20). Este sistema será usado somente para viagens de barco para Altamira, por todas as comunidades que moram  jusante do barramento. As comunidades indígenas que vão usar o sistema frequentemente são aquelas que vivem na Volta Grande do Xingu e no Rio Bacajá, quando do deslocamento pelo rio. Já as comunidades indígenas que vivem na Rota Xingu e na Rota Iriri não vão precisar usar a transposio para viajar de barco para Altamira, pois vivem rio acima do barramento e vão continuar a navegar pelo Rio Xingu. A

⁹⁸ A transposio irá funcionar 24 horas por dia e cada embarcao somente  transportada depois do desembarque de todos os passageiros e das cargas vivas (animais). Uma Van leva os passageiros de um lado ao outro da barragem e, se a embarcao estiver muito pesada, a carga  retirada e transportada fora da embarcao. O tempo de travessia dos barcos pequenos, como rabetas e voadeiras, deve levar 20 minutos a mais de viagem, que  o tempo estimado para fazer a passagem completa de um ponto a outro (NORTE ENERGIA, 2014).

transposição de embarcações de pequeno porte como voadeiras⁹⁹ (FIGURA 21) e rabetas é feita através de uma rampa e uma carreta com trator. Na transposição de embarcações maiores, como balsas, haverá, em cada lado do barramento, um guindaste móvel e uma carreta transportadora para realizar a transposição (NORTE ENERGIA, 2014).



Figura 20: Transposição dos barcos no Sítio Pimental, Altamira, julho/2014.

Fonte: Foto de Maria Terezinha Dalbem Stropper.

⁹⁹ Voadeira é um termo utilizado na Amazônia para canoas, geralmente de metal, movidas a motor.



Figura 21: Voadeira na Volta Grande do Xingu, Altamira, julho/2014.

Fonte: Foto de Maria Terezinha Dalbem Stropper.

Segundo a Eletrobrás, a média de energia produzida pela UHE Belo Monte não deve ser vista isoladamente, porque o empreendimento fará parte do Sistema Interligado Nacional (SIN). Este argumento pode ser percebido no trecho a seguir.

Nos meses de cheias do rio Xingu, o grande volume das vazões, em parte defasadas dos demais rios do país, proporciona uma elevada geração de energia no AHE Belo Monte permitindo que várias outras hidrelétricas em outras regiões do país poupem água em seus reservatórios, para utilização no período seco. Nos meses em que o AHE Belo Monte diminui a sua geração de energia (quando a vazão natural se reduz), o restante do Sistema supre a demanda com saldos positivos devido à água economizada. (FIGUEIRA NETTO; FRANCO; REZENDE, 2007)

Conforme a EPE (2011) a redução na área alagada pela usina (de 1225 Km² para cerca de 500 Km²) torna a relação entre a capacidade instalada pela usina de Belo Monte e a área alagada (0,05km²/MW), inferior à de outras usinas no Brasil, como Serra da Mesa (1,40 Km²/MW), Tucuruí (0,29Km²/MW) e Itaipu (0,10km²/MW). Ela é também considerada

inferior à média de área inundada pelas Usinas hidrelétricas no país, que é de 0,49Km² por *megawatt* instalado (EPE, 2011, p. 03).

Segundo a análise crítica do Painel dos Especialistas (2009), no entanto, o índice considerado para Belo Monte é fictício, devido aos possíveis impactos de uma obra tão complexa e de tantas peculiaridades operativas. Esse relatório aponta que Belo Monte deverá inundar, “[...] no mínimo 1522Km², o que nos levaria a um índice de 0,34Km² /MW, índice 8 vezes maior e compatível com várias outras hidrelétricas, tais como Tucuruí e Ilha Solteira (HERNÁNDEZ, 2009, p. 126).

Convém ressaltar que o projeto da UHE Belo Monte envolve inúmeras contradições e interrupções desde a sua concepção e planejamento até a sua retomada e construção. Embora tenham sido modificados alguns aspectos do projeto anterior (para compatibilizar geração de energia às demandas socioambientais), o projeto atual foi feito a partir da Atualização do Inventário Hidrelétrico do Xingu, aprovado em 1988. Em outras palavras, não foi elaborado e aprovado um novo inventário hidrelétrico da bacia do Xingu, os estudos realizados foram de revisão e atualização. Nesse sentido, conforme afirmava Valle, já em 2005, tentar entender qual é o projeto da Usina de Belo Monte é “[...] um angustiante desafio de montagem de peças de quebra-cabeça cuja forma final ninguém conhece” (VALLE, 2005, p. 63).

4.4 PRINCIPAIS ATORES IDENTIFICADOS COM O EMPREENDIMENTO

Todo esse processo que levou ao início de instalação da UHE Belo Monte envolveu diversos atores sociais. Neste texto, será utilizada uma adaptação da classificação apresentada pela Eletronorte¹⁰⁰, com relação a esses atores identificados na região. Segundo esses documentos, podem ser pensados os atores internos à região, os externos e os de interface.

Nesta tese, são considerados como atores internos os indígenas, os ribeirinhos, os pequenos agricultores e a população urbana do município de Altamira, representados, de um lado, pelas lideranças do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), e, de outro, pelo

¹⁰⁰ Para a Eletronorte, o futuro da região de influência do CHBM depende, fundamentalmente, da postura dos atores sociais e das suas diferentes alianças e iniciativas. Diante disto, a Eletronorte distingue três grupos distintos na região. Os atores internos são representados pelas Comunidades Indígenas, Grandes Proprietários Rurais, Pequenos e Médios Proprietários, Movimento de Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu. Os atores de Interface são Movimentos Religiosos, Madeireiros, Militares, Organizações Ambientalistas e Indigenistas. Por último, os atores externos são Comunidade Científica, Organismos Financiadores Internacionais, Empreiteiras e Contraventores. (ELETRONORTE, 2014)

secretário de planejamento do município. Já os externos envolvem a comunidade científica, o grupo representado pelo governo (Presidência da República, MME, Ibama, Funai), o Consórcio Norte Energia (que inclui a Eletronorte e a Eletrobrás) e o Consórcio Construtor de Belo Monte. Por fim, os atores de interface são as ONGs, o Ministério Público Federal do Pará, assim como o próprio MXVPS e os demais movimentos sociais que ele representa.

O que se pretende é caracterizar os principais atores ou agentes identificados com o empreendimento e diferenciá-los, diante das relações de poder expressas nos múltiplos impasses que envolvem o caso Belo Monte. Neste texto, essas relações estão de acordo com a noção de poder abordada por Raffestin (1993). Esse autor ressalta que as relações de poder envolvem estratégias complexas e, por vezes, tensas entre todo um conjunto de atores sintagmáticos. Elas não são estáveis, aparecem e desaparecem, modificando a atuação de alguns atores, ao longo do tempo. É o que se verifica no projeto em questão, que foi sendo modificado, graças às pressões de alguns atores e apoio de segmentos da sociedade.

Idealizado durante o regime militar, o projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte passou por mudanças técnicas e mecanismos de regulação ambiental, por parte do Estado, para garantir a sua viabilidade e execução a todo custo. Moldado aos interesses maiores do capital, o processo de licenciamento ambiental negligencia as populações que ocupam historicamente a região e se pretendem fazer ouvir nas audiências públicas e em outras esferas de decisão (FAINGUELERNT, 2013).

Apesar de modificado do ponto de vista técnico e ambiental, o projeto da usina de Belo Monte é considerado de pouca legitimidade e autoritário, o que causou diversas interrupções da obra, desde o início da construção no ano de 2011. Na verdade, a legislação brasileira prevê um modelo de arranjo político institucional¹⁰¹ em que a decisão de construir grandes hidrelétricas, como a usina de Belo Monte, deve ser compartilhada entre setores do governo e da sociedade. No entanto, na prática, isso não ocorre. A decisão se concentra no setor elétrico brasileiro que é formado por uma série de órgãos vinculados ao MME e à Presidência da República (PEREIRA, 2014).

¹⁰¹ A autora está se referindo a configurações de instituições, atores e processos que viabilizam ou impedem ações do governo.

4.4.1 Atores internos

Os indígenas encontram-se entre as populações que tem mais visibilidade e uma legislação específica no caso da construção da UHE Belo Monte. Constituem um grupo distinto, porque a bacia do Xingu abrange um mosaico de terras indígenas ocupadas há centenas de anos. Ressalta-se o fato de que esse rio pode ser considerado, em função disso, um rio indígena. Sevá (2005a) explica que, em algumas regiões, como a da nascente, no Mato Grosso, onde o rio ainda é pequeno, não dá para construir grandes barragens; já mais abaixo, onde o rio começa a ficar maior ele é dos índios há muito tempo.

Nas últimas décadas, mesmo com os seus direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, os povos indígenas do Xingu vêm sendo ameaçados pela invasão de madeireiros, garimpeiros, posseiros, além de precisarem lidar com uma série de novos problemas, gerados pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Ao reconhecer o direito indígena sobre as terras tradicionalmente ocupadas, a Constituição Federal (art 231) reconheceu os seus costumes, organização social, línguas e tradições. Diante disso, algumas lideranças indígenas (como o cacique Kaiapó Raoni) e da sociedade civil continuaram se organizando e exerceram legítimas pressões para assegurar esses direitos.

Recentemente, entre 2005 e 2006, a região conhecida como Terra do Meio¹⁰² (situada no centro do Pará, na área geográfica dos municípios de Altamira, São Félix do Xingu e outros da região da Transamazônica) foi transformada em área de Reserva Extrativista (Resex) e Área de Proteção Ambiental (APA), graças à pressão desses grupos. Apesar disso, como ainda não existe um plano de manejo coeso para todas essas áreas (que integre todas as esferas governamentais), essas terras, que supostamente estariam protegidas, estão ameaçadas pelo processo devastador de ocupação regional nas últimas décadas. (ELETROBRÁS, 2007) A Figura 22 mostra o limite da Terra do Meio e as Unidades de Conservação.

¹⁰² A Terra do Meio é assim denominada por localizar-se entre o rio Xingu e o seu afluente Iriri. A região da Terra do Meio é formada pelas Reserva Extrativista (Resex) do Rio Iriri com 399 mil hectares, Resex Riozinho do Anfrísio com 736 mil hectares, Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, Estação Ecológica (ESEC) da Terra do Meio com 3,3 milhões de hectares, Resex do médio Xingu com 404 mil hectares, Parque Nacional (Parna) da Serra do Pardo com 445 mil hectares e as Terras Indígenas Cachoeira Seca, Xypaia, Curuaia, protegendo uma área de 8,48 milhões de hectares. (ANTIGO SOCIOAMBIENTAL, 2014)

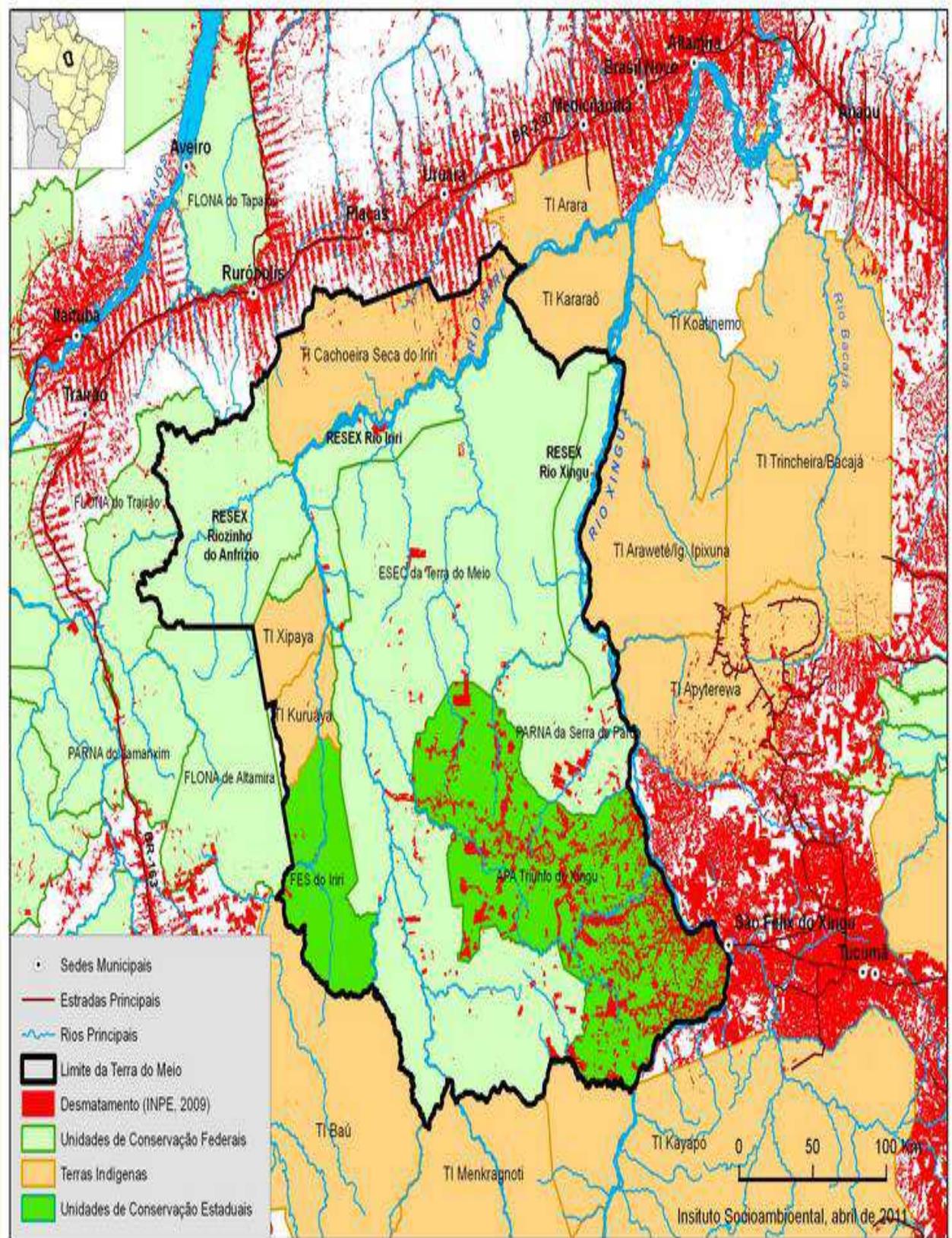


Figura 22: Limite da Terra do Meio (Resex, Unidades de Conservação, Terras Indígenas).

Fonte: ANTIGO SOCIOAMBIENTAL, 2014.

Na verdade, a bacia do Xingu (509 000 km²) possui cerca de 40% da sua área protegida por Terras Indígenas¹⁰³ e por Unidades de Conservação. Nos limites dessas Terras Indígenas, vivem cerca de 20 000 índios adaptados às áreas ribeirinhas, de floresta e dos inúmeros igarapés. Eles estão distribuídos entre 29 Terras Indígenas (no Mato Grosso e no Pará) e pertencem a 28 etnias falantes de diferentes línguas, segundo o Instituto Socioambiental (2014). É importante ressaltar que apenas na região do médio Xingu, no Pará onde se localiza a UHE Belo Monte, encontram-se 13 etnias (distribuídas entre 17 Terras Indígenas) pertencentes a três dos quatro macro-troncos linguísticos existentes no Brasil- Tupi, Jê, Karib; não existindo apenas falantes do tronco linguístico Aruak (MAGALHÃES, 2005). A Figura 23 mostra a localização da UHE Belo Monte e as Terras Indígenas na Área de Influência Direta do Empreendimento (TI Paquiçamba, TI Arara da Volta Grande do Xingu e TI Juruna do Km 17), na Área de Influência Indireta do Empreendimento, bem como as Unidades de Conservação no entorno da obra.

Assim, pertencentes ao tronco linguístico tupi são encontrados os povos indígenas- Asurini do Xingu, Araweté, Juruna, Kuruaia, Parakanã e Xipaia. De língua Jê, tem-se os Kaiapó, os Xicrin do Bacajá e os Kararaô, os dois primeiros bastante populosos. De língua Karib, os Arara que, por sua vez, estão distribuídos em dois grupos distintos: aqueles contatados pela Funai em meados dos anos oitenta do século passado, residentes nas Terras Indígenas Arara e Cachoeira Seca, e aqueles que entraram em contato com a população regional em fins do século XIX e princípios do século XX, conhecidos hoje como Arara do Maia (MAGALHÃES, 2005, p. 257).

¹⁰³ Terra Indígena (TI) é uma porção do território nacional, de propriedade da União, que passa por processo jurídico conduzido pelo Estado para regulamentar os territórios tradicionalmente ocupados por um ou mais povos indígenas. Os procedimentos legais passam por processo de reconhecimento, identificação, demarcação e homologação. Cabe ressaltar que a situação jurídica dessas terras ainda é bastante diferenciada. Enquanto algumas aguardam o processo de demarcação outras sequer foram reconhecidas pela Funai.

UHE BELO MONTE: TERRAS INDÍGENAS E UCs FEDERAIS NO ENTORNO

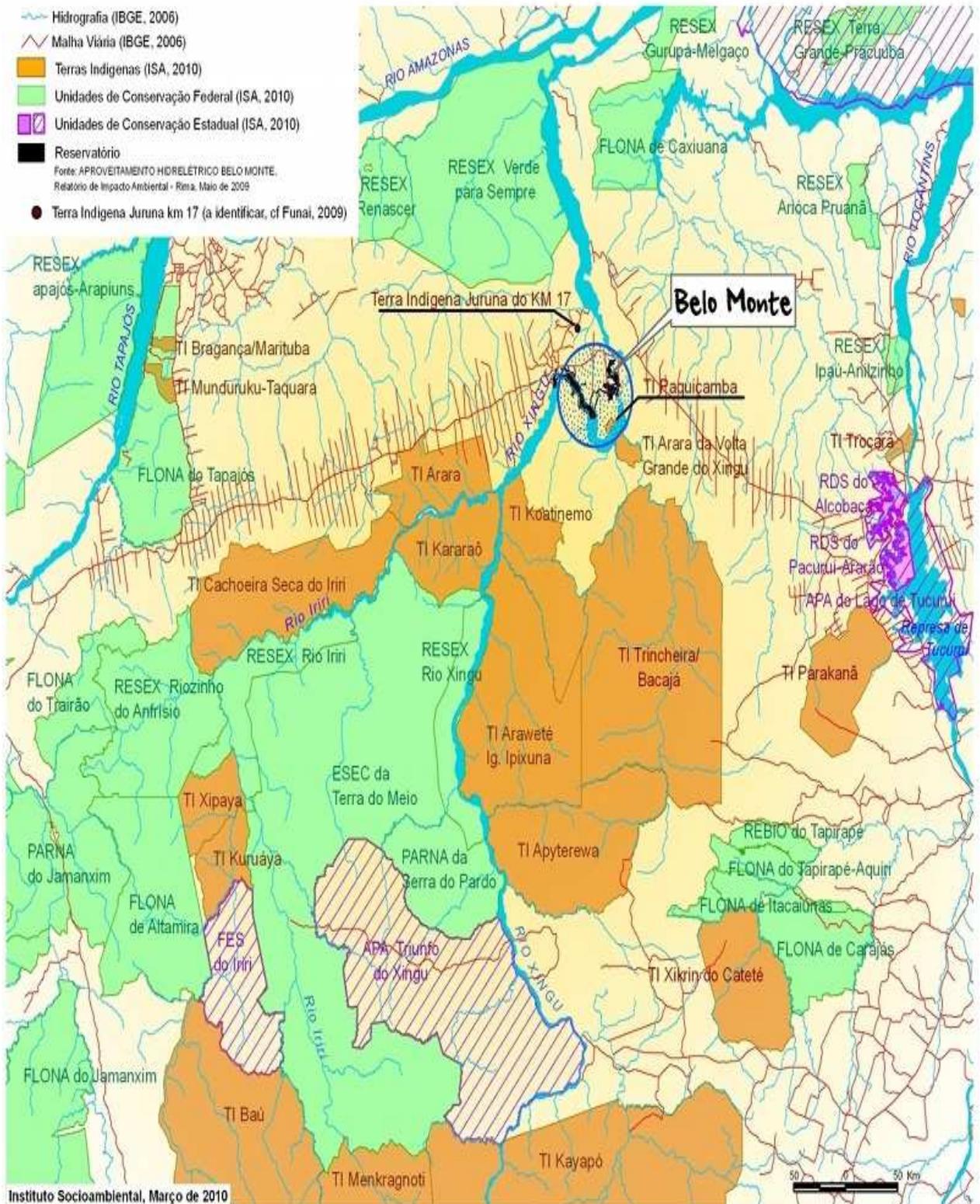


Figura 23: Usina de Belo Monte: Terras Indígenas e Unidades de Conservação no seu entorno

Fonte: SOCIOAMBIENTAL (2014)

Cabe ressaltar que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da UHE Belo Monte classifica as populações indígenas atingidas pelo empreendimento em três grupos distintos. O grupo 1 inclui os índios que vivem na Volta Grande do Xingu, considerada Área de Influência Direta (AID): Juruna do Paquiçamba, Arara da Volta Grande e os Juruna do km 17. Já o grupo 2 corresponde à Área de Influência Indireta (AII), que é formada pelos índios que vivem nas margens do Rio Xingu acima da Volta Grande do Xingu: Asurini do Koatinemo, Areweté, Parakanã. Engloba também as margens do rio Iriri: Arara, Arara de Cachoeira Seca e Kararaô. Por último, o grupo 3 é formado pelos índios citadinos. (MAGALHÃES, 2009). Os grupos 1 e 2 estão destacados no Quadro 3.

TERRA INDÍGENA	ETNIA	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO DA TERRA
Paquiçamba	Juruna	81	Regularizada
Arara da Volta Grande	Arara	107	Declarada
Juruna do Km17	Juruna	38	Em estudo
Trincheira Bacajá	Xikrin	382	Regularizada
Koatinemo	Asurini	124	Regularizada
Kararaô	Kararaô/Kayapó	28	Regularizada
Apyterewa	Parakanã	248	Regularizada
Araweté do igarapé Ipixuna	Araweté	339	Regularizada
Arara	Arara	271	Regularizada
Cachoeira Seca	Arara	72	Declarada

Quadro 3: Terras Indígenas impactadas pela usina de Belo Monte

Fonte: FUNAI, 2009.

Segundo o Painel dos Especialistas (MAGALHÃES, 2009), inexplicavelmente, os povos indígenas Xipaya e Kuruaya, que habitam as margens do Rio Iriri e do seu tributário o Rio Curuá, não foram incluídos como atingidos pelo empreendimento. Ainda, o povo Xicrin da Terra Indígena Trincheira do Bacajá (o Rio Bacajá é tributário do Xingu na Volta Grande) é mencionado separadamente desses grupos, como se não pertencessem à Volta Grande do Xingu. Como presumivelmente os impactos da usina sobre as Terras Indígenas devem-se principalmente à redução irreversível da vazão do rio na Volta Grande do Xingu (em mais de 100 km), Magalhães (2009) afirma que a omissão tenta descaracterizar os impactos do projeto sobre outras terras indígenas.

A omissão, portanto, se apresenta como invisibilização das populações e de seus direitos de manter seus modos de vida ou serem reconhecidos como ameaçados. Mas, mais do que isso, tenta “contornar” a inequívoca agressão aos direitos dos Povos Indígenas assegurados constitucionalmente (HERNÁNDEZ; MAGALHÃES, 2010, p. 8)

Conforme já mencionado, as principais obras da UHE Belo Monte estão localizadas na Volta Grande do Xingu (VGX), considerada pelo EIA/RIMA como Área de Influência Direta (AID) do empreendimento. Os povos localizados nesta área, considerados mais diretamente atingidos - Juruna do Paquiçamba, Arara da Volta Grande e Juruna do km 17 - serão caracterizados neste texto.

A tabela 4 identifica a dimensão das Terras Indígenas e a população correspondente, em relação à área ocupada.

Tabela 4: Relação entre população e área das Terras Indígenas, nas áreas mais atingidas pela UHE

TERRA INDÍGENA	ÁREA (ha)	POPULAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Juruna do Paquiçamba	4.384	81 habitantes	Na margem esquerda da Volta Grande do Xingu
Arara da Volta Grande do Xingu	25.498	107 habitantes	Na margem direita da Volta Grande do Xingu
Juruna do Km 17	36	38 habitantes	Nas margens da Rodovia PA-415 no km 17

Fonte: Funai (2009).

Os Juruna da Terra Indígena Paquiçamba autodenominam-se Yudjá, que significa “os donos do rio”, como forma de expressar as suas exímias habilidades de canoeiros e de excelentes pescadores (FARGETTI, 1997, apud VIEIRA et al, 2009a). São conhecidos, no entanto, por outros índios e não índios, como Juruna, que significa “boca preta”, devido ao traçado de uma linha preta no rosto (desde a testa até o queixo, passando pelo nariz e contornando a boca), de 2 a 4cm de largura, que eles utilizaram até meados do século XIX (ADALBERTO DA PRÚSSIA, 1977, apud VIEIRA et al, 2009 a).

Os Juruna do Paquiçamba ocupam uma área de 4.384 hectares, na margem esquerda da Volta Grande do Xingu, entre o igarapé Paraíso e Mangueira. A Terra indígena foi homologada em 1991¹⁰⁴ e pertence ao município de Vitória do Xingu. Devido à dificuldade

¹⁰⁴ A regularização da Terra Indígena (Juruna do Paquiçamba) iniciou após uma série de conflitos com famílias

de acesso até a sede do município, alguns serviços como os ligados à saúde e à educação são atendidos pelo município de Altamira. Toda a locomoção dos Juruna é realizada apenas pelo Rio Xingu (cachoeiras, canais, furos, praias, pedrais, sequeiros), apesar da Volta Grande do Xingu estar interligada com as Rodovias Federais, por meio de diversas estradas vicinais (chamadas de travessões). No período de seca, eles chegam a levar 10 horas entre a aldeia e a cidade de Altamira (VIEIRA et al, 2009a).

Os Juruna do Paquiçamba vivem da agricultura familiar, da caça e da coleta (principalmente da castanha), mas destacam-se sobretudo na pesca. Nas últimas décadas, eles têm se dedicado à pesca artesanal e profissional de peixes ornamentais, inclusive com equipamentos de mergulho. Em lugares mais distantes, eles negociam com intermediários preços e material de pesca. Nas proximidades da aldeia, pescam sozinhos ou em parcerias com seus familiares (CARVALHO Jr et al, 2011).

A aldeia Paquiçamba era formada por uma população de 83 habitantes no ano de 2008, distribuídos entre três núcleos residenciais. O núcleo principal de Paquiçamba possui posto de saúde, escola, placas de energia solar, água encanada, campo de futebol, casa do professor e 10 moradias indígenas habitadas. O segundo núcleo possui quatro moradias localizadas à margem do Furo do Barracão. Já no Furo Seco encontra-se o terceiro núcleo residencial, com três famílias residentes, sendo uma não indígena (VIEIRA et al, 2009a).

Os Juruna do Paquiçamba expressam-se unicamente em português e não usam adornos e roupas da sua cultura ancestral no cotidiano. As famílias, em geral, são constituídas por indígenas de outras etnias e não indígenas, e apresentam um modo de vida semelhante ao das populações ribeirinhas do médio Xingu. Os impactos provocados pelos grandes projetos desenvolvimentistas das décadas de 1970 e 1980, que tiveram como principal fator de alteração a abertura da Transamazônica (BR 230) contribuíram para a modificação recente na organização cultural e social deste povo, e de outras populações indígenas da VGX.

Atualmente, o EIA indica que a TI Paquiçamba pode vir a ser a mais impactada pela instalação da UHE Belo Monte. Segundo o documento, isso ocorrerá, não pela cheia, mas pela seca, que poderá provocar na VGX. Nesse sentido, segundo a Funai (2009), é necessária a implementação responsável e integrada (com as ações governamentais necessárias) dos Programas de Mitigação e Compensação dos Impactos¹⁰⁵, para impedir a desestruturação do

ribeirinhas da região. Além disso, desde o ano 2000, os Juruna têm, junto à FUNAI, uma solicitação de revisão e ampliação dessa área, considerada quase insustentável devido aos usos do entorno da sua TI. (MAGALHÃES, 2009)

¹⁰⁵ Ver os 7 programas propostos para a TI Paquiçamba no Parecer Técnico do Componente Indígena dos Estudos de Impacto ambiental (FUNAI, 2009).

povo Juruna do Paquiçamba, que depende das ilhas e do ambiente aquático associado, para se reproduzir física e culturalmente.

Conforme já mencionado, a Terra Indígena Arara da Volta Grande também será atingida pela redução da vazão do Rio Xingu e dos seus afluentes, no trecho da Volta Grande do Xingu. Abrange uma área de 25.498 hectares, ainda em processo de regularização. Pertence ao município de Senador José Porfírio e possui uma população de 107 habitantes (FUNAI, 2009). Recentemente, os próprios indígenas incorporaram a denominação Arara do Maia, que está associada à Cachoeira Maia e ao nome de um seringalista que morou próximo da aldeia. Em 2002, eles fundaram a Associação de Resistência Indígena Arara do Maia (ARIAM), para dar início ao processo de regularização da Terra Indígena junto à Funai (FUNAI, 2009).

Em razão de relações interétnicas frequentes desde o século XIX, inclusive mantendo casamentos com regionais e outros índios, como os Juruna, os Xipaya e também os Xicrin do Trincadeira, grande parte da cultura desse Arara se perdeu, ou permanece imersa no esquecimento temporário de alguns. Hoje, Ananun é o único falante da língua Arara no grupo do Maia e atualmente está casado com uma índia Asurini do Xingu, residindo na terra indígena Koatinemo (MAGALHÃES, 2005, p. 262).

Conforme o EIA da UHE Belo Monte, a TI Arara da Volta Grande está dividida em dois diferentes tipos de impactos: Área de Influência Direta (AID) e Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento. A parte norte da TI na VGX corresponde à AID; já a parte centro-sul corresponde à AII. Ora, como os indígenas que ali vivem utilizam os recursos naturais ao longo da TI, o Parecer da FUNAI (2009) e o Painel dos Especialistas (2009) consideram que toda a TI deve ser incluída como Área de Influência Direta do Empreendimento (AID), devido à possibilidade de vir a sofrer todos os impactos significativos decorrentes do Trecho de Vazão Reduzida (TVR).

A TI Arara da Volta Grande do Xingu está localizada na margem direita do Rio Xingu, próxima à foz do Rio Bacajá, em frente à TI Paquiçamba. Como esta TI ainda não foi demarcada (apenas declarada), existe uma série de conflitos com madeireiros, fazendeiros, garimpeiros, colonos, entre outros, que aceleram o processo de desmatamento da TI e do seu entorno. O desmatamento ameaça a coleta da castanha, por exemplo, seu principal produto vegetal para o comércio.

O início da construção da Usina de Belo Monte incrementa o processo de desmatamento, devido ao aumento do fluxo migratório para a região, associado à falta de fiscalização. Além disso, segundo a Funai (2009), o TVR no Rio Xingu e no Rio Bacajá prejudicará a pesca, as relações intertribais e interétnicas. Segundo a entidade, prejudicará também o transporte até Altamira (para os índios comercializarem e receberem assistência à saúde) e dificultará o acesso às ilhas consideradas como a principal fonte de caça dos Arara da VGX.

Os Juruna do Km 17 vivem às margens da Rodovia PA-415 (Rodovia Ernesto Acioly), que liga Altamira à Vitória do Xingu. Essa área pertence à Vitória do Xingu (distante 30 km da sede), mas eles costumam se deslocar, com mais frequência, para Altamira (à procura de serviços de saúde, ensino, comércio), devido à proximidade e à facilidade de acesso (17 km). Conforme já mencionado, essa área faz parte do que é considerada Área de Influência Direta (AID) no EIA-RIMA da UHE Belo Monte. A TI possui 36 hectares ainda não reconhecidos pela Funai e apenas uma aldeia chamada Boa Vista, onde vivem 38 pessoas (FUNAI, 2009). Os Juruna ocupam essa área desde 1951, mas, após a pavimentação da rodovia, concluída em 2008, vivem os efeitos do aumento do fluxo e das interferências à comunidade.

Cabe ressaltar que o entorno da TI Juruna do km 17 é uma região bastante modificada, conta com fragmentos de floresta, cercada por uma fazenda em que a atividade principal é a pecuária (VIEIRA et al, 2009b). Devido ao tamanho reduzido da área indígena, a caça é de animais de pequeno porte e realizada em pontas de mata, nas proximidades da estrada. Eles praticam a agricultura (mandioca, arroz, milho, mamão, melancia), criam algumas cabeças de gado, e a pesca é realizada de forma esporádica no Igarapé Boa Vista. De pequena dimensão e profundidade, a maior parte do Igarapé se localiza fora da área indígena, apresenta pontos de assoreamento e mata ciliar degradada. A agricultura, pecuária e a própria rodovia PA-415 contribuíram para esses processos (FUNAI, 2009).

Os impactos da UHE Belo Monte para os Juruna do km 17 estão associados, sobretudo, ao incremento populacional em Altamira e Vitória do Xingu, e à intensificação do tráfego que a obra provoca na rodovia PA-415, que se interliga à BR-230 (Transamazônica). Em outras palavras, os fluxos de carga e de pessoas são intensificados, interferindo nos padrões de uso e na ocupação de toda a região. Diante disso, o MPF (2013) moveu uma nova ação (15ª Ação Civil Pública, no caso Belo Monte) contra o empreendedor (Norte Energia), para impor a obrigação de cumprir às condicionantes da Funai. Essas se referem à demarcação da TI e à necessidade de ampliação das terras para realocar as casas próximas da estrada.

Nesse sentido, os Juruna do km 17 podem vir a sofrer graves impactos sociais pela construção da obra, mas o tipo de impacto não apresenta equivalência (cultural, social e econômica) com o das Terras Indígenas Juruna do Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu ou Arara do Maia. Em outras palavras, os Juruna do Km 17 vivem numa área reduzida à beira da rodovia, sofrem mais os impactos dos desmatamentos, enquanto os Juruna do Paquiçamba e os Arara do Maia estão localizados às margens do rio Xingu, no trecho que terá a sua vazão reduzida na VGX (MAGALHÃES, 2009).

No trecho a seguir, ficam claros os impactos desse empreendimento para a aldeia Boa Vista, localizada na Terra Indígena Juruna do Km 17.

Na nossa comunidade, Juruna do km 17, o maior impacto que sofremos é o impacto social, porque foram surgindo muitas fazendas e muito desmatamento. Estamos ladeados pelos fazendeiros e a maioria deles são posseiros, suas terras não são documentadas. Não compreendemos o processo, porque a nossa terra não é demarcada, e a Norte Energia ainda não cumpriu com a condicionante que é a aquisição de uma nova área para a nossa comunidade. A Norte Energia irá comprar uma terra, mas bem distante (cerca de 30 km). Então nossa aldeia atual ficará como sede e a outra ficará nesta terra mais afastada, perto de Sozeu, no município de José Porfírio. A nossa dificuldade vai ser nos deslocar até a cidade para trabalhar. Enfim, se os fazendeiros devem para o governo, por que eles não confiscam estas terras para nós? (Ex liderança Juruna do Km 17).

Segundo a Funai, outras Terras Indígenas (além das situadas na Área de Influência Direta-AID) sofrerão os impactos negativos causados pela usina de Belo Monte. Esses impactos foram sistematizados (na análise do Componente Indígena) e estão destacados na tabela 5.

Tabela 5: Matriz-Síntese dos Principais Impactos Negativos, do Projeto Belo Monte, nas Terras Indígenas, sem a implementação efetiva das medidas de Prevenção, Mitigação e compensação previstas no EIA.

IMPACTO	TERRAS INDÍGENAS									
	PAQUI-ÇAMBA	JURUNA KM 17	ARARA VGX	TRINCH BACAJÁ	APYT E-REWA	KOAT I-NEMO	ARAW-ETE	KARARA Ô	ARARA	CACH. SECA
Diminuição de peixes (para subsistência e comercialização)	5	0	5	3	1	3	3	3	3	2
Transporte fluvial	5	0	4	4	0	0	0	0	0	0
Invasão de pescadores	5	0	5	2	1	5	4	5	5	4
Extração ilegal de madeira	2	2	4	5	5	3	4	1	5	5
Invasão temporária da TI (caçadores, extrativistas)	3	3	5	2	5	3	3	3	5	5
Invasão da TI – ocupações agrícolas	2	2	5	2	5	1	1	1	5	5
Endemias (zoonoses)	5	2	4	3	1	1	1	1	2	2
Doenças transmissíveis	5	3	5	3	2	2	1	1	1	1
Diminuição de fauna de caça (fonte de proteína)	4	4	4	3	1	2	1	2	3	3
Alteração no modo de vida e sistema econômico	5	2	5	4	2	3	4	3	3	2

Fonte: FUNAI, 2009

De modo geral, outros grupos indígenas, como os Asurini do Koatinemo, Araweté, Parakanã, Arara, Arara de Cachoeira Seca, Kararaô (grupo 2 do EIA) e os índios citadinos (grupo 3 do EIA) já vivem os impactos do empreendimento, que poderão ser ampliados com o tempo.

Esses grupos também realizam ações (como protestos, reuniões e encontros) que influenciam o caso Belo Monte. O mesmo ocorre com os índios Kaiapó, da aldeia Metutktire, localizada a centenas de quilômetros da usina, onde vive Raoni¹⁰⁶, o mais conhecido líder indígena do país. Eles também exercem influência nas decisões e nas reuniões de algumas comunidades indígenas que discutem o empreendimento. As posições dos grupos a favor ou contra oscilam, quando envolvem algum tipo de compensação financeira ou melhoria de infraestrutura local, destinada pela Norte Energia, às aldeias indígenas próximas ao empreendimento.

¹⁰⁶ O Cacique é presidente do Instituto Raoni, que trabalha em parceria com a Planète Amazone (ONG regida pela lei francesa de 1901), contra a usina de Belo Monte. Possuem um site (<http://raoni.com/planeta-amazona.php>) para divulgar as suas ações e campanhas, como a petição internacional contra a usina. Convém destacar que o primeiro contato de Raoni com não índios foi com os irmãos Villas Boas, nas décadas de 1950 e 1960, que mais tarde fundariam o Parque Nacional do Xingu.

Essa política de negociação entre o grupo empreendedor e os povos indígenas aparece na fala abaixo:

Desde o princípio, a Norte energia garante que o empreendimento não iria trazer prejuízos para os povos indígenas; porém, gastou milhões com recursos como comida, cooptação de lideranças, coisas terríveis. Nunca entendi porque eles gastaram tanto dinheiro, se os índios não serão atingidos. Alertei meus parentes (Jurunas de outras aldeias) sobre este problema, mas ninguém abriu os olhos para isto. Procurei fazer a conscientização e a orientação da comunidade, até o ponto que não consegui mais e deixei a liderança para outra pessoa, que aceitou fazer acordos com a Norte Energia. Hoje, a minha comunidade tem uma camionete, uma moto e uma kombi, tudo doado pela Norte Energia. As lideranças fazem um manifesto que não é contra Belo Monte e, sim, para tirar o que Belo Monte pode dar para eles, é uma negociação. Não entendo porque fazem isto, me senti sozinha porque estava dentro da comunidade. Fiquei sem saber o que fazer. Aí me pergunto: será que estou errada ou só eu que estou certa? No início, eram 14 lideranças que lutavam contra Belo Monte, 13 homens e só eu de mulher. Todas se corromperam, só eu fiquei. As 14 aldeias se dividiram em 28 porque o objetivo era ganhar cerca de 30.000,00 reais por aldeia por mês. A Norte Energia deu uma parada nisso, dizendo que, se fosse criada mais aldeia, não iria mais atendê-los. Quanto à Terra Indígena Paquiçamba, que é nosso parente, por causa de conflitos internos provocados pelos acordos da Norte Energia, eles se dividiram em três aldeias: Paquiçamba, Muratu e Furo Seco. Questionei por que a Funai não veio primeiro desenvolver projetos sustentáveis para as comunidades. A Norte Energia chamou as lideranças e disse que tinha 30 mil para fazer o que quisessem e 50 mil para a cultura (projetos). Era um acordo da Funai e a Norte Energia, enquanto saía o PBA. Só que a Norte Energia não conseguiu dar conta e começou a fazer lista de compras para os índios. Eles iam para o supermercado e compravam o que queriam, e a Funai era conivente. Eu era excluída da minha comunidade porque não queria compactuar com isso, nunca compactuei, nunca fui à Norte Energia para negociar. Esses 30 mil foram doados por um período de 4 anos e era em alimentos, roupas, etc. Hoje, a minha comunidade é formada de 22 famílias e três pessoas trabalham no CCBM. Temos a prefeitura de Vitória do Xingu como apoio e lidamos com a Funai de Altamira. Sugeriu as necessidades de comunidade, como as casas de farinha, projetos que a comunidade precisa para nova liderança. Ensinei os caminhos, e ele falava para a comunidade que eu estava errada (Norte Energia). Agora eles olham, reclamam, mas são coniventes. Hoje algumas pessoas conseguem perceber o quanto elas estavam erradas e precisam assumir as suas responsabilidades. (Ex liderança Juruna do Km 17).

Assim, as compensações da Norte Energia para os povos indígenas incluem desde melhoria das estradas, alimentos, computadores, combustível, construção de novas 'casas de farinha', até uma ajuda financeira de cerca de 30 mil reais mensais por aldeia (entre 2010 e 2012). Essas propostas tornam os índios mais vulneráveis e mais dependentes. Trata-se, na verdade, de um jogo de negociações entre as comunidades indígenas (ou entre as lideranças) e

as empresas, que, às vezes, desvia a atenção dos índios dos questionamentos a respeito dos impactos da usina, em função dos recursos que poderão conseguir. De acordo com Fleury e Almeida (2013, p. 6):

Os indígenas, ou simplesmente os índios, [...] configuram um grupo distinto. Suas decisões sobre a posição a favor ou contra a barragem são tomadas em reuniões e instâncias próprias, e em algumas comunidades indígenas oscilam de acordo com a relação estabelecida com a Funai e a Norte Energia, pautada por critérios distintos daqueles disponíveis para as demais comunidades atingidas (como, por exemplo, a prática empreendida pela Norte Energia, em parceria com a Funai, de atender listas mensais de solicitações de bens pelas comunidades indígenas, chamadas ações emergenciais, e que destinam até 30 mil reais por mês por aldeia). Além dos indígenas que vivem no entorno da obra – pertencentes em sua maioria às etnias Arara, Juruna, Xipaya, Curuaya e Xicrin -, exercem influência sobre o conflito outros grupos, como os Kayapó do Mato Grosso e do sul do Pará.

Além dos índios, também os agricultores, os ribeirinhos e os pescadores, que vivem ao longo da VGX, serão atingidos pelo empreendimento em diferentes escalas de impactos. Entre esses grupos, prevalecem as incertezas das mudanças que serão provocadas. Conseqüentemente, segundo Fleury e Almeida (2013), por mais que esses grupos sejam contrários ao empreendimento, diante da indefinição e da possibilidade de receber quantias em dinheiro a que nunca antes tiveram acesso, alguns membros aceitam negociar suas terras e seus direitos com a Norte Energia. Outros, nos seus encontros, apresentam argumentos contrários, concretos e de sensibilização, que reforçam a sua resistência contra a construção da usina. Entre os argumentos, sobressaem os registros da quantidade de cacau, arroz, pesca, castanha e frutos obtidos com o seu trabalho na área que será atingida pela UHE Belo Monte.

Importante, nesse processo de resistência contra Belo Monte, que já dura 25 anos, é o protagonismo desempenhado pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS)¹⁰⁷, em defesa dos povos do Xingu atingidos pelo empreendimento. Trata-se do maior movimento social local, que reúne entidades representativas¹⁰⁸ de pescadores, ribeirinhos, indígenas,

¹⁰⁷ O Movimento Xingu Vivo para Sempre surgiu em 2008, quando ocorreu a ruptura com a Fundação Viver Produzir e Preservar, no momento em que esse outro movimento continuou apoiando as decisões do governo do Partido dos Trabalhadores de levar adiante a construção da UHE Belo Monte.

¹⁰⁸ O movimento Xingu Vivo tem uma coordenação e também uma representação de cada movimento participante. Ele ultrapassou fronteiras, pois, em Belém, há um comitê metropolitano Xingu Vivo e, em vários estados, foram criados comitês, grupos do Xingu Vivo para lutar e denunciar Belo Monte. Além disso, existem as entidades parceiras, nacionais e internacionais, que são apoiadoras e trabalham voluntariamente com o Xingu Vivo. O Movimento está estruturado em três frentes: de comunicação, jurídica e de mobilização. Estas três

movimento de mulheres, e outros. Desde o seu surgimento segue uma trajetória de oposição ao projeto da UHE Belo Monte. Segundo as suas lideranças, o movimento organizou e participou de muitas lutas e de resistências contra o empreendimento. Entre elas, muitas idas a Brasília junto com os indígenas, mas nada adiantou. Afirmam que, apesar da inviabilidade e da ilegalidade do empreendimento (apresentadas no documentário Tenotõ-mã e no Painel dos Especialistas), o governo levou o projeto em frente, usando a força, e foi ganhando as licenças.

O governo, sabendo que este projeto é um projeto de muita controvérsia e polêmica, a forma de *lobby* que encontrou para tentar seduzir os povos, principalmente os indígenas, foi muito grande. Desde aí, inventaram essa história de condicionante. É uma coisa muito ditatorial, muito criminosa, por que saúde, educação, hospitais, são direitos garantidos na constituição de cada pessoa. Então não é necessário que se troque esses direitos por um projeto destruidor como Belo Monte. Como os direitos do povo nunca foram garantidos, principalmente nesta nossa região, saúde, educação, esses direitos fundamentais, minimamente foram garantidos. Então é muito fácil nessa hora o governo vir com essa propaganda toda que as pessoas vão ter hospitais, escolas, água tratada, esgoto. Essas são as condições para vocês aceitarem Belo Monte. Então essas condições ainda não foram feitas, por exemplo, essa história de saneamento era para ter sido feita em 2011. Eles estão fazendo o saneamento, mas o que sabemos é que é um serviço que não tem sustentabilidade. É um serviço mal feito. O esgoto é jogado todo no rio, os canos estão colocados nas ruas, mas não estão ligados com as casas. (Coordenadora do MXVPS, 2014).

Com relação ao saneamento, na cidade de Altamira, o secretário de Planejamento do município confirma que a estação de tratamento de água e de tratamento de esgoto atende a uma pequena parcela das casas. A maior parte da água é obtida de poços artesianos e grande parte do esgoto vai para as fossas, que normalmente vem contaminando o lençol freático e tudo mundo é prejudicado. Admite, inclusive, que se as obras de saneamento, previstas no Projeto Básico Ambiental (PBA), tivessem sido feitas dentro do cronograma, Altamira não estaria hoje passando pelas dificuldades de movimentação nas ruas. Segundo o secretário:

frentes estão compostas por núcleos. A frente jurídica é integrada por vários advogados do Brasil, dos EUA, que são mencionados como parceiros; entidades, como as ONGs que são apoiadoras e que trabalham voluntariamente. As principais no Brasil são: a Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SPDH), a Justiça Global com sede no Rio de Janeiro, a *AmazonWatch*, a AÍDA, ISA. Já o Greenpeace começou a participar este ano e o WWF não participa.

Costumo dizer, que, em princípio, a Norte Energia é responsável pelo saneamento, só que aqui no estado a concessionária é a Cosampa, ou seja, quem deverá administrar. Não sei se a licença que a Norte Energia tem lhe dá o direito de entrar na casa nas pessoas, porque para você colocar e ligar a água e esgoto tem que entrar no terreno da propriedade particular das pessoas. Então, esta está sendo uma discussão, e nós da prefeitura não estamos dizendo que a obrigação é da Norte Energia. A Norte Energia entende que a obrigação dela é fazer o saneamento, ou seja, trabalhar até a calçada, por que é uma questão pública. Agora, quem vai fazer a ligação, ela não se sente na obrigação. A Cosampa, por sua vez, que é a concessionária que vai administrar o sistema também acha que não é a obrigação dela. Teoricamente, a prefeitura não era nem para se meter nisso, porque como é uma concessão estadual, ou seja, a Cosampa é ligada ao governo do estado, que tem um convênio para cuidar disto por 30 anos. Contudo, tudo que acontece no município nós nos sentimos obrigados a dar uma resposta. Então, estamos chamando as duas instituições presentes nesta situação, para discutir e encontrar uma forma de como resolver isto. Não é interessante para ninguém que um sistema moderno desses não seja interligado. O desejo da prefeitura é que isso seja interligado e nós estamos chamando-os para resolver isto. Vai ter uma audiência pública para discutir estes assuntos e até lá vamos ter uma definição disto aí. O que posso dizer é que a prefeitura é parceira para resolver esta situação por que, se não interligar, ninguém ganha, todo mundo perde, e a obra fica inoperante. Está sendo feita a estação de tratamento de esgoto. Nessa audiência pública, nós vamos chegar a um consenso. Este processo todo tem um erro que eu acho que não deveriam ter deixado acontecer, que é justamente a questão do saneamento, ou seja, não foi incluído no processo a questão de captação de águas pluviais, na gestão anterior. De modo geral, houve audiência pública e esta questão não foi contemplada. Hoje nós cobramos, mas temos dificuldades. Nas nossas obras, no bairro Multirão, por exemplo, vocês verão que estamos fazendo a captação de águas pluviais. Altamira, em alguns momentos, no inverno, alaga, e isso não é contemplado no projeto do PBA. Isso para mim é uma falha que não deveria ter ocorrido. Vai prejudicar muito a cidade, mas, de qualquer forma, o processo está saindo. Aproximadamente daqui a uns 2 ou 3 meses, vão entregar a estação de tratamento de esgoto e as questões de ligamento, daqui para frente, tem que se buscar resolver.

Na verdade, Altamira, cidade pólo do empreendimento, mudou muito desde o início das obras, em 2011. Existem estimativas que a população passou de 99 mil habitantes em 2010¹⁰⁹, para cerca de 150 mil habitantes em 2013, provocando uma súbita elevação do custo de vida (principalmente nos preços do aluguel, dos terrenos e da alimentação) Hoje Altamira não tem menos que 140 mil habitantes, o custo de vida já diminuiu, mas ainda não voltou ao que era antes. (Secretário de Planejamento de Altamira, 2014).

¹⁰⁹ Segundo o último censo do IBGE (2010), a população de Altamira era de 99.075 hab no ano de 2010. A estimativa para 2013, antes do início da construção da usina era de 105.106 habitantes. Como o IBGE não corrigiu isso, Altamira está ganhando o Fundo de Participação dos Municípios, principal imposto calculado por 105 mil habitantes. O imposto foi corrigido com base na taxa de crescimento médio no país, deixando o município numa situação muito difícil. Somente em 2015, vai ter uma nova contagem pelo IBGE (Secretário de Planejamento do município de Altamira, 2014).

Altamira é uma cidade normalmente cara. Entre as cidades do Pará, é uma das que mais corria dinheiro, em decorrência de um projeto em que foi instalada uma usina de álcool e açúcar há algum tempo. Com o fim desta atividade, a base da economia passou a ser o gado e o cacau (terra roxa) já com o declínio da madeira. Antes de vir o empreendimento, quem era a favor da usina é porque poderia ganhar muito dinheiro. Quem era contra, era porque iria inundar a cidade. Nós sabemos que não era nenhuma coisa, nem outra, mas imagino que hoje a maior parte da população apóia Belo Monte. Hoje o que movimenta a cidade não é o projeto em si, mas as empresas que vem em torno do projeto. Tanto é que quando completaram os alojamentos, deu uma baque na cidade, foi quando começou a baixar o aluguel. Então os setores que mais ganharam aqui foram os ligados a restaurantes e hotelaria. Acho que, na verdade, o empreendimento em si alavancou a questão da dinâmica da cidade. Não tem como não dizer que não temos mais emprego hoje do que há 4 anos atrás, não é verdade. Houve uma questão na mudança na questão imobiliária, no setor de restaurantes. De modo geral, teve alteração nos empregos (Secretário de Planejamento do município de Altamira, 2014).

Concomitantemente, diversos investimentos públicos estão sendo aprovados e alguns já executados para acompanhar o acelerado crescimento gerado pela instalação da usina nos municípios do entorno. É o caso da aprovação (no governo Dilma Rouseff) da construção de uma ponte sobre o rio Xingu, que vai ligar Belo Monte (Vitória do Xingu) e Belo Monte do Pontal (Anapu), interligando o sistema viário local à BR-230 e substituindo as balsas usadas atualmente (NORTE ENERGIA, 2014). Esta travessia de balsa na VGX (na área próxima ao empreendimento) foi destacada no início deste capítulo, no trecho sobre a substituição do nome original da usina, que deveria se chamar Kararaô.

Nota-se, pois, que estão sendo implementados diversos mecanismos de interação entre Estado e a sociedade, desde a emissão da Licença Prévia, ocorrida em 2010. Trata-se, por exemplo, da criação da Casa do Governo¹¹⁰, em Altamira, e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS-Xingu). O PDRS-Xingu¹¹¹ propõe que a população dos 11 municípios na área de influência da usina participe da escolha dos projetos para mitigar os efeitos da obra e para promover o desenvolvimento da região.

De forma mais contundente, o secretário de planejamento da prefeitura de Altamira descreve a importância social do PDRS-Xingu e da casa de governo em Altamira.

¹¹⁰ Foi criada em 2011. É formada por representantes da Casa Civil e da Secretaria Geral da Presidência da República, bem como do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O propósito da Instituição é facilitar a coordenação entre os órgãos de governo envolvidos em projetos desenvolvimentistas na região de Altamira, especialmente a UHE em Belo Monte, caminhar as demandas da sociedade civil e mediar os conflitos decorrentes do empreendimento (RIBEIRO, 2014).

¹¹¹ Cabe ressaltar que a Norte Energia é responsável por investir cerca de 500 milhões de reais em projetos incluídos no PDRS-Xingu.

Junto ao projeto, veio um plano de desenvolvimento regional, o PDRS, muito importante para a região. Embora ainda não esteja como idealizamos, já contempla, de certa forma, muitas coisas que foram pensadas. Então, não dá para negar que, por exemplo, hoje já temos vários projetos no PDRS. Por que o que é sustentável hoje na nossa região? A economia é baseada na agropecuária. Então, hoje nós entendemos que, nos ramos da economia, o melhor para desenvolver a região é fortalecer a questão agropecuária. Claro que, em outros moldes, não mais como foi feita aqui, baseada na derruba, queima e na exploração de grandes áreas. Não é mais isso, é possível fazer de forma sustentável, acreditamos nisso. Algumas ações do PDRS já vêm contemplando isso, não tanto como nós gostaríamos e pensamos no início, mas, de certa forma, muitas coisas tem sido contempladas.

Como surgiu? Tínhamos um grupo de apoio que discutia a questão de Belo Monte e outros projetos para a região. Então, como nós sabíamos que uma barragem não é sustentável porque o crescimento grande de empregos logo em seguida reduz muito, durante o período de funcionamento. Já era a nossa preocupação. Então, o PDRS veio justamente para fazer esta passagem, ou seja, formar esta mão-de-obra que vai sobrar daqui. Formar este pessoal para que seja engajado neste processo de desenvolvimento sustentável. Por exemplo, na nossa região, não temos laticínios. A manteiga consumida aqui vem de Goiás, Minas Gerais e de outros lugares. Para ter uma ideia, não temos um polo moveleiro aqui. Se devastou muitas áreas, mas a madeira foi toda para fora. O mesmo ocorre com a mandioca, não temos uma empresa nem de fazer farinha. Não temos uma fecularia, por exemplo, para explorar o que é mais importante no processo da mandioca, que é a questão da fécula (amido) e assim vai. Então, a ideia era justamente pegar o recurso deste plano para formatar as cadeias produtivas, que certamente vão manter esta região. Então, a ideia do PDRS é um recurso que vinha junto com Belo Monte para desenvolver estas cadeias produtivas. Já temos algumas ações, por exemplo, está sendo feito um laboratório equipado para curso de Medicina, uma fábrica de ração e de peixes e outras questões que estão sendo implementadas. Hoje em decorrência da necessidade da região, muito recurso do PDRS está sendo pautado para questões que já deveriam ter sido resolvidas ao longo do tempo, mas não foram, como questões de saúde e infraestrutura. Isso também faz parte do desenvolvimento sustentável. Recuperar as vicinais, que permitem a circulação dos produtos, também é infraestrutura. É bom lembrar que o governo federal já havia implantado outros planos como este (PDRS, na BR 163), mas nenhum funcionou tão bem quanto este, até mesmo por causa da dinâmica da região. Aqui o pessoal tem uma base de formação política forte, de engajamento aos movimentos sociais, porque tem uma história do Movimento de Sobrevivência da Transamazônica e assim vai. Isso fez com que as pessoas ligadas ao projeto fizessem com que ele andasse e desse certo. Temos algumas divergências, mas, de modo geral, está dando certo, está trazendo resposta para muitas coisas que tínhamos medo. As pessoas diziam que o governo federal ia abandonar isto aqui, mas junto ao PDRS temos aqui a presença do governo federal. Todo mês tem uma equipe do governo federal. Então, o PDRS é fruto de governo e reivindicação do movimento social. Existe uma Casa do Governo aqui em Altamira, outro fator de importância social deste projeto. O que se tem de exemplo na Amazônia, de maneira geral, são os projetos não muito democráticos, então, neste projeto, muitas coisas estão sendo feitas diferente. Outra situação é a representação da Presidência da República aqui. Temos uma casa de governo. Um braço direto da presidente da república, que tem representantes, que media situações, encaminha as questões. Então, são fatores importantíssimos, o projeto está andando, de forma satisfatória, é

claro. Precisa ajeitar algumas coisas ou outras, faço um resumo geral. O governo não se omitiu, pelo contrário, fez uma representação direta ligada à Casa Civil, à Presidência da República, que está mediando as questões. (Secretário de Planejamento da Prefeitura de Altamira).

Ainda cabe destacar o Fort Xingu que reúne cerca de 170 entidades da sociedade civil da região de influência da usina de Belo Monte. É formado por empresários locais, prefeitos, sindicatos rurais, associações de bairro e igrejas evangélicas, para defender os seus interesses e negócios associados à instalação da usina. Conforme já mencionado, os municípios da Área de Influência Direta da UHE Belo Monte (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio) receberão do grupo empreendedor (Norte Energia) cerca de 3,2 bilhões de reais para serem investidos em ações e projetos socioambientais (estabelecidos no EIA). Além disso, serão aplicados 500 milhões de reais do PDRS Xingu, recursos dos governos federal e estadual, para grandes obras de infraestrutura, aumentando os impostos gerados e o orçamento local (para os 11 municípios do entorno). Segundo a Norte Energia (2014), os seis municípios da Área de Influência Indireta da Usina (Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz e Uruará) já receberam mais de 15 milhões em investimentos diretos do Consórcio. Diante disso, o Fort Xingu, em geral, se posiciona a favor da usina, no sentido de que a mesma trará desenvolvimento à região, através de reuniões e eventos entre comerciantes e a Norte Energia, bem como através da imprensa e de um blogue.

4.4.2 Atores externos

Um dos grupos externos à região, que se destaca como proponente da construção da usina de Belo Monte, é representado pelo governo, que se manifesta através da Presidência da República e de algumas instituições federais, como o MME, EPE, Ibama, Funai e a Norte Energia, que também representa o governo.

No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que Dilma Roussef esteve no Ministério de Minas e Energia, a usina de Belo Monte conquistou o suspeito título de maior usina a fio d'água (PINTO, 2005) e tornou-se a principal obra do PAC. A proposição do empreendimento segue assim no governo atual. Notadamente, a presidente Dilma Roussef, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim, e o Ministro de

Minas e Energia, Edson Lobão, defendem o aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Xingu (e de outros rios da margem direita do Amazonas, onde se localiza o maior potencial hidrelétrico disponível) para atender ao crescimento econômico da região e do país. Os argumentos, em geral, valem-se do fato de que a usina de Belo Monte evita a instalação de novas usinas termoelétricas (ou outras fontes indesejáveis) consideradas mais caras e mais poluentes, como as que vêm sendo construídas desde a crise energética, ocorrida em 2001 e 2002, no governo Fernando Henrique Cardoso.

As maiores críticas locais ao Governo Federal, no que se refere à questão da construção da usina, parte do Movimento Xingu Vivo Para Sempre. A coordenadora deste movimento aponta várias ilegalidades em relação ao empreendimento, como as violações aos direitos indígenas e os problemas relativos ao cumprimento das condicionantes. Além disso, afirma que, no cenário atual, às vésperas da eleição presidencial do país, de 2014, não visualiza a possibilidade de qualquer um dos candidatos reverter esse processo. Durante a entrevista para esta tese, uma das lideranças do movimento expressa o seguinte:

Para mim qualquer um dos três candidatos é a continuidade do que está acontecendo. Lula é que deu o pontapé inicial. Fernando Henrique teve em sua mesa os projetos para assinar a construção de hidrelétricas na Amazônia, mas ele não teve coragem. Já o Lula teve. Então, qual é o presidente que vai entrar e interromper este caminho andado? A melhor forma é mostrar que a construção de hidrelétricas nesta região é inviável. Essa forma de energia limpa não existe. É preciso encontrar outras formas. Para nós, não muda nada com os três candidatos mais fortes. Além de tudo o que está ocorrendo agora, também tem o IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional-Sul Americana), que o governo federal assumiu com toda a garra e prepotência para realizar esse projeto. O IIRSA visa o escoamento regional de matéria-prima que ainda existe na Amazônia brasileira e nos países vizinhos, como o Peru e Bolívia. Eles estão sendo massacrados com esses projetos para a conclusão do IRSA, e, com isso, vem a destruição das nossas vidas e da Amazônia. E, tem ainda, os movimentos, que hoje o governo controla muito bem, que é a CUT, MST, MAB. O MST nada ganhou desse governo e outros movimentos, como a CUT não representa mais os trabalhadores desse país. Precisamos inovar, estamos numa época de criar novos modelos de movimentos sociais. O MAB foi avisado que, se ele se envolvesse com os movimentos sociais locais, as indenizações seriam menores, um trabalho de criminalização. O MAB é um movimento de mitigação. Não é um movimento de luta, de enfrentamento, é um movimento de negociação dos que estão sendo atingidos pelas barragens, centrais sindicais ligadas ao governo. É preciso criar novos instrumentos, novos modelos de movimentos sociais (Liderança do MXVPS, 2014).

Incluído nesse grupo de atores também encontra-se o Ibama, órgão responsável pelo processo de licenciamento ambiental da usina (iniciado em 2009), com a participação da Funai, do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). É nesta fase que está prevista a intensa participação da sociedade. Quando iniciou o licenciamento ambiental da usina, no entanto, as principais decisões já haviam sido tomadas nas fases anteriores (pelo setor elétrico) e o projeto já havia sido aprovado pelo Congresso Nacional. Isso limitou a capacidade decisória do Ibama, diante da sua restrita autonomia política (PEREIRA, 2014).

Pode-se dizer que as licenças emitidas pelo Ibama e as quatro audiências públicas - realizadas em setembro de 2009 - se desdobraram em embates. Estes acabaram por gerar diversas interrupções da obra, com uma atuação intensa do MPF, que agiu como o “braço jurídico” do movimento contrário ao empreendimento (PEREIRA, 2014).

Nestas audiências, conforme já ressaltado neste estudo, os representantes do Ibama não garantiram a formação de uma opinião pública qualificada, a respeito dos impactos do empreendimento (FAINGUELERNT, 2013; BARROS; RAVENA, 2011). Mais do que isso, as audiências se assemelharam à estrutura de palco midiático, como espaço de influência e persuasão do público presente (BARROS; RAVENA, 2011). O que se verificou, portanto, corresponde ao contexto da Modernidade, em que, segundo Habermas (2003), a esfera pública sobrevive atrelada a simulacros e à propaganda, em busca de consensos quase públicos, interferindo de modo crucial no exercício da democracia.

Nessa perspectiva, segundo a coordenadora do MXVPS, o Ibama não cumpre com o seu papel no caso Belo Monte, pois não lhe são dadas condições de fiscalizar as irregularidades e o cumprimento das condicionantes.

O Ibama não tem mais nenhuma credibilidade no que diz e o que faz aqui na região, pois a eles não é dado condições para fiscalizar, para cumprir o rigor da lei, ou seja, quando eles vêm para cá, quem paga as passagens deles, quem acompanha é a Norte Energia. Portanto, não tem fiscalização. Então, as licenças foram sendo dadas com relatório de mentiras da Norte Energia. O Ibama não fiscaliza, e o governo manda que faça. Só para ter ideia, em 2012, o Ibama aplicou uma multa na Norte Energia pela situação do sítio Pimental, que tinha uma série de irregularidades. Como era gritante, então, a multa foi de 300 mil reais; porém, essa multa ficou indo e voltando do IBAMA para a Presidência da República cerca de um mês. A presidente disse para não aplicar a multa. Ela é que manda, não foi pago. É tudo um faz de conta. Então, todas as ordens saem do Lobão e da Dilma. É a militarização dentro dos canteiros de obras, decreto do ministro da justiça. A presença da força nacional que é ligada às forças armadas. Há um decreto que eles vão ficar ali até o final da obra. Esse batalhão tem como finalidade a intimidação, é mesmo represália. É uma força nacional militar (coordenadora do MXVPS).

A Funai também integra o grupo representado pelo governo. Trata-se do órgão federal responsável pela análise do Componente Indígena (processo de oitiva, medidas de prevenção, compensação ou e/ou indenizações) do EIA, ao longo do processo do Licenciamento Ambiental da UHE Belo Monte, intervindo entre os grupos indígenas e a esfera nacional (emitindo pareceres técnicos, reuniões), em cumprimento à legislação ambiental e indigenista.

Ainda nesse grupo, encontra-se o consórcio Norte Energia S/A (Nesa), administrador do empreendimento. Ele diz respeito a todos os grupos identificados com a execução da usina, como a Eletrobrás, a Eletronorte (presentes desde a concepção do projeto), Chesf, várias empresas privadas, e o Consórcio Construtor de Belo Monte (responsável pelas obras civis), constituído por grandes empreiteiras do setor. A Eletronorte e as demais empresas públicas definem as suas ações e os investimentos a partir das políticas governamentais traçadas para a região. Os representantes desse grupo se posicionam através de publicações na internet, reuniões, eventos, formulários e variados materiais de divulgação.

Segundo a Norte Energia, até agosto de 2014, a empresa já havia investido mais de R\$ 1,2 bilhão em ações socioambientais que beneficiam as populações do entorno da Usina. Os recursos fazem parte de um total de R\$ 3,7 bilhões, que serão aplicados em 117 ações condicionantes e em outros benefícios previstos no Projeto Básico Ambiental (PBA) - que inclui o PBA-Componente Indígena - e no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS-X). A empresa destaca, no seu blogue, que a UHE Belo Monte é o primeiro empreendimento no país a desenvolver um PBA específico de componente indígena.

Entre novembro de 2010 e agosto de 2014, a Norte Energia destinou mais de R\$ 176 milhões para ações que atendem 11 Terras Indígenas da Área de Influência da Usina. Já foram concluídas 313 casas, de um total de 699, e doados e entregues mais de 1,2 milhão de litros de combustíveis e lubrificantes, 326 barcos e voadeiras e mais 564 motores, além de 44 veículos e 96 geradores. Entre outras ações em andamento estão o apoio à construção de escolas nas aldeias, construção de casas de farinha, projetos de estruturação produtiva, ações de aperfeiçoamento de professores, melhoria de gestão, produção de material didático, como dez cartilhas de letramento para dez diferentes povos indígenas. (NORTE ENERGIA, 2014)

É importante destacar a participação de pesquisadores vinculados a algumas das principais universidades do país, que contribuem para elucidar a análise técnica do projeto da usina, e os impactos que poderão advir na Volta Grande do Xingu e nos municípios do entorno. Pode-se perceber que boa parte dos autores (das mais distintas escolas de pensamento) argumenta que os impactos da usina de Belo Monte terão consequências muito

maiores do que as que estão sendo dimensionadas. Nesse conjunto, destaca-se aqui, o Painel dos Especialistas (2009) e o livro Tenotã-mo (2005). O painel dos Especialistas é formado por grupos de pesquisadores (da Antropologia, Biologia, Ecologia, Economia, Ciência Política, Geografia, Engenharia e Sociologia) de diversas Instituições de Ensino e Pesquisa do Brasil, que identificam e analisam (de acordo com a sua especialidade), de maneira crítica e independente, o Estudo de Impacto Ambiental da UHE Belo Monte. Na verdade, o Painel surgiu de demandas dos próprios movimentos sociais e das ONGs e foi tomado como um instrumento para respaldar as lutas dessas organizações. Contou com o apoio inicial do WWF (que tinha recursos) e da International Rivers, por exemplo. Antes disso, foi publicado o livro Tenotã-mo (2005), organizado pelo professor e pesquisador do tema sobre hidrelétricas, Oswaldo Sevá Filho (Unicamp). O livro reúne artigos de diversos especialistas sobre as consequências (sociocultural e biológica) dos projetos hidrelétricos na Bacia do Xingu.

4.4.3 Atores de interface

Neste grupo, conforme foi mencionado, destaca-se uma participação bastante intensa do Ministério Público Federal do Pará, que já ajuizou 18 ações civis públicas (MPF, 2014) questionando a legalidade do empreendimento. Destas ações, 12 permanecem sem decisão no mérito até setembro de 2014. As ações envolvem a violação dos direitos indígenas, descumprimento do cronograma das condicionantes, violação do direito de informação e participação nas audiências públicas, bem como aquisição de terras para os índios Juruna da Aldeia Boa Vista do Km 17 (16ª ACP, com liminar deferida em 06 de setembro 2013), entre outras.

Cabe ressaltar que o MPF cumpre o seu papel de guarda da legalidade e protetor dos direitos das comunidades indígenas (PEREIRA, 2014). Isso vem sendo feito através de esclarecimento, fiscalização, debate público do processo, bem como da participação dos procuradores em eventos, seminários e de um blogue.

A Procuradora Federal da República, Thaís Santi, durante entrevista para esta tese, em Altamira, define a construção da Usina de Belo Monte de duas maneiras: opção e processo. Para o governo, a usina é uma opção política; é um fato que se sustenta pelo desejo de fazê-la. Para o Ministério Público, a usina se define como um processo que não se sustenta juridicamente. Refere-se, sobretudo, às condicionantes indígenas e às condicionantes do

saneamento básico. Afirma que o impacto do empreendimento sobre os indígenas é avassalador. Segundo a procuradora, eles foram cooptados pela Norte Energia para minimizar as manifestações, para obter deles o silenciamento em relação ao empreendimento. Receberam desde casas, voadeiras, carros e alimentação inadequada. Além disso, o PBA indígena é perfeito, mas não existe, está apenas no papel. Ele contempla uma série de políticas públicas para os indígenas que eram da responsabilidade do Estado, mas, em 2013, a Norte Energia é que passou a ser a responsável por ele. Já as empreiteiras não têm responsabilidade nenhuma. Com relação ao saneamento básico, não há projeto. A qualidade de água não existe, pois não existe sistema de tratamento.

Em suma, segundo a Procuradora Federal, há uma opção por levar o licenciamento à margem da ilegalidade. A falta de oitiva às populações indígenas ultrapassou as fronteiras nacionais, chegando à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH)¹¹² da Organização dos Estados Americanos (OEA). De modo geral, as decisões iniciais do judiciário são favoráveis às ações do MPF, mas, logo em seguida, a decisão é revertida pela Advocacia Geral da União (AGU), conseguindo dar continuidade à obra. A procuradora explica que o governo utiliza a suspensão de segurança, o que permite que decisões governamentais vigorem independentemente de sua legalidade e das lesões que podem provocar aos direitos fundamentais.

Nesse grupo, também se encontram as ONGs, alguns movimentos sociais e próprio MXVPS. Cabe ressaltar que esses grupos, em alguns contextos, realizam importante papel de interface, e, em outros momentos, realizam pressão ao empreendimento. Entre eles, encontram-se os movimentos religiosos (ligados à Igreja Católica), movimentos indigenistas, ONGs ambientalistas e o Movimento dos Atingidos por Barragens¹¹³. Entre esses grupos, alguns se destacam, como: o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Prelazia do Xingu (sob a liderança do Bispo Dom Erwin Krautler, importante defensor do Xingu e dos direitos indígenas); o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), ou apenas Xingu Vivo (que agrega entidades representativas de pescadores, ribeirinhos, indígenas, movimento de mulheres, e outros), constituído em 2008, a partir de rupturas com movimentos sociais locais, especialmente a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), que deixou de exercer o papel

¹¹² Ver a discussão desenvolvida por Machado, Pereira e Ramos (2011).

¹¹³ Apesar de estar presente há menos tempo em Altamira e no caso Belo Monte (desde setembro de 2009), o MAB se apresenta como um agente de influência devido à sua projeção política nacional. Muitas vezes atua em parceria com o Xingu Vivo, mas se diferencia dele pelas estratégias adotadas, parcerias e, segundo seus representantes, pela leitura marxista-leninista do problema das barragens (FLEURY; ALMEIDA, 2013).

de oposição ao projeto do CHBM, após a eleição de representantes do partido dos Trabalhadores para o Governo Federal e Estadual.

Dentre o apoio recebido pelo MXVPS, destaca-se o de algumas ONGs nacionais e internacionais, como o Instituto Socioambiental (ISA), a Amazon Watch, a International Rivers, e, mais recentemente o Greenpeace. Em geral, as manifestações desses grupos ocorrem através de atos públicos, como vigílias, distribuição de panfletos, idas às comunidades, cartas abertas aos órgãos oficiais e publicação de notícias na internet (FLEURY; ALMEIDA, 2013). Cabe destacar outras ONGs que atuam em relação à construção da usina de Belo Monte, como o WWF, *Avaaz Foundation*, *Rain forest Foundation US*, *Interamerican Association for Enviromental Defense* (Aida). Há, ainda, outras ONGs internacionais que fazem parcerias com ONGs nacionais e exercem pressão contra o empreendimento, como: *The Nature Conservancy (TNC)*, *Friends of the Earth*, *Conservation International (CI)*, *Clinton Global Initiative (CGI)*.

Em suma, no contexto desta tese, percebe-se que a intensa atuação de alguns atores em relação à construção da UHE Belo Monte, bem como os seus desdobramentos, são a expressão de uma formação política muito forte na região. Esta formação está historicamente ligada aos movimentos sociais locais, cuja origem encontra-se no Movimento de Sobrevivência da Transamazônica. Em outras palavras, o projeto inicial da UHE Belo Monte foi sendo reformulado ao longo do tempo, de modo a atender às necessidades sociambientais e à pressão desses movimentos sociais e das ONGs. Enfim, a atuação das ONGs em relação à construção da UHE Belo Monte está no cerne do objeto desta tese e, por isso, será desenvolvida mais detalhadamente no próximo capítulo.

5 ATUAÇÃO DAS ONGs EM RELAÇÃO À UHE BELO MONTE

A partir deste ponto, inicia-se, mais concretamente, a apresentação da atuação de algumas ONGs ambientalistas em relação à construção da usina de Belo Monte. Pretende-se, portanto, apresentar informações que possibilitem demonstrar e discutir o foco da tese, ou seja, a inflexão das ONGs ambientalistas, no período pós-1990, em relação às transformações do capitalismo, considerando o objeto empírico Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Optou-se, inicialmente, por trazer dados relativos a cada uma das seguintes organizações, enumeradas conforme o seu surgimento: *World Wildlife Fund* (WWF), Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), Greenpeace, Instituto Socioambiental (ISA) e *Amazon Watch*. Estes dados são seguidos pela visão e a proposição dessas organizações em relação ao projeto, sobretudo a partir da aprovação do empreendimento pelo Congresso Nacional, em 2005, no governo Luiz Inacio Lula da Silva, momento em que, em geral, as ONGs começaram a se pronunciar sobre a construção da UHE Belo Monte. Entre as ONGs selecionadas, há três internacionais e duas nacionais, cada qual correspondendo a algum dos seguintes critérios: pioneirismo, nas décadas de 1960 e 1970; emergência de atuação na década de 1990; reconhecimento nacional ou internacional pelo trabalho; destaque de atuação na Amazônia ou de campanha diretamente ligada ao projeto.

A síntese de proposição e visão das organizações pesquisadas está apresentada em formato de quadro demonstrativo, com o objetivo de mapear os diferentes eventos em que as ONGs participam e permitir visualizar as formas de atuação no período analisado. Os dados de identificação das publicações foram codificados, seguindo o padrão: iniciais da organização e números crescentes, que são posteriormente identificados detalhadamente, na sequência, fora do quadro. Destaca-se que não há a indicação de datas de acesso a essas publicações, porque, para efeito de análise, todas foram acessadas em mais de um dia, no primeiro semestre de 2014. Conforme o método de Análise de Conteúdo, o quadro foi elaborado a partir de categorias de análise, definidas em coerência com as correntes do ambientalismo, propostas por Martínez Alier (2007), associadas às práticas de denúncia que caracterizaram o ambientalismo, sobretudo no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970 (VIOLA, 1987; LOUREIRO, 2000). Essas práticas foram também discutidas por McCornick, em relação aos Estados Unidos e Europa, como sendo de ação direta. Essas últimas, segundo Acelrad (2010, p. 108) constituíram “[...] um movimento de questionamento do estilo de vida que tem justificado o padrão dominante de apropriação do mundo material – consumismo dito

fordista, industrialização químico-mecanizada da agricultura etc”. Assim, as categorias ficaram definidas como: Culto ao Silvestre, onde se destaca o preservacionismo e conservacionismo; o Evangelho da Ecoeficiência, que ressalta as tecnologias verdes, o valor monetário da natureza e o desenvolvimento sustentável; a Justiça Ambiental ou Ecologismo Popular, que emerge dos conflitos ambientais ou ecológicos distributivos. Além disso, optou-se por explicitar, como categoria, as práticas de militância e denúncia, em função da relevância dessas ações, no período de surgimento da maioria das ONGs ambientalistas, tanto no Brasil quanto no mundo. Gohn (2004) refere-se às organizações desse período, no Brasil, como cidadãs, militantes e movimentalistas.

O critério de inclusão foi estabelecido conforme a existência de informação efetiva nas matérias publicadas nos sites das organizações analisadas. No caso do ISA, no entanto, foram consideradas também informações obtidas diretamente por esta pesquisadora, em função da inexistência, no site, de dados relevantes sobre a atuação da organização, especificamente em relação à Usina de Belo Monte. Em termos de procedimentos, primeiro foram acessadas todas as matérias disponíveis nos sites ou blogues das organizações. Então, os textos foram analisados e considerados válidos, desde que trouxessem novos dados ou elementos significativos para a discussão pertinente ao caso Belo Monte, tendo como fator de orientação os objetivos da tese.

Ao final do capítulo, no item Mudanças das ONGs ambientalistas a partir dos anos de 1990, os dados serão entrelaçados, para aprofundar a discussão sobre o foco da tese.

5.1 WWF - BRASIL

Trata-se da mais antiga delas, inicialmente conhecida como *World Wildlife Fund* ou Fundo Mundial para a Natureza. Atualmente, ela é denominada simplesmente pela sigla, WWF. Criada em 1961, com sede na Suíça, é conhecida como a primeira ONG de caráter verdadeiramente mundial (MCCORMICK, 1992). Iniciou suas atividades tendo como meta a preservação da vida selvagem e de seus habitats ao redor do mundo. Possui quase 5 milhões de associados e atua em mais de cem países. Desde 1985, já investiu mais de US\$ 1, 165 milhões em cerca de 11 mil projetos distribuídos entre 130 países (WWF, 2014).

No Brasil, a atuação do WWF começou em 1971, quando a Rede iniciou o seu trabalho apoiando o Programa de Conservação do Mico-Leão-Dourado. Na década de 1980,

aumentou a sua presença no país, com o apoio dado aos primeiros anos do Projeto Tamar. Somente no ano de 1996 foi criado oficialmente o WWF-Brasil, organização brasileira autônoma e sem fins lucrativos, que passa a integrar a Rede WWF. Atualmente, o WWF-Brasil executa diferentes projetos e campanhas por todo o país, através de parcerias com empresas, organizações governamentais e não governamentais. A sua diretoria, no Brasil, é composta por representantes do empresariado, do ambientalismo e de outros setores da sociedade brasileira. Possui a sua sede em Brasília e, ainda, escritórios em São Paulo (SP), Rio Branco (AC), Manaus (AM) e Campo Grande (MS).

Na Amazônia o WWF-Brasil trabalha em parceria com autoridades governamentais, comunidades locais, indígenas, organizações não governamentais e o setor privado, da seguinte maneira: incentivo à criação, consolidação e ampliação de unidades de conservação; promoção do uso responsável dos recursos naturais e do manejo sustentável; desenvolvimento de programas nacionais para reduzir as emissões de carbono oriundas do desmatamento; promoção de padrões ambientais e sociais para o desenvolvimento de infraestrutura, sobretudo projetos de rodovias e barragens; capacitações técnicas e comunitárias; realização de expedições científicas; proposição de áreas prioritárias para a conservação com análise de paisagens por meio de geoprocessamento e sensoriamento remoto. (WWF, 2014).

Publicação	Proposição /Visão	Preservacionismo/ Conservacionismo	Denúncia/ Contestação	Ecoeficiência/ Economia Ambiental	Justiça Ambiental/ Conflitos ecológicos distributivos/Economia Ecológica
WWF 001 Dez 2006	Proposição	Envolve-se em várias ações (de forma direta ou através do Programa de Áreas protegidas da Amazônia- ARPA), que resultaram na criação de novas Áreas de Proteção no Pará (APA, Resex, Esec), como a região da Terra do Meio, no entorno da usina de Belo Monte.			
WWF 002 01 dez 2009	Proposição				Acompanhou a audiência pública, realizada em Brasília (1º dez 2009) para discutir os direitos territoriais indígenas (CF. de 1988 e Convenção 169 OIT) e das populações que estão ameaçadas pela construção da usina, entre outros impactos.
WWF 003 27 abr 2010	Proposição/ visão			Tem alertado sobre os impactos ambientais e os riscos da UHE Belo Monte tornar-se inviável economicamente e apresenta alternativas. Diante disso, publicou o relatório Agenda Elétrica Sustentável 2020, encomendado a pesquisadores da Unicamp e da <i>International Energy Initiative</i> .	
WWF 004 31 mar 2011	Proposição			Realizou um estudo sobre mudanças climáticas em parceria com consultores especializados do HSBC <i>Climate Partnership</i> . Dados preliminares indicam prováveis mudanças na vazão do Xingu, colocando em risco a viabilidade da Usina de Belo Monte.	
WWF 005 03 jun 2011	Visão			Crítica o projeto do governo e destaca a importância de investir em outras fontes de energias renováveis e na reengenharia de usinas hidrelétricas já existentes.	
WWF 06 06 mar 2012	Proposição	Assinou carta de repúdio entregue à presidente Dilma Roussef sobre os retrocessos do seu primeiro ano de governo na agenda socioambiental, tais como: a redução da criação de novas UCs; redução das APPs (Código Florestal) e desprezo ao cumprimento das condicionantes ambientais no caso da Usina de Belo Monte.			Assinou carta de repúdio entregue à presidente Dilma Roussef sobre os retrocessos do seu primeiro ano de governo na agenda socioambiental, tais como a necessidade de consulta as populações indígenas afetadas pela construção da usina de Belo Monte.

WWF 007 26 set 2012	Proposição	Realizou curso para formação de 425 gestores de Unidades de Conservação na Amazônia, entre 2004 e 2010, incluindo a região da Terra do Meio. Publicou livros sobre planejamento e gestão das áreas protegidas na Amazônia.			
WWF 008 Nov. 2012	Proposição			Participou da elaboração do relatório O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: oportunidades e desafios.	
WWF 009 Mar 2013	Proposição			Publicou o relatório <i>Seven Sins of Dam Building</i> (Sete Pecados da Construção de Barragens). Trata-se de um estudo de nove barragens (em projeto ou em construção), distribuídas pelo mundo, entre elas a de Belo Monte. Em geral, os projetos superestimam a geração confiável de energia e subestimam o custo econômico, ambiental e social.	

Quadro 4: WWF

Fonte:

WWF 001- http://wwf.panda.org/about_our_earth/search_wwf_news/?89500/new-protected-areas-boost-amazon-conservation

WWF 002- http://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?23100/audincia-pblica-discute-impactos-da-usina-de-belo-monte

WWF 003 – <http://www.wwf.org.br/informacoes/opiniao/?24821/os-dilemas-de-belo-monte>

http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/posicao_barragens_wwf_brasil.pdf

WWF 004 -http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/amazonia/amazonia_noticias/?28062/os-impactos-das-mudancas-climaticas-na-amazonia-podem-inviabilizar-belo-monte

WWF 005 – <http://www.wwf.org.br/?28824/artigo-como-fizemos-belo-monte>

WWF006-http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/sobre_os_retrocessos_do_governo_dilma_na_agenda_socioambiental.pdf

WWF007- - http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/arpa_pub/?32545/Gesto-de-unidades-de-conservao-compartilhando-uma-experincia-de-capacitao-

http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/gestao_de_unidades_de_conservacao.pdf

WWF008- - http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/publicacao_international_rivers_2_edicao_web.pdf

WWF 009- http://wwf.panda.org/about_our_earth/search_wwf_news/?207991/wwf-outlines-seven-sins-of-dam-building

5.1.1 Análise

Em linhas gerais, não se verifica uma atuação marcante dessa ONG em relação ao caso Belo Monte. Desde o seu surgimento, a sua atuação está mais direcionada a corrente do Culto ao Silvestre, tanto em termos de mundo quanto em termos de Brasil. No quadro, encontram-se ações orientadas em favor da conservação da natureza, associadas mais indiretamente à construção da UHE Belo Monte.

Uma dessas ações é a sua participação na criação de algumas Áreas de Preservação na Terra do Meio (no centro do Pará, entre o rio Xingu e o seu afluente Iriri), entre 2005 e 2006, que envolve, também, a implementação de projetos de infraestrutura e geração de renda para as comunidades indígenas e ribeirinhas. No caso dessa região, o WWF vem atuando de forma direta ou em conjunto com organizações governamentais (através do Programa Arpa¹¹⁴ do Governo Federal) e organizações não governamentais. Convém ressaltar que, nos últimos anos, a Terra do Meio (ocupa terras de Altamira e São Félix do Xingu) está sofrendo as maiores taxas de desmatamento no Brasil, devido ao avanço das plantações de soja, criação de gado em São Félix do Xingu, ocupação irregular ao longo da Transamazônica, bem como da construção da usina de Belo Monte.

Outra expressão dessa corrente foi a assinatura de uma Carta de repúdio à presidente Dilma Roussef, apontando os retrocessos na política ambiental do Brasil durante o seu primeiro ano do governo, enfatizando tratar-se do maior retrocesso na agenda ambiental desde o final da ditadura militar. Esta carta foi assinada por outras organizações não governamentais, entre elas WWF internacional, Greenpeace e ISA. Um dos retrocessos refere-se aos atropelos no licenciamento da usina de Belo Monte, que colocam em segundo plano as regras pertinentes ao cronograma das condicionantes ambientais e a criação de novas áreas de Conservação. Na verdade, no governo Dilma Roussef nenhuma área de proteção foi criada. Já no governo anterior, entre 2003 e 2008, o Brasil foi o país que criou o maior número de áreas protegidas, sobretudo na Amazônia. Além disso, existem cerca de 400 projetos no Congresso Nacional propondo a retirada de áreas consideradas terras protegidas (VIEIRA; LISBOA; GUIMARÃES, 2014).

114 O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) foi implementado através de uma parceria entre o Ministério de Meio Ambiente, o ICMbio, governos estaduais e municipais da Amazônia, o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), o Banco Mundial, o Banco de Cooperação do Governo da Alemanha, a GTZ (Agência de Cooperação da Alemanha), o WWF-Brasil, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), e organizações da sociedade civil. Juntos, esses parceiros comprometeram-se em investir US\$ 400 milhões ao longo de 10 anos na criação, consolidação e manutenção de áreas protegidas na Amazônia. (ARPA, 2014)

O curso de formação para gestores de Unidades de Conservação na Amazônia e a publicação de livros sobre manejo e proteção em unidades de Conservação na Amazônia podem ser mencionados como ações ligadas indiretamente ao projeto da UHE Belo Monte, em função de que entre as unidades de conservação envolvidas no estudo de manejo está a Terra do Meio, considerada uma das áreas de maior biodiversidade existentes.

Ainda que o WWF Brasil tenha um reconhecimento importante na primeira corrente do ambientalismo, também tem direcionado as suas práticas à modernização ecológica, também denominada Evangelho da Ecoeficiência, no que se refere ao caso Belo Monte. Com efeito, nessa direção, destacam-se algumas ações. Entre elas, há um estudo em parceria com consultores especializados em hidrologia e mudanças climáticas da HSBC *Climate Partnership*, que analisa a vulnerabilidade climática da produção de hidroeletricidade na região Norte do país, com enfoque em alguns grandes empreendimentos, como a Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Os resultados preliminares desse estudo indicam que as variações climáticas futuras não estão sendo incorporadas da forma devida no planejamento energético e na análise de viabilidade de projetos hidrelétricos na Amazônia Brasileira. As prováveis mudanças na vazão do rio Xingu, provocadas pelas alterações climáticas, colocarão em risco a viabilidade da UHE Belo Monte. Para minimizar os riscos climáticos, o WWF destaca a atratividade das fontes renováveis não convencionais, como a energia eólica, solar e biomassa. Observe-se que aqui está em jogo a questão da ecoeficiência do empreendimento.

No mesmo sentido, pode ser citado o relatório “O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21 - Oportunidades e Desafios” (Brasília, novembro de 2012), em conjunto com um grupo de pesquisadores (USP, UNB, ITA, Greenpeace, Amazon Watch, International Rivers, entre outros). O relatório analisa os impactos socioambientais de barragens controversas como Belo Monte e as oportunidades de expansão da energia eólica, solar e bioeletricidade no país. Entre as opções oferecidas está a definição de uma política consistente de incentivo para inovação tecnológica e ampliação de escalas para o efetivo aproveitamento de energia solar, eólica e de biomassa, a partir da cana de açúcar. Além disso, há a sugestão de reverter as perdas no sistema de transmissão de energia elétrica no país, que é considerado um dos mais altos do mundo, em torno de 20%.

Também no que diz respeito à Ecoeficiência o WWF lançou o relatório *Seven Sins of Dam Building* (Sete Pecados da Construção de Barragens), em março de 2013, em parceria como o WWF internacional, criticando os sete principais pecados de nove barragens (em construção ou planejadas) ao redor do mundo, entre elas a usina de Belo Monte. As demais

hidrelétricas encontram-se na Áustria, EUA, Etiópia, Romênia, Rússia, Turquia, Laos e Montenegro. Os pecados descritos no relatório incluem problemas como a localização da barragem, negligenciando biodiversidade, fluxos ambientais, fatores sociais e econômicos, e análise de risco. Segundo este relatório o Projeto da UHE Belo Monte superestima a geração confiável de energia e subestima o custo econômico, ambiental e social. Este estudo ressalta, ainda, a possibilidade de centenas ou milhares de projetos hidrelétricos, que não estão devidamente planejados, correrem os mesmos riscos. A figura 24 localiza as nove barragens estudadas.

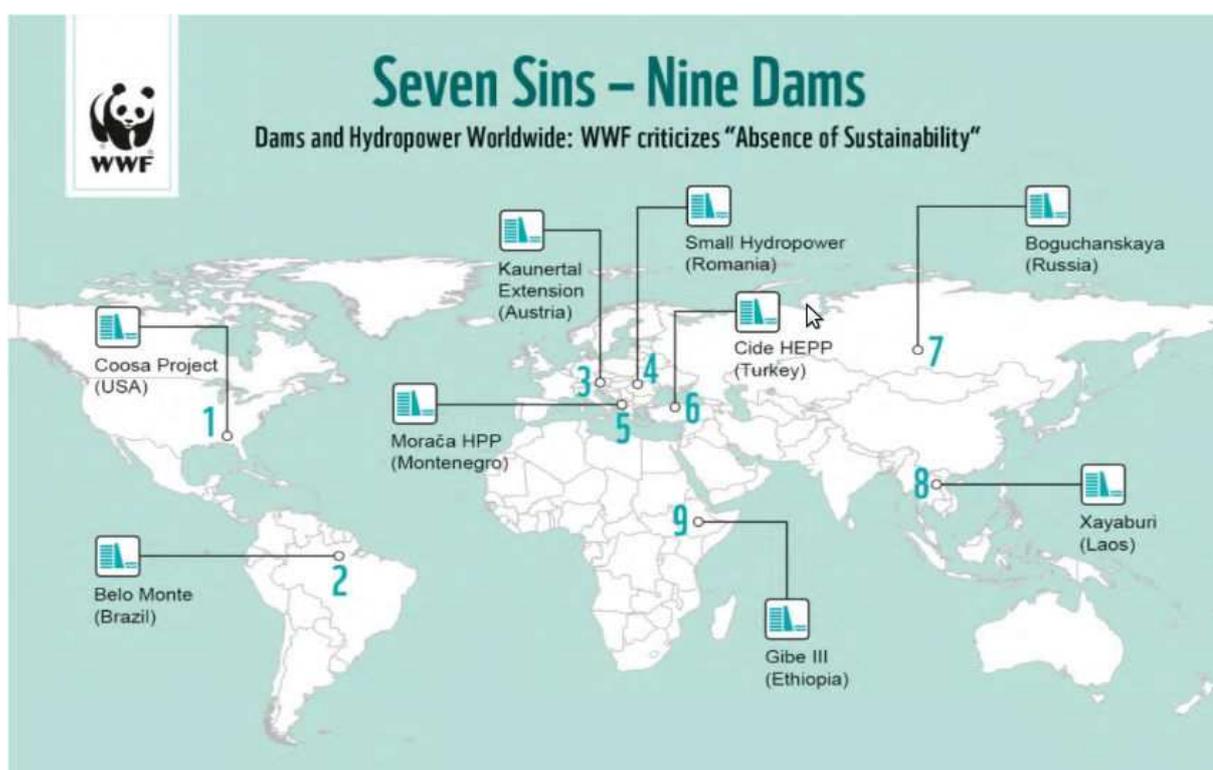


Figura 24: Sete Pecados – Nove Barragens

Fonte: KRALJEVIC; MENG; SCHELLE, 2013.

Quanto à terceira corrente do ambientalismo, entende-se que ao se preocupar com os direitos indígenas, conforme determina a Constituição Federal Brasileira e a convenção 169 da OIT, a organização tem respaldado os conflitos por Justiça Ambiental. Manifestou esta preocupação participando (e publicando notícia) da audiência pública e da assinatura da carta de repúdio à presidente Dilma Roussef a respeito dos povos indígenas ameaçados pela UHE Belo Monte. Neste caso, no que diz respeito aos indígenas e ribeirinhos, o empreendimento de Belo Monte atinge o meio ambiente como fonte de condições de subsistência desses grupos.

Justamente em função disso, a participação da ONG na audiência pública, embora não seja de grande expressão, já pode exemplificar o direcionamento para a terceira corrente.

Em síntese: o WWF- Brasil embora se apresente como conservacionista, no caso Belo Monte, ora deriva para o Evangelho da Ecoeficiência, ora para a Justiça Ambiental, ainda que a inflexão para essa corrente não seja marcante. Vale ressaltar ainda que a organização não faz um embate mais efetivo em relação ao empreendimento, o que parece coerente, uma vez que estabeleceu parcerias com os setores econômicos e governamentais, orientando-se mais pela ecoeficiência do que pelos fundamentos de ordem ética e política, que caracteriza o ambientalismo dos anos 1970.

5.2 AGAPAN

Foi fundada em 1971, tendo sido a organização ecológica pioneira em Porto Alegre. Foi criada por um pequeno grupo de ambientalistas, entre eles o agrônomo José Lutzenberguer, que “agitou” o movimento ecológico gaúcho, ao participar diretamente de importantes campanhas. Tornou-se a ONG ambientalista mais representativa e atuante em Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul, ao longo da década de 1970, além de alcançar destaque nacional e internacional em algumas de suas ações.

Em pouco tempo, Lutzenberguer, um dos pioneiros do movimento ecológico gaúcho, conquistou amplo espaço na imprensa. Inclusive, alguns jornais divulgavam constantemente as suas campanhas e palestras, destacando a sua indignação diante da indiferença das empresas e dos governos, a respeito dos impactos ambientais provocados pelo crescimento econômico. Isso chamava atenção, em função do momento que o País vivia, que se caracterizava pelo fato de que poucas lutas sociais conseguiam ganhar essa dimensão de expressão no espaço público, com o apoio dos meios de comunicação.

Uma das ações que ilustram a história inicial da AGAPAN foi um protesto para impedir a derrubada de algumas árvores na Avenida João Pessoa, em Porto Alegre, no dia 25 de fevereiro de 1975. O estudante universitário, Carlos Dayrell (e mais dois estudantes), membro da AGAPAN, subiu numa árvore na avenida João Pessoa para impedir a sua derrubada. Este protesto atraiu uma multidão, conquistou amplo espaço na imprensa, apoio da opinião pública e promoveu a organização. Esta forma de militância, de certa maneira, inaugurou aquilo que viria a ser a marca da AGAPAN durante mais de uma década. Em outras palavras, a forma de atuação visava chamar a atenção da mídia e, diante disso, chegar

ao grande público e ampliar os espaços de decisão.

Ainda na década de 1970, a AGAPAN se pronunciou contra a instalação das usinas nucleares, a devastação da Amazônia e o uso de agrotóxicos. No entanto, a grande campanha que a projetou no cenário nacional e que particularmente marcou esta pesquisadora¹¹⁵ foi contra a poluição, causada pela então Borregard (hoje, Celulose Riograndense, multinacional chilena), empresa multinacional norueguesa de processamento de celulose, localizada no município de Guaíba. Nesse período, a empresa começou a apresentar graves problemas, quanto à poluição da água do lago Guaíba (perdendo a sua balneabilidade) e quanto à poluição atmosférica. Conforme a direção dos ventos, o mau cheiro liberado diariamente pela empresa chegava, inclusive, a alguns lugares da grande Porto Alegre.

Essa campanha contra a Borregard, liderada por Lutzemberguer, conferiu ao ecologista reconhecimento internacional. Com o passar do tempo, a empresa começou a instalar filtros antipoluidores e a realizar tratamento de seus efluentes, diminuindo os seus impactos ambientais, o que esta pesquisadora conheceu algum tempo depois, nas visitas realizadas com seus alunos.

115 Naquela época, a mesma estudava na cidade de Guaíba e percebia as transformações provocadas pelo empreendimento.

Publicação	Proposição /Visão	Conservacionismo	Denúncia	Ecoeficiência/ Economia Ambiental	Justiça ambiental/ Conflito Ecológico Distributivo/ Economia Ecológica
AGAPAN 001 05 fev. 2010	Visão		Divulgou que o Ibama concedeu a Licença Prévia da UHE Belo Monte (01/02/2010) apesar de reconhecer (no EIA) os impactos socioambientais que o empreendimento poderá provocar, sobretudo para as populações indígenas.		
AGAPAN 002 04 fev. 2011	Visão		Divulgou no seu blog uma carta de manifesto contra a UHE Belo Monte. A mesma foi entregue à presidente Dilma Rousseff, ressaltando que a mesma a socializa os custos da obra e joga para o futuro os riscos sociais.		
AGAPAN 003 19 ago. 2011	Proposição		Realizou caminhada e manifestação contra a construção da UHE Belo Monte (20/08/2011), em Porto Alegre, do Mercado Público até a Usina do Gasômetro.		
AGAPAN 004 23 set. 2011	Proposição		Participou da programação de caminhada e protesto contra a UHE Belo Monte e as mudanças do Código Florestal.	Participou da elaboração de uma carta ao governo do Rio Grande do Sul, pedindo políticas energéticas limpas. Esta atividade foi realizada, juntamente com o Greenpeace, em Porto Alegre no dia 24/09/2011.	
AGAPAN 005 23 jan. 2012	Visão		Publicou a performance “Filomena e a Ecologia” apresentada por Zorávia Bettiol, que critica e ironiza as ameaças da UHE Belo Monte (e dos cultivos de eucalipto no RS), decorrentes do atual modelo de		

			desenvolvimento capitalista. Esta atividade ocorreu na Orla do Guaíba, em Ipanema, Porto Alegre, em 22/01/2012.		
AGAPAN 006	Proposição		Participou da Marcha dos Povos durante a Rio + 20 contra a UHE Belo Monte e o Código Florestal.		
13 jul. 2012					

Quadro 5: AGAPAN

Fonte:

AGAPAN 001 - <http://agapan.blogspot.com.br/2010/02/licenca-para-hidreletrica-de-belo-monte.html>

AGAPAN 002-<http://agapan.blogspot.com.br/2011/02/manifesto-contra-construcao-da.html>

AGAPAN 003- <http://agapan.blogspot.com.br/2011/08/dia-2008-caminhada-e-manifestacao.html>

AGAPAN 004- <http://agapan.blogspot.com.br/2011/09/24setembro-moving-planet-um-dia-para-ir.html>

AGAPAN 005 - <http://agapan.blogspot.com.br/2012/01/zoravia-bettiol-alerta.html>

AGAPAN 006 - <http://agapan.blogspot.com.br/2012/07/cupula-dos-povos-uma-avaliacao.html>

5.2.1 Análise

As ações dessa organização, encontradas no seu blogue, oscilam entre a denúncia e a ecoeficiência, com preponderância clara da categoria de denúncia. Isso é coerente com a história da instituição, que teve sua trajetória marcada pelo alerta e denúncia das questões ambientais. A instituição foi uma espécie de embrião do movimento ecopolítico no Brasil. No caso da UHE Belo Monte, os registros não são muitos, o que está em sintonia com um direcionamento da ONG para questões mais locais e com certa restrição de sua atuação no que diz respeito ao envolvimento em grandes questões. A instituição não tem grandes recursos, sobrevive principalmente das contribuições de seus associados, não recebe doações do governo, o que também limita a área de sua atuação.

Observa-se que, de certa maneira, ela acompanha o que ocorreu com outras instituições brasileiras, que não passaram a atuar em grandes proporções. Em geral, são pequenas organizações, com nenhuma ou precária infraestrutura. No caso da AGAPAN, não há uma sede própria; a instituição desenvolve suas atividades em um espaço cedido por um simpatizante.

O que predomina nas matérias e que tem sido a marca da AGAPAN é a manutenção de oposição a um modelo de desenvolvimento centrado em grandes usinas hidrelétricas e na crítica ao modelo de licenciamento, que privilegia as grandes construtoras. No caso de Belo Monte, vale ressaltar a diferenciação em relação a outras hidrelétricas, já que é a primeira usina no país a desenvolver um projeto específico de componente indígena (que integra as 117 condicionantes socioambientais do PBA), além do Projeto de Desenvolvimento Regional para os municípios de área de influência da usina, para os quais foram disponibilizados 500 milhões de reais, para desenvolvimento regional e melhoria da qualidade de vida da população.

Em síntese: a AGAPAN manteve a sua tendência de denúncia, demonstrando evidente enfraquecimento da entidade.

5.3 GREENPEACE

A história do Greenpeace¹¹⁶ iniciou no mesmo ano da fundação da AGAPAN. Começou em 1971, em Vancouver, em meio a uma ação direta de doze ativistas americanos e canadenses, a bordo de um barco de pesca chamado Phyllis Cormack. O grupo organizou uma manifestação para tentar impedir um dos testes nucleares, que seria realizado pelos Estados Unidos, em Amchitka, nas ilhas Aleutas, no Alasca. Eles não conseguiram impedir os EUA de detonarem a bomba, mas o debate que se seguiu à manifestação levou o governo americano a suspender completamente os testes, até o final da década.

Na verdade, atualmente, o Greenpeace ainda prossegue com as ações diretas e sem uso de violência, com a presença física no local (em que os problemas ambientais ocorrem ou vão ocorrer). McCormick (1992) ressalta que, de todos os grupos internacionais, este é o que mais se destaca pela forma de ação direta. Essas ações, no entanto, representam apenas uma das estratégias, uma vez que as suas ações se multiplicaram e se desdobraram para as grandes questões políticas e sociais atuais.

Cabe destacar que a atuação da organização sempre esteve bastante ligada ao mar. O grupo protestou contra testes nucleares realizados pelos EUA e pela França no oceano Pacífico; fez campanhas contra a pesca das baleias (principalmente no Japão e na Noruega); enfrentou navios para evitar que despejassem lixo tóxico e atômico nos mares; teve seu primeiro barco *Rainbow Warrior* (Guerreiro do Arco Iris) atingido e afundado pela Marinha Americana, ao se manifestar contra mísseis nucleares; protestou contra a exploração de petróleo no mar de Mar de Bering e em outros mares. Mais recentemente, em setembro de 2013, realizou um protesto contra a exploração russa de petróleo no Ártico. Durante o protesto, 28 ativistas do Greenpeace (entre eles a brasileira Ana Paula Maciel) foram presos, na Rússia. Os militantes foram acusados de pirataria e vandalismo, fato que alcançou grande repercussão na mídia e envolveu a diplomacia do Brasil e de outros Estados. Dois meses depois, eles foram libertados.

O Greenpeace possui a sua sede em Amsterdã e escritórios em 43 países. Conta com o apoio de quase 4 milhões de colaboradores em todo o mundo, cerca de 18 mil voluntários e 2500 funcionários. Segundo informações oficiais, o grupo depende, fundamentalmente, de doações e da venda de produtos que levam a sua marca e estilo. O Greenpeace prioriza

116 A origem do nome Greenpeace surgiu da junção das suas palavras de ordem, Verde (Green) e Paz (Peace), que não cabiam separadas no broche que produziram para ser vendido e arrecadar fundos para a organização.

campanhas globais, mas também desenvolve ações conforme a realidade local (GREENPEACE, 2014).

No Brasil, o Greenpeace chegou em 1992, ano em que o país sediava a Eco-92. No início de 1993, o grupo iniciou uma campanha contra a utilização da energia nuclear. Essa campanha incluiu várias ações, como a que envolveu a entrega de um abaixo-assinado contra o programa nuclear, ao presidente Itamar Franco, bem como a invasão do canteiro de obras da usina Angra-2, em novembro de 1994. Cabe destacar que a usina de Angra-2 foi inaugurada em abril de 2000.

Em 1999, o Greenpeace iniciou a sua atuação na Amazônia, com o objetivo de denunciar a exploração ilegal de madeira. Atualmente, o grupo identifica e denuncia áreas sob pressão de desmatamento na Amazônia, provocado pela expansão dos cultivos de soja, pela criação de gado e pelos impactos das grandes barragens, como da usina de Belo Monte. Além disso, o Greenpeace já realizou diversas ações contra os produtos transgênicos¹¹⁷. Estimula investimentos em eficiência energética, defende os oceanos e realiza campanhas como as do clima e do desmatamento zero. A sua sede fica em São Paulo, mas possui escritório em Brasília e Manaus. Também possui grupos de voluntários em oito capitais brasileiras: Belo Horizonte, Brasília, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

117 As ações do Greenpeace contra o cultivo dos produtos transgênicos no estado do Rio Grande do Sul, recebiam, na época, o apoio do governador Olívio Dutra.

Publicação	Proposição /Visão	Conservacionismo	Denúncia	Ecoeficiência/ Economia Ambiental	Justiça ambiental/ Economia Ecológica
Green 001 9 out. 2005	Proposição				Ingressou na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3573, apresentada pelo Procurador Geral da República contra o decreto legislativo que autorizou a construção da usina de Belo Monte(em 14 de julho de 2005), sem consultar os povos indígenas que serão afetados como exige a Constituição brasileira.
Green 002 13 mar. 2006	Visão e proposição			Divulgou grandes impactos (e os protestos de diversas entidades de Altamira) de barragens como a UHE Belo Monte, com base em estudos de especialistas. Concomitantemente, recomendou o uso de resíduos de castanha, babaçu e diversas outras plantas oleaginosas; o aproveitamento do imenso potencial para utilização de energia solar; e, em casos específicos, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).	
Green 003 2008	Proposição			Publicou o relatório Revolução Energética (BAITELO, 2008), em 2007, que trata dos usos eficientes de energia elétrica. Este estudo indica, para a matriz elétrica brasileira, outras possibilidades de incentivo às energias renováveis modernas (eólica, biomassa, solar), bem como em PCHs.	
Green 004 3 nov. 2009	Proposição		Exibiu um documentário na parede frontal do prédio do Ministério de Minas e Energia, com manifestações realizadas por tribos indígenas no Xingu contra a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.		
Green 005 18 abr. 2010	Visão			Enfatizou que a usina de Belo Monte beneficia poucos (como a indústria eletrointensiva), os seus efeitos não foram adequadamente avaliados e ainda permanecem as incertezas sobre a quantidade de energia que será produzida, os custos financeiros e econômicos da obra.	
Green 006	Visão/		Despejou três toneladas de esterco na frente da entrada principal do prédio da Agência	Divulgou a realização do protesto (em frente à Aneel) e explicou que os “custos” de outras	

20 abr. 2010	Proposição		Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), no dia do leilão para a concessão da usina hidrelétrica de Belo Monte. Gravou o protesto e disponibilizou na sua página na internet. Também ressaltou o desmatamento provocado pelo empreendimento.	fontes de energia, como a eólica e de biomassa, hoje são opções economicamente viáveis para o Brasil, comparadas com o “custo” da UHE Belo Monte.	
Green 007 23 abr. 2010	Visão		Publicou no seu site a notícia de que o governo federal assinou um decreto liberando estudos de aproveitamento hidrelétrico em áreas protegidas. trata-se do decreto 7154 de abril de 2010, com a aquiescência da direção do ICMBio.		
Green 008 17 jan. 2011	Visão		Comentou um conjunto de medidas de irresponsabilidade ambiental do governo, adotadas em 2010 e que prosseguem em 2011. Entre elas, a construção da usina de Belo Monte, que será implantada em uma das mais belas regiões da Amazônia, destruindo 12 mil hectares de floresta intacta.		
Green 009 10 abr. 2011	Proposição			Reuniu-se com a então chefe da casa civil, Dilma Rouseff, pedindo empenho para impulsionar a votação do projeto de lei das energias renováveis, parado na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados desde 2009. O projeto é vital para o florescimento de um mercado para as energias limpas, renováveis e seguras no país, como eólica e solar.	
Green 010 17 abr. 2012	Proposição/ visão	Sobrevoou o rio Xingu e fotografou o desmatamento provocado pela usina de Belo Monte. Essa atividade faz parte da campanha de Desmatamento Zero, lançada pela ONG em março de 2012. Também faz parte desta campanha no Brasil uma petição nacional sobre o Desmatamento.		Ressaltou o caos que se instalou em Altamira, após o início das obras (desde a falta de infraestrutura até o aumento do custo de vida) e o enorme potencial do Brasil em energia eólica, solar e biomassa.	
Green 11 17 mai. 2013	Visão	Comentou um estudo publicado no ano de 2013, por pesquisadores brasileiros na revista americana <i>Proceedings of the National Academy of Sciences</i>			

		of the United States of America (PNAS). O mesmo demonstra que, se a perda de vegetação nativa atingir 40% da Amazônia, em 2050 a capacidade de produção de energia de Belo Monte cairá em 25%.			
--	--	--	--	--	--

Quadro 6: GREENPEACE

Fonte:

Green 001 – <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/greenpeace-e-ongs-v-o-ao-supre/>

Green 002 – <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/dia-internacional-de-a-o-cont/>

Green 003 – BAITELO, R. A caminho da sustentabilidade energética: Como desenvolver um mercado de renováveis no Brasil. São Paulo, SP: Greenpeace, maio 2008, 32 p.

Green 004 – <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/voz-do-xingu-grita-contra-belo/>

Green 005 – <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/A-feia-historia-de-Belo-Monte/>

Green 006 – <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Energia-sim-Belo-Monte-nao/>

Green 007 – <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Golpe-nas-Unidades-de-Conservacao/>

Green 008 – <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Menos-falatorio-mais-acao/>

Green 009 – <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Belo-Monte-e-seu-rastro-de-caos-e-destruicao/>

Green 010 – <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Os-100-dias-de-Dilma-Rousseff/>

Green 011 – <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Blog/desmatamento-ameaa-energia-de-belo-monte/blog/45206/>

5.3.1 Análise

Chama a atenção, no caso desta ONG, o fato de que, já em 2005, há registro de ações propositivas direcionadas para a terceira corrente ambientalista (Justiça ambiental). Nesse ano, o Greenpeace e outras organizações, como o ISA, participaram da Ação Direta de Inconstitucionalidade, apresentada pelo Procurador Geral da República, no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o decreto legislativo que autorizou a construção da usina de Belo Monte. Conforme as entidades, o Congresso Nacional aprovou o empreendimento (em 14 de julho de 2005) sem consultar os povos indígenas que serão afetados pela construção da usina, como exige a Constituição brasileira. Tem-se, aqui, a confluência de fatores ligados a duas correntes, o Culto ao Silvestre e a Justiça Ambiental. Ao mesmo tempo, há aspectos relativos aos direitos dos indígenas e, ainda, a compreensão de que, muitas vezes, os grupos indígenas e camponeses têm co-evolucionado sustentavelmente com a natureza e têm assegurado a conservação da biodiversidade. Há, portanto, um entrelaçamento de correntes.

Podem-se observar, ainda, no caso dessa organização, práticas ligadas ao Novo Ambientalismo e às ações diretas de denúncia. Aqui é importante destacar que essas ações, desde a sua origem, não são simples ações de denúncia, mas representam o próprio momento de crise no sistema capitalista nos países desenvolvidos, de grandes questionamentos com relação aos rumos do desenvolvimento. Na perspectiva desta tese, tem-se um exemplo de atuação recente do Greenpeace que denuncia a injustiça social com os povos indígenas e a distribuição desigual de benefícios e danos ambientais da UHE Belo Monte, nas cenas do documentário exibido na parede frontal do prédio do MME (Vozes do Xingu contra Belo Monte). Considera-se que esta ação de visibilidade busca denunciar o modo de distribuição desigual de poder sobre os recursos ambientais e conquistar igual proteção ambiental aos grupos indígenas. Em outras palavras, ao evidenciar os riscos ambientais (ou a desigualdade distributiva) que o empreendimento representa, abre-se espaço para a percepção de que os direitos de certos sujeitos sociais prevalecem sobre os de outros, fazendo surgir os conflitos de justiça ambiental (ACSELRAD, 2010). A fala de Acselrad é esclarecedora, nesse sentido:

Considerando que a injustiça social e a degradação ambiental têm a mesma raiz, haveria que se alterar o modo de distribuição – desigual – de poder sobre os recursos ambientais e retirar dos poderosos a capacidade de transferir os custos ambientais de desenvolvimento para os mais

despossuídos. Seu diagnóstico assinala que a desigual exposição aos riscos deve-se ao diferencial de mobilidade entre os grupos sociais: os mais ricos conseguiram escapar aos riscos e os mais pobres circulam no interior de um circuito de risco. Donde a ação decorrente visando combater a desigualdade ambiental a todos os grupos sociais e étnicos. (ACSELRAD, 2010, p. 109)

Do mesmo modo, quando ativistas do Greenpeace jogam três toneladas de esterco na entrada do prédio da ANEEL, no dia do leilão de concessão da UHE Belo Monte, esta ação consiste numa denúncia às autoridades governamentais, que não priorizam investimentos em tecnologias com impactos inferiores aos de Belo Monte. Essa ação ilustra uma tendência para a corrente da Ecoeficiência, respaldada pela Economia Ambiental. Ainda na mesma notícia, o Greenpeace ressalta o avanço do desmatamento numa das regiões de alta biodiversidade no sul do Pará, preocupação que se orienta em favor do Culto ao Silvestre.

O Greenpeace demonstra preocupação com as práticas de conservacionismo, quando publica notícia com a manchete “Golpe nas Unidades de Conservação”, referindo-se ao fato de o governo federal assinar um decreto liberando estudos de aproveitamento hidrelétrico em áreas protegidas (apenas 11 dias antes da realização do leilão de concessão da UHE Belo Monte). Este decreto fere a lei que permite apenas atividades de baixo impacto em unidades de conservação, como nas Reservas Extrativistas. Cabe destacar que essa forma de ver a conservação, com a inclusão das Reservas de Desenvolvimento Sustentável no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), é relativamente nova. As Resex incluem os interesses e a manutenção dos modos de vida das populações tradicionais. Começaram a surgir, no Brasil, somente partir de meados dos anos 1980, após décadas de ditadura militar, do modelo altamente concentrador de renda e destruidor da natureza (DIEGUES, 2000).

Já o Greenpeace assume o papel da ecoeficiência quando, por exemplo, ressalta que as usinas hidrelétricas não geram energia limpa (pois milhões de toneladas de gases de efeito estufa são emitidas para a atmosfera), o que é destaque no Painel de Especialistas, no trabalho de Philip M. Fearnside¹¹⁸ (2009). Além disso, a maior parte da energia da usina de Belo Monte vai alimentar indústrias eletrointensivas (sobretudo as de alumínio), que produzem matéria-prima para exportação. Então, a maior parte da energia produzida será exportada para a China e Japão, entre outros países, a exemplo do que já ocorre com a energia da usina de Tucuruí, no rio Tocantins, também no Pará.

No mesmo sentido, o Greenpeace publicou, em 2007, o relatório *Revolução*

118 “Hidrelétricas emitem metano, um gás de efeito estufa com 25 vezes mais impacto sobre o aquecimento global por tonelada de gás do que o gás carbônico, de acordo com as atuais conversões do Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima (IPCC).” (FEARNSIDE, 2009, p.110).

Energética (BAITELO, 2008), que trata dos usos eficientes de energia elétrica. Este estudo indica, para a matriz elétrica brasileira, outras possibilidades de incentivo às energias renováveis modernas (eólica, biomassa, solar) baseadas em experiências internacionais da Alemanha e da Espanha, bem como em PCHs. O coordenador da campanha de Energia do Greenpeace, Ricardo Baitelo, explica que as energias eólicas e de biomassa são opções economicamente viáveis para o Brasil, com impactos socioambientais inferiores aos de Belo Monte. É interessante a relação entre os custos de produção desses tipos de energia, apresentada pela notícia analisada. Segundo o texto, a diferença tarifária para o valor da usina de Belo Monte não compensa o grave passivo social e ambiental inerente ao empreendimento. A matéria informa, ainda, que o custo da geração eólica (R\$ 150 MWh) e de biomassa (R\$ 160 MWh) também está muito à frente da nuclear e de termelétricas a óleo combustível, que apresentam custos de R\$ 240 MWh e R\$ 550 MWh, respectivamente. Percebe-se que há correspondência aproximada entre as informações veiculadas pelo MME e a ONG, no custo da energia eólica e de biomassa. Já na energia nuclear e termoelétrica¹¹⁹, não existe correspondência.

Em síntese: o que predomina, na atuação dessa ONG, é a denúncia e a ecoeficiência. Historicamente, a organização já surgiu com a característica de militância e denúncia, mas, a partir dos anos de 1990, voltou-se mais para os estudos de eficiência energética, e tecnologias limpas. Isso vem a ser a marca do discurso ambientalista dominante, do Evangelho da Ecoeficiência, desse período em diante. Ainda cabe destacar que esta pesquisadora encontrou dificuldades para obter dados sobre as formas de financiamentos dessa ONG, no site oficial e durante a entrevista, mas segundo o Globo (2014), ela possui um orçamento anual de 300 milhões de Euros.

119 Ver quadro do MME (2011) apresentado no capítulo 3, a respeito do custo da energia elétrica produzida por fonte nuclear e termoelétrica (entre outras), comparadas com o custo da energia elétrica que será produzida pela UHE Belo Monte

5.4. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Fundado no Brasil, em 1994, o ISA é considerado o sucessor do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Passou a ser qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público¹²⁰ (OSCIP), em 2001. Possui a sua sede em São Paulo (SP) e subsedes em Altamira (PA), Brasília (DF), Boa Vista (RR), Canarana (MT), Eldorado (SP), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Manaus.(AM). “Tem como objetivo construir soluções sustentáveis que garantam os direitos coletivos e difusos e valorizem a diversidade socioambiental” (SOCIOAMBIENTAL, 2014).

O Instituto Socioambiental (ISA) identifica-se como uma organização socioambientalista (conceito que ajudou a consolidar) e conservacionista, não preservacionista. Isso significa que não reconhece a separação entre o ambiente e a sociedade. Na prática, segundo a organização, onde existe floresta é porque há população tradicional. Em outras palavras, as florestas remanescentes correspondem à ação direta de luta da população tradicional em sua defesa. E a partir desse processo é que foram sendo criadas as Terras Indígenas e as diversas Unidades de Conservação. Observa-se, nesse sentido, que as áreas com população tradicional tendem a ser mais bem preservadas, em comparação às áreas de proteção ambiental sem população tradicional. (Coordenador Regional do ISA, 2014)

O ISA produz pesquisa, difusão e documentação de informações socioambientais, bem como implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade ambiental. Entre os seus programas e projetos, encontram-se: Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas; Programa de Política e Direito Socioambiental Política (PPDS); Povos Indígenas no Brasil; Programa Rio Negro Socioambiental; Programa Xingu e o Programa Vale do Ribeira (SOCIOAMBIENTAL, 2014).

Dentre esses programas, cabe destacar, neste estudo, o Programa Xingu, que inclui uma série de ações voltadas para a Bacia do Xingu, como as decorrentes das transformações decorrentes da construção da usina de Belo Monte. O programa Xingu é coordenado pelo indigenista André Villas-Bôas, um dos sócios fundadores do ISA e por Marcelo Salazar coordenador regional do programa. Os objetivos deste programa são:

¹²⁰ É importante chamar atenção que OSCIP é um título criado pelo Ministério da Justiça, no Brasil, para estabelecer parcerias com organizações não governamentais afim de que as mesmas possam receber recursos do governo para a realização de seus projetos, conforme Lei do Terceiro Setor (9.790/99). Neste sentido cabe destacar que “[...] toda OSCIP é uma ONG, mas nem toda ONG é, será, ou pode ser um OSCIP.” (KUSER, 2014).

Programa Xingu quer contribuir com o ordenamento socioambiental da Bacia do Rio Xingu, considerando a expressiva diversidade socioambiental que a caracteriza e a importância do corredor de áreas protegidas de 28 milhões de ha que inclui terras Indígenas e Unidades de Conservação, ao longo do Rio Xingu. Articulando parcerias e promovendo diálogos intersetoriais, o Programa desenvolve projetos voltados à proteção e sustentabilidade dos 26 povos indígenas e das populações ribeirinhas que habitam a região, à viabilização da agricultura familiar, à adequação ambiental da produção agropecuária e à proteção dos recursos hídricos. (ANTIGO SOCIOAMBIENTAL, 2014)

Segundo informações do ISA¹²¹, as suas fontes de financiamento vêm de projetos, através de editais públicos e privados, bem como de doações. Historicamente foram mais internacionais porque o interesse por essas questões estavam mais fora do Brasil. Hoje o ISA possui mais de 100 fontes de financiamentos nacionais, internacionais, inclusive do governo (Coordenador Regional do ISA, 2014).

No programa Xingu, o financiamento é muito mais nacional do que internacional. Convém destacar dois grandes aportes do Programa Xingu: o do BNDES e o do Fundo Vale. O do BNDES é um recurso no valor de 6 milhões de reais, destinados (por um edital publico) para trabalhar atividades produtivas no corredor Xingu, desde o Mato Grosso até o Pará, em Altamira. Já o Fundo Vale é formado com recursos da Vale, mas não diretamente relacionado com as operações da empresa. É um fundo separado, um conceito muito difundido fora do Brasil, mas que algumas empresas brasileiras estão começando a adotar. Este fundo não tem apelo de *marketing* e também não tem uma atuação em áreas em que empresa, eventualmente, esteja causando algum problema. Até pode ter, mas não necessariamente. Além de serem recursos diferentes, cabe ressaltar que o Fundo Vale e a Fundação Vale seguem modelos diferentes de destinação. Ambos são recursos da empresa Vale, porém, o primeiro não está atrelado aos negócios, enquanto o segundo se preocupa com o retorno de imagem (Coordenador Regional do ISA, 2014).

Apesar de indiretamente ligada ao caso Belo Monte, cabe destacar a participação do ISA em diversos projetos de gestão territorial e apoio à estruturação das cadeias produtivas realizada nas Resex da Terra do Meio (em que 80 % é município de Altamira). Trata-se de uma das principais frentes de atuação do ISA no Programa Xingu, organização que se coloca como conservacionista. Apenas a Resex do rio Xingu (2008) tem uma relação direta com a UHE Belo Monte. O governo queria impedir a criação dessa reserva, pois constava no projeto

¹²¹ Essas informações foram transmitidas pelo coordenador regional do ISA, Marcelo Salazar, em entrevista pessoal à pesquisadora, em julho de 2014, em Altamira.

uma barragem bem ali no meio (o projeto era o CHBM). Já as Resex Riozinho do Anfrísio (2004) e do rio Iriri (2006) não estão associadas diretamente à construção da UHE Belo Monte.

Publicação	Proposição /visão	Conservacionismo	Denúncia	Ecoeficiência/ Economia Ambiental	Justiça ambiental/ Economia ecológica
ISA 001 11 out 2005	Proposição				Ingressou na Ação Direta de Inconstitucionalidade encaminhada ao STF a respeito do Decreto Federal 788/05 que autorizou a implantação da usina de Belo Monte, antes de ouvir os povos indígenas e de ser elaborado o EIA.
ISA 002 16 out 2009	Visão				Relatou que as quatro audiências Públicas para tratar da UHE Belo Monte não respeitaram os procedimentos legais, utilizaram vocabulário técnico e não cumpriram o seu papel.
ISA 003 29 out 2009	Proposição/ Visão	Participou da formação e publicação do Painel dos Especialistas que analisa graves problemas e sérias lacunas no EIA da UHE Belo Monte como ameaças à biodiversidade e desmatamentos.		Participou da formação e publicação do Painel dos Especialistas que analisa a viabilidade técnica e econômica do EIA da UHE Belo Monte.	Participou do Painel dos Especialistas que analisa a violação dos direitos indígenas e das populações atingidas pela UHE Belo Monte.
ISA 004 29 Out 2009	Visão				Publicou a notícia de que a Funai emitiu o Parecer Técnico 21 (Componente Indígena do EIA) favorável a UHE Belo Monte , mesmo reconhecendo que o TVR causará uma reconfiguração no modo de vida dos povos que habitam à região.
ISA 005 23 abr 2010	Proposição				Produziu o documentário que resgata a história de luta dos índios do Xingu contra a UHE Belo Monte, desde o Encontro Histórico ocorrido em Altamira, em 1989.
ISA 006 21 Out 2011	Visão				Apoiou a exibição pública (em Altamira) do documentário À Margem do Xingu- vozes não consideradas.
ISA 007 15 abr 2013	Visão				Analisou o relatório, publicado em janeiro pelo Ibama, sobre o cumprimento das condicionantes pela Norte Energia. Concluiu que apenas 19% das condicionantes socioambientais foram cumpridas. A obra seguiu sem multas ou suspensão da licença de instalação.

ISA 008 10 set 2013	Proposição	Publicou notícia sobre uma expedição de pesquisadores, da UFPA, que percorreram o Xingu em busca de espécies de peixes ameaçadas por Belo Monte.			Publicou diversas reportagens sobre as graves inadimplências aos povos indígenas e porque a justiça não parou Belo Monte na revista "De olho em Belo Monte: 2013, no Pico da Contradição". A revista inclui matérias sobre irregularidades no licenciamento da mineradora Belo Sun, entre outras.
ISA 009 08 out 2013	Proposição				Realizou uma análise crítica do licenciamento ambiental do Projeto Volta Grande da Belo Sun Mineração, (menos de 10 km da UHE Belo Monte) por considerá-lo um ato de desrespeito à legalidade socioambiental na Amazônia, e encaminhou à SEMA (PA), Ibama, Funai, MPF, etc. Além disso, assinou uma carta pública Belo Sun não, destacando as irregularidades do empreendimento.
ISA010 29 jul 2014	Proposição				Faz o monitoramento do cumprimento das condicionantes socioambientais do empreendimento Belo Monte, a partir do relatório da Norte Energia e do relatório do Ibama.
ISA011 29 jul 2014	Proposição			Tem uma participação no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu e ajudou a criar as câmeras técnicas que discutem prioridades de investimento e destinam recursos.	
ISA012 29 jul 2014	Proposição			Realiza monitoramentos de impacto da pesca (em campo) na TI Paquiçamba e com os pescadores de Altamira e Vitória do Xingu	
ISA013 29 jul 2014	Proposição				Estabeleceu um dialogo com o BNDEs em conjunto com outras organizações da sociedade civil para cobrar transparência e acesso aos contratos da Norte Energia.
ISA014 29 JUL 2014	Proposição		Participa de algumas ações de protestos com outras organizações da sociedade civil (quando convidado) indo para as ruas brigar por direitos.		

ISA015 29 jul 2014	Proposição		Esta promovendo uma canoada ativista pela volta VGX (três a quatro dias de remo) envolvendo os índios extrativistas, especialistas, entre outros. Está marcada para os dias entre 07 e 11 de set. 2014.		
-------------------------------------	-------------------	--	---	--	--

Quadro 7: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Fonte:

ISA 001: <http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2981>

ISA 002: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2955>

ISA 003: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2972> / http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf

ISA 004: <http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2981>

ISA 005: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3072>

ISA 006: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3438>

ISA 007: <http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3748>

ISA 008: <http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/organizacoes-da-sociedade-civil-se-mobilizam-contralicensamento-de-mineradora-no-xingu>

ISA 009: <http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu/isa-publica-revista-sobre-belo-monte-confira>

ISA 010 a 014 SALAZAR, M. Níveis de atuação do ISA em relação a UHE Belo Monte: depoimento. [29 de julho, 2014]. Altamira/Pará. Entrevista concedida a autora.

ISA 015: SOCIOAMBIENTAL. Disponível em: <http://util.socioambiental.org/bybyxingu/>.

ISA 004:

5.4.1 Análise

Essa organização não tem um programa que inclui especificamente à Usina de Belo Monte, mas atua com uma abrangência maior, que envolve a Bacia do Xingu. Em relação à UHE Belo Monte, o ISA trabalha em quatro níveis distintos: monitoramento geral do licenciamento ambiental; participação no PDRS do Xingu; monitoramento de impactos da pesca na Terra Indígena Paquiçamba; e diálogo com o BNDES, para buscar transparência nos financiamentos da usina de Belo Monte. Além disso, o ISA atua em outras frentes, o que se pode perceber a partir uma série de ações publicadas, em seu site e blogue, que se vinculam aos direitos dos povos indígenas e ribeirinhos, o que se relaciona com a terceira corrente do ambientalismo (Justiça Ambiental ou Ecologismo dos Pobres), que, diga-se de passagem, predomina no conjunto de suas atuações em relação a esse caso.

Como exemplo de direcionamento para a terceira corrente, está o fato de que a organização faz o monitoramento das condicionantes a partir do relatório que a Norte Energia envia para o Ibama. Esse relatório é única fonte de informações, atualmente, sobre o cumprimento das condicionantes socioambientais da obra. Vale destacar que, hoje, existe um processo de agilidade, no licenciamento brasileiro, e que o caso da UHE Belo Monte contribuiu para que isso acontecesse.

O coordenador regional do Programa Xingu, um dos quatro grandes projetos da organização, afirmou que o caso da UHE Belo Monte ganhou repercussão pela quantidade e a qualidade técnica das ações judiciais que até hoje não tiveram mérito julgado. Explica que foi utilizado, em larga escala, o dispositivo legal Suspensão de Segurança, um instrumento criado durante a ditadura militar, evidenciando que se trata de uma obra de interesse nacional. Ele ressalta que, segundo esse documento legal, é possível suspender uma liminar concedida, se o presidente do Tribunal de Justiça entender que está relacionada à grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. Por conta disso, o tempo vai passando e a obra vai se concretizando.

O diálogo do ISA, juntamente com outras organizações, com o BNDES, para cobrar transparência nesses financiamentos e acesso aos contratos também se enquadra na terceira corrente do ambientalismo. Para tanto, foi estabelecida uma dinâmica de quatro reuniões anuais de interação com o BNDES e o foco é a transparência e o cumprimento das condicionantes socioambientais. Existem cláusulas no contrato que determinam que, se não forem cumpridas as condicionantes, as parcelas dos financiamentos não podem ser liberadas.

O BNDES tem a informação da Norte Energia, mas não tem da Sociedade Civil e de nenhum órgão independente.

Quanto ao Parecer Técnico nº 21-Análise do Componente Indígena dos Estudos de Impacto Ambiental-, o ISA questiona o posicionamento da Funai, no sentido de ser favorável, mesmo admitindo a falta de estudos e informações complementares que permitam a completa avaliação dos impactos sobre os povos indígenas; a manifestação insistente de indígenas contra o empreendimento; e a necessidade de consulta adequada aos povos afetados. Apesar disso, decidiu pela viabilidade da usina hidrelétrica, com algumas condicionantes¹²².

A organização contesta, ainda, a forma como foram feitas as consultas aos povos indígenas que serão impactados, o que é obrigação do Estado em razão da Convenção 169 da OIT. Assim, a Funai considera que cumpriu seu papel institucional no processo de esclarecimento e consulta junto às comunidades indígenas no decorrer do processo de Licenciamento, realizando diversas oitivas nas aldeias. O ISA, no entanto, caracteriza essa forma de consulta como uma mera formalidade.

No mesmo sentido, encontra-se a participação do ISA na elaboração de um parecer técnico, declarando a inviabilidade e as irregularidades do licenciamento da mineradora Belo Sun (que pertence ao grupo canadense Forbes e Manhattan), na Volta Grande do Xingu, que foi entregue à Secretaria do Meio Ambiente do Pará. O parecer declara a insuficiência de análise dos impactos deste empreendimento para os povos indígenas da TI Paquicamba e da TI Arara do Maia, uma vez que não se sabe exatamente quais serão as dimensões dos impactos de Belo Monte. Em função disso, o ISA solicita que a Secretaria de Meio Ambiente (PA) suspenda o processo de licenciamento da mineradora.

A trajetória de luta dos índios do Rio Xingu, contra a construção da usina de Belo Monte e de outras que haviam sido planejadas para a região, é tema do vídeo produzido pelo ISA, também relacionado à corrente Justiça Ambiental. O documentário Xingu, “A luta dos Povos pelo Rio” reúne cenas históricas desse processo, iniciado em Altamira (PA), em 1989, e resgata os principais momentos, ao longo de mais de 20 anos. No mesmo sentido, está a exibição do documentário “À Margem do Xingu – Vozes não consideradas”, o que foi feito em sessão pública, em Altamira (PA).

122 As condicionantes apontadas foram: “1) que se defina uma vazão mínima (“hidrograma ecológico”) a ser liberada no trecho do rio Xingu, situado entre a barragem e a casa de máquinas que garanta a sobrevivência dos peixes e quelônios e a navegabilidade das embarcações dos povos indígenas que ali vivem; 2) que sejam apresentados estudos sobre os impactos previstos no Rio Bacajá, na beira do qual vive o povo Xikrin, que possivelmente sofrerá graves alterações mas que não foi estudado no EIA; 3) que haja ‘a garantia de que os impactos decorrentes da pressão antrópica sobre as terras indígenas serão devidamente controlados’”. (SITE-ANTIGO SOCIAMBIENTAL, 2014).

As ações de denúncia da organização estão relacionadas ao apoio e à interação com os protestos realizados pelos grupos da sociedade civil, bem como a ajuda para captar recursos e qualificar as ações empreendidas. Além disso, a organização demonstra certa criatividade, quando propõe uma forma diferente de ativismo, como a canoada pelo rio Xingu, que ocorreu entre os dias 8 e 11 de setembro de 2014. Participaram desta expedição 120 pessoas a bordo de 21 canoas a remo (que foram guiadas pelos índios Juruna), entre os canais e corredeiras do rio. Os participantes hospedaram-se nas comunidades ribeirinhas, vivenciaram e debateram *in loco* os problemas e conflitos das populações que vivem na Volta Grande do Xingu, entre Altamira e a Terra Indígena Arara do Maia. (PLANETA SUSTENTÁVEL, 2014)

Já a participação direta do ISA no PDRS do Xingu está relacionada à segunda corrente do ambientalismo, a do Evangelho da Ecoeficiência. O ISA ajudou a criar uma câmara técnica de monitoramento das condicionantes, dentro do Conselho de Gestão desse plano (ao todo são oito câmaras técnicas temáticas), que não estava prevista inicialmente. O plano prevê um recurso inicial de 500 milhões para o desenvolvimento regional sustentável (para os 11 municípios afetados pela obra), estabelecido pelo edital do leilão da UHE Belo Monte. Recentemente, foi contratada uma equipe da Fundação Getúlio Vargas (que venceu a concorrência) para fazer este monitoramento.

Na mesma corrente, enquadra-se a ação de monitoramento de pesca, que está sendo realizada pelo ISA junto com os índios, na Terra Indígena Paquiçamba, e com pescadores de Altamira e Vitória do Xingu. O objetivo dessa ação é criar condições para que eles dominem uma linguagem do que é impacto, ou seja, para que eles possam dialogar com os resultados. Isso é importante, porque às vezes eles aceitam resultados sem entendê-los. Trata-se de um Projeto piloto do ISA, com várias metodologias de envolvimento da população no acompanhamento desses impactos.

Pode-se destacar, ainda, a participação do ISA na formação do Painel dos Especialistas¹²³ como uma ação que se enquadra nas três correntes. Esse painel consiste em um documento¹²⁴ que surgiu com o propósito de realizar uma análise técnica independente e

123 Entre os temas analisados no Painel estão a viabilidade econômica do projeto; os impactos sobre as populações indígenas; o caos social que seria causado pela migração de milhares de pessoas à região e pelo deslocamento forçado de 20.000 pessoas; os impactos sobre peixes e fauna aquática em geral; a possibilidade de extinção de espécies; as emissões de grandes quantidades de gases de efeito estufa; a insegurança hídrica e alimentar; a subestimação da população atingida e subestimação da Área Diretamente Afetada.

124 O Painel resultou de uma articulação da International Rivers, através de seu representante, na época muito ativo em Altamira, Glenn Switkes (mas que faleceu recentemente), juntamente com o ISA, a FVPP, e também contou com o apoio inicial de WWF que tinha recursos financeiros para acompanhar. Os estudos foram coordenados por Sônia Magalhães da UFPA e por Francisco Hernandez da USP (orientando do Célio Berman, uma autoridade na questão de energia no país, um dos elaboradores do plano energético brasileiro no primeiro mandato do governo Lula e que saiu do governo criticando os rumos que tomaram a política energética

complementar dos Estudos de Impacto Ambiental da UHE Belo Monte, na mesma linha do que está sendo feito hoje pela FGV no acompanhamento das condicionantes. Ele foi tomado como um instrumento de luta de diversas organizações e movimentos sociais, uma vez que os Estudos de Impacto são elaborados pelos interessados na obra, que são amparados pela legislação. Vale destacar que esses interessados são grandes construtoras – Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, por exemplo - que contratam uma empresa de consultoria, neste caso, a Leme Engenharia. ”Tem algumas questões, portanto, que não são culpa da Norte Energia e sim do processo de licenciamento” (Coordenador Regional do ISA, 2014).

O ISA tem um papel de interface, já que, a partir da conversa com pesquisadores e movimentos sociais¹²⁵, traduz as informações para a mídia e para as bases dos movimentos sociais. Além disso, procura transformar o que está acontecendo em relação ao caso Belo Monte e a bacia do Xingu em questões de pesquisa, pois, na Amazônia, os custos dos impactos sociais são bem maiores do que em outras regiões do país. Outra organização que atua nesta categoria é a *International Rivers*, segundo o Coordenador Regional do ISA (2014)

Em síntese: o ISA desempenha um papel ativo e importante, desde o seu surgimento. Recentemente, alterou os seus procedimentos com relação à Belo Monte. Desde que a obra avançou, o ISA abriu mão de continuar combatendo o empreendimento e afastou-se um pouco do MXVPS. Ele atua no monitoramento de condicionantes e participa do PDRS Xingu, por exemplo, ao invés de continuar lutando contra o empreendimento. Boa parte das suas ações se pauta na Justiça Ambiental, mas sem o embate de antes. No caso da denúncia ela se expressa, eventualmente quando o ISA participa de alguns protestos, aliando-se a outras entidades, sobretudo o Movimento Xingu Vivo para Sempre.

brasileira). Além disso, teve como apoio financeiro e político um conjunto de organizações da Sociedade Civil. (Coordenador Regional do ISA, 2014)

125 Com relação ao MXVPS ou apenas Xingu Vivo, o Coordenador Regional do ISA (2014) declara que o ISA o ajudou a fundar, mas hoje encontra-se um pouco distanciado. Observa que o movimento está com problema de enxergar onde exatamente atuar. É um movimento criado para brigar contra Belo Monte. Daí o questionamento: “Uma vez que o empreendimento está acontecendo, qual é o papel? Se acorrentar à barragem? A base do MXVPS que está gritando por cumprimento de direitos está sendo realocada, o que sinaliza para o fato de que esse movimento vive uma crise entre as instituições locais e as de fora. As locais têm muita clareza que o papel do MXVPS hoje é ajudar e divulgar amplamente as injustiças que estão ocorrendo, bem como brigar por direitos. As organizações de fora de Altamira e internacionais que compõem o MXVPS falam que não podem recuar e precisam parar Belo Monte, o que era a bandeira do ISA a algum tempo.

5.5 AMAZON WATCH

Destaca-se, ainda, a *Amazon Watch*, fundada em 1996, na Califórnia. Pode ser considerada uma ONG de grande competência de mídia internacional. Ela tem a competência de produzir e vender para a mídia internacional uma imagem sobre determinadas questões, como as relacionadas às contradições e aos impactos provocados pela UHE Belo Monte. Isso é muito importante, porque muitas vezes a mídia brasileira é impulsionada pelo que sai na mídia internacional. Um bom artigo publicado no *The Gardian*, no dia seguinte está na Folha de São Paulo e no Estadão, por exemplo (Coordenador Regional do ISA, 2014).

As suas ações priorizam a proteção da Floresta Amazônica e os direitos dos povos indígenas no Brasil, Colômbia, Equador e Peru. Ela possui escritório em São Francisco (onde se localiza a sua sede), Los Angeles, Washington e Quito. Não possui escritório no Brasil, apenas representante da organização. Segundo a sua representante no Brasil, a ONG não recebe dinheiro do governo e de empresas. Todos os recursos da organização vêm de pessoas físicas e de fundações, desde que as fundações não tenham conexões com as empresas altamente contrárias às suas crenças. Como *Amazon Watch* trabalha com ativismo, isso abriria muitas portas para questionamentos, talvez isso dificulte a obtenção de mais recursos. “As fundações não querem financiar briga contra o governo, além disso, querem saber em números concretos os resultados de suas doações, mas em muitos casos essas ações não podem ser contabilizadas por que são ações de apoio” (Representante da *Amazon Watch* no Brasil).

No Brasil, a *Amazon Watch* tem atuado na defesa dos direitos humanos e do meio ambiente no caso Belo Monte, divulgando, no seu blog, as suas ações e notícias em relação ao empreendimento. A sua maior campanha no Brasil é “Stop Barragem de Belo Monte”, que recentemente foi ampliada para “Pare Todas as Grandes Barragens na Amazônia”. Trata-se, na verdade, de uma iniciativa do MXVPS, para apoiar os movimentos de resistência contra a construção de grandes hidrelétricas no Tapajós, iniciados pelos índios Mundurukus, entre outros. Segundo a coordenadora do Programa Brasil da *Amazon Watch*, em entrevista por Skype:

A nossa atuação é bem mais alinhada com o MXVPS. Não estamos ali nem para discutir e nem para cobrar condicionantes, mas sim para apoiar os povos em resistência. Então, é uma atuação muito mais extrema, está para o lado do ativismo mesmo. Ela é 100% focada nos direitos indígenas. Atuamos só em comunidades que estão em situação de grande risco ou que estão sendo impactadas por grandes projetos ligados ao petróleo e às grandes barragens na floresta Amazônica, no Peru, no Equador, no Brasil e um pouco na Colômbia. Somos uma organização muito pequena em relação a Greenpeace, WWF e ISA, com o orçamento cerca de 1/3 destas, provavelmente. Então, por conta disso, a nossa atuação é limitada. Ao longo dos anos, a gente vem escutando pedidos das comunidades para trazer soluções, mas tem acontecido aos poucos porque ainda não temos recursos suficientes para trabalhar essas questões de plano de vida. A nossa atuação foi, ao longo destes 16 anos de resistência e de luta, para apoiar essas populações no seu meio de vida, cultura, terras, e para ampliar a voz dessas comunidades para a população local e o público geral. Atuamos mais como militância, denúncia e comunicação mais internacional. Levamos representações indígenas para os EUA e para a Europa, mas a gente não fala em nome deles, a gente os traz para que eles falem em seu nome e captem recursos. Fui contratada como advogada da *Amazon Watch* para “bater boca com o BNDES”. No MXVPS, era responsável por trabalhar questões referentes ao financiamento de Belo Monte, como para discutir transparência de onde e como vem esse dinheiro do BNDES.

Muitas questões são altamente questionáveis dentro do BNDES, é uma caixa preta, mas este meu papel mudou ao longo do tempo. Hoje trabalho mais como coordenadora de campanha e acabamos descartando as nossas campanhas dos bancos, porque a gente não conseguiu “ter pernas” suficiente para trabalhar bancos. Hoje trabalho mais com as populações locais, acompanhando os direitos para evitar de serem agredidos etc. Por isso pedem muito a minha presença em Altamira. Não sou jornalista, mas faço este trabalho levando estas notícias para fora. A campanha ainda não parou, mesmo estando sendo construída a usina, pois, no nosso entendimento, trata-se de uma violação. Enquanto ela existir, vamos continuar denunciando, porque é algo que não queremos ver no futuro.

Publicação	Proposição/vi são	Conservacionismo/ Ecologia Profunda	Denúncia	Ecoeficiência/Economia Ambiental	Justiça ambiental/Economia ecológica
Amazon 001 27 ago. 2010 28 ago. 2010	Proposição				Fez uma parceria com James Cameron, (cineasta e diretor de Avatar,) que a seu convite veio ao Brasil e passou a apoiar a campanha “Stop Belo Monte”. O cineasta visitou comunidades indígenas do Xingu e produziu um curta metragem “Uma Mensagem de Pandora” defendendo milhares de indígenas que estão ameaçados no seu modo de vida pela UHE Belo Monte.
Amazon 002 23 set 2010	Proposição				Publicou na sua revista Amazon in Focus as campanhas e parcerias realizadas pela entidade ao longo do ano, como a visita de James Cameron aos povos indígenas do Xingu afetados pela UHE Belo Monte.
Amazon 003 27 jan . 2011 8 fev. 2011	Proposição		Participou da elaboração e execução de uma marcha em Brasília, na Esplanada dos Ministérios. Também estava prevista a entrega de uma carta e de uma petição a presidente Dilma Rousseff (através de audiência previamente agendada).		Divulgou que o governo brasileiro emitiu uma licença de instalação parcial inexistente na legislação brasileira. Além disso, essa licença é que motivou uma manifestação em Brasília e a realização de uma petição contra a UHE Belo Monte.
Amazon 004 25 fev. 2011	Proposição		Organizou e participou de protestos com representantes indígenas da Amazônia, entre elas , a índia Sheila Juruna da TI Juruna do Km 17, contra a barragem de Belo Monte (e outras barragens no Rio Madeira), nas ruas de Paris e Londres. Para chamar atenção utilizaram cartazes pedindo Stop Belo Monte e os nomes de empresas estrangeiras que se beneficiam com a construção da obra.		
Amazon 005 15 dez. 2011	Visão		Noticiou e apoiou o vídeo A Gota d’Água (e petição) lançado <i>on-line</i> por 19 atores brasileiros . O vídeo aponta e questiona os graves impactos da UHE Belo Monte sobre o ambiente e as populações indígenas, bem como a necessidade de investir em outras fontes de energia limpa e renovável .		Destacou que o vídeo A Gota d’Água também aponta a violação dos direitos indígenas no caso Belo Monte.

Amazon 006 15 jun. 2012	Proposição		Participou de protestos “Pare Belo Monte” na Amazônia, onde os manifestantes plantaram 500 mudas de açaí e ergueram 200 cruzeiros para homenagear aqueles que perderam a vida defendendo à Amazônia.		
Amazon 007 6 jul. 2012	Visão				Noticiou a ocupação indígena no Sítio Pimental, onde os mesmos cobravam da Norte Energia o cumprimento das condicionantes.
Amazon 008 22 abr. 2013	Visão		Apoiou e noticiou a produção do documentário “Damocracy” do cineasta Todd Southgate, que relaciona os impactos de duas grandes usinas: Belo Monte (Brasil) e Ilisu (Turquia).		
Amazon 009 10 out. 2013	Proposição				Iniciou uma campanha (unindo-se a outras organizações) para suspender o licenciamento ambiental da mineradora Belo Sun, na região da VGX, cerca de 9,5 km da TI Paquiçamba e 13 km da TI Arara da Volta Grande, que coloca em risco a subsistência desses grupos.
Amazon 010 14 nov. 2013 e 15 nov.	Proposição				Participou de uma Conferência no Parlamento Europeu, em Bruxelas, convocada por parlamentares do partido verde da UE, que reuniu representantes para debater o projeto da usina de Belo Monte. Entre eles, políticos progressistas europeus, líderes do MXVPS, do MPF do Pará, do governo, da Nesa, especialistas e ONGs. O debate ultrapassou às críticas e defesas ao projeto inserindo os nomes de empresas européias que tem interesses na construção da barragem porque exploram a energia e os recursos da região.

Amazon 011 28 jan. 2014	Proposição		Participou de protestos e questionamentos durante uma assembléia de acionistas da Siemens, em Berlim, (que fornece turbinas e máquinas para Belo Monte) denunciando a corresponsabilidade da empresa na violação dos critérios ambientais e sociais no caso Belo Monte.		
Amazon 012 19 fev. 2014	Visão				Destacou a negligência no cumprimento às condicionantes dos direitos indígenas (pelo governo e pela Norte Energia) como o principal fator responsável pela intensificação dos conflitos (ocupações e invasões) no caso Belo Monte.
Amazon 013 11 mar. 2014	Visão				Apoiou as declarações da coordenadora da Associação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil (Sônia Guajajara) realizadas em Genebra, sobre a violação dos direitos indígenas no Brasil no caso Belo Monte.
Amazon 014 14 mar. 2014	Proposição		Coordenou a visita da líder indígena Sônia Guadalajara, representante da Associação dos povos Indígenas no Brasil (APIB), que liderou um protesto em Paris denunciando os efeitos das grandes barragens na Amazônia e os nomes de algumas empresas francesas envolvidas nesses empreendimentos.		
Amazon 015 26 Jun. 2014 30 jun. 2014	Visão				Ressaltou a importante decisão de um Tribunal Federal que revogou em 22 de junho, a Licença provisória da Belo Sun, por não ter realizado o EIA sobre as comunidades indígenas.

Quadro 8: AMAZON WATCH

Fonte:

Amazon 001: <http://amazonwatch.org/news/2010/0827-james-cameron-and-avatar-cast-shine-spotlight-on-real-battles-to-defend-pandoras-on-earth>

<http://amazonwatch.org/news/2010/0828-treehugger.com-on-james-camerons-fight-against-the-belo-monte-dam>

Amazon 002: <http://amazonwatch.org/news/2010/0923-amazon-in-focus>

Amazon <http://amazonwatch.org/documents/amazon-in-focus-2010.pdf>

Amazon 003: <http://amazonwatch.org/news/2011/0127-brazil-green-lights-amazon-dam>

Amazon 004: <http://amazonwatch.org/news/2011/0225-amazonian-indigenous-delegations-actions-in-paris>

Amazon 005: <http://amazonwatch.org/news/2011/1215-a-drop-of-water-beginning-of-an-energy-revolution-in-brazil>

Amazon 006: <http://amazonwatch.org/news/2012/0615-as-rio-plus-20-gets-underway-brazils-pandora-dam-swarmed-by-activists>

<http://amazonwatch.org/news/2012/0615-freeing-the-xingu>

Amazon 007: <http://amazonwatch.org/news/2012/0706-day-16-reflections-from-the-belo-monte-occupation>
Amazon 008: <http://amazonwatch.org/news/2013/0422-controversial-belo-monte-dam-featured-in-damocracy>
Amazon 009: <http://amazonwatch.org/news/2013/1010-belo-sun-no>
Amazon 010: <http://amazonwatch.org/news/2013/1114-brazilian-activists-bring-their-fire-to-europe-condemning-belo-monte>
<http://amazonwatch.org/news/2013/1115-brazils-belo-monte-dam-faces-renewed-protest-in-europe>
Amazon 011: <http://amazonwatch.org/news/2014/0128-siemens-denounced-for-damming-latin-americas-future>
Amazon 012: <http://amazonwatch.org/news/2014/0219-belo-monte-construction-intensifies-conflicts-with-indigenous-peoples>
Amazon 013: <http://amazonwatch.org/news/2014/0311-indigenous-leader-condemns-brazils-rights-abuses-at-united-nations>
Amazon 014: <http://amazonwatch.org/news/2014/0314-brazilian-indigenous-leader-slams-amazon-mega-dams-in-paris-protest>
Amazon 015: <http://amazonwatch.org/news/2014/0626-brazil-court-revokes-license-for-canadian-gold-mine-in-amazon>
<http://amazonwatch.org/news/2014/0630-brazil-suspends-belo-suns-gold-mine-licence>

5.5.1 Análise

No caso desta organização, pode ser ressaltado um significativo trabalho em termos da mídia internacional, especialmente no que se refere à UHE Belo Monte. É grande o volume de notícias veiculadas no seu blogue, quanto ao caso. Até o momento de finalização da coleta de dados para a pesquisa (15 de agosto de 2014), havia o registro de 441 notícias sobre o projeto Belo Monte, o que contribui para a visibilidade do mesmo. Neste sentido, cabe destacar que a organização possui uma campanha chamada “*Stop Belo Monte*” que foi ampliada para “*Pare todas as grandes barragens na Amazônia*”. A mesma envolve uma série de ações, como protestos, publicações de notícias, apoio a documentários voltados, sobretudo para proteção e defesa das populações indígenas que vivem no Médio Xingu, as mais atingidas pelo empreendimento. A maior parte dessas ações ligadas à campanha está relacionada com a terceira corrente do ambientalismo, a da Justiça Ambiental, e às ações de denúncia.

Uma das primeiras iniciativas da *Amazon Watch*, que trouxe grande visibilidade para o caso Belo Monte foi convidar James Cameron, diretor do filme *Avatar*, para conhecer a região da Volta Grande do Xingu. Esta visita resultou na produção de um documentário de curta-metragem “*Uma Mensagem de Pandora*”, que retrata os problemas que a construção da UHE Belo Monte pode trazer para a Amazônia brasileira, como o deslocamento de cerca de 20 mil pessoas da região e a alteração no modo de vida das populações indígenas (ribeirinhas, entre outras), devido à vazão reduzida no curso do rio. Neste documentário, Cameron solicita que o governo brasileiro não construa Belo Monte e dezenas de outras usinas na Amazônia. Foi filmado na Terra Indígena Arara do Maia e contou com a colaboração de outras organizações e movimentos sociais da região. Passou a ser exibido no mundo inteiro, juntamente como o filme *Avatar*, com o qual tem correspondência temática, sobretudo no que diz respeito aos tipos de impactos e o destino da energia que será gerada. Pode-se perceber, aqui, a ênfase para a corrente ambientalista da Justiça Ambiental, mas está entrelaçada com o viés da denúncia. No mesmo sentido, pode-se destacar a participação da *Amazon Watch* na elaboração e execução de uma marcha em Brasília, junto com a *Avaz* e o *MXVPS*, já discutida anteriormente.

Também no que diz respeito à vinculação com a discussão sobre a Justiça Ambiental, a *Amazon Watch*, junto a outras organizações parceiras no Brasil, Canadá, Estados Unidos e Europa, lançou uma campanha em defesa das comunidades indígenas e tradicionais ameaçados pela mineradora canadense Belo Sun. A empresa tem sede em Toronto e planeja

construir a maior mina de ouro do Brasil, às margens do Rio Xingu na Amazônia nas proximidades da barragem de Belo Monte, na Volta Grande do Xingu. Em novembro de 2013, foi suspensa a licença ambiental da empresa, que não tinha tomado as medidas necessárias para analisar o potencial impacto da mina sobre os povos indígenas. Depois disso, recebeu nova autorização, em dezembro de 2013, que foi suspensa em 2014.

Entende-se que o apoio da *Amazon Watch* e de outras importantes organizações (Instituto Socioambiental-ISA Greenpeace, WWF-Brasil, Movimento Xingu vivo e *International Rivers*) na produção do vídeo e no movimento Gota D'Água está mais diretamente voltado às proposições de denúncia. Este movimento surgiu em 2011 e gerou uma grande discussão nacional, graças à repercussão de vídeo que contou com a presença de alguns atores ligados à Rede Globo de Televisão, com argumentos fortes, evidenciando uma série de contradições e impactos presentes no caso Belo Monte. A maior parte desses argumentos está embasada nas referências do Painel dos Especialistas. A exceção fica por conta do trecho em que o vídeo anuncia que o empreendimento vai inundar terras indígenas, o que não corresponde à verdade. Isso era o que estava previsto no projeto original e não na versão atual do projeto.

Também como exemplo de uma ação direcionada para a denúncia, encontra-se a produção do documentário *Damocracy*, um filme que, pela primeira vez, relaciona dois grandes desastres humanitários e ambientais em andamento, perpetrados por governos de dois países: no Brasil, a UHE Belo Monte, no rio Xingu, Pará, e na Turquia a hidrelétrica de Ilisu, no rio Tigre. O filme foi dirigido pelo premiado documentarista canadense Todd Southgate e produzido pela organização turca Doga Denergi, com apoio das ONGs *International Rivers* e *Amazon Watch* e do Movimento Xingu Vivo para Sempre. Traça paralelos sobre os impactos dos dois projetos nas populações locais e o meio ambiente, colocando em cheque o discurso que aponta a hidreletricidade como fonte de energia limpa.

Pode-se destacar, ainda, as ações ocorridas em quatro cidades européias – Oslo, Genebra, Paris e Londres - de 20 de fevereiro a 2 de março de 2011. Na ocasião, alguns representantes da *Amazon Watch*, da *International Rivers* e das lideranças indígenas - Sheyla Juruna, de Altamira (PA); Almir Suruí, de Rondônia; e Ruth Mestoquiari, indígena Ashaninka do Peru - participaram de reuniões e atividades com membros de governos, membros das Nações Unidas, empresas, ONGs e imprensa, para buscar apoio e/ou compromissos contra a violação de Direitos Humanos das populações ameaçadas pelas usinas hidrelétricas. Cabe destacar que a turnê passou pela Noruega, considerado o país-doador com maior financiamento internacional à proteção de florestas tropicais e diversos protestos foram

realizados em frente ao escritório do BNDES em Londres.

A Amazon Watch também participou de uma manifestação organizada pelo MXVPS, em Altamira, em que foram plantadas 500 árvores nativas de açaí para estabilizar a margem do rio Xingu. Eles também ergueram 200 cruzeiros nas margens do rio para homenagear aqueles que perderam a vida defendendo a Amazônia, como a freira americana chamada Dorothy Stang, que foi assassinada por fazendeiros em fevereiro de 2005, na região em que está sendo construída a UHE Belo Monte, próxima a Altamira, no Pará.

Em síntese: o foco dessa ONG é a proteção das populações indígenas do Xingu ameaçadas pela construção da UHE Belo Monte, que se expressa em várias ações de militância e denúncia. Em geral, boa parte das suas ações é realizada em parceria com o maior movimento social local, o MXVPS, do qual ela faz parte. Como a organização não recebe recursos de empresas envolvidas com o empreendimento, ela possui maior autonomia para a resistência.

5.6 DISCUSSÃO SOBRE A INFLEXÃO DAS ONGs AMBIENTALISTAS A PARTIR DOS ANOS 1990

A partir dos dados apresentados, em relação a cada uma das ONGs, englobando seus percursos históricos e sua atuação específica no caso Belo Monte, parte-se agora para a discussão da inflexão dessas entidades, considerando os objetivos da tese, o referencial teórico e os depoimentos das entrevistas. Há perceptíveis diferenciações na atuação das ONGs, no espectro das três correntes ambientalistas abordadas e que, no quadro descritivo da coleta, estão associadas com o viés da denúncia. Essas diferenciações também podem ser refletidas em relação às transformações do capitalismo. Isso é importante, para debater como a Economia entende e usa a natureza, desde o enfoque oriundo da Economia Clássica (que concebe a natureza como externalidade), até mais recentemente, por meio da Economia Ambiental (que insere a natureza no cálculo econômico) e da Economia Ecológica (que trata os conflitos por ela gerados e os diversos discursos de valoração). (MARTINEZ ALIER, 2007; 1990; SUERTEGARY, 2008)

No que diz respeito à trajetória histórica das ONGs analisadas, é possível perceber algumas oscilações e tendências nos procedimentos das mesmas, ao longo do tempo. Cabe ressaltar o fato de que as ONGs, a partir dos anos 1990, foram convidadas a participar do

terceiro setor e a fazer parceria com o Estado e as empresas. Em termos de consequência, isso é ambivalente, já que, ao mesmo tempo, cria possibilidades de melhores condições de sobrevivência, para essas organizações, mas também as submete a um esquema de vinculação e captação de recursos, para a efetivação dos seus projetos, o que está de acordo com a lógica do neoliberalismo. Diante disso, boa parte das ONGs não faz enfrentamentos mais profundos ao modelo de capitalismo, mas se limita a ações pontuais. Essas ações têm importância, sem dúvida, mas são restritas. Em alguns casos, limitam-se ao empreendimento a que se referem, sem questionamentos maiores quanto ao sistema que decide o rumo dos acontecimentos.

O Greenpeace e o WWF são os grandes expoentes em termos do movimento ambientalista mundial. Trata-se de organizações consolidadas, com grandes recursos e projetos significativos na Amazônia. Elas atuam por projetos, sendo que Belo Monte não se tornou o foco de sua atuação.

Percebe-se que o Evangelho da Ecoeficiência é uma tendência recente das duas organizações. Isso tem a ver com a lógica do discurso ambientalista, a partir dos anos de 1990, as parcerias com o governo e o setor privado. Observa-se, aqui, também, a vinculação com o processo do capitalismo, na fase do auge do neoliberalismo, discutido nesta tese a partir de Harvey, como acumulação por espoliação. Esse autor explica o processo mais recente de práticas do capitalismo, destacando que o direcionamento para a acumulação por espoliação é uma tendência e parte da tentativa de sobrevivência do próprio sistema. Isso promove uma escalada de destruição dos recursos ambientais globais, como a água, as florestas e os habitats das populações tradicionais, por exemplo. Fica evidente, portanto, uma mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas, como uma das marcas do capitalismo. A ecoeficiência, por sua vez, propõe o uso de novas tecnologias, para tentar garantir a eficiência na produção associada ao desenvolvimento sustentável.

Observa-se, ainda, no caso das duas organizações, a expressão de ação voltada para a Justiça Ambiental. Essa característica se manifesta quando as entidades participam de ações em defesa dos direitos dos povos indígenas, como ficou expresso no quadro demonstrativo.

Há ainda um fator a considerar que é a não publicização completa dos meandros da estrutura e os modos de funcionamento das organizações. Na prática, nem sempre é fácil obter informações das ONGs. Há situações díspares, nesse sentido. Enquanto algumas organizações são receptivas; outras se mostram contidas e tornam mais difícil a obtenção de dados. Em uma das entrevistas, a ex-liderança indígena Sheila Juruna¹²⁶ disse: “tem áreas das ONGs em que a

¹²⁶ Vale destacar que essa ex-liderança é uma fonte privilegiada, já que, em diversos momentos, participou de atividades organizadas por ONGs nacionais e internacionais, representando os povos do Xingu.

gente não entra e não pode questionar muito”. Nesse sentido, diversos autores chamam a atenção para o fato de que as ONGs não têm autonomia, porque recebem recursos de empresas, governos e organismos multilaterais como o Banco Mundial (PORTO-GONÇALVES, 2006; HARVEY, 2011). Entram na mesma lógica de captação dos recursos

A *Amazon Watch*, por sua vez, desde o início surgiu para defender os povos mais atingidos por grandes projetos na Amazônia e faz parte do movimento social local, tendo atuação direta junto ao Movimento Xingu Vivo. A organização não recebe recursos de empresas que possam estar envolvidas com projetos em que ela atua. Isso constitui uma dificuldade para a obtenção de recursos.

É possível perceber que a atuação dessa organização escapa às correntes do ambientalismo, estritamente, expressando-se prioritariamente como denúncia, ainda que vinculada à questão indígena. Associando com a visão de Boaventura, sociologia das ausências versus das emergências, pode-se pensar que a atuação da organização, mesmo não sendo efetivamente ligada à justiça ambiental, em termos de projetos concretos, acaba representando uma inflexão nesse sentido, à medida que dá visibilidade, ou seja, faz emergir a expressão dos conflitos distributivos para os povos da Volta Grande do Xingu, bem como os diferentes discursos de valoração envolvidos, que ultrapassam os pressupostos da corrente da Ecoeficiência.

O ISA é a organização nacional com atuação mais expressiva no caso de Belo Monte. Não tem um projeto específico para o empreendimento, mas tem um projeto que envolve toda a bacia do Xingu, do Mato Grosso até o Pará. Em termos teóricos, percebe-se um alinhamento da atuação da ONG com a questão do conflito distributivo, presente na corrente da Justiça Ambiental, também coerente com os posicionamentos de Martínez Alier (2007), no sentido de que as entidades mais consolidadas não vão para o embate direto. Tem mais de 100 fontes de financiamento, entre nacionais e internacionais. No caso dos projetos do Xingu, a maior parte dos financiamentos é proveniente de fontes nacionais, inclusive do governo brasileiro, BNDES e do Fundo Vale.

Destaca-se, ainda, a atuação do ISA nas outras correntes, como é o caso da Ecoeficiência, com a participação no PDRS Xingu e o monitoramento de impactos da pesca na terra indígena Paquiçamba e com pescadores de Altamira e Vitória do Xingu.

A AGAPAN é uma ONG que se diferencia das demais, pela restrição de sua atuação nos anos recentes. Trata-se de uma ONG que surgiu na década de 1970, que sobrevive apenas de seus associados, não recebe doações do governo, o que limita sua área de atuação. Oscila entre a denúncia e a ecoeficiência, ainda que as ações de denúncia dessa organização tenham

o viés de justiça ambiental. Sua atuação foi bastante marcante no início do movimento ecopolítico no Brasil, destacando-se pela sua história de denúncia e autonomia, em relação às outras. Isso, contudo, evidencia o lugar das ONGs, no cenário do capitalismo dos anos recentes, com o estreitamento do espectro da atuação e os limites estabelecidos, pelos poucos recursos disponíveis.

Em síntese, percebe-se que as ONGs analisadas, em suas múltiplas diferenciações, têm em seu conjunto, procedimentos relacionados às três correntes do ambientalismo. Ao longo do tempo, em linhas gerais, demonstram o enfraquecimento na ação de militância, com tendência forte de Ecoeficiência e a emergência de ações voltadas para a Justiça Ambiental. A tendência para a corrente da Justiça Ambiental, abordada na teoria que sustenta esta tese, emerge dos conflitos ecológicos distributivos, em cujo processo fica explícita a distribuição desigual de poder (e de recursos) entre os atores envolvidos com o empreendimento. Essa tendência valoriza o saber popular (como o dos indígenas e dos ribeirinhos da Volta Grande do Xingu) e pode vir a significar uma renovação importante no trabalho das ONGs, uma vez que ultrapassa os pressupostos da corrente da Ecoeficiência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve como proposta refletir sobre a atuação, no Brasil, das ONGs ambientalistas no cenário do capitalismo pós-1990, analisada a partir do caso específico da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Percorreu-se um caminho denso e cheio de percalços. Vale resgatar, neste ponto, a proposição apresentada no início deste trabalho, que pressupunha a associação entre a atuação das ONGs ambientalistas e a inserção do Brasil nas transformações do capitalismo internacional, a partir dos anos 1990. Definiu-se, como proposição, que a atuação das ONGs ambientalistas pode refletir essas transformações globais, assim como aspectos inerentes à nova configuração de forças político-econômicas no cenário nacional.

A tese refletiu sobre as transformações decorrentes do capitalismo e as consequências dessas transformações, como direcionamentos das ONGs ambientalistas em relação à Usina Hidrelétrica Belo Monte. Afirmou-se, a priori, que algumas ONGs transformaram-se no contexto dessas mudanças, na medida em que, gradativamente, deixaram em segundo plano os fundamentos do pensamento ambientalista das décadas de 1970 e 1980, enquanto tradição da militância e da denúncia. Tais bases, por sua vez, estão sendo tensionadas pela perspectiva da Justiça Ambiental, aqui entendida como avanço na compreensão entre pensamento ambientalista, economia e sociedade.

As cinco ONGs analisadas nesta tese são instituições consolidadas, com história, tradição e atuação reconhecida. O trabalho de coleta de informações sobre cada uma das ONGs implicou na busca de ações concretas dessas organizações em relação ao empreendimento. Em termos gerais, a atuação dessas organizações, no que diz respeito à Usina Hidrelétrica Belo Monte, possibilitou evidenciar ambivalências e contradições que estão presentes nas suas práticas. O que se percebe é que isso ocorreu em função da subordinação à lógica do capital.

Não se trata, aqui, no entanto, de julgar o empreendimento em si, mas de considerá-lo como objeto empírico desta tese, para ajudar a refletir sobre a proposição expressa no objetivo geral, qual seja: analisar a atuação das ONGs ambientalistas na questão da UHE Belo Monte, tomando como referência a inserção do Brasil no processo de reestruturação do capitalismo internacional, nos anos pós-1990. Em paralelo ao processo de desenvolvimento do capitalismo e da emergência de um novo modelo de organização não governamental, foram consideradas as fases do movimento ambientalista, a partir das três correntes discutidas por Martínez Alier (2007) e da tradição de militância e denúncia.

As considerações realizadas a partir daqui procuram sintetizar conclusivamente as discussões, apresentadas a partir dos dados obtidos no trabalho de campo e do seu entrelaçamento com o eixo teórico da tese e os objetivos expostos.

As ONGs analisadas, em seu conjunto, atuam nas três correntes do ambientalismo. Além disso, cada uma das organizações pertence a mais de uma corrente. Do mesmo modo, em linhas gerais, elas demonstram enfraquecimento nas ações de militância e o fortalecimento da corrente do Credo da Ecoeficiência (MARTINEZ ALIER, 2007), realizando e divulgando estudos sobre eficiência energética e tecnologias limpas. Na verdade, esta temática, desde os anos 1990, começa a escapar do movimento ambientalista e passa a interessar cada vez mais o setor empresarial e algumas instituições multilaterais (PORTO-GONÇALVES, 2006). Na prática, esse discurso da ecoeficiência se torna dominante no meio empresarial e nas conferências mundiais de meio ambiente. Busca conciliar crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, sem alterar o modelo vigente.

À medida que foi avançando o licenciamento ambiental da Usina de Belo Monte, algumas ONGs alteraram seus procedimentos. Isso tem a ver com as mudanças na conjuntura política e com as novas formas de negociações e parcerias das ONGs. Enquanto a AGAPAN manteve a sua tendência de denúncia (demonstrando o evidente enfraquecimento da entidade), o ISA abriu mão de combater o empreendimento. Pode-se perceber ainda que, embora o WWF, o Greenpeace e a AGAPAN não tenham uma expressão marcante no caso Belo Monte, essas organizações adotaram procedimentos voltados à justiça ambiental, ao buscar proteger os direitos indígenas da região e ao questionar o modo de licenciamento ambiental. Já o ISA e a Amazon Watch, por sua vez, têm uma forte atuação direcionada para a terceira corrente, apesar de se diferenciarem bastante nas suas ações. Enquanto o ISA se destaca, sobretudo, no monitoramento das condicionantes, dialoga com o BNDES e participa do PDRS Xingu, a Amazon Watch atua mais no ativismo, inclusive participando e apoiando várias iniciativas do MXVPS.

Em suma, percebe-se que as ONGs analisadas enfraqueceram as suas ações de enfrentamento, tendo vivido a inflexão para o Credo da Ecoeficiência, com a emergência de aspectos da corrente da Justiça Ambiental. Essas atuações, no entanto, são coerentes com as transformações do capitalismo e as correntes do ambientalismo. A própria inserção das ONGs no terceiro setor surge em decorrência da lógica de funcionamento do sistema capitalista, para diminuir a força do enfrentamento. Estão, portanto, em sintonia com a funcionalidade do projeto neoliberal, no processo atual de reestruturação do capital. Autodenominadas terceiro setor começaram, gradativamente, a inserir-se no sistema, passando por uma espécie de

reengenharia organizacional, que alterou a sua relação não apenas com o Estado, mas também com as empresas, estabelecendo parcerias e dependências.

A análise da atuação das ONGs envolvidas nesta tese, observada em relação à Usina de Belo Monte, possibilitou perceber que o próprio sistema de obtenção de recursos para os projetos dessas organizações significa um dos fatores de direcionamento da agenda e do perfil da entidade. Nesse sentido, alguns autores (HARVEY, 2005, 2012; MONTANO, 2002) afirmam que as ONGs dos anos de 1990 acabaram ficando muito limitadas pelas instâncias políticas e pelos seus mantenedores - geralmente, o Estado e as grandes empresas.

No cenário brasileiro, o empreendimento em questão tem uma história associada a diversas fases do desenvolvimento nacional, desde a concepção do projeto, na década de 1970, em que os governos militares tinham como prioridade a administração e a construção de grandes empreendimentos no setor energético do país. Naquela época, o governo pretendia construir a Usina de Belo Monte e mais cinco grandes hidrelétricas no rio Xingu, mas recuou quando o Banco Mundial suspendeu o financiamento. Já o governo neoliberal pouco investiu no setor energético. O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso privatizou em grande parte o setor elétrico brasileiro, o que deixou comprometido um projeto de expansão necessária, em função da demanda energética do país. Exatamente em decorrência desse processo e do fato de que o setor privado não fez os investimentos necessários, deflagrou-se grave crise do setor elétrico, com os apagões e o processo de racionamento. Depois disso, no governo Luíz Inácio Lula da Silva, tornou-se a principal obra do Plano de Aceleração de Crescimento (PAC 1 e depois PAC 2), que teve sequência no governo Dilma Rouseff.

Agora, no novo cenário, em que o Brasil recuperou a autonomia e os recursos financeiros próprios, o empreendimento está seguindo adiante. A Usina Hidrelétrica Belo Monte, passou a ser considerada essencial para garantir o avanço de setores importantes e o crescimento previsto para o país, como opção às usinas termelétricas, consideradas uma fonte de energia mais cara e mais poluente. Vários fatores são apresentados em defesa da obra. Este tem sido, inclusive, o argumento para a implementação de outras hidrelétricas de grande porte nos afluentes da margem direita do rio Amazonas. Até 2020, por exemplo, está prevista a operação inicial de novas usinas na Amazônia, uma vez que o potencial hidrelétrico das regiões Sudeste e Nordeste está praticamente esgotado. Estão previstas 25 novas hidrelétricas a fio d'água apenas na Bacia do Tapajós, além das usinas de Jirau e Santo Antônio, já em operação parcial na Bacia do Madeira.

Por outro lado, há todo um questionamento e polêmica em relação ao processo de licenciamento ambiental e de implantação da UHE Belo Monte. Apesar de o Brasil ter

evoluído muito nas políticas ambientais, o que tem relação com a ecoeficiência, o que se observa é que esse avanço não se efetiva, na prática, em função da utilização de mecanismos existentes para burlar o que está previsto pela legislação do setor. Percebe-se, no caso Belo Monte, a incoerência entre a legislação ambiental e a sua execução. É o que fica claro, por exemplo, ao longo de todo o processo de licenciamento ambiental, das audiências públicas, nas inúmeras ações movidas no Judiciário, com liminares concedidas e suspensas, por conta do instrumento jurídico de suspensão de segurança. A utilização desse instrumento permite que decisões governamentais vigorem independentemente de sua legalidade e das lesões que podem provocar aos direitos fundamentais. Além disso, vale ressaltar o fato de que o Ministério Público Federal do Pará moveu 18 ações civis públicas contra as ilegalidades no caso Belo Monte, sendo que doze dessas ações permanecem sem decisão no mérito.

No centro dos questionamentos, ainda, encontram-se as audiências públicas realizadas. Segundo alguns autores, foi utilizada linguagem pouco acessível à população local, constituindo-se como uma espécie de palco de convencimento, com pouco espaço para discussão. Em outras palavras, a grande polêmica está na acusação no sentido de que essas políticas têm sido implantadas de forma pouco democrática, alheias às necessidades das comunidades locais, que justificam os represamentos a qualquer custo.

Claramente se percebe, portanto, que o conflito em torno da construção da Usina de Belo Monte, trata-se de um exemplo de conflito ecológico distributivo, tomando como base a perspectiva teórica de Martínez Alier (2007). Decorre da abertura de uma nova área de produção em região de floresta, com população indígena e ribeirinha, na Volta Grande do Xingu, que antes não vivia essa situação. Em outras palavras, este conflito resulta da ação deste grande empreendimento, que se apropria dos recursos do lugar que anteriormente eram mais bem distribuídos pelas comunidades locais.

Ao mesmo tempo, em seu processo histórico, nesses quase 40 anos (1975-2014), o empreendimento viveu uma série de ajustes, de modo a atender às necessidades socioambientais e às demandas da população local, apoiadas pelas ONGs e pelos movimentos sociais. As alterações foram significativas. A grande crítica ao empreendimento, inicialmente, era a dimensão da área a ser alagada e os prejuízos socioambientais decorrentes. No projeto inicial, a Terra Indígena Paquiçamba e a Arara da Volta Grande do Xingu seriam invadidas pela barragem. Isso não ocorrerá, segundo as especificações do projeto atual, que transformou Belo Monte numa usina a fio d'água. A área dos reservatórios foi alterada, reduzindo de 1225 Km² para cerca de 503 Km². Com isso, nenhuma terra indígena será alagada. Vale ressaltar que essas alterações reduziram a energia gerada, que passou de 11mil MW para cerca de 4000

MW de energia firme. De certa maneira, traz custos socioambientais ao governo, o que corresponde a concessões ao movimento ambientalista, ainda que essas concessões, ao que parece, nem sempre sejam percebidas por esses movimentos. Deste modo, ao não perceberem claramente as concessões, as organizações também, em vários momentos, demonstram não ter a nítida dimensão da sua contribuição para os avanços.

Como demonstração dessas transformações, pode-se mencionar, ainda, o número significativo de condicionantes envolvidas no processo de licenciamento. Para a aprovação da Licença Prévia, o Ibama exigiu 40 condicionantes (entre medidas de mitigação e compensação) que se transformaram, a partir da Licença de Instalação em 117 condicionantes de cunho ambiental ou pertinentes à saúde, à educação, à moradia e ao saneamento básico, entre outros aspectos. Nesse sentido, existe a previsão de investimentos de 3,2 bilhões de reais para as populações dos cinco municípios diretamente atingidos pelo empreendimento. Até setembro de 2014, já tinham sido investidos cerca de 1,9 bilhões, segundo dados oficiais do Consórcio Norte Energia. O empreendimento representa, ainda, um dos fatores de impulso para o surgimento de um projeto de desenvolvimento regional, o PDRS Xingu (que envolve investimentos de 500 milhões de reais para 11 municípios no entorno). Permanecem, no entanto, cobranças e questionamentos, em função de atrasos e o não cumprimento integral de algumas condicionantes.

A operacionalização da pesquisa envolveu alguns desafios metodológicos. Entre eles, está à própria complexidade de fatores intervenientes no objeto de estudo, que criou a necessidade de abordagem teórica transdisciplinar.

Em outra dimensão, a estratégia metodológica envolveu a necessidade de aproximação direta do objeto empírico e diversos sujeitos a ele relacionados. Essa opção demandou muito tempo e investimento, assim como o enfrentamento de barreiras de informações, que se verificam em alguns casos. Observou-se que algumas ONGs, por exemplo, não têm canais abertos facilitadores de acesso. As informações obtidas foram resultado de muitos contatos e eventuais enfrentamentos de tentativas de esquiva, diante de alguns questionamentos.

Destaca-se, ainda, em termos metodológicos, a pertinência do uso do método de análise de conteúdo, que permitiu o cruzamento de dados relativos às ações das ONGs e a visualização dos diversos aspectos presentes no objetivo de tese.

A produção da tese também sinaliza para a possibilidade de realização de futuras pesquisas. O próprio Movimento Xingu Vivo mereceria um aprofundamento, em termos de investigação, em função de seu caráter híbrido, pois é constituído de organizações locais, reunindo diversos segmentos e tipos de representação, e até mesmo com vínculo com

organizações de grande porte, nacionais e internacionais, como a Amazon Watch, por exemplo. A pesquisa sinaliza ainda a importância de estudos que investiguem o rumo dos acontecimentos do empreendimento, bem como os projetos de outras usinas hidrelétricas de grande porte na Amazônia. Observa-se, também, que as organizações constituem-se como campo fértil de novos estudos, em suas variações e peculiaridades.

O que se percebeu, nesta tese, é que as ONGs parecem expressar bem uma situação em que a lógica do sistema capitalista é absorvida pelas próprias entidades, que, por sua vez, passam a espécies de engrenagens de obtenção de capital, em nome de projetos que mantêm os sujeitos não sujeitos, mas objetos dos projetos, motivos de grandes campanhas. Na prática, como em um círculo vicioso, a lógica do capitalismo segue e os projetos se renovam. Por outro lado, o trabalho das ONGs, independentemente de suas vinculações, representa uma significativa contribuição, alterando o rumo dos acontecimentos. Em suma, essas organizações inserem-se em um sistema maior, que também vive constantes transformações e sob a urgência de atender melhor às necessidades das diversas populações, ao mesmo tempo em que se consolidam projetos de desenvolvimento.

Por fim, percebe-se que esta tese se insere nos meandros dos estudos da Geografia Contemporânea, ao mesmo tempo em que apresenta a discussão de uma obra que emerge em um grande meandro (chamado de Volta Grande do Xingu). Nesta metáfora, tem-se a emergência de sinalizadores para a produção de uma Ciência que considere as diversas implicações das relações sociedade e natureza. Nesse sentido, não há certezas, apenas inflexões percebidas. Não há conclusões fechadas, apenas a percepção de que a própria tese emerge e se encerra em um campo de meandros, a Geografia, uma área de conhecimento em construção, sob os embates entre conflitos e condicionantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **A Amazônia**: do discurso à práxis. São Paulo: EDUSP, 1996.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____. Políticas ambientais e construção democrática In: VIANA, G. SILVA, M.; DINIZ, N. (Coord.). **O Desafio da Sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 75-96.

_____; MELLO, C; BEZERRA G. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AGAPAN. Disponível em: <<http://agapan.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

ALEXANDRE, A. F. A Perda da Radicalidade do Movimento Ambientalista Brasileiro uma nova contribuição à crítica do movimento. **Ambiente e Educação**, Rio Grande do Sul, n. 8, p.73-94, 2003.

ALMEIDA, M. P. **Reformas neoliberais no Brasil**: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. 427fls. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

AMAZON WATCH. Disponível em: <<http://amazonwatch.org/>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

_____. O Brasil de Lula. **Novos Estudos**, São Paulo: CEBRAP, n. 9, nov. 2011. p. 23-52.

ANTIGO SOCIOAMBIENTAL. Disponível em: <http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/nsa/detalhe?id=3312>>. Acesso em: 16 mai. 2014.

BAITELO, R. **A caminho da sustentabilidade energética**: como desenvolver um mercado de renováveis no Brasil. São Paulo: Greenpeace, 2008.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. **A inflexão do governo Lula**: política econômica, crescimento e distribuição de renda. 2010. Disponível em: <<http://nodocuments.files.wordpress.com/2010/03/barbosa-nelson-souza-jose-antonio-pereira-de-a-inflexao-do-governo-lula-politica-economica-crescimento-e-distribuicao-de-renda.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, T. A., RAVENA, N. Representações Sociais nas Audiências Públicas de Belo Monte: do palco ao recorte midiático. **Anais... ENCONTRO DA COMPOLITICA**, 4., 2011. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 13-15 de abril 2011. Disponível em: www.compolitica.org. Acesso em: 23 abr. 2014.

BECKER, B.K. Tendência de transformação no Brasil. Vetores e circuito. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, p. 5-15, jul./dez., 1997.

_____. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In. SANTOS, M; BECKER, B. K. **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro, Lamparina, 2011, p. 22-40.

BEN. **BALANÇO ENERGÉTICO NACIONAL 2011**: ANO BASE 2010. RIO DE JANEIRO: EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE, 2011, P. 175-189. DISPONÍVEL EM: <WWW.MME.GOV.BR/MME/GALERIAS/ARQUIVOS/PUBLICACOES/BEN/2_-_BEN_-_ANO_BASE/1_-_BEN_PORTUGUES_-_INGLXS_-_COMPLETO.PDF> . ACESSO EM: 30 MAI. 2014.

_____. **BALANÇO ENERGÉTICO NACIONAL 2014**: RELATÓRIO SÍNTESE, ANO BASE 2013. RIO DE JANEIRO: EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE, MAIO 2014. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WEBCACHE.GOOGLEUSERCONTENT.COM/SEARCH?Q=CACHE:OTZJZRULSAKJ:HTTPS://BEN.EPE.GOV.BR/DOWNLOADS/S%25C3%25ADNTESE%2520DO%2520RELAT%25C3%25B3RIO%2520FINAL_2014_WEB.PDF+&CD=1&HL=PT-PT&CT=CLNK&GL=BR](http://WEBCACHE.GOOGLEUSERCONTENT.COM/SEARCH?Q=CACHE:OTZJZRULSAKJ:HTTPS://BEN.EPE.GOV.BR/DOWNLOADS/S%25C3%25ADNTESE%2520DO%2520RELAT%25C3%25B3RIO%2520FINAL_2014_WEB.PDF+&CD=1&HL=PT-PT&CT=CLNK&GL=BR)> ACESSO EM: 20 JUL. 2014.

_____. **Relatório Final**. Disponível em: https://ben.epe.gov.br/downloads/Relatorio_Final_BEN_2013.pdf. Acesso em: 20 jul. 2014.

BNDES. BNDES aprova financiamento de 22,5 bilhões para Belo Monte. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2012/todas/20121126_belomonte.html>. 2012. Acesso em: 23 mar. 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Globalização e Competição:** por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____. Novo Desenvolvimento e Ortodoxia Convencional. **Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 29-40.

CARDOSO, R. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, E. **3º setor:** desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p.08-12.

CARINHATO, P. H. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**, a. II, n. 3; p. 37-46, dez. 2008.

CARVALHO JR., N. O conhecimento etnoecológico dos pescadores Yudjá, Terra Indígena Paquiçamba, Volta Grande do Rio Xingu. **Tellus**, Campo Grande/MG, a. 11, n. 21, p. 123-147, 2011.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz Terra, 1999.

CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CECHIN, A; VEIGA, J. E. da. O fundamento central da economia ecológica. In: MAY, P. H. **Economia do meio ambiente.** Rio de Janeiro: Elsevier Ltda, 2010. p. 33-48.

CERVO, A. L. **Inserção internacional:** formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHANG, H. **Chutando a escada:** a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.

COUTINHO, J. **ONGs e políticas neoliberais no Brasil**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (orgs.). **A questão ambiental**; diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 43-79.

DEMO, P. **Pesquisa informação qualitativa**: aportes metodológicos. 3. ed. Campinas/São Paulo: Papyrus, 2006.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: _____. (Org.). **Etnoconservação**. Novos Rumos para a Conservação da Natureza. 2. ed. São Paulo: ANNABLUME; NUPAUB-USP; HUCITEC, 2000. p. 01-46.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. R. **A Difícil Rota do Desenvolvimento**: empresários e a agenda pós-neoliberal. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, 2007.

ELETROBRÁS, **Atualização do Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu**. Relatório geral. Tomo II, 2007. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0C0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.eletronorte.com.br%2Fservices%2Fdocument%2FfileDownload.EZTSvc.asp%3FdocumentID%3D%257B6B67D0FD-76F2-4F75-AD53-8FECD90119B7%257D%26ServiceInstUID%3D%257B5947E09B-BDF0-4A21-A48F-518B42072401%257D&ei=HgdDU6O2BcmwsATPuIBw&usq=AFQjCNGUertz7tRcnKGTOKI1xarJOrpB-g&sig2=WGq5L_Mfp_zQHxWp9ReUjA&bvm=bv.64125504,d.dmQ. Acesso em: 07 abr. 2014.

ELETRONORTE. **Plano de desenvolvimento sustentável da região de influência do complexo hidroelétrico de Belo Monte**. Versão preliminar, 85 p. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/199294587/Eletronorte>. Acesso em: 16 mai. 2014.

EPE, Empresa de Pesquisa Energética. **Projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte Fatos e Dados**. Fev. 2011. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/leiloes/Documents/Leil%C3%A3o%20Belo%20Monte/Belo%20Monte%20-%20Fatos%20e%20Dados%20-%20POR.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.

FAINGUELERNT, M. B. **Belo Monte**: o estado democrático de direito em questão. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

FALCÃO, Alexandre. **Belo Monte**: uma usina de conhecimento. Rio de Janeiro: Insight, 2010.

FEARNSIDE, P. M. O novo EIA – RIMA da hidrelétrica de Belo Monte: Justificativas goela abaixo. In: MAGALHÃES, S. M. S. B.; HERNANDEZ, F. M. (org.). **Painel de Especialista. Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte.** p. 108-230, Belém: 2009. Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf. Acesso em: mai. 2014.

FIGUEIRA NETTO, C. A. M.; FRANCO, H. C. B.; REZENDE, P. F. V. S. UHE Belo Monte – Evolução dos Estudos, **Seminário Nacional de Grandes Barragens**, n. 27, 2007, Belém-PA. Disponível em: <p://www.eletronbras.gov.br/ELB/extranet/data/documents/storedDocuments/%7B5947E09B-BDF0-4A21-A48F-518B42072401%7D/%7BCA553E55-5660-4778-8CD7-6BCB07905B74%7D/AHE%20Belo%20Monte%20Evolu%E7%E3o%20dos%20Estudos.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.

FIORI, J. L. Ajustes e milagres latino-americanos. In: _____. **Os Moedeiros Falsos.** Petrópolis: Vozes; 1997. p. 65-78.

FLEURY, L. C. Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia Brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. Fls 320, Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

_____; ALMEIDA, J. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente e Sociedade**, v. 16. n. 4. São Paulo, dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2013000400009&script=sci_arttext. Acesso em jun-2014.

FUNAI. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-24-32>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

_____. **UHE Belo Monte: análise do componente indígena dos estudos de impacto ambiental.** Brasília, 2009. http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/BeloMonteFUNAI.pdf. Acesso em mai-2014.

GOHN, M. G. O novo associativismo e o Terceiro Setor. **Revista Quadrimestral do Serviço Social**, São Paulo: Cortez, a. XIX, n. 58. p. 9-23, nov. 1998.

_____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O Protagonismo das ONGs e a Gestão Social. In: I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE GESTÃO SOCIAL. 2004. Disponível em: <<http://www.sesirs.org.br/conferencia/conferencia2005/papers/gohn.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

GOLDENBERG, J.; PRADO, L. T. S. Reforma e crise do setor elétrico no período FHC, **Tempo Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 2, nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 20 jan. 2013.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Veredas Editorial, 1990.

GREENPEACE. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/>>. Acesso em: jun. 2014.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Neoliberalismo, História e Implicações**. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HERNÁNDEZ, F. M. Energia firme versus Potência instalada, Descrições Imprecisas do Projeto, Áreas impactadas invisibilizadas no EIA. In: MAGALHÃES, S. M.S.B.; HERNÁNDEZ, F.M.(org.). **Painel de Especialista**. Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte. p. 118-128. Belém: 2009. Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf. Acesso em: set. 2014.

HERNÁNDEZ, F. M.; MAGALHÃES, S. B. Ciência, Cientistas e Democracia Desfigurada: o caso Belo Monte. **Anais... ENCONTRO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS**. 3., 2010. Belém/PA, dez. 2010.

HYDROWORLD. **Da China 13.86-GW Xiloudu usina hidrelétrica entra em operação comercial**. Disponível em: <<http://www.hydroworld.com/articles/2013/07/china-s-13-86-gw-xiluodu-hydrpower-plant-begins-commercial-operation.html>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150060>. Acesso em: 27 mai. 2014.

IFCH, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. **Tecnologia-Natureza-Ciências Sociais**, dez. 2013. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/profseva/>. Acesso em: jun. 2014.

JATOBÁ, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G.M. Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009.

KRALJEVIC, A.; MENG, J.; SCHELLE, P. **Seven Sins of Dam Building**. Disponível em: <http://awsassets.panda.org/downloads/seven_sins_of_dam_building_wwf.pdf>/. Acesso em: 18 jul. 2014.

KRÄUTLER, D. E. Mensagem de abertura. In: FILHO SEVÁ, O. **Tenotã-mõ**. Alertas sobre as consequências dos projetos Xingu. São Paulo: IRN, 2005. p. 09-12.

KUCZYNSKY, P. Montando o palco. In: KUCZYNSKI, P.; WILLIANSOM, J. **Depois do consenso de Washington**. São Paulo: Saraiva, 2004. p.18-27.

KUSER, H. OSCIP x ONG. **Gestão de marketing e negócios**. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/2008/colunas/marketing/maio_16.htm>. Acesso em: 04 set. 2014.

LANDIM, L. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome**. 239 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

LEIS, H. R.; D'AMATO, J. L. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 77-103.

LIMA, G. F. C. **Educação e sustentabilidade**: possibilidade e falácia de um discurso. Disponível

em:http://www.anppas.org.br/encontro_encontro1/gt/sociedade_do_conhecimento/Gustavo%20F.%20Costa%20Lima.pdf. Acesso em: 8 jul. 2012.

LISBOA, M. V. Balanço da Política Ambiental do governo Lula: Grandes e duradouros impactos. In: DE PAULA, M. **“Nunca antes na história desse país”...?** : um balanço das políticas do governo Lula. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2011.

MACHADO, A M F; PEREIRA, B. R; RAMOS, L. O. (coord.). **Usina hidrelétrica Belo Monte**: implicações institucionais, econômicas e socioambientais. São Paulo: DIREITO GV - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, 2011. Disponível em: <http://direitogv.fgv.br/sites/direitogv.fgv.br/files/belo_monte_-_narrativa.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2014.

MACIEL, D. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, a. XIII, n. 11, p. 98-108, dez. 2011.

MAGALHÃES, A. C. Índio e Barragens: a complexidade étnica e territorial na região do Médio Xingu. In: SEVÁ FILHO, A. O. **Tenotã-Mõ**: eletricidade para quem? Às custa de quem? Parte II. São Paulo: IRN, 2005. p. 255-267.

_____. Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Xingu: Usina de Belo Monte análise do estudo de Impacto ambiental povos indígenas. In: MAGALHÃES, S. M. S. B.; HERNANDEZ, F. M. (Org.). **Painel de Especialista**. Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte. p. 61-69. Belém: 2009. Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf. Acesso em: mai. 2014.

MAGALHÃES, S. M. S. B.; HERNÁNDEZ, F. M. (Org.). **Painel de Especialista**. Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte. p. 118-128. Belém: 2009. Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf. Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf Acesso em mai. 2014.

MAGALHÃES, S.; MARIN, R. A.; CASTRO, E. Análise de situações e dados sociais, econômicos e culturais. In: MAGALHÃES, S. M. S. B.; HERNANDEZ, F. M. (Org.). **Painel de Especialista**. Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte. p. 23-35. Belém: 2009. Disponível em:

http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf Acesso em mai/ 2014.

MARTÍNEZ- ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MME. Ministério de Minas e Energia. **Balço Energético Nacional**. 2013. Disponível em: <<https://ben.epe.gov.br>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Belo Monte vai produzir energia com respeito ao meio ambiente**. 2011. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/mme/menu/belo_monte.html>. Acesso em: 30 mai. 2014.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAES, R. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, PUC, n. 37, p. 7-32, mar. 1999.

MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 507-527, out./dez. 2011.

MPF. Ministério Público Federal. **Processos Caso Belo Monte**. Disponível em: www.prpa.mpf.br/news/2013/norte. Acesso em: 04 set. 2014.

NEDER, R. T., **Crise Socioambiental**: estado & sociedade civil no Brasil (1982 – 1998). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

NORTE ENERGIA. **Belo Monte Informa**, Altamira, PA, n. 8, 2012. Folheto.

_____. **Usina Hidroelétrica de Belo Monte**. Disponível em: <<http://norteenergiasa.com.br/site/>>. Acesso em: jan. 2014.

O GLOBO. **Greenpeace perde € 3,8 milhões com apostas erradas no mercado financeiro.** Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/greenpeace-perde-38-milhoes-com-apostas-erradas-no-mercado-financeiro-12877613>>. Acesso em: 16 jul. 2014b.

_____. **Região da Amazônia ganhará 15 novas usinas hidrelétricas.** Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/regiao-da-amazonia-ganhara-15-novas-usinas-hidreletricas-6633633#ixzz2u4J0sXf>. Acesso em: 20 jul. 2014a.

PATRICIO, M. M. (Coord.) et al. **TI Arara da volta grande do Xingu.** 2009. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/BM/DocsOf/EIA-09/Vol%2035/TOMO%203/Texto/TI-ARARA-Rev-Final-10-04-09.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014.

PAULA, A. S. Análise do projeto de Belo Monte e de sua rede de transmissão associada frente às políticas energéticas do Brasil. In: FILHO SEVÁ, O. **Tenotã-mõ.** Alertas sobre as conseqüências dos projetos Xingu. São Paulo: IRN, 2005. p. 114-134.

PEREIRA, A. K. Desenvolvimentismo, Conflito e Conciliação de Interesses na Política de Construção de Hidrelétricas na Amazônia Brasileira. In: GOMIDE, A. de Á.; PIRES R R C.. **Capacidades estatais e democracia:** arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: IPEA, 2014. p. 161-185.

PETRAS, J. Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau: Furb, 1999. Col. Sociedade e Ambiente, n. 3.

PINHO, C. E. S. O nacional-desenvolvimentismo e o novo-desenvolvimentismo no Brasil: expansão interna, externa e o discurso social-democrata. **Revista de Ciências Políticas**, p. 03-26. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/45/carlos_eduardo_45.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2013.

PINTO, C. R. J. O discurso democrático deslocado: a propósito do paradoxo da democracia. In: AMARAL Jr.; BURITY, J. A.. **Inclusão Social Identidade e Diferença:** perspectivas pós-estruturalistas de análise social. São Paulo: Annablume, 2006. p. 93-121.

PINTO. L. F. Grandezas e misérias da energia e da mineração no Pará. In: FILHO SEVÁ, O. (org.). **Tenotã-mõ.** Alertas sobre as conseqüências dos projetos Xingu. São Paulo: IRN, 2005. p. 95-113.

PLANETA SUSTENTÁVEL, 2014. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/na-garupa/tag/amazonia/>. Acesso em: 16 set. 2014.

PONTES Jr., Felício; BELTRÃO, J. G. Xingu, barragens e nações indígenas. In: FILHO SEVÁ, O. **Tenotã-mõ**. Alertas sobre as conseqüências dos projetos Xingu. São Paulo: IRN, 2005. p. 74-88.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A invenção de novas Geografias : a natureza e o homem em novos paradigmas. In: SANTOS, M; BECKER, B. K. **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro, Lamparina, 2011, p. 375-409.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, P. F. V. S; FROEHLICH, S.; FIGUEIRA NETTO, C. A. M. Conversando sobre o AHE Belo Monte. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CDsQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.eletronbras.gov.br%2FELB%2Fportal%2Fservices%2FDocumentManagement%2FFileDownload.EZTsvc.asp%3FDocumentID%3D%257BC8AA1495-FF54-4D89-88F6-BDCE7947C410%257D%26ServiceInstUID%3D%257B5947E09B-BDF0-4A21-A48F-518B42072401%257D&ei=yQ5DU9fwHojD0QHHPYCACA&usg=AFQjCNH8HHtt99KYcH2-D3n20gVomGj_HA&sig2=cA9AaQgMKgFrhq-8vV4jrA&bvm=bv.64125504,d.dmQ. Acesso em: 15 ago. 2014.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável: dos conflitos de classes para o conflito de gerações. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; DANTAS, e. W. C. **Panorama da Geografia Brasileira II**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 101-113.

RODRIGUES, J. N.; LOUREIRO, C. F. B. A crise socioambiental e a atuação de ONGs ambientalistas no campo educacional. **Linhas Críticas**, Brasília, n. 36, mai./ago. 2012

ROSA, L. P. Energia e setor elétrico nos governos Lula e Dilma. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/FLACSO Brasil, 2013. p. 173-189.

SACHS, I. **A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: _____. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/FLACSO Brasil, 2013. p. 135-143.

SALLUM Jr, B. Governo Collor: O Reformismo Liberal e a Nova Orientação da Política Externa Brasileira. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 259-288, 2011.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção para o novo senso comum) Vol. 4.

_____. **As vozes do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SEVÁ, O. A lógica da Volta Grande adulterada: consequências prováveis afetando moradores urbanos, rurais e ribeirinhos em Altamira e municípios vizinhos; efeitos possíveis para os arquipélagos, pedrais, cachoeiras, e na “ria” do baixo Xingu. In: FILHO SEVÁ, O. (Org.). **Tenotã-mõ**. Alertas sobre as consequências dos projetos Xingu. São Paulo: IRN, 2005b. p. 192-198.

_____. Povos indígenas, as cidades, e os beiradeiros do rio Xingu que a empresa de eletricidade insiste em barrar. In: FILHO SEVÁ, O. (org.). **Tenotã-mõ**. Alertas sobre as consequências dos projetos Xingu. São Paulo: IRN, 2005a. p. 29 - 54.

SOCIOAMBIENTAL. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>>. Acesso em: 25 jun. 2014a.

_____. Disponível em:< <http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>>. Acesso em: 13 ago. 2014b.

SOUSA, C. I.; BRAATHEN, E. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA XINGU DO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Dez, 2009. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.norad.no%2Fno%2Fresultater%2Fpublikasjoner%2Fgjennomganger-fra-organisasjoner%2Fpublikasjon%2F_attachment%2F394981%3F_download%3Dtrue%26_ts

%3D1397cc9b01c&ei=VQIDU5bqL6Wc0AGvvYA4&usg=AFQjCNFjQA8L5SrN5XdfXQ64EMgXzGGUpG&sig2=eX2TzLKHLHMFSBrncDE0Q&bvm=bv.64125504,d.dmQ. Acesso em: 07 abr. 2014.

SUERTEGARAY, D. M. A. Alterações nas relações entre natureza e sociedade no mundo e no Brasil. In: OLIVEIRA, M.; COELHO, M.; CORRÊA, A. **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas** (I). Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. p. 297-320.

_____; ROSSATO, M. S. **Brasil feições ilustradas**. Porto Alegre: Imprensa Livre/Compasso, 2014.

SWITKES, G.; SEVÁ, O. Resumo Executivo. In: FILHO SEVÁ, O. **Tenotã-mõ**. Alertas sobre as consequências dos projetos Xingu. São Paulo, 2005. p. 13-26.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2011.

VALLE, R. S. T. Uma abordagem jurídica das idas e vindas dos projetos de Hidrelétricas no Xingu. In: FILHO SEVÁ, O. **Tenotã-mõ**. Alertas sobre as consequências dos projetos Xingu. São Paulo: IRN, 2005. p. 63-73.

VARGAS, E. V. Direito e ambiente: a regulação numa era de desregulação. **Revista Ciência e Ambiente**, Santa Maria: Editora UFSM, p. 25-43, 1998.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VENTURA FILHO, A. **Fórum de Debates do Jornal GGN**. As Hidroelétricas da Amazônia e o Meio Ambiente. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/11h_altino_0.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

VIEIRA, L.; CADER, R. A política ambiental na década 2002-2012. In: SADER, E. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/FLACSO Brasil, 2013. p. 225-238.

VIEIRA, M. E. G. (coord).et al. Grupo Juruna do KM 17. Brasília, 2009b. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/BM/DocsOf/EIA-09/Vol%2035/TOMO%203/Texto/TI-ARARA-Rev-Final-10-04-09.pdf . Acesso em: 23 abr. 2014.

_____. (coord). et al. Terra Indígena Paquiçamba. Brasília, abr. 2009a. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/BM/DocsOf/EIA-09/Vol%2035/TOMO%202/Texto/TI-PAQUI%C3%87AMBA-REV-FINAL-11-04-09.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014.

VIEIRA, P. L.; LISBOA, M.; GUIMARÃES, R. Em Prol da Sustentabilidade. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, set./2014. p.37.

VILLA, M. A. **Década Perdida**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

VIOLA, E. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafio para as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. O Regime Internacional de Mudança Climática e o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 50, p. 25-45, out. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n50/a03v1750.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2013.

_____; LEIS, H. O ambientalismo multisetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: _____; _____; WARREN, I. S; GUIVANT, J. S; VIEIRA, P. F; KRISCHKE, P. J. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania**: desafios para as Ciências Sociais. São Paulo/Florianópolis: Cortez/UFSC, 1995. p. 134-160.

WILLIAMSOM, J. Nossa agenda e o Consenso de Washington. In: KUCZYNSKI, P.; WILLIAMSOM, J. **Depois do consenso de Washington**. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 283-391.

WWF. World Wildlife Fund. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/wwf_mundo/>. Acesso em: jun. 2014.

XINGUVIVO. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 16 jul. 2014.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Conflitos Ambientais**. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI__LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf>. Acesso em: jun. 2014.